Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
Janicy Aparecida Pereira Rocha
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti
Organizadoras

PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

NYOTA

Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
Janicy Aparecida Pereira Rocha
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti
Organizadoras

PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2021

Coordenação do Selo
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: https://www.nyota.com.br/

Grupos de pesquisa
Informação na Sociedade Contemporânea (ISC/UFRN)
Estudos em práticas informacionais e cultura (EPIC/UFMG)

Comitê Editorial e Científico

Arthur Coelho Bezerra (IBICT)
Diego Andres Salcedo (UFPE)
Gabrielle Francinne de S. C. Tanus (UFRN)
Hélio Márcio Pajeú (UFPE)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti (UEL)
Janicy Aparecida Pereira Rocha (UNIRIO)
Jaqueline Souza (UFRN)
Lia Vainer Schucman (UFSC)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)
João Arlindo dos Santos Neto (UEL)
Kênia Maia (UFRN)
Luciana de Albuquerque Moreira (UFRN)
Májory K. F. de Oliveira Miranda (UFPE)
Maria Giovanna Guedes Farias (UFC)
Marianna Zattar (UFRJ)
Monica M. Carvalho Gallotti (UFRN)
Nancy Sánchez-Tarragó (UFRN)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Dorys Liliana Henao (U. de A.)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Bruno Almeida (UFBA)
Samanta Coan (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro; Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

P912

Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas / Gabrielle Francinne de S. C. Tanus; Janicy Aparecida Pereira Rocha; Ilemar Christina Lansoni Wey Berti (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota)

400 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: https://www.nyota.com.br/.
ISBN 978-65-87264-54-7 (Impresso)
ISBN 978-65-87264-55-4 (E-book)

1. Ciência da Informação. 2. Práticas informacionais. 3. Ciências Humanas 4. Ciências Sociais. I. Tanus, Gabrielle Francinne de S. C. (Org.). II. Rocha, Janicy Aparecida Pereira. (Org.). III. Berti, Ilemar Christina Lansoni. (Org.). IV. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:
Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO
Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às pessoas organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA
Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: https://goo.gl/rqWWG3. Acesso em: 01 jun. 2021.
[2] Licença disponível em: https://goo.gl/Kdfiy6. Acesso em: 01 jun. 2021.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
Janicy Aparecida Pereira Rocha
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

PREFÁCIO 13

O CAMPO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO E A TRANSVERSALIDADE DO SEU OBJETO: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA ESTUDAR AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS
Regina Maria Marteleto

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E O VALOR DA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO 21
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

A CATEGORIA DE COTIDIANO EM AGNES HELLER COMO CONTRIBUTO PARA AS PESQUISAS EM PRÁTICAS INFORMACIONAIS 39
Gabrielle Francinne de S. C. Tanus

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E INSTRUMENTAIS 57
Janicy Aparecida Pereira Rocha

A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA PRAXIOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO 83
Carlos Alberto Ávila Araújo

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, USUÁRIO E RALÉ ESTRUTURAL COMO NÃO-PÚBLICO: PRAXIOLOGIAS RESTRITIVA OU RECEPTIVA 97
Rodrigo Rabello

ABORDAGENS SOBRE O SUJEITO INFORMACIONAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO 119
Maira Cristina Grigoleto
Marta Leandro da Mata
Fernando Luiz Vechiato

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS INFORMACIONAIS 137
Ruleandson do Carmo Cruz

PRÁTICAS NAS REDES SOCIAIS DA INTERNET: ENSAIO SOBRE INFORMAÇÃO E GUERRA HÍBRIDA 149
Ana Amélia Lage Martins

MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM COMUNIDADES DIGITAIS POR MARY ANN HARLAN 179
Rafaela Pereira de Carvalho
Jefferson Veras Nunes

A FOTOGRAFIA CONECTADA E AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: UMA PERSPECTIVA DA NECESSIDADE E O USO DA IMAGEM 201
Claudiane Weber
Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

CAMPO SOCIAL, *HABITUS* E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO ESTUDO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE TRANSEXUAIS 217
Flávia Virgínia Melo Pinto

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, CULTURAIS E COMUNICACIONAIS: PERSPECTIVAS PARA A SOCIABILIDADE E A POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS 233
Marco Antônio de Almeida

CATEGORIA EMANCIPAÇÃO HUMANA SOB O VIÉS DA MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO E DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS 265
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
Ana Cristina de Albuquerque

O PENSAMENTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS, DA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DO TRABALHO DE TRADUÇÃO 289
Juliana Moreira Pinto

PARA SULEAR AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS AMERÍNDIAS, AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS AO PROJETO DECOLONIAL 307
Juliana Maria de Siqueira

APRENDIZAGEM SITUADA E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: REFLEXÕES E DIÁLOGOS 323
Dayanne da Silva Prudencio

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: POSSÍVEIS RELAÇÕES **347**
Renata Lira Furtado
Maria Ivone Maia da Costa
Felipe Cesár Almeida dos Santos

POSFÁCIO **365**

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E CULTURA: UMA PROPOSTA ORIGINAL DE PESQUISA
Carlos Alberto Ávila Araújo

SOBRE AS ORGANIZADORAS **385**

SOBRE A PREFACIADORA **387**

SOBRE O POSFACIADOR **389**

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS **391**

APRESENTAÇÃO

Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
Janicy Aparecida Pereira Rocha
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

As práticas informacionais apresentam, na sua base constitutiva, um arcabouço conceitual, teórico e metodológico marcado pela presença das Ciências Sociais e Humanas. São as práticas informacionais uma das manifestações da construção interdisciplinar e singular da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Diante dessa afirmação, este livro intitulado "Práticas informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas" tem como objetivo demonstrar esse encontro fértil e potente a partir da discussão de diversos autores e autoras que se localizam dentro da área da Ciência da Informação. Por seu turno, as práticas informacionais não se confundem com os "estudos de usuários", os quais possuem uma longa trajetória tributária dos estudos de comunidade, passando pelos estudos de comportamento informacional, notadamente, marcados pelos paradigmas físicos e cognitivos conforme delineou Rafael Capurro (2003). As práticas informacionais, ancoradas na 'abordagem social', vêm assumindo um território próprio, em um enlace cada vez mais forte com as Ciências Sociais e Humanas, promovendo uma mudança epistemológica. Destarte, tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação são também 'campos científicos'[1] localizados dentro dessa classificação de Ciência Social, e, que, por sua vez, também convocam inúmeros autores desta ciência para a construção de seu pensamento (TANUS; AGUIAR, 2020). Mas, afinal, o que significa dizer ser uma Ciência Social? Qual a

[1] Sobre este conceito de campo científico ver: BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olhos d´água, 2002. cap. 2, p. 112-143.

implicação do diálogo, em particular, das práticas informacionais, com as Ciências Sociais e Humanas?

As Ciências Sociais e Humanas, diferentemente das outras Ciências (Exatas, Naturais, Biológicas) não têm como características centrais o consenso seja de leis, teorias ou métodos; o compartilhamento de paradigmas estáveis e acumuláveis, a construção do conhecimento a partir de experiências empíricas, observáveis e verificáveis em laboratórios, por exemplo.

Outro traço distintivo é a compreensão descritiva, quantitativa e matemática dos fenômenos de um mundo que é apresentado. Obviamente, aqui, acabamos por generalizar e reduzir tais Ciências. Na verdade, não pretendemos nos alongar nessa distinção, cabendo mais ressaltar o caráter provisório do conhecimento científico advindo das Ciências Sociais e Humanas que é construído por pessoas que compõem a comunidade acadêmica inserida socialmente em um tempo e espaço e que é influenciada por inúmeras redes complexas de saberes e de poderes internos e externos.

As Ciências Sociais e Humanas investigam a sociedade e o indivíduo, sendo colocadas lado a lado, por entendermos que a divisão entre elas, Ciências Sociais, de um lado, e Ciências Humanas, de outro, seria mais prejudicial do que proveitosa para os estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Nessa direção de multiplicidade, são as Ciências Sociais e Humanas marcadas por uma miríade de "visões de mundo", "correntes de pensamento", "escolas de pensamento", nomeadas por Michel Lallement (2004) de 'ordenamento social', 'contradição do social' e 'construção do social'. Ou como chama Randall Collins (2009), as "Quatro tradições sociológicas", são: teoria do conflito, teoria da escolha racional ou utilitarista, teoria funcionalista ou durkheimiana e a teoria do micro-interacionismo, sendo nesta última o espaço de teorias que conferem centralidade aos sujeitos para, a partir dele, discutir a construção social da realidade. É com essa corrente de estudos que as práticas informacionais encontram uma maior identificação para com isso fazer convergir os estudos, notadamente, marcados pela

dimensão humana e social. E, como bem nos lembra o pesquisador brasileiro Octavio Ianni (1991, p. 213), esta realidade social está em constante movimento, formação e transformação. Outra particularidade epistemológica é a dimensão ontológica do sujeito, um ser social que exerce papel central na dinâmica social que nos é também espaço privilegiado de investigação.

Como bem sabemos, um traço distintivo das Ciências Sociais é a diversidade de olhares para um mesmo conceito e com o conceito de "práticas informacionais" não seria diferente. Obviamente, há um traço distinto que faz aproximar os discursos e que perpassa pela centralidade do sujeito enquanto um ser social e histórico: a construção da informação, esta vista como fenômeno social e humano, fazendo, assim, emergir análises dos aspectos individuais e sociais da compreensão da informação e da sua relação com os sujeitos localizados em um espaço e tempo históricos. Falar em práticas informacionais é também fazer convergir os conceitos de cultura, de identidade, de cotidiano, da *práxis*, da mediação, do protagonismo social, dentre outros. Implica também discutir as ações informacionais a partir das práticas imbricadas em diferentes "regimes de informação" e contextos, inclusive os ambientes digitais, envolvendo as tecnologias digitais de informação e comunicação.

Consideramos que a intenção deste livro de apresentar a potência das pesquisas em práticas informacionais em diálogo profícuo com as Ciências Sociais e Humanas pode fortalecer ainda mais o que vem sendo feito por pesquisadoras e pesquisadores da Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como abrir mais caminhos para o desenvolvimento de pesquisas alinhadas com as práticas informacionais. Decerto, com elas não podemos mais considerar as práticas como ações desprovidas de intencionalidades, de marcas individuais e sociais, nem os sujeitos como mero informantes das pesquisas ou usuários de sistemas de informação. São eles, os protagonistas, os atores sociais, os construtores dos múltiplos cenários informacionais e sociais, ao lado dos pesquisadores e pesquisadoras que são

também sujeitos informacionais e construtores da realidade informacional e social. As práticas informacionais, são, portanto, manifestações das 'práticas sociais' de uma sociedade e que envolvem os processos sociais, econômicos, políticos e institucionais que, em um movimento micro e macro, nos possibilita investigar e compreender melhor as práticas informacionais dos indivíduos nesse duplo movimento do olhar do micro e do macro, com intensidades e caminhos diferenciados a depender justamente das escolhas dos pesquisadores e pesquisadoras da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olhos d´água, 2002. cap. 2, p. 112-143.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais**[...] Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib.htm. Acesso em: 04 maio 2021.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IANNI, O. A crise de paradigmas na Sociologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 32, p. 195-2015, jun. 1991.

LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TANUS G. F. de S. C.; AGUIAR, A. I. S. de. A presença dos autores das Ciências Sociais e Humanas no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. **Logeion**: Filosofia da Informação, v. 6, n. 2, p. 22-39, 24 mar. 2020.

PREFÁCIO

O CAMPO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO E A TRANSVERSALIDADE DO SEU OBJETO: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA ESTUDAR AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Regina Maria Marteleto

O campo de estudos da informação precisa construir ampla abrangência teórica, metodológica e concreta para alcançar a transversalidade do seu objeto de estudo. De forma diferente de outros domínios das Ciências Sociais e Humanas, nas quais se insere, ocupa-se de práticas historicamente mediadas pelos saberes e suas materialidades ao mesmo tempo sociais, técnicas, simbólicas e institucionais, conforme apontam Jean Davallon ou Bernd Frohmann. Ao mesmo tempo, busca reorientar o olhar investigativo projetado historicamente para os "lugares de signos", como nomeia Bruno Latour, seus usos e espacialidades, focados numa pedagogia dos conhecimentos doutamente produzidos ancorada na ação do Estado. Um olhar reconvertido, nos últimos tempos, em direção aos fluxos informacionais mediados pelos mercados econômicos e os novos dispositivos da tecnociência.

Neste contexto, a pergunta que sustenta o ponto de vista do observador no campo informacional é de como colocar-se na posição de assumir um paradoxo que percorre todas as Ciências Sociais e Humanas, mas que se agrava nas ciências da comunicação e da informação, conforme lembra Joelle Le Marec: de que forma mobilizar as práticas de informação-comunicação sociais instrumentalizadas como ferramentas de observação e coleta de dados, em benefício da elaboração de um conhecimento sobre a dimensão simbólica das práticas sociais? Um dilema que Pierre Bourdieu

já evocava com a ideia de reflexividade e a necessária construção de um conhecimento praxiológico, quando o observador projetaria para si próprio os instrumentos com os quais estuda o universo social na direção da configuração de conhecimentos que reúnem as diferentes dimensões das práticas sociais.

Retornando às origens do conceito que orienta de forma transversal a presente obra, uma consulta ao Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, informa que etimologicamente a palavra prática (do grego *práxis*, do verbo *prasso*, atuar), originalmente adjetivo de práxis, significa toda atividade humana concreta, e tem por antônimo o termo teoria, que exprime uma ausência de atividade, isto é, uma abstração. Filosoficamente, o conceito sofreu uma evolução importante. Ganhou uma dinâmica conceitual própria, chegando mesmo a integrar os dois opostos etimológicos em um só conceito. É o conceito de *práxis*, que expressa uma unidade baseada na oposição dialética de prática e teoria, conceitos epistemologicamente presentes nas duas correntes mais importantes do pensamento filosófico (idealismo e materialismo) por meio das diversas respostas apresentadas para a questão fundamental da origem do conhecimento humano.

No campo informacional, a passagem ou ultrapassagem do conceito de uso e usuário para o de práticas informacionais, conforme abordada por diferentes autoras e autores desta obra coletânea, representa uma ruptura com paradigmas focados nos espaços da cultura e seus modos de funcionamento, mediação e apropriação, em direção a uma visão mais crítica e interpretativa a respeito do que afinal os atores sociais, em suas múltiplas representações e ações, realizam com os produtos culturais e informacionais. Trata-se do deslocamento do foco em uma informação-sistema para uma informação em movimento que se realiza de forma mais etérea nos fluxos das redes sociotécnicas. Um dos desafios epistemológicos e metodológicos a serem enfrentados nessa reconfiguração do objeto informacional é o surgimento de novos termos para designar processos e práticas sociais de

informação e comunicação e suas novas ambientações, como web 2.0, interatividade, virtualidade, além do uso pouco interpretativo, sem substância teórica e histórica, de conceitos clássicos das Ciências Sociais como redes sociais ou interação, agora empregados no mais das vezes acriticamente para designar as plataformas de comunicação na web.

Na conjuntura brasileira deste ano de 2021, publicar um livro coletânea que reúne o trabalho de uma importante rede de autores e autoras vinculados a diversas universidades do país, em diferentes estágios de experiência acadêmica, é um projeto renovador e fortalecedor do compromisso científico e educativo com a pesquisa, que articula conceitos e métodos das Ciências Sociais e Humanas no estudo das práticas de informação e suas mediações, numa perspectiva interdisciplinar, além da reunião de contribuições de leituras do campo informacional em revisões da literatura em amplitude internacional.

A obra, composta por dezessete capítulos, convoca autores que têm se distinguido no estudo dos conceitos de usos, usuários e práticas de informação, referências na perspectiva epistemológica da revisão conceitual de teorias e modelos das Ciências Sociais e Humanas aplicados à leitura dos fenômenos informacionais. Porém a sua riqueza mais evidente consiste em reunir diferentes abordagens das práticas informacionais e sua rede conceitual, desde aquelas mais diretamente teóricas, as quais convocam autores e conceitos de outras disciplinas, até aquelas com foco mais diretamente direcionado para objetos concretos, além de abordagens das práticas da informação no universo digital. Separamos desta forma os capítulos nestes três blocos de abordagem a fim de realizar uma breve apresentação de cada contribuição.

O capítulo de autoria de Ilemar Christina Lansoni Wey Berti, que tem por título "Práticas informacionais e o valor da experiência na formação do conhecimento" aborda, a partir da obra de John Dewey, a experiência como ação educativa e atitude de significação, compreensão e conhecimento, no quadro da cultura como cultivo e apreciação das ideias, das

artes e dos aspectos mais gerais da experiência humana. Estes contributos são aproximados aos da formulação de Reijo Savolainen sobre os conceitos de usuário e práticas de informação, de forma a ampliar o foco sobre as formas de apropriação dos sentidos em sua ambientação diversa, porque baseada nas experiências singulares dos indivíduos e de suas partilhas com outros. A autora Gabrielle Francinne Tanus, no capítulo " A categoria de cotidiano em Agnes Heller como contributo para as pesquisas em práticas informacionais", explora o ponto de vista da vida cotidiana constituida pela linguagem, os objetos e os usos no contexto de uma dada sociedade na perspectiva de Agnes Heller, confrontando-o com a formulação teórica e aplicativa do modelo de Reijo Savolainen para estudar a informação no domínio da vida cotidiana, nomeado *Everday Life Information Seeking* (ELIS), a partir da releitura do conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu. O capítulo "Práticas informacionais e cognição distribuída: aproximações teóricas e instrumentais", da autora Janicy Aparecida Pereira Rocha, aborda a "virada da prática" *(practice-turn)* em Theodore Schatzki, como movimento de teorias sociais para alcançar a compreensão das práticas pelo entrelaçamento entre elementos humanos e não humanos, abrindo caminho para a abordagem da "cognição distribuída", desenvolvida pelo antropólogo cognitivo Edwin Hutchins.

Ainda neste mesmo conjunto teórico, Carlos Alberto Ávila Araújo, autor de "A contribuição da perspectiva praxiológica para os estudos de usuários da informação", explora a abordagem praxiológica de Louis Quéré, tomada de empréstimo ao campo da comunicação, a fim de redimensionar os estudos de usuários da informação, ponte para refletir sobre as práticas da informação. O autor explora esta abordagem comunicacional, a qual propõe a revisão do modelo epistemológico-representacional-informacional vigente no campo da comunicação, por uma perspectiva "praxiológica" ou "constitutiva", pela qual a objetividade do mundo, suas estruturas e a subjetividade dos atores sociais não estão previamente dadas, mas se constituem

mutuamente, no decurso das ações. Esta exploração serve como guia para a revisão dos parâmetros conceituais dos modelos de estudos de usuários vigentes no campo informacional. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante e Ana Cristina de Albuquerque, autoras do capítulo "Categoria emancipação humana sob o viés da mediação cultural da informação e das práticas informacionais" procuram resgatar o sentido da categoria emancipação humana em sua ambientação filosófica para então aprofundar a sua compreensão e aplicação no pensamento de Paulo Freire. O foco está na educação como processo libertador das classes populares para a conquista de sua autonomia. Em um segundo momento as autoras tratam das ideias de mediação cultural da informação e de práticas informacionais, para finalmente aproximar a categoria emancipação humana do terreno das práticas e mediações da cultura e da informação. Ainda neste conjunto as/o autoras/autor Renata Lira Furtado, Maria Ivone Maia da Costa e Felipe César Almeida dos Santos, no capítulo "Práticas informacionais e competência crítica em informação: possíveis relações" buscam, por meio de uma revisão da literatura sobre estes dois conceitos, aproximá-los a partir de uma estrutura relacional contendo os seguintes eixos: fundamentação teórica, objetivos, características. As relações verificadas são as seguintes: aspectos teóricos, demanda informacional, sujeito informacional e ações do sujeito, as quais poderiam ser investidas em pesquisas aproximando os dois domínios.

O capítulo "O pensamento de Boaventura de Sousa Santos: contribuição da sociologia das ausências, da sociologia das emergências e do trabalho de tradução", da autora Juliana Moreira Pinto, busca discorrer sobre o pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, com o foco de abordagem dirigido para três construtos de sua obra orientados pela mediação de diferentes formas de saberes entre práticas e agentes: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. A autora sugere que esta abordagem abre novas pistas para o pensamento sobre a informação e

suas práticas.

Outro bloco de capítulos abre caminhos para a operacionalização de conceitos na forma de reflexões sobre sujeitos e espaços, como o conceito de "não público" abordado pelo bibliotecário Victor Flusser, inspirado em Paulo Freire, quando questiona certas ausências de sujeitos sociais em espaços institucionais, com foco nas bibliotecas tradicionais e suas possíveis reinvenções, abordagem do capítulo "Práticas informacionais, usuário e ralé estrutural como não público: praxiologias restritiva ou receptiva", de autoria de Rodrigo Rabello. Os sujeitos informacionais no contexto da sociedade da informação, com inspiração em N. Roberts, revisitando conceitos e modelos direcionados para a projeção de ambientes informacionais digitais é objeto do capítulo intitulado "Abordagens sobre o sujeito informacional e seus entrelaçamentos com a sociedade da informação", de Maira Cristina Grigileto, Marta Leandro da Matta e Fernando Luiz Vechiato. A perspectiva das representações sociais para a construção de identidades de sujeitos sociais fora das ambientações mais tradicionais dos estudos da informação é abordada no capítulo "Práticas informacionais e representações sociais: a informação na construção da identidade dos sujeitos informacionais", de Ruleandson Carmo. Pierre Bourdieu, cujos conceitos associados à sociologia da cultura e do conhecimento são empregados em vários capítulos da coletânea, constitui o recurso teórico principal empregado para jogar luz sobre as práticas informacionais de pessoas transexuais, em "O uso dos conceitos campo social, *habitus* e violência simbólica no estudo de pessoas transexuais", de autoria de Flávia Virgínia Melo Pinto. Outra contribuição que se insere neste conjunto teórico-prático de reflexões em torno das práticas sociais e culturais da informação é o capítulo "Para sulear as práticas informacionais: contribuições epistemológicas ameríndias, africanas e afro-brasileiras ao projeto decolonial", de Juliana Maria de Siqueira, abordando uma temática presente de forma recente, porém com força de premência no campo dos estudos informacionais. Dayanne Prudencio, autora do

capítulo "Aprendizagem situada e práticas informacionais dos bibliotecários de Ciências da saúde: reflexões e diálogos", propõe um exercício reflexivo a respeito das práticas de bibliotecários que atuam em bibliotecas do campo das Ciências da saúde, constatando a ausência de formação específica destes profissionais para atuarem em campo tão complexo e multifacetado como o da saúde. O caminho investigativo é guiado pela aproximação entre o conceito de práticas informacionais e a teoria da aprendizagem situada, na perspectiva de resgatar o valor dos conhecimentos situados adquiridos na prática profissional.

Outro destaque do livro-coletânea são as abordagens que procuram associar o pensamento sobre as práticas da informação ao universo das mídias e dos dispositivos no meio ambiente digital. Marco Antônio Almeida, estudioso das mediações informacionais da cultura e orientado pela ideia de tecnodiversidade, no capítulo "Práticas informacionais, culturais e comunicacionais: perspectivas para a sociabilidade e a política contemporâneas", evoca situações distintas para refletir sobre as formas plurais de apropriação das tecnologias da informação e da comunicação. A fim de refletir sobre o atual momento infocomunicacional e os seus desafios, revisita certas concepções das Ciências Sociais e Humanas, principalmente em conceitos de Pierre Bourdieu. No capítulo "Práticas nas redes sociais da internet: ensaio sobre informação e guerra híbrida", Ana Amélia Martins reflete a respeito do uso maciço e sistemático da informação e comunicação pelos países centrais para promover guerras indiretas em diferentes regiões do mundo, ampliando o poder da informação para apoiar fins imperialistas. Apoiada em ampla bibliografia, a autora ressalta as lógicas organizativas das informações que se revelam notadamente nas assim chamadas "redes sociais da internet", as quais precisam ser pensadas no âmbito da geopolítica e das disputas pela hegemonia no sistema capitalista global. Para tanto indica o necessário repensar a respeito da determinação dialética entre práticas informacionais e o contexto histórico-social.

Em outra vertente dos estudos ambientados no terreno

digital, Rafaela Pereira de Carvalho e Jefferson Veras Nunes, no capítulo "Modelo de práticas informacionais em comunidades digitais por Mary Ann Harlan" apresentam o modelo teórico-metodológico desenvolvido pela pesquisadora citada no título para o estudo das práticas informacionais no meio digital, empregado em pesquisa de mestrado. Antes disso, apresentam um quadro conceitual sobre a noção de prática em Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. Após a apresentação de diferentes modelos para o estudo das práticas informacionais ambientadas em contextos socioculturais, desde Reijo Savolainen, os autores apresentam o modelo concebido por Mary Ann Harlan voltado à análise dos processos informacionais de adolescentes criadores de conteúdo em comunidades digitais. O capítulo "A fotografia conectada e as práticas informacionais: uma perspectiva da necessidade e o uso da imagem", das autoras Claudiane Weber e Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, aborda as práticas informacionais pelo ângulo da "fotografia conectada" ou seja, o emprego que as pessoas fazem das imagens fotográficas, no momento do seu uso interativo e compartilhado nas mídias sociais digitais, o seu contexto de uso e a presença de valores sociais como visibilidade, reputação, popularidade e autoridade, dando origem a um processo de hibridação, resultante da sobreposição de fotografias e outros artefatos no meio digital.

Se a pluralidade de teorias, métodos e objetos indicaria uma certa dispersão no tratamento conceitual das práticas informacionais, por outro sinaliza terrenos férteis para a reflexão e o uso do conceito e sua rede de autorias, na busca de demonstrar a relevância epistemológica e transversal da questão informacional, apontando novas dimensões das práticas sociais ao campo das disciplinas das Ciências Sociais e Humanas.

Julho de 2021

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E O VALOR DA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti[2]

1 INTRODUÇÃO

O ano, 2020. O país, Brasil. O acontecimento, o eminente contágio pelo vírus COVID-19 (SARS-CoV-2). As recomendações, uso de máscaras, isolamento social e higienização constante das mãos com água e sabão ou álcool 70%. Entre as experiências da Pandemia, o cuidado individual que reverbera no social e as práticas coletivas que formam o entendimento individual. Nesse contexto, a preservação da vida, do trabalho, a divergência diante do risco do contágio, a não aceitação dos fatos por parte da população e de autoridades governamentais, não obstante as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a proliferação do vírus, formam parte da experiência e do conhecimento apreendido na ocorrência da Pandemia no Brasil.

A experiência vivida pelos cidadãos brasileiros no enfrentamento da Pandemia é exemplo de um acontecimento que se estende em 2021, marcada por conflitos individuais, culturais, econômicos e políticos. Como cada cidadão vive na Pandemia da COVID-19 e segue as recomendações de segurança sanitária, envolve circunstâncias pessoais, coletivas e o conhecimento formado na partilha da experiência humana. Nesse sentido, o exemplo ajuda a compreender que **estudos de práticas informacionais são investigações sobre como se formam as ações dos sujeitos envolvidos nas diferentes experiências**

[2] Esse texto parte dos resultados da pesquisa que está sendo realizada no estágio de Pós-doutorado. A autora agradece à CAPES (PNPD) e ao PPGCI-UEL pelo incentivo e subsídio às suas pesquisas.

da vida, como se dá a formação do pensamento e do conhecimento em uma determinada ocorrência.

Estudos de práticas informacionais são propostas de pesquisas não diretamente sobre a ação, mas sobre como se dá a sua formação, o que está por detrás da ação, uma imbricação entre o indivíduo, o coletivo, a cultura, os hábitos, os valores, os objetos e as circunstâncias. São pesquisas desenvolvidas a partir de recortes da realidade, orientados conforme os aspectos metodológicos escolhidos para desenvolvimento do estudo, em virtude da impossibilidade de não se ver tudo, nem de uma só vez as ocorrências da vida em termos de pesquisa de cunho compreensivo. Sugere-se como estratégia metodológica que o pesquisador se embrenhe na experiência dos sujeitos envolvidos nas ocorrências, decorrente da sua natureza pragmática, pois apresenta certa complexidade e ampliação dos estudos de usuários, porque tem em seu horizonte a busca pela compreensão das ações dos sujeitos, não de forma determinista, mas dialógica, construída no contexto e na situação, presente em aspectos micro e macrossociológicos que envolvem a contingência dos fatos.

Não são os sujeitos apenas intérpretes da realidade, nem tão pouco livres das influências e consequências, nem protagonistas solitários e heroicos, mas participantes de fenômenos apreendidos nas interdependências associativas entre humanos e coisas, sujeitos em um tempo e espaço. Nesses aspectos, há perguntas subjacentes aos estudos de práticas informacionais cujas respostas não são absolutas e suficientes, pelo contrário, respondem ao momento do sujeito na ação, mas que não são exclusivamente sobre ela, pois têm como desafio fugir das simplificações casuísticas e naturalizadas.

Para tanto, o esforço explicativo proposto aos estudos de práticas informacionais deve ser de compreender a formação do conhecimento numa perspectiva pragmática e associativa. Como os sujeitos pensam do jeito que pensam? Por que agem de uma determinada maneira? Nessa direção, discute-se brevemente a teoria da experiência de John Dewey

em diálogo com autores da Ciência da informação, sendo um caminho possível às pesquisas realizadas no campo dos estudos de usuários de informação.

2 O VALOR DA "EXPERIÊNCIA" NA OBRA DE JOHN DEWEY

Conhecido como pragmatista, John Dewey (1859 – 1952) filósofo e educador, valorizou na sua obra a formação do ato de pensar a partir das experiências. Para ele, a característica humana de escrever a vida pessoal e social, acreditar no conhecimento acumulado pela humanidade, produzir imageticamente possibilidades, desenvolver o pensamento reflexivo e conhecer a realidade depende do processo de significação ancorado na experiência.

A experiência para Dewey é uma ação educativa que promove a aprendizagem, capacita os sujeitos para fazer suas escolhas e organizar suas ações. Nas palavras de Dewey, "[...] o estágio inicial do ato de pensar é a experiência" (DEWEY, 1979, p. 168). Para o filósofo é na experiência que os sujeitos conhecem o mundo e formam o pensamento que os leva ao conhecimento.

Influenciado pelos elementos básicos advindos das teorias de Francis Bacon (1561–1626), John Loke (1632–1704) e Rousseau (1712–1778) como a indução na teoria da ação, o pragmatismo compreende a teoria da experiência humana e a reação das ciências e da cultura em relação à formação do conhecimento. Segundo Moreira (2002, p. 12), o pragmatismo é uma corrente filosófica que se originou nos EUA no final do Século XIX, cuja palavra vem do grego "Pragma" que, etimologicamente, significa ação, influenciado pelo pensamento contemporâneo de Charles Sander Peirce (1839–1914), William Janes (1842–1910), Georg Mead (1863–1931), conterrâneos de John Dewey.

Embora, consolidada como uma das teorias da formação do conhecimento, em alguma medida se tem um entendimento equivocado em torno do que seja o pragmatismo, notado no senso comum, ligado ao objetivismo

e ao utilitarismo, que retira da ação pragmática as categorias de reflexão, ponderação e imaginação, contestado pelos pragmatistas que consideram tais categorias constitutivas do pensamento humano a partir da experiência.

Para Dewey (1959, p. 18), a experiência é parte da gênese do pensamento reflexivo que forma a ação "um ativo, um prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, um exame efetuado à luz dos argumentos que a apoiam e das conclusões a que chega", referindo-se aos desdobramentos da experiência dos sujeitos.

Para o filósofo, o pensamento reflexivo "firma uma crença em sólida base de evidência e raciocínio" e dependente de "um esforço consciente e voluntário" que passa pela observação da realidade na ordenação de hipóteses, na ponderação da experiência, usadas para construir inferências e chegar a conclusões provadas pelos sujeitos que as adquirem de primeira mão, mediante às exigências da experiência vivida, influindo diretamente de modo significativo na ação (DEWEY, 1979, p. 391).

No livro "Como Pensamos", Dewey (1959, p. 150) considera sobre o conhecimento que "[...] nada é verdadeiramente conhecido senão quando compreendido", a compreensão em Dewey dependente da experiência, para que seja criado o significado, nesse sentido a experiência é a arena em que se dá a construção da significação.

Em termos de pesquisa pragmática, o fato de aprender a significação de algo, seja em um acontecimento, uma dada situação ou por meio de algum conceito, significa observar o que esses elementos têm a ver com outros elementos e como se relacionam uns com os outros na circunstância do sujeito envolvido na ação, como um método científico da própria vida. A significação para Dewey é "[...] notar como opera ou funciona, quais consequências traz, qual a sua causa e possíveis aplicações" do qual a significação se dá no processo de reflexão sobre uma determinada experiência que conduz a ação (DEWEY, 1979, p. 142).

A experiência em Dewey é responsável pela capacidade do sujeito de organizar seu conhecimento a partir da análise dos fatos vivenciados, a capacidade de ideias anteriores e ligá-los às novas situações para serem conduzidos coerentemente em circunstâncias inaugurais, apresentando -se como um hábito quase naturalizado.

Dewey (1974) nesse aspecto relaciona essa capacidade à formação do sistema nervoso e sensorial que são responsáveis por produzir a matéria do conhecer e do pensar dos seres humanos. As tomadas de decisão, as escolhas e pensamentos complexos que requerem ponderação.

Contudo, apesar das conclusões retiradas das experiências, resultados inusitados poderão ocorrer, podendo não se confirmar em fatos ulteriores, já que o conhecimento não é garantia de acerto permanente, diante das imprevisões associativas. Isso porque a experiência forma o repertório, mas não garante a seguridade dos acontecimentos e o sucesso nas decisões.

Na teoria pragmatista, Dewey destaca que o conhecimento e o ato de conhecer não são formados por camadas, junções de saberes, mas novas aprendizagens, provocado inclusive em situações de frustação. Em Dewey (1979, p. 14), cada experiência engendra as ideias que apoiam novas ideias para as ações de forma operatória "[...] virtude da qual os fatos presentes sugerem outros fatos. [...] de tal modo que os induzam a crer no que é sugerido, com base numa relação real nas próprias coisas, uma relação entre o que sugere e o que é sugerido" (DEWEY, 1979, p. 21).

Dewey considera o conhecimento uma percepção das conexões de um objeto, que o torna aplicável em dada situação (DEWEY, 1979, p. 373). O que o autor chama atenção para a experiência que leva ao exame da situação, de equilíbrio e afetação. A experiência é a atividade da significação associada ao contínuo que evoca as categorias já conhecidas sobre o objeto, no caso das experiências vivenciadas pelo sujeito da ação.

Nesse contexto, a ação observada por vezes nas práticas dos sujeitos como um dos elementos que as formam e

materializam o pensar, seu aspecto ativo, sustentam-se na experiência como a tentativa de alcançar o que se imagina ser possível ter como resultado, ou seja, a significação que se apresenta em termos de experimento, associada ao que o sujeito compreende como conhecimento. A simples ação não é tão pouco o conhecimento, pois não constitui a experiência, a depender da criação psíquica do sujeito que imagina, experimenta e age pelos meios em relação aos fins que lhe são compreensíveis no tempo e espaço que lhes pertence.

3 A EXPERIÊNCIA E O CONHECIMENTO COMO OPERADORES DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

A construção do conhecimento, o nascimento das formas de pensar consiste na relação ativa do sujeito com a experiência no ambiente natural e social, envolve frustações, releituras e revisão dos acontecimentos e situações de sucesso, resultantes da experiência que o sujeito teve em relação ao que ele produziu ou tentou produzir. (DEWEY, 1979, p. 301).

Nesse aspecto, a historicidade está sempre presente na experiência, além do fator surpresa da produção pela imaginação formada na ocorrência. O passado, o presente e o novo sempre estão presentes na formação do conhecimento, integrados para se perceber na realidade ao que melhor se aplica. A ação produzida evoca o passado, apresenta-se no presente pelo valor da experiência e se torna referência instrumental do desejo e dos fins reconhecidos nas práticas informacionais.

As práticas informacionais postas como o conhecimento em ação é a amálgama da experiência construída pela vivência, reconhecida em termos de conhecimento produzido que modula a ação aplicada em desejo e que se projeta no futuro em ideia do que se espera, uma antecipação. A materialização do passado manifesta na ação que se projeta no futuro, em um outro momento e que se refere ao movimento de construção das variáveis de constatação, que se dá na reelaboração de um jogo de vivências, necessidades

e desejos, validado por uma teia cultural exposta por hábitos no âmbito coletivo.

É na experiência que se comprovam as hipóteses e dá sentido as informações que são apropriadas, dando forma aos significados "[...] se prova o valor dos conhecimentos ou dados e das ideias, que em si mesmos eles são hipotéticos ou provisórios" (DEWEY, 1979, p. 209). Para Dewey (1979, p. 83) "o aumento ou enriquecimento do sentido ou significação da experiência corresponde a mais aguda percepção das conexões e das continuidades existentes no que estivermos empreendendo".

Ademais, no exercício de compreender a experiência como parte da construção do conhecimento, não é incomum a pergunta sobre como se dá a relação dos aspectos individuais e biológicos na aprendizagem no que tange à formação do pensamento. Para Dewey (1970, p. 113), "não significam que a herança biológica e as diferenças individuais inatas não tenham nenhuma importância", mas que a forma social para as pessoas não parece ser uma escolha, mas um interveniente indissociável presente na experiência, já que não se separa da realidade vivida pelos sujeitos "[...] são moldadas e entram em vigor dentro dessa forma particular".

A cultura nesse contexto é o que valida a experiência como uma possibilidade aplicável e não o entendimento individual, pois é dependente de reconhecimento, conforme destaca o filósofo, cultura é [...] alguma coisa tratada, alguma coisa amadurecida; opõe-se ao que é "bruto" ou "cru", do individual e biológico para o cultivo da apreciação das ideias, da arte e dos interesses humanos mais gerais. Tendo em vista que Dewey considera necessário "[...] descobrir e verificar os efeitos de interações entre diferentes componentes de diferentes seres humanos e diferentes costumes, regras, tradições, instituições" (DEWEY, 1979, p. 132).

A vida para o filósofo, a forma como vivem os seres humanos, suas ações e práticas, está associada a "ligar a causa ao efeito, a atividade e a consequência", numa relação de método de tentativas de erro e acerto, conduzida pelas experiências vividas que levam os sujeitos a observar algo

mais, pela análise do que existe entre uma coisa e outra. Nesse sentido não se trata de considerar um sujeito passivo na experiência, já que não há a possibilidade de existir uma condição humana sem pensamento.

Tem-se nesse aspecto, se isso ocorrer, a colonização do pensamento e da experiência do outro, que não é uma condição contemplativa, mas uma condição subjugada de acomodação do pensamento do outro "[...] se o ser vivo, que está a adquirir experiência, participa intimamente das atividades do mundo a que pertence [...]. Ele não pode ser a contemplação ociosa de um espectador desinteressado" (DEWEY, 1979, p. 374).

A experiência não é uma condição escolhida pelo sujeito, ela é inerente à vida e à forma como se estabelecem as categorias do pensamento humano presente nas relações. Da mesma forma que a reflexão, ponderação e imaginação é o anúncio do futuro que o pensamento forma dentro de uma perspectiva do alcance da ação.

O pensamento reflexivo é o conhecimento que dirige a ação. A investigação de práticas informacionais olha para a ação como um indício da negociação interior, o índice da significação que se dá no processo de reflexão sobre uma determinada experiência que conduz a ação. A experiência é a própria vida e o pensamento é o pós-experiência dentro de um contínuo temporal, que poderá ser imediato ou evocado tempos depois, sempre posterior à vivência que leva à previsão das consequências, à capacidade de evitar um fato ou a impulsionar a nova ação.

A ação nesse sentido é formada pelo pensamento reflexivo, não são controláveis, pois não é o descolamento da relação com a experiência, já que não pode ser detida. Mesmo que se queira ignorar e até se ignore, Dewey destaca que a memória recorre à ação anterior e permite criar as hipóteses e dirigir a intencionalidade, nas palavras do pragmatista "[...] a observação e o controle deliberado daquilo que se faz para se tornar aquilo que nos acontece" (DEWEY, 1979, p. 152).

Em larga medida, Dewey destaca que a reflexão acontece por meio da comunicação nas suas mais diferentes

formas, não apenas com palavras escritas ou orais, mas como "[...] gestos, figuras, movimentos, imagens visuais, movimentos dos dedos – tudo que seja empregado intencional e artificialmente como um sinal" (DEWEY, 1979, p. 228) que se renova a existência física e pela "[...] crenças, ideais, esperanças, venturas, sofrimentos e hábitos" (DEWEY, 1979, p. 4).

Nesse aspecto, a reflexão, o conhecimento que se forma pela construção do sentido, se dá segundo Dewey (1979, p. 83) pelo "aumento ou enriquecimento do sentido ou significação da experiência ao corresponder a mais aguda percepção das conexões e das continuidades existentes no que estivermos empreendendo".

Os sujeitos, como destaca Dewey, no seu livro "Experiência e Educação" (1979, p. 46) apresentam um tipo de pensamento reconhecido no "cidadão comum" que acha não estar sendo controlado pelos valores sociais e que não vê limitação na sua liberdade pessoal de escolha. Nesse enfoque, a consciência do homem fica prejudicada para fazer a leitura ideal do mundo real, fazendo-se necessária a percepção das relações técnicas, intelectuais e sociais encerradas naquilo que está sendo feito por eles, até para se evitar o pensamento formado por "[...] procedimentos monísticos, globais, absolutistas é uma traição à liberdade humana, seja lá qual for o disfarce com que se apresente" (DEWEY, 1970, p. 261).

Para Dewey (1979, p. 25), os sujeitos não podem renunciar à sua capacidade reflexiva, ignorar a potência do pensamento reflexivo, nem ignorar os intervenientes sociais, sendo essa uma atitude de "[...] preguiça mental, frouxidão ou por impaciência de chegar ao fim". Segundo o autor, para que o pensamento elaborado dos sujeitos se torne minimamente autônomo, influindo nas suas decisões reflexivas, precisam estar dispostos a fazer uma "[...] investigação perfeita, na qual nenhuma ideia se aceite, nenhuma crença se afirme positivamente, sem que lhes tenham descoberto as razões e justificativas."

A teoria da experiência na produção do pensamento reflexivo valoriza a cautela, a operação da observação da

realidade não prevendo uma neutralidade, mas a capacidade de concatenar e refletir para escolhas conscientes "[...] transmitir a objetos e acontecimentos da vida, significações originalmente adquiridas por exame meditado e, por conseguinte, não há limites para o desenvolvimento contínuo do significado na vida humana" (DEWEY, 1970, p. 30).

Dewey destaca que não há argumento suficiente para afirmar que o conhecimento comum dos homens não seja um conhecimento elaborado. Segundo Dewey (1959, p. 47), este tipo de conhecimento é "[...] antes, resultante de desejos do que de estudo intelectual, pesquisa ou especulação". Pois a depender da atitude científica de reflexão só resta com as pessoas deixadas a si mesmas, os palpites se fazem opiniões e as opiniões, dogmas" (DEWEY, 1970, p. 232). Para Dewey, as experiências levam ao conhecimento, e a reflexão é fortemente conduzida pelo desejo, vinculada à intencionalidade dos sujeitos.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS PELA GÊNESE DA EXPERIÊNCIA

Reijo Savolainen da Universidade de Tampere, na Finlândia, em 1995, foi quem primeiro discutiu a abordagem social dos estudos de usuários adotando o conceito de práticas informacionais na Ciência da Informação. O autor destacou nas suas pesquisas a centralidade da dimensão social da informação ao propor uma maneira de compreender as ações dos sujeitos no cotidiano, a partir das suas experiências. Para o autor, o "modo de vida" tem como concepção o modo como os sujeitos resolvem os seus problemas, vinculando-os aos aspectos construtivos do conhecimento, uma imbricação de uma unidade individual e a construção social, que só é compreensível com a aproximação situacional, contextual, permeada de pessoalidades. Savolainen (1995), recorre ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1984, p. 170-175) para destacar a dimensão da naturalização das práticas cotidianas incorporadas pelos indivíduos por meio de normas, expectativas sociais e das

experiências vividas. Conforme Bourdieu, o *habitus* é um sistema de pensamento social, culturalmente determinado. Na constatação de Savolainen, os fatores socioculturais, vistos como determinantes das ações dos indivíduos que partilham atitudes convencionadas, entendidas como a "ordem das coisas", advindas de uma tipificação social e de uma linguagem compartilhada, são intervenientes nas interações dos sujeitos com a informação advindas da experiência.

Em suas referências, Savolainen (1995) elucida a perspectiva social ao relacionar a "ordem das coisas" ao modo como os sujeitos informacionais solucionam seus problemas, diferenciando a busca e o uso da informação em condições específicas de situações corriqueiras. Para o autor, as situações corriqueiras ou do cotidiano são resolvidas com base nas interações dos sujeitos, de maneira que as experiências de vida são a centralidade da formação das práticas informacionais. Embora os modelos cognitivos levem em consideração fatores sociais, desconsideram o contínuo das situações vividas pelos sujeitos que buscam em suas vivências um universo de opções para direcionar suas ações, formadas com base na cultura que estrutura suas escolhas.

Para o autor, as práticas informacionais estão vinculadas à formação de um sujeito interativo e em construção permanente que se dá por uma relação de elementos heterogêneos que cooperam entre si. Sem atribuir uma ordem de importância aos constituintes dessa relação, os valores que direcionam suas escolhas são os mesmos ensinados a esse sujeito, sobre como funciona o mundo, o qual atribui a este conhecimento, categorias inscritas em enquadramentos sociais. Nesse sentido, as práticas informacionais caracterizam-se como sendo uma das formas de olhar para os sujeitos, um modo de se compreender os atores sociais e suas relações informacionais que incluem percepções, escolhas e apropriações da própria experiência.

A compreensão das práticas informacionais dos sujeitos apresentada por Savolainen (1995) foi baseada em uma pesquisa empírica realizada com dois grupos, um formado por

professores e outro por trabalhadores com escolaridade inferior e carga horária de trabalho superior, além de limitações no tempo de lazer em relação ao primeiro grupo. O autor constatou que os grupos se distinguiram qualitativamente quanto à percepção e à limitação na apropriação da informação. Para Savolainen, alguns elementos sociais presentes na relação cotidiana dos sujeitos da pesquisa, entre eles os recursos materiais, referente à classe social e o capital cultural que possuem, conformavam as possibilidades que os sujeitos tinham de acionar esses recursos e as formas e possibilidade de experimentação e vivência, além do capital cognitivo também amplamente influenciado, referente ao conhecimento já apropriado, ligado à forma como o sujeito pensa o mundo.

A realidade social é composta por aspectos objetivos e subjetivos, interiorizada no processo contínuo da experiência humana que constitui o social. Nesse aspecto, quanto ao contexto informacional, a informação recebe do sujeito um *status* decorrente de um conhecimento prévio construído e apropriado intersubjetivamente, ou seja, para que uma determinada informação serve. Nesse sentido, observa-se a desnaturalização das ações dos sujeitos, desfazendo-se da ideia de elementos desconectados, que colocam a informação e os sujeitos separados. Os sujeitos não são simples intérpretes das representações do mundo que os compõem, atribuindo supostamente ao homem a condição de consumidor do social, ou seja, do mundo informacional, entendido como pronto, acabado, que está à disposição e independe da sua ação.

Em conformidade com as investigações de Savolainen (1995), Araújo (2012) e um conjunto de outros autores da CI, indicam que as práticas informacionais não podem ser baseadas na explicação unicamente racional e abstrata de conformação das necessidades, busca e uso da informação, mas da gênese da experiência cujas construções intersubjetivas, embasam as relações informacionais dos sujeitos. Nesse aspecto, o conceito de práticas informacionais evoca os conceitos de interação e cultura para compreensão

das ações dos sujeitos, referente tanto às suas escolhas informacionais, quanto ao seu valor e significação que se dá no interior das experiências de vida.

As práticas informacionais são conformadas nas ações dos sujeitos, influenciadas por processos conscientes e inconscientes, que perpassam as interações sociais, em que pessoas e informação, embora diferentes e independentes, constituem-se em uma relação de reciprocidade no campo dos significados. Com essa compreensão, o conceito de cultura ocupa um lugar importante na discussão, de modo que se consideram os valores dados à informação pelos sujeitos, baseados nas atribuições construídas no contexto, bem como sedimentadas pelos valores socialmente construídos (BERTI; ARAÚJO, 2017). Em corroboração Geertz (1989) defende o conceito de cultura antropológico, considerando que ao mesmo tempo que os sujeitos recorrem aos significados para compreensão do mundo, contribui para produzi-los e reforçá-los.

Nesse sentido, os estudos de práticas informacionais ancorados na perspectiva social, têm se consolidado a partir das críticas atribuídas aos aspectos do comportamento informacional, vinculado às características individuais dos sujeitos, restringindo-se ao indivíduo interpretativo. A compreensão pragmática da constituição do social tem reforçado que o sujeito é atuante permanente no processo de significação da informação, construído pela experiência que conduz suas ações pela intencionalidade. O sujeito da pragmática é ativo e produtor de informação e de conhecimento, se distanciando de um usuário passivo e consumidor de uma informação de sentido único, frequentemente encontrado nas abordagens tradicional e cognitiva.

De acordo com Dewey (1979, p. 92) na teoria da experiência, quando um sujeito se encontra passivo, tais atitudes ocorrem por parte de um indivíduo isolado no interior de um grupo social, gerando por consequência “[...] a rigidez e a institucionalização formal da vida, e os ideais estáticos e egoístas” do ser humano. Não é uma condição

estimulante e propícia à formação das possibilidades de análise da realidade, a qual, por ser restritiva, o próprio sujeito está renunciando à sua vida ativa e à capacidade de reflexão que envolve a condição inerentemente humana de interação social, que se associa à formação do pensamento humano, à racionalização das ações, compreendidas como conhecimento.

No campo científico, as primeiras pesquisas com abordagens integrativas, associativas, surgiram no Século XX, momento em que passaram a compreender tanto a sociedade, como os sujeitos, constituídos por categorias mais complexas, diferenciando-se dos paradigmas anteriores, fortemente ancorados no cognitivismo. O paradigma científico integrativo inclui o aspecto fenomenológico nos quais as categorias intervenientes consideram a negociação interior e pública dos sujeitos, quanto aos valores sociais e à intencionalidade que os envolvem nas ocorrências cotidianas (LATOUR, 2012). Nesse sentido, ao tratar de práticas informacionais, os limites não são absolutos e rígidos entre as abordagens, mas um exercício proposto conforme ao que a investigação pretende alcançar e responder.

Na perspectiva social, presente nas investigações de práticas informacionais, ao contrário de dicotomias entre cognitivo X interação, emerge nas ações a complementação de ideias em patamares de complexidade. A interação presente na formação do conhecimento se apresenta como "ação recíproca", que põe em relevo o fato de uma ação ou influência exercida por algo ser também afetada por esse algo em vários segmentos da vida humana. Numa abordagem interacionista e pragmática, o sujeito não é totalmente determinado pelo contexto em que está inserido, "nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, mas não é mecânica nem absoluta, é interpretada e alterada pelo sujeito" (ARAÚJO, 2012, p. 149).

Na concepção das práticas informacionais, a informação e a formação do conhecimento são entendidas a partir das relações de construção interpretativa, associativa e

integrativa, conforme as experiências pessoais de cada indivíduo, e das significações atribuídas a partir da dimensão intersubjetiva, baseadas nas interações múltiplas, próprias dos seres humanos. À medida que as informações provocam a ação mental do indivíduo e passam a ser aplicadas em situações do cotidiano, reforçam o arsenal cultural institucionalizado por meio do funcionamento sócio-histórico, como defende Marteleto (1995). Como ocorrem as relações e interações dos sujeitos, como a metáfora da teia proposta por Geertz (1989), a questão informacional é um emaranhado de pontos que formam uma substância e se sustenta a partir das ligações que fazem, como prevê a perspectiva pragmática, que se liga a situações peculiares, podendo assumir outros sentidos em outros pontos, concebendo novos conhecimentos.

Em corroboração, Latour (2012) aborda o entendimento das relações associativas à construção do conhecimento; para o autor, a ideia de uma entidade social pronta e acabada, desloca erroneamente o conceito de informação, impedindo, por vezes, a compreensão de sua natureza pragmática e da virtualidade da mudança constante. Da mesma forma, é um equívoco conceber a construção do conhecimento como peças justapostas, que não consideram a reflexão, a ponderação e a imaginação, condições que se dão tanto no âmbito individual, quanto no social em uma atividade simbiótica.

Para Dewey, a interação dos sujeitos que formam as práticas informacionais é o diálogo constante da consciência e da vida pública dos sujeitos, vivido no meio social, o que ele chama de transação. O termo remete a uma negociação dos sujeitos à adaptação e ajustamento, na intenção de transformar o meio natural, social e cultural. Dessa forma, na negociação entendida por Dewey como uma necessidade para ajustar a realidade, os sujeitos estão, eles próprios, suscetíveis a sofrerem alteração. Dewey entende que a dinâmica de interação e cooperação consiste na experiência dos sujeitos, sendo que o meio ou a situação é qualquer condição que interage com as necessidades pessoais, desejos,

objetivos e capacidades à criação da experiência, ou seja, ligadas às condições objetivas e internas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as experiências dos sujeitos, por exemplo, no contexto da Pandemia. Cada qual guiado por um conjunto de valores que os identificam a determinados grupos sociais e formas de pensar. Contudo, ao mesmo tempo que os sujeitos e os grupos se constituem de múltiplas formas, ligam-se e desligam-se a tantos outros fatores, como econômicos, culturais e pessoais, com desdobramentos como: o tipo de trabalho que exercem, se tem ou não religião, partido político e o atual estado de saúde. Essas são particularidades consideradas em pesquisas sobre fenômenos informacionais, envolvem processos sociais, cognitivos e comunicacionais que precisam ser levados em conta para se compreender os valores que formaram a ideia por detrás das ações dos sujeitos. São configurações que se atravessam e se apresentam em práticas, meios, recursos e linguagens em uma expansão indefinida para determinados fins.

Busca-se compreender os sujeitos, suas interações e negociações reflexivas no processo de significação da informação por meio das investigações de práticas informacionais – desenvolvidas pela abordagem social, envolvendo um movimento de construção de valor que se liga na ordem da antecipação, ação e proposição em um continuum. Nessa acepção, a discussão sobre o valor da experiência à formação do conhecimento, teve como objetivo destacar a necessidade de aproximação dos sujeitos envolvidos nas pesquisas para o exercício analítico das práticas informacionais, procurando o valor das ações, nas vivências, nas contradições e nos elementos que os motivam a agir de uma determinada maneira. Para tanto, faz-se necessário se embrenhar em aspectos transversais da vida cotidiana e das ocorrências presentes nos fatos das investigações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

BERTI, I. C. L. W; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017.

BOURDIEU, P. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. London: Routledge, 1984.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

DEWEY, J. Experiência e Método Filosófico. *In*: DEWEY, John. **Experiência e Natureza**. São Paulo: Abril, 1974.

DEWEY, J. **Como pensamos**: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo (uma reexposição). São Paulo: Nacional, 1959.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

MOREIRA, Carlos. O. F. **Entre o indivíduo e a sociedade**: um estudo da filosofia da educação de John Dewey. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking approaching information seeking in the context of “way of life”. **Library & Information Science Research**, Norwood, NJ, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

A CATEGORIA DE COTIDIANO EM AGNES HELLER COMO CONTRIBUTO PARA AS PESQUISAS EM PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Gabrielle Francinne de S. C. Tanus

1 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM DIREÇÃO AO COTIDIANO

As pesquisas que se voltam para os usuários têm três distintas abordagens comumente conhecidas: a tradicional, a alternativa e a sociocultural. Sobre essa trajetória, há uma diversidade de publicações que visam recuperar esse desenvolvimento antes fortemente marcado pela centralidade atribuída aos sistemas, depois aos usuários, e mais, recentemente, aos indivíduos em um duplo movimento de compreensão como sujeitos informacionais estruturantes e que estruturam a sociedade. Os modelos esquemáticos, divididos em fases, possibilitam um agrupamento a partir da centralidade das características que se sobressaem em cada um dos distintos momentos, os quais podem ainda ser relacionados com os paradigmas da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2010; TANUS, 2014). Essas sínteses trazem, por seu turno, uma visualização didática e panorâmica de um processo complexo e o próprio desenvolvimento das pesquisas localizadas dentro do que, no Brasil, convencionou-se chamar de "Estudos de usuários da informação".

Dado nosso enfoque, concentraremos nosso texto, nesse último momento, no "paradigma social", em que se localizam as pesquisas sobre "práticas informacionais". Como já dito, apesar da possível interpretação de substituição de uma abordagem pela outra é válido destacar que elas coexistem, a depender do problema e do objetivo da pesquisa proposto pelo(a) pesquisador(a). Interessa-nos olhar para os sujeitos como "seres sociais" que constroem a vida social, afastando-nos das concepções de naturalidade, isolamento e

autonomia irrestrita. Como bem posto por Marilena Chauí, a vida social é resultado da ação humana, em que coexistem os

> [...] seres humanos em conformidade com símbolos, práticas, crenças, costumes, valores, regras, normas e leis que definem a identidade de cada um dos participantes da relação, definindo as maneiras como se relacionam e o sentido que conferem às suas ações recíprocas (CHAUÍ, 2013, p. 11).

É esse duplo movimento que nos interessa, ao investigar as práticas informacionais:

> [...] constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO, 2017, p. 21).

Decerto, o envolvimento com as diversas correntes, escolas e modelos teóricos advindos das Ciências Sociais e Humanas potencializam o diálogo, o olhar integrativo e compreensivo das pesquisas sobre práticas informacionais. São os diversos conceitos e as teorias advindos, em particular, da Sociologia, da Antropologia e da Filosofia, que conformam e redirecionam os "estudos de usuários" no caminho das práticas informacionais vistas como 'práticas sociais'

(MARTELETO, 1995, SAVOLAINEN, 2007). Por seu turno, compreendemos a prática social como manifestação de uma determinada sociedade que é construída pelos sujeitos sociais, sendo vista como uma macro instância (estrutura social) que produz de forma consciente e inconsciente, as práticas informacionais que se localizam dentro dessa realidade marcada por processos sociais, culturais, econômicos, políticos, ideológicos e de poder.

Assim, as práticas informacionais são também práticas sociais que podem ser investigadas a partir da "teoria da prática" de Pierre Bourdieu, que buscou superar as dicotomias entre a macrossociologia de um lado, e a microssociologia[3], do outro lado, estabelecendo um novo olhar para compreender a sociedade e os indivíduos de modo relacionado, integrado e processual. A "Sociologia relacional" tem como um dos principais representantes dessa superação dicotômica o sociólogo Pierre Bourdieu que discute de maneira holística sobre as relações objetivas *versus* subjetivas, coletivo *versus* indivíduo, externacionalização *versus* internacionalização, agência *versus* estrutura, fazendo confluir as "estruturas objetivadas" e as "estruturas incorporadas" em uma "filosofia da ação", uma "teoria da prática" (BOURDIEU, 2000).

A ação não é vista como uma prática descolada da malha da sociedade, e nem a prática deve ser vista como uma ação despretensiosa ou mero ato de fazer algo. O agente social, em processo de interação com outros agentes, produz e resulta efeitos de força e de poder, que por sua vez, estão vinculados aos espaços e às condições sociais, materiais e de acumulação

[3] A compreensão da sociedade a partir das estruturas, das coletividades é a tônica da macrossociologia, que tem como exemplos as seguintes escolas de pensamento, o marxismo, o estruturalismo, o culturalismo. A microssociologia, parte das ações individuais dos sujeitos e das interações subjetivas para compreender a sociedade, como fizeram o interacionismo, a fenomenologia e a etnometodologia, marcando a vertente nomeada de "construção do social" que pode ser percebida na literatura da Biblioteconomia (TANUS, 2016).

de capital econômico, cultural ou simbólico. Renato Ortiz (2002, p. 155) deixa claro que com Bourdieu:

> A ação não pode ser mais considerada como simples execução, mas é o núcleo de significação do mundo, pois nesta concepção, a sociedade não existe enquanto totalidade, mas como intersubjetividade, cuja origem encontra-se na manifestação do sujeito.

Essas ações intersubjetivas se ligam a outro conceito essencial é o de *habitus* que se funda em um duplo movimento individual e social, conformando um enfoque praxiológico. A internacionalização subjetiva se faz a partir de um mundo objetivo, isto é, de disposições estruturadas e estruturantes que organizam as formas como os agentes percebem e reproduzem o mundo social. O modo de agir, sentir, pensar dos indivíduos estão relacionados com a incorporação do capital cultural, que se vincula a estrutura social onde os agentes sociais se localizam e realizam suas práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 1996). É nessa direção relacional entre o indivíduo e a sociedade que se localizam as pesquisas sobre práticas informacionais, claramente, influenciadas, pela praxiologia de Pierre Bourdieu.

Um dos expoentes é Reijo Savolainen (1995), que criou um modelo para estudar a informação no domínio da vida cotidiana, nomeado de *Everday Life Information Seeking* (ELIS), isto a partir de uma leitura bourdieusiana, fortemente, ancorada no conceito de *habitus*. Savolainen (1995) mobiliza uma crítica quanto aos estudos de "comportamento informacional", e à escola behaviorista, que influenciou uma diversidade de estudos de usuários nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. O autor deixa claro que, embora os conceitos de comportamento e de práticas possam se relacionar, eles também se afastam drasticamente, a começar pelo poder de nomear e pela via da discussão teórica e, tendo em vista, o ponto de vista do

cognitivismo, do primeiro, em contraposição ao do construtivismo social, do segundo (SAVOLAINEN, 2007).

Os estudos sobre práticas informacionais vêm se conformando, portanto, como outro modo de fazer as pesquisas que visam compreender dos sujeitos em seu cotidiano e suas relações tecidas com o mundo, em que a informação é um dos fenômenos de interesse nessa complexidade que é a vida em sociedade. As práticas vão ao encontro analítico de perceber as estruturas sociais nas ações dos sujeitos na vida cotidiana. Vários são os autores e as autoras que compartilham das pesquisas sobre práticas informacionais, como: Pamela J. Mckenzie, Tami Oliphant, Sanna Talja, Alison Yeoman, Bryan Kalms, Jenna Hartel, Mary Cavanagh, entre outros. No Brasil, tais pesquisas em práticas informacionais passaram a assumir um espaço maior mais recentemente, isto é, na última década, em particular, nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Em síntese, percebemos um deslocamento teórico e conceitual que vem sendo realizado nos estudos das práticas informacionais e uma forte influência das Ciências Sociais e Humanas nas pesquisas tanto no âmbito internacional quanto no nacional.

Dentre os conceitos que estão sendo rediscutidos a partir do olhar das práticas informacionais estão os de usuário/sujeito, contexto, informação, conhecimento, cultura, imaginação e sociabilidade (ROCHA; GANDRA, 2018; ARAÚJO, 2015). É, preciso, portanto, compreender essa "virada" realizada para que não caiamos em anacronismo de conceitos nas pesquisas de práticas informacionais. Colocamos luz, em particular, em um dos conceitos caros das Ciências Sociais e Humanas, que é o de **cotidiano**, o qual está intimamente relacionado à "Sociologia do cotidiano". Segundo Pais (1986), não se deve entender o quotidiano do senso comum como sendo algo trivial ou o que se sucede habitualmente, com a rotina, aproximando-se de uma certa banalidade e monotonia. Nas análises acerca do cotidiano caberia para além de uma certa rotina, perceber o extraordinário, o excepcional, a aventura, o inesperado, o

sonho dentro de uma possível rotina da vida cotidiana (PAIS, 1986).

O conceito teórico do cotidiano pode ser o fio condutor da compreensão do conhecimento na/da sociedade. Nessa direção, o cotidiano é um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais (PAIS, 1986, p. 8). A constituição de uma sociologia da vida cotidiana impõe que o seu objeto ultrapasse a ordem das trivialidades, de tal forma que seja possível compreender a vida social em seus múltiplos aspectos (PAIS, 1986, p. 17). O desafio dessa sociologia específica é fazer combinar dentro dela as análises sociológicas macro e micro, em uma dimensão relacional dos fenômenos e da vida social. E nessa perspectiva da "Sociologia do cotidiano" estão diversos autores, como, por exemplo: Georges Balandier, Claude Javeau, Michel Maffesoli, Henri Lefebvre, Erving Goffman, Mauro Wolf, Christian Lalive d'Epinay, Michel de Certeau, Boaventura de Sousa Santos e Ágens Heller.

Tais autores conformam diversas correntes sociológicas dentro dessa sociologia específica nomeadas de Formalismo, Interacionismo, Marxismo e Fenomenologia do quotidiano (PAIS, 1986). É preciso conhecer o pensamento sociológico de cada um desses autores antes de assumir como ferramental teórico-metodológico para as pesquisas, tendo em vista as especificidades de cada um em sua jornada científica. Como Michel de Certeau e Ágens Heller, por exemplo, embora se aproximem pela via do cotidiano, os caminhos de entendimento são diferentes. Segundo Aguiar e Herschmann (2014), Heller não visa observar as práticas exercidas nos atos da vida cotidiana, como ocorre com "A invenção do cotidiano" (CERTEAU, 1994). Para esse autor, de tradição fenomenológica, interessam o "mundo diário", as "mil maneiras de fazer", as performances, as táticas, as fabricações, as invenções e as práticas cotidianas dos sujeitos. Assim:

> O cotidiano, para Certeau, seriam essas artes e não os fatos da sociedade ou os produtos da cultura. Através de uma teoria interpretativa, igualmente dialética, tal como a abordagem de Heller, seu objetivo é mostrar as ações dos atores envolvidos no mundo social, os sentidos latentes desses atos e suas funções sociais (AGUIAR; HERSCHMANN, 2014, p. 10).

Neste texto, concentramo-nos em Ágens Heller com vistas a abrir caminhos de seus escritos, em especial, para a "teoria do cotidiano", para que possa ser um dos caminhos teóricos para as pesquisas de práticas informacionais. Destacamos, em tempo, que Ágnes Heller, filha de pais judeus, nasceu em Budapeste, em 12 de maio de 1929, e em, 19 de julho de 2019, faleceu na Hungria aos 90 anos. Foi uma filósofa húngara, professora de Sociologia na Universidade de Trobe, na Austrália, que também lecionou na *New School for Social Research*, em Nova Iorque. Foi aluna e assistente de Georgy Lukács, principal expoente marxista, sobretudo, no campo da Estética e da Ontologia do Ser Social. Heller foi considerada por Lukács como o membro mais produtivo do grupo de intelectuais denominado de Escola de Budapeste. Esse grupo tinha o objetivo de formular uma linha de pensamento baseada nos escritos teórico-filosóficos de Lukács e fazer uma releitura da obra marxiana, no sentido de uma maior compreensão do método em Marx (VERONEZE; MARTINELLI 2015).

É a partir das contradições expostas na obra de Marx que Agnes Heller redefine o lugar do sujeito (do indivíduo), diferente da compreensão exposta pelo materialismo histórico que, grosso modo, se concentra no desenvolvimento histórico e sociocultural a partir dos modos de produção econômico, da vida material das sociedades. A autora traz todos os homens [seres humanos] para compor o motor da História de modo individualizado a partir do olhar do mundo na vida cotidiana, sem, contudo, deixar de pensar na

macroestrutura. Segundo Veroneze e Martinelli (2015), suas obras, escritas até 1978, são marcadas pela influência marxista e trazem importantes contribuições para a consolidar a consciência ética e política do ser social, tendo como base a ontologia do ser social, a sua teoria sobre a vida cotidiana e de seus escritos direcionados à consciência ética e política. Portanto, é sobre esse momento, de sua vida e obra que iremos debruçar para compreender o cotidiano, um lugar privilegiado da vida cotidiana em que o sujeito histórico, o ser social se funda e é fundado, num duplo movimento.

Compreendemos também esse sujeito, como ser social particular, que carrega sua condição de singularidade e de humano-genérico. Portanto, não é um ente natural, mas o responsável pelo processo histórico, por sua humanização e pela própria humanidade. As principais obras de Agnes Heller mobilizadas são: "Sociologia da vida cotidiana" (primeira edição original húngara foi publicada em 1970) e "Cotidiano e história" (traduzido e publicado pela Editora Paz e Terra no Brasil, em 1972).

2 O COTIDIANO COM AGNES HELLER

A vida cotidiana do ser humano, sob o ponto de vista de Agnes Heller, é o conjunto de atividades cotidianas e não-cotidianas que caracterizam a reprodução dos "homens particulares", os quais, no âmbito da estrutura social ocupam espaços na divisão social do trabalho. Para Rossler (2004), leitor de Heller, a vida cotidiana é constituída a partir de três tipos de objetivações do gênero humano (objetivações genéricas em-si), que constituem a matéria-prima para a formação elementar dos indivíduos: a linguagem, os objetos (utensílios, instrumentos) e os usos (costumes) de uma dada sociedade. Já as esferas não-cotidianas se constituem a partir de objetivações humanas superiores (objetivações genéricas para-si), isto é, mais complexas, como as ciências, a filosofia, a arte, a moral e a política. São esses níveis distintos que possibilitam a produção e a reprodução da vida cotidiana e, mas também mais do que isso, perceber o grau de desenvolvido, isto é, o processo histórico da humanidade.

As reproduções e as particularidades da vida dos homens os colocam como únicos e como construtores de uma determinada sociedade. Assim, a vida cotidiana compreende o "ambiente imediato" do sujeito e, "[...] em particular, se reproduz a si mesmo a seu mundo (pequeno mundo) diretamente e em conjunto com a sociedade (grande mundo) de modo indireto" (HELLER, 1987, p. 25). Por mais que todos nós compartilhemos necessidades comuns, como comer, dormir, entre outras, ninguém é igual a ninguém, não comemos e nem dormimos da mesma maneira, do mesmo modo. A vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à importância que é atribuída a cada uma das atividades. O mundo, inclusive antes do nascimento de cada homem e de cada mulher, em particular, é posto em processo, como, por exemplo, a linguagem, a cultura, os costumes. O cotidiano define cada indivíduo em particular e envolve a socialização desse sujeito que se forma com e por meio da sociedade. Heller (1985, p. 18) assevera que:

> O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.

Esses são os sujeitos produtores da vida em sociedade. E em toda sociedade há uma vida cotidiana que se objetiva de diferentes formas, e todo homem e mulher, seja qual for o seu lugar que ocupa na divisão social do trabalho, tem uma vida cotidiana, que é a vida comum do indivíduo, marcada pelo cotidiano e pela socialização que requerem normas e valores da sociedade e criam um "cotidiano rotinizados", conforme expõe criticamente Leite (2010). Para a autora, amadurecer a vida cotidiana significa assimilar as relações sociais, o mundo

da vida e de sua reprodução social. Então, o cotidiano é a vida de todo ser humano, “é a vida do homem inteiro”, e mais é “a reprodução do homem, em particular, é sempre reprodução de um homem histórico de um particular em um mundo concreto” (HELLER, 1987, p. 21). Nesse duplo envolvimento, o indivíduo e a sociedade, são produzidos e reproduzidos socialmente:

> Nenhuma sociedade pode existir sem que o homem particular se reproduza, assim como nada pode existir sem reproduzir-se simplesmente. Por conseguinte, em toda sociedade há uma vida cotidiana e todo homem, seja qual for seu lugar ocupado na divisão social do trabalho tem uma vida cotidiana (HELLER, 1987, p. 19).

É importante ressaltar que, se essa reprodução sem uma tomada de consciência do ser social, ele será conduzido a um processo de alienação. A condução da vida do homem, de modo crítico e autônomo, é ameaçada pela assunção de "papéis sociais" que cumprem uma condição social de manipulação que acaba levando-o à alienação. Isto porque a individualidade, a particularidade do sujeito, cede espaço ao comum, ao conformismo e abre caminhos para uma unidade genérica que segue determinadas regras sociais generalizáveis. E quando essa exterioridade suplanta a interioridade, esse movimento empobrece e aliena o homem. Contudo, é válido destacar que essa manipulação não é indefinida em qualquer direção ou aplicada em todo momento, porquanto sempre existe um ponto limite (HELLER, 1985).

Para Agnes Heller, o mundo da vida preexiste e se soma com a particularidade da ação humana que é produtora e transformadora. Assim, o/a pesquisador/a precisa compreender a influência de autores como Lukács, Marx e as devidas implicações do pensamento marxiano na construção de sua teoria do cotidiano. O caminho da autora transita entre

o macro e o micro, porque compreende que o homem, imerso no cotidiano e consciente da totalidade, pode encontrar caminhos para transformar o cotidiano no mundo de certo modo estável, com regras de convivência e regras sociais postas antes mesmo de sua chegada. Os aspectos objetivos da existência social humana possibilitam observar o desenvolvimento histórico da humanidade. Para Heller, a formação do indivíduo na vida cotidiana é estruturada por formas de pensamento que são fulcrais tanto para sua reprodução individual quanto para a construção da sociedade.

Diante disso fica claro o duplo movimento de relação e de construção entre o indivíduo e a sociedade, em que nos interessa olhar para o "sujeito informacional" como esse ser social que imerso no cotidiano, consegue perceber a si e aos outros em determinada sociedade e tempo histórico. Perceber o mundo da vida onde se localiza esse sujeito social que age e pensa é um dos interesses da teoria do cotidiano sob essa influência helleriana. Compartilhamos da centralidade posta pelas práticas informacionais nesse sujeito imerso na vida cotidiana e pela:

> [...] compreensão de todo o processo da relação socioinformativa dos sujeitos, considerando, em especial, os contextos, em vez de um foco somente em um momento recortado de uso, de contato físico e/ou virtual com a informação. E é pelo foco nos contextos e relações que a ideia de sujeito informacional parece se adequar melhor à perspectiva das práticas informacionais e não à da tipificação de ações, comum nos estudos de comportamentos informacionais (CRUZ; ARAÚJO, 2020, p. 18-19).

Em suma, é preciso entender que o conceito de usuário é inadequado para os estudos que visam discutir sobre o agenciamento e a relação entre os indivíduos (seres humanos) e entre os objetos informacionais (objetos significativos,

produtos sociais) nos contextos sociais, econômicos e culturais. Esse "sujeito informacional" não está dissociado de sua dimensão humana e social que é amparada pelos estudos das Ciências Sociais e Humanas (DAY, 2011). Por sua vez, há que se colocar luz no cotidiano desse sujeito, que interfere nas relações e nas construções sociais e é interferido por elas. Compreender a dimensão informacional na vida do sujeito como uma prática social, política e ética é o caminho adequado para o aporte dos estudos sobre práticas informacionais. Sem o conceito de cotidiano ou de vida cotidiana, as práticas informacionais correm o risco de se esvaziar da profundidade analítica que lhe é requerida como um traço distintivo. Todos nós, independentemente do estágio de consciência histórica, somos lançados por inteiro no mundo em funcionamento e vivemos nossas vidas, todos os dias, em uma sociedade com potencial de se transformar pela via da ação e consciência comprometida do sujeito social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A análise da vida quotidiana pode e deve, portanto, contribuir para despertar a sociologia de um prolongado sono, ora excessivamente empiricista, ora excessivamente positivista. Eis, por conseguinte, como configuro a sociologia da vida quotidiana: espécie de lançadeira de tear, de um lado para o outro, num movimento pendular, cerzindo no universo social as micro e as macroestruturas (PAIS, 1986, p. 51).

É com esse movimento pendular que compreendemos os estudos das práticas informacionais, que são pesquisas que visam superar a dualidade entre os indivíduos e a sociedade, como se cada uma dessas instâncias fosse dissociada da realidade social. Decerto, os estudos de usuários têm a tradição de investigar os sujeitos, mas reduziram seu papel social ao de informantes de questionários e, depois, de

entrevistas. E apesar de essas falas serem deveras importantes, o imbricamento desse sujeito na vida cotidiana com a realidade social acabava em segundo plano, isso quando era descortinado pelo(a) pesquisador(a). Reiteramos que, embora as pesquisas de "comportamento informacional" concentrem no usuário, este sujeito é visto como um indivíduo cognitivo dentro de um contexto restrito, o que provocou uma compreensão mais generalizada dos comportamentos, sem uma discussão mais articulada, ou melhor, verticalizada sobre como os fenômenos informacionais intersubjetivos estão imbricados com os fenômenos sociais e históricos.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar a importância desses estudos de comportamento informacional que incorporou conceitos e teorias das Ciências Sociais, bem como possibilitou uma construção teórica mais própria a partir dos estudos empíricos desenvolvidos com os diversos "tipos de usuários" para além do comumente mobilizado que eram da categoria dos cientistas das ciências exatas e naturais. A crítica aos estudos de comportamento informacional não é nova, já que foi a partir desse embate e da vontade de superar certas limitações que as práticas informacionais começaram a se sistematizar como uma outra possibilidade de estudos e de pesquisas. Obviamente, aqueles estudos de usuários centrados nas necessidades, busca e uso da informação são essenciais para diversas finalidades, razão por que não se tem o objetivo invalidá-los nem as futuras produções acadêmicas, as quais são importantes para compor agenda de pesquisa da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Não há definições unívocas tanto para o comportamento informacional quanto para as práticas informacionais, mas há diferenças teórico-metodológicas entre elas que impossibilitam dizer que são a mesma coisa (PINTO; ARAÚJO, 2019).

Há que se ressaltar que não interessa aos estudos das práticas informacionais entender o indivíduo como um usuário, mas como um sujeito social e histórico localizado

ativamente na malha complexa da sociedade. Portanto, o sujeito informacional é um ser social que constrói e se apropria das coisas do mundo que também é construído socialmente. Nesse contexto, nas práticas informacionais, o que interessa é o jogo de poder e de forças do microssociológico e do macrossociológico, porque o social existe a partir dos indivíduos, os quais existem a partir das normas, das instituições, dos valores e das representações que criam e absorvem em um duplo movimento de construção de subjetividades e objetividades, e não, a dualidade separada ora observada pela manifestação do paradigma objetivista e do paradigma interpretativo das Ciências Sociais, como observado nos referentes teóricos e nas dimensões aplicadas nos estudos de usuários (GONZÁLEZ-TERUEL, 2017).

Para realizar as práticas informacionais, o/a pesquisador/a precisa muito mais do que estar ao lado dos sujeitos, mas estar *com* eles ao longo do caminhar da pesquisa. A via qualitativa, a reflexão e a compreensão, o olhar particular, o singular e o ser-genérico e a vida dos sujeitos sociais e históricos interessam às práticas informacionais a partir do cruzamento com a teoria do cotidiano. Pais (1986) assevera que é contraproducente o embate sociológico de um olhar macro *versus* micro, sobretudo quando o cotidiano se (re)constrói efetivamente dentro e fora desses dois modelos de sociologia. A sociologia do cotidiano não é um retorno do indivíduo para fora do seu contexto social, como se as ações individuais fossem desprovidas das posições, dos efeitos de poder, das estruturas e das instituições sociais.

> Obviamente que a sociologia da vida quotidiana deve dar uma especial atenção à análise do situacional, geralmente identificada com os espaços microssociais. Em contrapartida, parece contraproducente supor que as práticas quotidianas aparecem dissociadas de

> determinados níveis contextuais (estruturais e institucionais). Como seria igualmente contraproducente vocacionar a sociologia da vida quotidiana para o estrutural e o institucional, desinteressando-a das situações e práticas diretamente observáveis (PAIS, 1985, p. 49-50).

Nessa mesma direção, estão as práticas informacionais que devem conjugar, no âmbito de suas pesquisas, o micro e o macro. O cotidiano - um conceito sociológico, uma instância da vida cotidiana - não deve ser ignorado nas pesquisas sobre práticas informacionais. O cotidiano é um conceito-chave empregado para se pensar nas práticas informacionais, e investigar essas práticas requer como pressuposto básico compreender o indivíduo no cotidiano, na cotidianidade. Como já dito, outro conceito caro aos estudos das práticas informacionais é o de *práxis*[4], trabalhado pelos "filósofos da *práxis*" como Marx, Lukács, Gramsci e Korsch, que buscaram dar uma resposta a partir de uma concepção totalizadora do social que levava a uma direção da emancipação absoluta da sociedade.

Agnes Heller também trouxe a discussão da *práxis* a partir do papel das massas nesse processo, expondo as necessidades humanas em cada um dos quatros tipos de *práxis*: reforma parcial, reforma geral, movimentos políticos revolucionários, revolução social total (BOLTVINIK, 2018). Essas discussões estão presentes no momento “pós-moderno” de Heller, e que a afasta das teorias totalizadoras marcadas pelos “ismos”, decerto, sua teorização da vida cotidiana a partir do indivíduo e da integração da filosofia política e reflexão ética, possibilitam uma aproximação de seu

[4] Essa discussão fecunda sobre a *práxis* pode ser conferida também nos autores: Theodor W. Adorno, Friedrich Pollock, Rosa Luxemburgo, Richard J. Bernstein, Ira J. Cohen, Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Paulo Freire, entre outros.

pensamento com uma "antropologia social" (RIVERO RODRÍGUEZ, 1996).

Por fim, dentre os autores localizados na sociologia especializada sobre a "teoria do cotidiano", elegemos Agnes Heller, em razão de seus contributos para esse campo de estudos das Ciências Sociais e Humanas e, mais recentemente, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. As práticas informacionais também devem se valer de seus conceitos e teorias para construir melhor suas investigações em uma direção crítica, política e ética. Pensar nos indivíduos como sujeitos sociais produtores da vida cotidiana, em meio às contradições sociais, abre caminhos para mudar a realidade por meio da *práxis*, isto é, de ações sociais realizadas pelos sujeitos em prol da transformação da e na vida de homens e mulheres dotados de individualidade, particularidade e genericidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Lívia de Sá Roriz; HERSCHMANN, Micael. VIDA COTIDIANA: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 1, n.5, p. 1-16, dez. 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são "práticas informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, número especial, out. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...] João Pessoa: ENANCIB, 2015.

BOLTVINIK, Julio. Ágnes Heller y la concepción de las necesidades humanas. **Acta sociológica**, v. 76, p. 45-87, mayo/ago., 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papirus, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena de Souza. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CRUZ, Ruleandson do Carmo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos Ibero-Americanos. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 1, p. 1-22, mar. 2020.

DAY, Ronald E. Death of the user: Reconceptualizing subjects, objects, and their relations. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n.1, p. 78-88, 2011.

GONZÁLEZ-TERUEL, Aurora. Referentes teóricos y dimensiones aplicadas en el estudio del usuario de la informacion. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.; RABELLO, Rodrigo. **Informação**: agentes e intermediação. Brasília: IBICT, 2017.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1987.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

MARTELETO, Regina. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p. 89-93, 1995.

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. **Análise Social**, v. 12, n. 90, p. 7-57, 1986.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 3, p. 15-33, jan. 2020.

RIVERO RODRÍGUEZ, Ángel. De la utopía radical a la sociedad insatisfecha. *In*: HELLER, Agnes. **Una revisón de la teoría de las necessidades**. Barcelona: Editorial Paidós, p. 9-55, 1996.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566–595, maio/ago. 2018.

ROSSLER, João Henrique. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 100-116, abr., 2004.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking: Approaching information seeking in the context of "way of life." **Library & Information Science Research**, v. 17, n. 3, p. 259-294, apr. 1995.

SAVOLAINEN, Reijo. Information Behavior and Information Practice: Reviewing the "Umbrella Concepts" of Information-Seeking Studies. **The Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, jul./dez. 2014.

TANUS, Gabrielle Francinne. A biblioteconomia e a "construção do social". **Revista Interamericana de Bibliotecología,** v. 41, n. 2, p. 167-178, mayo/ago. 2018.

VERONEZE, Renato Tadeu; MARTINELLI, Maria Lúcia. Fundamentos para a consciência ética e política do ser social: ensaio sobre Agnes Heller. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, p. 405-428, jul./dez. 2015.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E INSTRUMENTAIS

Janicy Aparecida Pereira Rocha

> *Cognition is not just 'in the head'; it extends well beyond the skull and the skin.*[5]

1 INTRODUÇÃO

Comumente, na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o sujeito que estabelece contato com a informação (ou que potencialmente pode vir a fazê-lo) é denominado usuário da informação, tornando-se sujeito de pesquisa da subárea estudo de usuários. Araújo (2013) alerta que, nos últimos anos, ampliações nessa subárea demandaram abordagens de pesquisa que integrassem o caráter individual e coletivo das ações dos usuários e o entendimento destes como inseridos em contexto. Essas ampliações marcam o percurso histórico da subárea, caracterizado pela transformação do usuário passivo em sujeito social ativo que interage com a informação, construindo-a coletivamente e sendo, também, por ela construído.

Tal percurso, geralmente, é descrito a partir de três abordagens de estudo: tradicional, alternativa e sociocultural. O foco dos estudos pertencentes à abordagem tradicional volta-se para o planejamento e a melhoria dos sistemas de informação, a partir da identificação de padrões de uso, geralmente com uma abordagem quantitativa. O foco dos estudos vinculados à abordagem alternativa desloca-se dos sistemas para os usuários, sendo conduzidos de forma qualitativa, muitas vezes sob a perspectiva do

[5] ELLIS, Nick C. Essentials of a theory of language cognition. **The Modern Language Journal**, v. 103, p. 39-60, 2019.

comportamento informacional. Neles, os usuários são compreendidos como seres individuais que, movidos por necessidades, procedem a buscas com o objetivo de preencher lacunas informacionais. Na abordagem sociocultural, os estudos, também qualitativos, passam a considerar os usuários e suas ações como indissociáveis de seu contexto, sendo a informação uma construção intersubjetiva.

Ao considerar ambos – sujeito e informação – sob esse prisma, bem como a complexidade da interação entre ambos, o usuário da informação passa a ser referenciado como sujeito informacional (ARAÚJO, 2013). O termo usuário permanece uma referência adequada para quem acessa e usa a informação para preencher lacunas, mas torna-se insuficiente para designar sujeitos sociais que não apenas usam, mas também se apropriam, produzem e disseminam a informação. As formas como esses sujeitos sociais interagem com a informação podem ser entendidas como práticas informacionais (SAVOLAINEN, 2007) em uma referência às suas atividades como sujeitos ativos, para os quais a informação e o conhecimento não são "meramente cumulativos" (ARAÚJO, 2013, p. 17), mas construídos socialmente de forma contínua.

O estudo das práticas informacionais, mais que identificar lacunas informacionais e estratégias ou ações empreendidas para preenchê-las, "[...] busca compreender a relação de cada ação do sujeito com a cultura, com os referenciais sociais que o cercam e influenciam. Investiga-se o significado que as ações têm para o próprio sujeito que as realiza [...]" (GANDRA, 2017, p. 93). Para tanto, confere-se ao sujeito o papel de protagonista em suas "ações ordinárias diretamente relacionadas à informação" (NUNES, 2014, p. 172). A perspectiva de práticas informacionais assume pressupostos condizentes com essa demanda de integrar o caráter individual e coletivo das ações dos sujeitos informacionais inseridos em contextos socioculturais, porém ainda carece de constructos teóricos que possibilitem sua operacionalização.

Assim sendo, no presente capítulo[6] objetiva-se apresentar a Cognição Distribuída como perspectiva teórico-metodológica adequada para operacionalizar pesquisas em conformidade com a perspectiva de práticas informacionais. Seus principais pressupostos teóricos são apresentados e as três formas de distribuição dos processos cognitivos são indicadas como possíveis categorias para orientar a análise de dados. Adicionalmente, apresenta-se a etnografia cognitiva como alternativa metodológica para atender à postura etnográfica demandada pelos estudos de práticas informacionais.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS: UMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL

No livro "*The practice-turn in the contemporary theory*" Theodore R. Schatzki discorre sobre a denominada "virada da prática", movimento das teorias sociais que considera que "[...] fenômenos como conhecimento, significado, atividade humana, ciência, poder, linguagem, instituições sociais e transformação histórica ocorrem dentro e são aspectos ou componentes do campo das práticas." (SCHATZKI, 2001, p. 11, tradução da autora). Esses elementos, para o autor, se somam a artefatos e outros elementos não humanos que medeiam os nexos das práticas de forma que a ordem social pode ser definida a partir das relações estabelecidas entre elementos humanos e não humanos.

Nesse contexto, "[...] o social é um campo de práticas incorporadas, materialmente entrelaçadas, organizadas centralmente em torno de entendimentos práticos compartilhados." (SCHATZKI, 2001, p. 12, tradução da autora). Conforme o autor são várias as teorias da prática que buscam oferecer contribuições para a construção teórica e caminhos

[6] Capítulo derivado da tese "A produção do conhecimento como Cognição Distribuída: práticas informacionais no fazer científico", defendida pela autora em abril de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

empíricos de pesquisa para a compreensão da ordem social. Não obstante a multiplicidade e as diferenças entre si, as teorias da prática possuem como ponto de convergência a crença de que as práticas são a unidade básica de análise do social.

Apropriações das teorias da prática em estudos conduzidos nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Ciência da Informação, sob a perspectiva de práticas informacionais, são relatadas por autores como Cox (2012) e Isah (2012). Inclusive, Cox (2012) retoma o mencionado trabalho de Schatzki (2001) para frisar que, embora as comunidades de prática não sejam mencionadas por aquele autor, na Ciência da Informação essa é uma das mais conhecidas e utilizadas teorias da prática. Já Isah (2012) aponta o uso da Aprendizagem Situada de Lave e Wenger (1991) como frequente na área.

Na Ciência da Informação, o termo práticas informacionais tem sido adotado para referências a um conjunto de ações informacionais, construídas social, cultural e historicamente e mediadas materialmente (HARLAN, 2012; ISAH, 2012). O termo "informação em práticas sociais" (*information in social practices*) é sugerido por Cox (2012) para referências à apropriação das teorias da prática pelos estudos de usuários com o intuito de explorar como as atividades informacionais são "tecidas" através das práticas sociais. Todavia, prevalece entre os autores da área o termo "práticas informacionais", tal qual utilizado pelos pioneiros McKenzie (2001) e Savolainen (2007), que o propuseram como alternativa crítica ao conceito de comportamento informacional.

Sobre tal distinção, os estudos de comportamento informacional têm o foco direcionado ao sujeito cognitivo em detrimento da comunidade social (WILSON; SAVOLAINEN, 2009; HARLAN, 2012). Já os estudos de práticas informacionais enfatizam a natureza intersubjetiva, as interações e a produção coletiva do conhecimento em detrimento do foco no individual (LLOYD, 2010). Todavia, o foco no coletivo não exclui a subjetividade dos indivíduos que

o compõem. Um estudo conforme a perspectiva de práticas informacionais "[...] envolve a compreensão de como se dá a articulação entre o comportamento individual dos sujeitos e os referenciais sociais presentes na interação do sujeito com a informação." (GANDRA, 2017, p. 19).

Pesquisas conforme a perspectiva de práticas informacionais, para Isah (2012), tendem a compreender os processos informacionais influenciados pela dimensão sociocultural, bem como pelas relações dialógicas presentes no contexto em que tais práticas se dão. O contexto não é uma estrutura totalizante, de limites bem definidos, ou apenas um quadro de referência. Ele é produzido pelas interações entre atores humanos e não humanos, sendo que atores e contexto se moldam mutuamente, de forma constante (COURTRIGHT, 2007; COX, 2012). Harlan (2012) alerta que, embora as práticas informacionais estejam situadas em um contexto permeado por dimensões sociais, culturais e históricas, elas se transformam ao longo do tempo, conforme a comunidade evolui. "Portanto, é importante reconhecer a prática como situada dentro de um período temporal específico." (HARLAN, 2012, p. 75).

Em conformidade com Schatzki (2001) – para quem existe uma variedade de abordagens possíveis para se analisar as práticas – e com Rocha, Gandra e Rocha (2017) – para quem o caráter abstrato do conceito de práticas informacionais traz desafios para a operacionalização de pesquisas, na Seção 3 é apresentada a Cognição Distribuída como proposta de suporte teórico para as pesquisas de práticas informacionais. Como possibilidades para instrumentalização de tais pesquisas apresentam-se, respectivamente, nas Seções 3.1, 3.2 e 3.3, as três formas de distribuição dos processos cognitivos – social, temporal e material - enquanto categorias de análise possíveis. Na Seção 3.4 é apresentada a etnografia cognitiva como possibilidade metodológica. Essas três formas de distribuição contemplam os elementos mencionados como importantes para a perspectiva de práticas informacionais. Já a etnografia

cognitiva se justifica pela demanda por um "olhar etnográfico" (NUNES, 2014; GANDRA, 2017), colocada pelos estudos de práticas informacionais, e por sua coesão com a Cognição Distribuída enquanto fundamentação teórica.

3 COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA

A década de 1980 demarca a proposição das bases teóricas da Cognição Distribuída pelo antropólogo cognitivo Edwin Hutchins e outros pesquisadores da Universidade da Califórnia. Apesar disso, na primeira metade do século XX seus elementos basilares já se despontavam em trabalhos de autores como o alemão Wilhelm Wundt; o polonês Hugo Münsterberg; o bielo-russo Lev Vygotsky e os soviéticos Alexei Leontiev e Alexander Luria, entre outros (COLE; ENGESTRÖM, 1993). Tais bases teóricas condizem, ainda, com ideias de autores como Geertz (1989) e Bruner (1987), para os quais a atividade mental se inter-relaciona com aspectos físicos e socioculturais dos ambientes nos quais o sujeito se insere, estando os processos cognitivos distribuídos entre os vários componentes de um grupo que atua ao longo do tempo em busca de objetivos comuns.

A partir de sucessivas publicações sobre seu uso em estudos empíricos com objetos diversos (HUTCHINS, 1995; NEMETH *et al.*, 2004, 2006; NERSESSIAN, 2005; VAN GINKEL; VAN KNIPPENBERG, 2012), a Cognição Distribuída tem se mostrado como uma alternativa profícua à visão tradicional das teorias cognitivas, quando o intuito é estudar a informação e o conhecimento a partir da colaboração entre pessoas e objetos atuando em contexto, extrapolando os processos cognitivos circunscritos em mentes individuais, isoladas do contexto. Para Hutchins (1995, p. 13), a atividade cognitiva deve ser analisada em contexto, sendo este mais que um conjunto fixo de condições do entorno; pelo contrário, ele é "[...] um processo dinâmico mais amplo do qual a cognição de um indivíduo é apenas uma parte".

Assim, os pressupostos dessa teoria defendem que a cognição, além de ser um fenômeno distribuído entre dois ou mais sujeitos, também o é entre esses sujeitos, ambientes e

objetos e recursos com os quais eles se relacionam e nos quais se apoiam para executar tarefas diversas. Diferentes autores (NORMAN, 1991, 1993; DENNETT, 1997; HUTCHINS, 1995, 2000) argumentam que o entendimento da capacidade humana não pode prescindir da atenção direcionada a tais objetos e recursos utilizados pelos sujeitos em suas tarefas cognitivas. Ambos, no contexto da Cognição Distribuída, são denominados artefatos cognitivos. Porém, esses não são cognitivos em si: somente quando usados e integrados funcionalmente a elementos humanos, eles alcançam *status* cognitivo. A agência cognitiva, portanto, está restrita aos elementos humanos posto que, embora alguns artefatos não sejam inertes, eles são incapazes de manifestar pensamentos e estados mentais como crenças, desejos ou intenções (GIERE, 2006; HEERSMINK, 2017).

A ideia fundamental da Cognição Distribuída é que tarefas cognitivas são executadas, conjuntamente, por esse coletivo heterogêneo composto por artefatos, sujeitos e suas práticas, todos inseridos em contexto sociocultural, sob os quais a cognição se estende, metaforicamente, como um manto (GIERE, 2006; SALOMON, 1993). Esse coletivo recebe a denominação de sistema cognitivo distribuído e constitui a unidade de análise em estudos que adotam a Cognição Distribuída como suporte teórico. Para Cheon (2013), definir determinada unidade de análise como um sistema implica em identificá-la como composta por partes funcionais interdependentes. Já o caráter cognitivo e o caráter distribuído do sistema são caracterizados, respectivamente, pelo que o sistema faz (incorpora pessoas, instrumentos e modelos para produzir saídas cognitivas) e como o faz (a partir do processamento de informação). Uma saída pode ser considerada cognitiva se for resultado da cognição humana que realiza o processamento de informações (CHEON, 2013).

Ao considerar a interação entre indivíduos, artefatos e ambientes como estruturas distribuídas, a tradicional divisão entre dentro e fora dos indivíduos é desfeita, o que significa que a cognição passa a ser vista como um fenômeno contextual e social, construído na interação dos indivíduos

entre si e com o ambiente e os artefatos cognitivos nele existentes. Sua ênfase está no indivíduo e em sua interação com o meio, ao invés de se concentrar apenas na atividade cognitiva circunscrita em mentes humanas.

Para Hutchins (2000) o que distingue a Cognição Distribuída de outras abordagens semelhantes é o comprometimento com dois princípios teóricos relacionados: a ampliação dos limites da unidade de análise e a variedade de mecanismos que podem ser levados em conta como participantes dos processos cognitivos. Hollan, Hutchins e Kirsh (2000) afirmam que, ao se considerar ambos os princípios teóricos, três formas de distribuição dos processos cognitivos podem ser observadas: material, social e temporal.

A noção de distribuição material engloba tanto os artefatos cognitivos quanto o ambiente por eles e a partir deles constituído, pois o "[...] o arranjo de artefatos é em si um artefato." (HUTCHINS, 1999, p. 26, tradução da autora). A dependência de artefatos pelas atividades humanas leva à ampliação dos limites das unidades de análise, posto que elas não podem ser analisadas em suas totalidades sem a devida atenção aos artefatos (HUTCHINS, 2000). Ferramentas, instrumentos e representações simbólicas, tais como figuras, gráficos, planilhas e outros são exemplos de artefatos cognitivos que auxiliam os indivíduos em suas atividades. O uso de artefatos não só modifica a forma como uma atividade é realizada; mas também facilita e acrescenta melhorias, reduzindo o tempo de realização e o alcance dos objetivos traçados.

A distribuição social dos processos cognitivos está relacionada à coordenação de esforços entre diferentes indivíduos para a realização de uma atividade, geralmente norteada por um objetivo em comum que dificilmente seria alcançado individualmente. Esses esforços envolvem tanto o trabalho colaborativo, quanto a comunicação e até mesmo o uso, como insumo, de resultados de atividades anteriores realizadas por outras pessoas (HUTCHINS, 1995).

Sobre os processos cognitivos distribuídos no tempo, Cole e Engeström (1993) afirmam que o mundo atual é

interpretado e o futuro é vislumbrado a partir de experiências passadas dos indivíduos. Isso significa que o indivíduo, ao se deparar com dada situação, recorre a lembranças de situações similares já vividas e, a partir delas, traça linhas de ação. Como cada indivíduo conhece e vivencia as situações de forma subjetiva, a mesma situação vivenciada por diferentes pessoas pode resultar em diferentes visões e aprendizados coletivos.

Esses três tipos de distribuição dos processos cognitivos reverberam na forma como os indivíduos localizam e usam informações para gerar conhecimento, determinar cursos de ação e tomar decisões. Por esse motivo, podem se constituir como amplas categorias de análise das práticas informacionais.

3.1 DISTRIBUIÇÃO MATERIAL: ELEMENTOS NÃO HUMANOS DESPROVIDOS DE INTENCIONALIDADE

Como categoria de análise em estudos conduzidos sob a perspectiva das práticas informacionais, a distribuição por artefatos abarca os diversos elementos não humanos utilizados e produzidos pelos sujeitos enquanto performam suas práticas informacionais em determinado sistema cognitivo distribuído. Do campo das teorias da prática, evoca-se Schatzki (2001), para quem o entendimento das práticas envolve a compreensão de configurações materiais, visto que a atividade humana está sujeita a elementos não humanos que compõem o ambiente no qual elas se constituem. Harlan (2012, p. 77) corrobora o referido autor afirmando que “as práticas são mediadas por estruturas materiais”.

Os diferentes entendimentos existentes sobre os artefatos cognitivos possuem algumas características comuns a serem consideradas para que eles sejam compreendidos enquanto elementos relevantes para análises sob a perspectiva das práticas informacionais. De forma geral, eles são conceituados como elementos mentais ou objetos físicos e artificiais que possuem a função de contribuir para a realização de tarefas cognitivas (HUTCHINS, 1999; NERSESSIAN, 2005; NORMAN, 1991, 1993). Assim, “Leitura,

aritmética, lógica e linguagem são artefatos mentais [...]" (NORMAN, 1993, p. 4, tradução da autora) capazes de desempenhar, em processos cognitivos, papéis similares àqueles desempenhados por objetos físicos. Em relação a isso, Hutchins (1999, p. 126, tradução da autora) ressalta que um artefato físico é útil apenas quando usado em conjunto com seu correspondente mental: "o conhecimento de como usá-lo".

Se Norman (1993) e Hutchins (1999) concordam que elementos mentais também são artefatos cognitivos, ambos apresentam visões diferentes quanto a eles serem exclusivamente artificiais. O primeiro autor defende que, físicos ou mentais, os artefatos cognitivos são artificiais, pois "[...] qualquer coisa inventada por humanos com a finalidade de melhorar o pensamento ou a ação é um artefato, quer tenha presença física, sendo construído ou fabricado; quer seja mental e ensinado." (NORMAN, 1993, p. 5, tradução da autora). Já o segundo autor entende que "[...] estruturas que não são feitas pelos humanos desempenham o mesmo papel que os artefatos cognitivos." (HUTCHINS, 1999, p. 127, tradução da autora), exemplificando com um relato sobre marinheiros micronésios. Tais marinheiros usam o céu noturno da Micronésia como um artefato de navegação, uma espécie de bússola que os guia por entre ilhas e auxilia em questões relacionadas ao tempo e à distância.

A exemplo do uso oportunista dos artefatos, descrito por Hutchins (1995), Kirsh (1995) se refere às situações nas quais informações importantes são codificadas em artefatos não projetados para fins cognitivos como "uso inteligente" do espaço. Ele ressalta que o improviso e o uso inteligente de espaços físicos ou virtuais e de objetos e recursos facilitam o controle e a execução de atividades, reduzem a carga da memória, diminuem a complexidade do ambiente e mostram o estreito acoplamento entre humanos e artefatos cognitivos. Heersmink (2013) cita o uso do espaço e de objetos diversos "para fins cognitivos", quando estes são usados de forma improvisada como suporte ou transmissor de algum tipo de informação.

A denominação artefato cognitivo mental (ou interno) é questionada por Heersmink (2013) a partir da seguinte distinção entre tecnologia e técnica: a primeira, geralmente, é definida como um objeto físico intencionalmente projetado, construído e usado para um fim específico; já a segunda é um método ou procedimento para fazer algo. Para o autor, ambas são desenvolvidas e utilizadas para algum propósito, sendo, portanto, artificiais e somente tecnologias são artefatos (objetos físicos construídos). O que Hutchins (1999) denomina como artefatos internos para Heersmink (2013) deveria receber a denominação de técnicas cognitivas internalizadas – e não internas – posto que são repassadas por sujeitos experientes àqueles recém-incorporados ao sistema e por eles internalizadas.

Não obstante, Hutchins (1995) recomenda cautela no uso do termo internalização já que, em processos de aprendizado de procedimentos diversos, nada se desloca literalmente, de fora para dentro. O que acontece é a criação de um processo interno baseado na relação com um artefato cognitivo externo. Esse argumento é baseado no exemplo de uso do que o autor chama de "procedimento escrito". Um sujeito usa tal procedimento – um artefato cognitivo externo, como uma *checklist*, por exemplo – repetidas vezes para orientar uma tarefa na qual a ordem das etapas é fundamental. Em decorrência do uso contínuo, o sujeito se torna capaz de reproduzir, sequencialmente, as etapas sem precisar recorrer ao procedimento escrito. Não houve deslocamento através da fronteira externo/interno; apenas uma nova habilidade funcional foi criada.

Essa transformação, para Hutchins (1995) acontece por meio da propagação de estados representacionais – ou propagação de representações – através de diferentes meios, sejam eles externos ou internos. A trajetória da transformação das representações, bem como do conteúdo informacional em cada etapa dessa trajetória, permite a compreensão tanto da forma como os artefatos simplificam a execução de tarefas, quanto da forma como eles contribuem para a emergência e a transformação de habilidades e

estruturas internas (HUTCHINS, 1995). Assim, artefatos cognitivos exercem importante papel nas representações externas e muitos consistem na própria representação, como é o caso de mapas, modelos, simuladores e outros. Porém, a representação externa por meio de um artefato pressupõe a existência de uma representação mental, pois é necessário um intérprete capaz de relacionar um artefato com o objeto que ele representa. Diferentes intérpretes estabelecem diferentes relações entre objetos e suas representações devido às experiências e vivências individuais.

Para Cole e Griffin (1980) e para Norman (1993), a princípio, a crença de que artefatos cognitivos aumentam a capacidade humana é a mais óbvia, porém equivocada. Um sujeito não se torna mais forte ao usar um sistema de roldanas; mais rápido ao utilizar carros ou mais inteligente ao usar lápis e papel, embora comumente se tenha essa percepção. Nesses casos, o que ocorre é a mobilização de diferentes capacidades cognitivas e não a ampliação destas. Hutchins (2000) corrobora esses autores argumentando que a memória do indivíduo não é amplificada quando ele escreve algo em um pedaço de papel para leitura posterior. Ao invés disso, o indivíduo está usando um conjunto de diferentes habilidades cognitivas, incluindo a escrita, a leitura e a interpretação, utilizando artefatos cognitivos como papel e lápis ou caneta.

Diante do exposto, conclui-se que artefatos cognitivos são objetos e recursos, internos e externos, utilizados pelos sujeitos para operar sobre a informação, gerando-a, exibindo-a ou armazenando-a, e, portanto, possuem uma função representacional que transforma habilidades e tarefas cognitivas. Além disso, entende-se que esses artefatos não são apenas artificiais, no sentido estrito de serem inventados pelos humanos. Porém, reconhece-se que existe certa artificialidade no uso oportunista de artefatos naturais: os sujeitos se apropriam deles para uso intencional e, apesar de não serem fruto da invenção humana, o uso oportunista o é. Entende-se, ainda, que tais artefatos são elementos

constitutivos de sistemas cognitivos distribuídos, capazes de melhorar sua performance.

Portanto, os artefatos cognitivos são relevantes para a perspectiva de práticas informacionais apresentada neste capítulo, porém não tanto quanto o elemento humano, representado pelos sujeitos informacionais, por duas principais razões. A primeira é que os artefatos tão somente medeiam as práticas informacionais, sendo os humanos quem as propagam, reforçam ou contestam. A segunda razão deve-se ao fato de que por detrás do artefato está a intencionalidade humana: o artefato cognitivo é construído ou utilizado intencionalmente para alcançar determinado propósito (HUTCHINS, 1995, 1999, 2000). Assim, as práticas informacionais dos sujeitos ancoram-se em determinado espaço, físico ou virtual, permeado por normas sociais e culturais e é esse espaço que provê suporte para que os sujeitos possam interagir entre si e com artefatos diversos. A maneira como o ambiente é organizado e a forma como os artefatos estão distribuídos nele afetam as ações dos sujeitos e a propagação da informação ao longo do tempo.

3.2 DISTRIBUIÇÃO SOCIAL: SIGNIFICADOS NEGOCIADOS DISCURSIVAMENTE

Conforme os princípios da Cognição Distribuída, a distribuição social caracteriza-se pelo engajamento de diversos atores com habilidades idênticas ou complementares em uma atividade cuja coordenação social gera sinergia suficiente para o alcance de objetivos impossíveis de serem atingidos por um único sujeito (COLE; ENGESTRÖM, 1993; HUTCHINS, 1995, ALMEIDA, 2011). A centralidade, aqui, direciona-se às interações entre os componentes humanos do sistema cognitivo distribuído, considerando as motivações para tal e as saídas cognitivas derivadas de decisões coletivas. Estas são fruto de negociações discursivas, e discursos podem ser compreendidos como técnicas utilizadas por sujeitos engajados em práticas informacionais para justificar práticas sociais institucionalizadas (SUNDIN; JOHANNISSON, 2005).

Tais negociações também institucionalizam novas práticas conformadas por acordos coletivos tácitos. Marteleto (1995, p. 92) disserta sobre o movimento dialético a partir do qual os sujeitos negociam discursivamente significados e representações da informação, reforçando-os ou rejeitando-os, para argumentar que "[...] toda prática social é uma prática informacional [...]". Conforme a referida autora, tal expressão refere-se aos mecanismos por meio dos quais "[...] significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (MARTELETO, 1995, p. 92).

Para alguns autores (HOLLAN; HUTCHINS; KIRSH, 2000; COLE; ENGESTRÖM, 1993), os estudos dos processos cognitivos distribuídos são indissociáveis do estudo da cultura, posto que os indivíduos vivem em complexos ambientes culturais. Experiências culturais passadas influenciam a interpretação do mundo atual e a percepção do futuro. Nesse cenário, cultura é entendida como "[...] um processo que acumula soluções parciais para problemas encontrados frequentemente." (HOLLAN; HUTCHINS; KIRSH, 2000, p. 5, tradução nossa).

Considerar que as atividades cognitivas dos indivíduos não se resumem apenas às suas determinações estruturais, mas se estendem também à interação com seus semelhantes e com o meio, possibilita repensar os fenômenos relacionados à informação e ao conhecimento. Os indivíduos são, indissociável e simultaneamente, seres individuais e sociais e, portanto, atribuem sentido à informação e constroem o conhecimento a partir de suas vivências. Estas congregam, além da dimensão cultural, as dimensões sociais, emocionais, motivacionais, históricas, entre outras.

3.3 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL: O CONHECIMENTO INCORPORADO PELAS EXPERIÊNCIAS

Considere algumas formigas andando aleatoriamente em uma praia em busca de comida. Encontrada a comida, elas retornam à colônia deixando rastros de curta duração

formados pelos feromônios, substâncias químicas por meio das quais seres da mesma espécie se reconhecem e interagem. Outras formigas seguem uma dessas trilhas e quantas mais passam por ela, maior é a concentração de feromônios; mas eles demoram a evaporar e maior tempo dura a trilha. Dessa forma, a trilha tida como mais interessante prevalece e as muitas trilhas aleatórias desaparecem. Considere, agora, seguir uma formiga em particular por essa trilha e compará-la àquelas primeiras que andavam aleatoriamente. Ela não é mais inteligente que as demais por encontrar comida e voltar para a colônia em menos tempo. Ela é a mesma formiga, mas o ambiente não é mais o mesmo. Ele foi transformado e a formiga está apenas reagindo a ele. Apague os rastros e a formiga andará aleatoriamente como suas antecessoras.

Essa é a metáfora apresentada por Hutchins (1995) para argumentar que, assim como as formigas, as pessoas, em comunidades sociais, herdam ambientes enriquecidos por seus antecessores e isso tende a facilitar suas atividades. Nas palavras do autor, "os humanos criam seus poderes cognitivos criando os ambientes nos quais exercem esses poderes." (HUTCHINS, 1995, p. 169, tradução da autora). Este, para ele, é o processo da cultura, embora também possa ser chamado de história. E, como processo, abarca as formas como as práticas cotidianas são performadas ao longo do tempo em ambientes constituídos por artefatos cognitivos materiais e imateriais, tais como estratégias, processos, procedimentos e conhecimentos prévios. Estes compõem aquilo que Dennett (1997) e Berndt, Furniss e Blandford (2014) denominam de herança cultural[7], marcas adicionadas ao mundo ao longo do tempo e das quais os sujeitos contemporâneos se beneficiam.

[7] Nessa pesquisa, o termo "herança cultural" é adotado em sentido lato para tradução livre do termo "*cultural heritage*" (BERNDT; FURNISS; BLANDFORD, 2014), estando em conformidade com Dennett (1997), para referências ao conjunto de artefatos cognitivos (tangíveis ou não) transmitido entre integrantes de um grupo social ao longo do tempo.

> [...] somos os beneficiários de literalmente milhares dessas tecnologias úteis, inventadas por outros [...], mas transmitidos por meio de estradas culturais, não por meio dos caminhos genéticos da herança. Aprendemos, graças a esta herança cultural, como espalhar nossas mentes no mundo, onde podemos colocar nossos talentos inatos, maravilhosamente projetados, de rastreamento e reconhecimento de padrões para uso otimizado (DENNETT, 1997, p. 126).

Todavia, a transferência dessa herança cultural ao longo do tempo só é possível se existem sujeitos com trajetórias nas quais foram construídos referenciais que permitam sua apropriação. Isso é fundamental em uma perspectiva informacional na qual seja abordada a herança cultural registrada em forma de processos, procedimentos, manuais, relatórios e similares – que nos estudos de práticas informacionais pode ser denominada como informação como artefato (HARLAN, 2012). Isso vale para a herança cultural tácita, o conhecimento, "[...] incorporado, transitório, local e de propriedade de um grupo específico, [que] não é algo que pode ser 'extraído' ou 'codificado' apoliticamente e sem problemas em um banco de dados. (COX, 2012, p. 183, tradução da autora)". Informação e conhecimento, como dois conceitos correlacionados e fundamentais para a perspectiva de práticas informacionais, têm seus significados dependentes de sujeitos dotados de historicidade (ROCHA; GANDRA, 2018).

Quanto mais tempo uma pessoa passa em um sistema cognitivo distribuído, participando de sua construção; quanto mais ela interage com a herança cultural daquele sistema, melhor é seu desempenho naquele contexto. Berndt, Furniss e Blandford (2014) utilizam o termo "acoplamento especialista" para referências à relação entre a proficiência de um sujeito e sua integração ao sistema cognitivo distribuído.

Normas de aprendizagem coletiva, construídas a partir das características do ambiente, são formas de interação espontânea nas quais um sujeito assume a responsabilidade de compartilhar com os colegas, especialmente aqueles recém-integrados ao sistema, os conhecimentos que possui. Assim, a cognição se distribui por meio de "parcerias cognitivas" (NERCESSIAN *et al.*, 2003) estabelecidas entre ambos ao longo do tempo em que o ambiente se transforma.

Portanto, como categoria de análise a distribuição temporal possibilita que seja analisada a incorporação do conhecimento por meio da aprendizagem situada ao longo do tempo, bem como as formas como eventos anteriores podem transformar eventos posteriores. Da perspectiva das práticas informacionais, Harlan (2012) argumenta que, embora elas estejam situadas em um contexto permeado por dimensões sociais, culturais e históricas, elas se transformam ao longo do tempo, conforme a comunidade evolui. Assim, é preciso "[...] reconhecer a prática como situada dentro de um período temporal específico." (HARLAN, 2012, p. 75, tradução da autora).

4 ETNOGRAFIA COGNITIVA

Fundamental para a Antropologia, a etnografia tem sido adotada por outras áreas do conhecimento como método, como uma das formas de se apreender práticas em contexto. Originalmente, mais que apenas "ir a campo", o método etnográfico é composto por três fases: (i) um mergulho nas teorias e interpretações disponíveis sobre o objeto de estudo; (ii) um longo tempo vivendo entre nativos e (iii) a escrita, por meio da qual se ordena o vivido em campo (URIARTE, 2012). São muitas as definições e entendimentos acerca da etnografia dita prototípica por Ball e Ormerod (2000): um método complexo, de relação intrínseca com a disciplina antropológica, considerado como a forma mais tradicional, o protótipo a partir do qual variantes menos típicas podem surgir. Para os autores, se por um lado, a etnografia prototípica não é passível de adoção em todos os trabalhos; por outro, variações que se distanciem substancialmente do

exemplar prototípico devem ser referenciadas por termos que evidenciem sua origem e, ao mesmo tempo, assinalem suas diferenças com o original.

Partindo desse pressuposto, o termo "etnografia cognitiva" é adotado para referências ao método adotado por alguns estudos fundamentados na Cognição Distribuída. Conforme Ball e Ormerod (2000), a etnografia cognitiva se traduz, em essência, na adoção de algumas características da etnografia prototípica e na deliberada violação de outras, de forma que três princípios básicos a caracterizam. O primeiro princípio refere-se à especificidade observacional – coleta de dados em pequena escala e em menor espaço de tempo – em oposição à intensidade de uma etnografia prototípica. O segundo princípio diz respeito à intencionalidade da observação, guiada por questionamentos e objetivos predefinidos, em contraposição à característica de independência da etnografia prototípica. O terceiro princípio enfatiza a importância da verificabilidade das observações, o que permite a validação dos resultados, mas desafia a ênfase à personalização e ao reconhecimento da interferência que caracterizam a etnografia prototípica.

Williams (2006, p. 838, tradução da autora), ao comparar ambas as formas de etnografia, afirma que a "[...] etnografia tradicional descreve o conhecimento; [a] etnografia cognitiva descreve como o conhecimento é construído e utilizado.". Vanderstoep e Johnston (2009) também apontam semelhanças e diferenças entre tais métodos, conforme Quadro 1. Para esses autores, três aspectos principais se destacam como diferenças: o foco no objeto de estudo; a unidade de análise adotada e a forma de descrição e interpretação da unidade de análise. Já a interpretação do fenômeno estudado, em ambos, oferece espaço para a voz do pesquisador. Outro ponto de convergência entre os métodos são as técnicas adotadas para a coleta de dados. A etnografia cognitiva não possui técnicas próprias e, portanto, compartilha de técnicas da etnografia prototípica, tais como observações, entrevistas e gravações de áudio e vídeo.

Quadro 1 - Comparativo entre etnografia prototípica e etnografia cognitiva.

Abordagem	Foco	Interpretação	Unidade de análise	Resultado
Etnografia	Cultura	Pesquisador e participantes	Comunidades	Mapa cultural
Etnografia cognitiva	Processos cognitivos	Pesquisador	Sistemas cognitivos distribuídos	Descrição e interpretação de processos

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de VANDERSTOEP, JOHNSTON (2009); ALMEIDA (2011).

Dadas as suas características, a etnografia cognitiva permite que seja considerada a influência exercida pelo contexto sobre as ações e os significados que emergem no decorrer das atividades, posto que, conforme Hollan, Hutchins e Kirsh (2000), a etnografia cognitiva é observacional. Adotá-la para instrumentalizar pesquisas sob a perspectiva das práticas informacionais que adotem a Cognição Distribuída como suporte teórico possibilita que o interesse do pesquisador esteja "[...] não apenas no que as pessoas sabem, mas em como elas utilizam o que sabem para fazer o que elas fazem." (HOLLAN; HUTCHINS; KIRSH, 2000, p. 179, tradução da autora).

5 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

As práticas informacionais, como afirma Isah (2012), se constituem em contexto, em relações dialéticas entre pessoas e ambiente. O espaço físico e o arranjo de artefatos cognitivos são configurações materiais nas quais – e por meio das quais – as práticas informacionais se constituem e são propagadas a partir de interações sociais ao longo do tempo. Cada ambiente é, nas palavras de Hutchins (1995), um sistema funcional montado oportunamente pelos seus integrantes. Artefatos organizados pela similaridade, pela proximidade física, pela sequência de uso, ou por diversas outras formas, refletem o "uso inteligente do espaço físico" (KIRSH, 1995).

Corroboram as palavras de Berndt, Furniss e Blandford (2014), o que pode ser visto, ouvido e acessado pelos sujeitos em determinado espaço influencia diretamente a realização de suas atividades.

No presente capítulo partiu-se do pressuposto de que a informação, o conhecimento e a cognição encontram-se distribuídos entre indivíduos, ambiente e artefatos e que é a partir da interação entre eles que as práticas informacionais se constituem e são propagadas. Seguiu-se a proposição da Cognição Distribuída como uma teoria da prática adequada para estudos de práticas informacionais conduzidos no âmbito da Ciência da Informação. Argumentou-se que seus princípios contribuem para a formação de uma base conceitual para pesquisas conforme a perspectiva das práticas informacionais dadas as suas aproximações teóricas. O movimento metodológico possível de ser empreendido por meio da etnografia cognitiva viabiliza que a coleta de dados se aproxime do fazer etnográfico demandado pelos estudos de práticas informacionais sem ter, no entanto, a pretensão do alcance de uma etnografia prototípica. Por fim, as três categorias de análise discutidas permitem que se desvelem algumas características do fenômeno a ser abordado, sem se restringir apenas a elas, pois categorias mais específicas de determinado contexto ou época podem emergir dos dados coletados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dilso. **Validade ecológica de um simulador de voo para PC no uso de inglês com L2**. 2011. 157 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: USFC, 2013.

BALL, Linden; ORMEROD, Thomas. Putting ethnography to work: the case for a cognitive ethnography of design. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 53, n. 1, p. 147-168, jul. 2000.

BERNDT, Erik; FURNISS, Dominic; BLANDFORD, Ann. Learning Contextual Inquiry and Distributed Cognition: a case study on technology use in anaesthesia. **Cognition, Technology & Work**, v. 17, n.3, p. 431-449, nov. 2014.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CHEON, Hyundeuk. Distributed Cognition in scientific contexts. **Journal for General Philosophy of Science**, v. 45, n. 1, p. 23-33, sept. 2013.

COLE, Mike; ENGESTRÖM, Yrjö. A cultural-historical approach to distributed cognition. *In*: SALOMON, Gavriel. **Distributed Cognitions**: psychological and educational considerations. Cambridge: CUP, 1993.

COLE, Mike; GRIFFIN, Peg. Cultural amplifiers reconsidered. *In*: OLSON, David (Ed.). **The social foundations of language and thought**. New York: Norton, 1980.

COURTRIGHT, Christina. Context in information behavior research. **Annual Review of Information Science and Technology**, Malden, v. 41, n. 1, p. 273–306, oct. 2007.

COX, Andrew M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, New York, v. 38, n. 2, p. 176-188. 2012.

DENNETT, Daniel Clement. **Tipos de mentes**: rumo a uma compreensão da consciência. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELLIS, Nick C. Essentials of a theory of language cognition. **The Modern Language Journal**, v. 103, p. 39-60, 2019.

GANDRA, Tatiane Krempser. **Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG.** 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIERE, Ronald N. The role of agency in distributed cognitive systems. **Philosophy of Science**, v. 73, n. 5, p. 710-719, 2006.

HARLAN, Mary Ann. **Information practices of teen content creators:** the intersection of action and experiences - a Grounded Theory study. 2012. 232f. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology. Queensland, Austrália, 2012.

HEERSMINK, Richard. Distributed Cognition and Distributed Morality: agency, artifacts and systems. **Science & Engineering Ethics**, v. 23, n. 2, p. 431-448, apr. 2017.

HEERSMINK, Richard. A taxonomy of cognitive artifacts: function, information, and categories. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 4, n. 3, p. 465-481. 2013.

HOLLAN, James; HUTCHINS, Edwin; KIRSH, David. Distributed Cognition: toward a new foundation for human-computer interaction research. **ACM Transactions on Computer - Human Interaction**, v. 7, n. 2, p.174-196, 2000.

HUTCHINS, Edwin. **Cognition in the wild**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

HUTCHINS, Edwin. **Cognitive artifacts**. 1999. Disponível em: http://ai.ato.ms/MITECS/Entry/hutchins.html. Acesso em: 03 abr. 2021.

HUTCHINS, Edwin. Distributed Cognition. International Encyclopedia of the Social and Behavioral Science. *In*: **IESBS Distributed Cognition**. California: University of California. 2000.

ISAH, Esther Ebole. **Physicians' information practices:** a case study of a medical team at a Teaching Hospital. 2012. 453 f. Thesis (Doctor of Philosophy in Library and Information Science) – Swedish School of Library and Information Science, University of Borås. Borås, Suécia, 2012.

KIRSH, David. The intelligent use of space. **Artificial Intelligence**, v. 73, n. 1-2, p. 31-68, 1995.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning:** legitimate peripheral participation. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, Londres, n. 66, v. 2, p. 245-258, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p.89-93, 1995.

MCKENZIE, Pamela J. **Negotiating authoritative knowledge:** information practices across a life transition. 2001. 297 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of Western Ontario, London, Ontario, Canada, 2001.

NEMETH, Christopher; O'CONNOR; Michael; KLOCK, P. Allan; COOK, Richard. Discovering healthcare cognition: the use of cognitive artifacts to reveal cognitive work. **Organization Studies**, v. 27, n. 7, p. 1011-1035, 2006.

NEMETH, Christopher; COOK, Richard; O'CONNOR; Michael; KLOCK, P. Allan. Using cognitive artifacts to understand Distributed Cognition. **IEEE transactions on systems, man, and cybernetics**, v. 34, n. 6, p. 726-735, 2004.

NERSESSIAN, Nancy. Interpreting scientific and engineering practices: integrating the cognitive, social, and cultural dimensions. *In*: GORMAN, Michael; TWENWY, Ryan D.; GOODING, David C.; KINCANNON, Alexandra P. **New directions in scientific and technical thinking**. Hove: Psychology Press, 2005. p. 17-56.

NORMAN, Donald. Cognitive artifacts. *In*: CARROLL, John Millar (Ed.). **Designing interaction:** psychology at the human-computer interaction interface. New York: Cambridge University Press, 1991. p. 17-38.

NORMAN, Donald. **Things that make us smart**: defending human attributes in the age of the machine. New York: Basic Books, 1993.

NUNES, Jefferson Veras. **Vivência em rede:** uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet. 2014. 307f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -

Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2014.

ROCHA, Eliane C. Freitas; GANDRA, Tatiane Krempser; ROCHA, Janicy A. Pereira. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, Lima, v. 68, p. 96-109, 2017.

SALOMON, Gavriel. **Distributed Cognitions**: psychological and educational considerations. Cambridge: CUP, 1993.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SCHATZKI, Theodore R. Introduction. *In*: SCHATZKI, Theodore; KNORR CETINA, Karin; von SAVIGNY, Eike. (Ed.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge. 2001. p. 10-23.

SUNDIN, Olof; JOHANNISSON, Jenny. The instrumentality of information needs and relevance. *In*: CRESTANI, Fabio; RUTHWEN, Ian. **Information context:** nature, impact, and role. Springer, Berlin, Heidelberg: Lecture Notes in Computer Science, 2005. p. 107-118.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 11, 2012.

VAN GINKEL, Wendy P.; VAN KNIPPENBERG, Daan. Group leadership and shared task representations in decision making groups. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, Rotterdam, v. 105, n. 1, p. 82-97, 2008.

VANDERSTOEP, Scott; JOHNSTON, Deidre. **Research methods for everyday life**: blending qualitative and quantitative approaches. San Francisco: Jossey-Bass. 2009.

WILLIAMS, Robert F. Using cognitive ethnography to study instruction. *In*: Barab, S. A., Hay, K. E., & Hickey, D. T. (Eds.). **The International Conference of the Learning Sciences**: Indiana University 2006. Bloomington, Indiana, USA: International Society of the Learning Sciences, 2006. p. 838-844 (Proceedings of ICLS 2006, Volume 2).

WILSON, Thomas Daniel. SAVOLAINEN, Reijo. The behaviour/practice debate: a discussion prompted by Tom Wilson's review of Reijo Savolainen's Everyday information practices: a social phenomenological perspective. **Information Research**, v. 14, n. 2, 2009.

A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA PRAXIOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar a perspectiva praxiológica enquanto uma forma específica de se pensar os sujeitos e suas relações com o mundo e o conhecimento e, a partir dessa apresentação, identificar algumas de suas potencialidades para o campo de estudos sobre os usuários de informação. A perspectiva praxiológica tratada neste texto é aquela desenvolvida por Louis Quéré (1991) para o campo da comunicação. O campo de estudos de usuários é apresentado a partir de uma interpretação já consolidada e muito divulgada, que entende o desenvolvimento do campo a partir de três modelos de estudo, que acompanham os grandes modelos de estudo da área de ciência da informação como um todo.

O texto se estrutura em três momentos. Inicialmente, é apresentada a proposta teórica de Quéré. A seguir, analisa-se a sua pertinência para o campo informacional. Por fim, aplica-se a sua conceituação para a discussão do campo de estudos de usuários da informação, em basicamente dois movimentos. O primeiro é o de aproximar o chamado modelo representacionista das abordagens tradicional e cognitiva de estudos de usuários da informação. O segundo é evidenciar elementos do modelo praxiológico que podem alargar e potencializar a análise dos usuários a partir de um outro modelo conceitual.

2 A PROPOSTA PRAXIOLÓGICA DE QUÉRÉ

A proposta de Quéré é a de uma chave de interpretação dos fenômenos humanos e sociais a partir da noção de comunicação. Ao buscar compreender o que é a comunicação,

o autor identifica a existência de dois grandes modos de compreensão. O primeiro é o que ele chama de modelo "epistemológico", ou "representacional" ou "informacional". Esse modelo, herdado de tradições intelectuais que remontam pelo menos até o século XVII, possui um modo próprio de entender a subjetividade e a objetividade, a linguagem e o processo de conhecimento.

Tal modelo está baseado numa concepção de que existem um mundo interior (a subjetividade individual dos sujeitos) e um mundo exterior (a objetividade do real) pré-determinados, estáveis, aos quais apenas caberia aos sujeitos conhecer adequadamente. Como consequência dessa concepção, a comunicação seria basicamente um processo de aquisição e transmissão de informações, isto é, de representações corretas sobre os fatos aos quais se referem. Os problemas comunicacionais estão relacionados com a produção e a transferência de conhecimentos tanto sobre o mundo como sobre as pessoas. Também como consequência dessa visão, o processo de conhecer é basicamente a representação adequada do que existe, isto é, deste mundo subjetivo e objetivo pré-determinado, que independe das percepções, valorações, julgamentos e ações dos sujeitos que o conhecem.

Juntando-se as duas noções, tem-se que a comunicação é um processo essencialmente relacionado com o conhecimento, com a apreensão do existente (por isso é chamado de "epistemológico") e com a adequada transmissão dessa apreensão, isto é, a reprodução, num outro sujeito (receptor das mensagens transmitidas) do mesmo conteúdo já apreendido pelo sujeito emissor.

A linguagem, nesse contexto interpretativo, tem apenas uma dimensão representacional. Existe um mundo objetivo pré-determinado, dado, no qual os sujeitos atuam como observadores privilegiados e descomprometidos, tendo uma condição de acesso à sua objetividade. Esse mesmo sujeito tem estados internos (desejos, crenças, intenções, pensamentos, opiniões) que também são dados, são realidades em si, independentes de suas ações e

igualmente diretamente acessíveis a um processo de conhecimento. É por isso que a linguagem serviria, portanto, apenas para designar as coisas do mundo.

Em contraposição a esse modelo, Quéré apresenta o que chama de uma perspectiva "praxiológica" ou "constitutiva". Nessa concepção, a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes não estão previamente dados, elas são construídas, modeladas, conjuntamente por esses atores, no decurso de suas ações e interações, de sua "atividade organizante".

A comunicação, nesse modelo, deixa de ser um problema "epistemológico", um problema de conhecimento (conhecer adequadamente o real e transmitir esse conhecimento) e se torna um fenômeno da esfera da ação humana, da experiência dos sujeitos no mundo e de suas intervenções na própria constituição desse mundo. Não há sujeitos isolados, meros observadores do real, mas, antes, sujeitos imbricados neste real, seres que se constituem como sujeitos no interior do seu existir e sobretudo no seu relacionar – isto é, são sempre sujeitos com os outros.

Tal compreensão coloca a centralidade do processo não no movimento cognitivo de um sujeito descolado do mundo, mas na reciprocidade de tal movimento, na construção de uma perspectiva comum (que não significa concordância de opiniões, mas definição comum do horizonte de questões, dos termos em discussão). E, por meio dessa perspectiva, na própria definição e delimitação do que é o real (subjetivo e objetivo). A linguagem deixa de ser algo representacional, designativo, e se torna algo constitutivo. Na famosa fórmula de Wittgenstein, os limites do mundo são os limites da linguagem.

É com base nessa distinção que será realizada, no próximo tópico, uma análise do campo de estudos sobre os usuários da informação.

3 PRAXIOLOGIA E O CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Os estudos de usuários da informação constituem uma tradição de pesquisa com quase um século de existência.

Existe um significativo consenso de que, ao longo desse período, surgiram três grandes modelos de estudo: um modelo de estudos de uso da informação, os estudos em comportamento informacional e, mais recentemente, uma abordagem sociocultural a partir do conceito de práticas informacionais (PÉREZ GIFFONI; SABELLI, 2010; CUNHA, AMARAL, DANTAS, 2015). Tais modelos acompanham a evolução dos modelos de estudo presentes na ciência da informação, que se deram desde uma perspectiva fisicista, construindo-se posteriormente um modelo cognitivista e, nos últimos anos, uma abordagem social ou pragmatista (ARAÚJO, 2018).

Como o modelo de Quéré foi pensado para o campo da comunicação, é preciso discuti-lo, inicialmente, desde uma perspectiva informacional. A respeito dos modelos de estudo gerais da ciência da informação, destaca-se a categorização de Saracevic (1999). O autor identifica que há um conceito restrito de informação, no qual ela é considerada em termos de sinais ou mensagens que não envolvem processamento cognitivo – ou que tal processamento pode ser expresso em termos de algoritmos e probabilidade. Há um segundo conceito, chamado de sentido amplo, no qual ela está envolvida com um processo cognitivo, de compreensão. A informação seria o resultado da interação de duas estruturas, a mente e a mensagem, ou seja, o tanto que o estado de conhecimento de um sujeito é alterado pelo contato com uma nova mensagem. Ainda conforme este autor, haveria um sentido ainda mais amplo para o conceito de informação, no qual ela está relacionada com um contexto. Informação, neste entendimento, não estaria envolvida apenas com mensagem ou ação cognitiva, mas também com situações, problemas, intencionalidades e ambientes culturais, profissionais, sociais, políticos, ideológicos. Tal abordagem estaria ligada ao "papel social" da informação, seu papel enquanto ente constituinte da realidade.

Ainda sobre a ciência da informação como um todo, Capurro (2003) identifica três grandes paradigmas. O primeiro, ao qual denomina físico, entende a informação

como vinculada essencialmente a um processo de transmissão de dados de um sujeito para outro, pressupondo condições ideais para o reconhecimento unívoco de determinado conteúdo. A informação se relaciona, neste caso, apenas com as possibilidades de seleção dos conteúdos a serem transmitidos e a redução da incerteza. O papel ativo dos sujeitos é ignorado. Ainda conforme o autor, haveria no campo um segundo paradigma, de natureza cognitivista, que entende a informação como o processo de transformação cognitiva dos "usuários". Possuidores de determinados estados mentais, tais sujeitos veriam esses estados alterados por meio do contato com a informação. É um modelo essencialmente mentalista sustentado na ideia de sujeitos buscando informação. Conforme Capurro, nos anos mais recentes estaria emergindo um terceiro paradigma, centrado justamente na crítica a uma visão dos sujeitos como exclusivamente seres cognoscentes, que negligenciaria os condicionantes sociais, culturais e políticos dos seres humanos. Esse paradigma seria, ao contrário do anterior, sensível à constituição social dos fenômenos informacionais. Num outro trabalho, o autor assim define informação:

> Informação, num sentido existencial-hermenêutico, significa partilhar o mundo comum em termos temáticos e situacionais. Se procurarmos as condições que fundamentam nossa ação de comunicar um ao outro o possível significado das coisas dentro de horizontes específicos de entendimento, então a resposta hermenêutica é que nós podemos fazê-lo porque nós já compartilhamos o mundo. Portanto a informação não é o produto final de um processo de representação, ou algo que está sendo transportado de uma mente para outra, ou, finalmente, algo separado de uma subjetividade encapsulada, mas sim, uma dimensão existencial do nosso

> estar-no-mundo-com-os-outros
> (CAPURRO, 1991 *apud* ROBREDO, 2003, p. 64).

De imediato, já se pode identificar uma aproximação entre a discussão proposta por Quéré e o movimento intelectual que caracterizou a ciência da informação. O chamado modelo epistemológico proposto por Quéré se identifica basicamente com os dois primeiros "conceitos" (conforme Saracevic) ou "paradigmas" (conforme Capurro) da ciência da informação. Nesse sentido, tanto perspectiva fisicista como cognitivista se complementam. A primeira é pautada na ideia de transporte físico de um conteúdo com significado pré-determinado, girando sua problemática em torno da adequada emissão e recepção. Estão aí a lógica transmissiva e representacionista apontadas por Quéré, bem como a subjetividade e a objetividade pré-determinadas, dadas, analisada pelo autor. Já a segunda vê os sujeitos como seres que atuam no mundo apenas processando-o, isto é, inserindo novos dados sobre um mundo pré-determinado a uma subjetividade também já pré-determinada e constituída apenas de representações designativas desse mundo. Essa concepção mentalista da perspectiva informacional está muito bem expressa na fórmula que prevê que os sujeitos agem, em relação à informação, apenas sentindo a falta de determinados dados, e buscando tais dados para o preenchimento de suas lacunas (ou estados anômalos).

Já a perspectiva praxiológica apontada por Quéré encontra sintonia com a perspectiva ainda mais ampla de estudo da informação tal como definida por Saracevic, que vê na situacionalidade, no atravessamento pelo contexto, o elemento definidor da informação. Também na perspectiva do paradigma social de Capurro se pode ver que existe uma intersubjetividade, uma constituição social, tanto dos sujeitos como do mundo no qual eles vivem e agem. A definição de Capurro apresentada na tradução de Robredo, embora não faça menção a Quéré, é bastante próxima a suas ideias: a ideia de subjetividade encapsulada de Capurro corresponde à de

sujeito monádico, isolado e descomprometido, de Quéré; a ideia do estar no mundo com os outros de Capurro é semelhante à construção conjunta de um mundo comum em Quéré; a crítica de Capurro à ideia de informação como o produto final de um processo de representação é exatamente a crítica que faz Quéré a uma dimensão exclusivamente representacional, designativa, da linguagem. Os dois modelos de Quéré, portanto, são muito adequados para elucidar os aspectos e problemas envolvidos nas definições de conhecimento, subjetividade, objetividade e linguagem, que tanto podem estar presentes em fenômenos comunicacionais, como também nos fenômenos e processos informacionais.

4 OS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO

Como apontado no tópico anterior, os estudos de usuários da informação vivenciaram basicamente três modelos de estudo ao longo de sua existência. Seguindo a periodização proposta por Cunha, Amaral e Dantas (2015), da década de 1940 à década de 1980 os estudos tinham basicamente por objetivo produzir elementos diagnósticos, junto aos usuários, para a melhoria dos produtos e serviços prestados pelas bibliotecas e outros sistemas de informação. Os sujeitos eram estudados como "clientes", isto é, como usuários de determinados serviços: era necessário estudar o seu perfil (características socio-demográficas) e a sua avaliação a respeito das diferentes fontes de informação e atributos dos sistemas.

Uma efetiva construção teórica para o campo só ocorreu na década de 1980, com a emergência da abordagem cognitiva centrada em torno do conceito de comportamento informacional, quando se deu a troca de uma perspectiva *system-oriented* para uma efetivamente *user-oriented*. Diversos modelos foram propostos a partir de virada paradigmática proposta pelo movimento cognitivista nos estudos de usuários da informação, sendo que pelos menos cinco modelos se destacam (GONZÁLEZ TERUEL, 2005; CUNHA, AMARAL, DANTAS, 2015).

O primeiro destes modelos a adquirir uma grande importância nos estudos foi o modelo de comportamento informacional proposto por Wilson (1981). Neste modelo, está pressuposto que a necessidade de informação é o mecanismo ativador do comportamento (ou seja, é a existência de uma lacuna cognitiva que faz os sujeitos começarem a agir, em termos informacionais). O comportamento informacional consiste na procura por informação, com demandas a sistemas de informação e a outras fontes de informação, sujeitas a sucesso ou fracasso – sendo o sucesso responsável pelo uso da informação, que pode ser a transferência ou não, que pode satisfazer a necessidade ou não. Neste mesmo modelo, o autor apresenta um quadro de compreensão dos mecanismos de motivação para a busca de informação. Neste quadro existem aspectos relacionados ao meio ambiente (ambiente de trabalho, sociocultural, político-econômico e físico), ao papel social (e laboral, relativo a níveis de desempenho) e às características individuais (fisiológicas, afetivas e cognitivas).

Outro modelo que gerou muito impacto nas pesquisas é o de Krikelas (1983), que também buscou determinar padrões de comportamento. Seu ponto de partida é o estado de incerteza, que motiva a coleta de informações, que se dão em função de necessidades que podem ser futuras ou imediatas, e em escolhas (ou preferências) por fontes que podem ser internas (a memória, as observações do indivíduo, seus arquivos pessoais) ou externas (contato com outras pessoas ou informações registradas).

Um terceiro modelo fundamental da perspectiva cognitivista é o da teoria da construção de sentido de Dervin (1983). Esse modelo é baseado no tripé situação, lacuna e uso. Trata-se de uma metáfora em que se imagina que o ser humano age no mundo, mas, em alguns momentos, não possui a informação necessária para agir (lacuna). Essa situação o impulsiona a procurar informação. Ao obtê-la, o indivíduo transpõe a situação problema e, por meio do uso da informação, retoma sua linha de ação.

Um outro modelo muito influente nos estudos é o de Ellis (1989) centrado em oito categorias sequenciais de busca da informação: início, encadeamento, rastreamento, diferenciação, monitoração, extração, verificação e finalização. A ideia síntese por detrás dessa sequência é a seleção, por parte do indivíduo, do que é útil ou pertinente e a eliminação do que não é; o uso da informação para a solução de determinada tarefa ou atuação.

O último modelo a ser apresentado aqui, que constitui a base dos modelos mais influentes em comportamento informacional, é o de Kuhlthau (1991) baseado no princípio da incerteza. A autora também identifica um conjunto de etapas sequenciais (iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação), apontando, para cada um deles, quais são as emoções, os pensamentos e as ações presentes. Ela enfatiza, portanto, as emoções como fator interveniente importante e a efetiva formulação de um foco de busca como o elemento fundamental no sucesso ou fracasso da ação informacional dos sujeitos.

Uma análise geral destes cinco modelos permite perceber que eles se filiam a uma mesma concepção de sujeitos: os indivíduos vivem e agem no mundo, mas sua ação informacional é apartada dessa dinâmica, ela segue uma lógica própria (a constatação de uma lacuna ou incerteza; a satisfação dessa lacuna pelo contato com fontes, serviços ou sistemas de informação). Existe uma dinâmica linear de ação informacional, com passos pré-estabelecidos, aos quais estão associadas emoções e ações, metas e condições de sucesso ou fracasso. Todos os elementos do mundo ao redor do sujeito (ambiente, outras pessoas) são tidos como elementos interferentes, quase "ruídos", que atuam sobre a estipulada linearidade das ações.

Aplicando-se o quadro intelectual de Quéré a tais estudos, pode-se perceber que não ocorre uma efetiva ruptura com o modelo anterior. Permanece o pensamento positivista que enxerga subjetividade e objetividade dadas, pré-determinadas, e uma linguagem meramente representacionista. Nos estudos até a década de 1980,

predomina a lógica da transferência, do efetivo contato com os conteúdos, da adequada transmissão de um conteúdo de um ponto a outro. Nos estudos em comportamento informacional, o foco passa a ser o detalhamento desse processo, nos termos de Quéré, "epistemológico", isto é, esse processo de preenchimento, por parte dos sujeitos, de dados do mundo para a solução dos estados anômalos.

Apenas em uma terceira abordagem de estudos de usuários, chamada de social ou sociocultural, em torno da perspectiva das práticas informacionais (PÉREZ GIFFONI, SABELLI, 2010; CUNHA, AMARAL, DANTAS, 2015; ARAÚJO, 2018) é possível encontrar traços de uma mentalidade praxiológica.

Neste caso, uma perspectiva pioneira é a de Chatman (1999), expressa em sua *theory of life in the round*. Articulando conceitos como os de mundo restrito, normas sociais, visão de mundo e tipos sociais, ela busca compreender como se dão, num ambiente com grande controle social e rotinas previsíveis, as tentativas individuais de adaptação para sobrevivência e busca por segurança. A autora se fundamenta na teoria de Berger e Luckmann sobre como se constroem os sentidos partilhados socialmente e, dentro deles, os comportamentos apropriados ou adequados e, ainda, dentro destes, os comportamentos de busca da informação apropriados – com a identificação dos limites em que as ações individuais devem ser mantidos, e as ocasiões excepcionais em que tais limites podem ser ultrapassados (no caso do estudo mencionado, quando a informação é percebida com algo crítico, como especialmente relevante e quando os limites do mundo restrito não se mostram suficientes).

Um outro modelo, bastante influente em âmbito internacional, é o modelo de busca de informação na vida cotidiana de Savolainen (1995). Articulando o conceito de *habitus* de Bourdieu, o autor desenvolve uma perspectiva de estudo em que os fatores individuais (a ocupação do tempo, os modelos de consumo, os hobbies) e os fatores sociais e culturais (valores, atitudes, capital cultural, capital social) se constituem mutuamente e se atualizam no decurso do

contato mesmo dos sujeitos com a informação. As ações informacionais não são, assim, algo externo à vida concreta das pessoas – antes, estão imbricadas em sua própria constituição. Desse modelo nasceu o conceito de práticas informacionais, que depois passou a ser utilizado por diversos pesquisadores como, por exemplo, McKenzie (2003). O conceito de práticas informacionais também passou a ser fundamentado teoricamente por vários autores (TALJA, 1997; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 1997, TUOMINEN; TALJA; SAVOLAINEN, 2002, TALJA; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005) que destacaram, justamente: o caráter constitutivo da linguagem, em oposição a uma concepção exclusivamente representacionista; o caráter construído tanto da subjetividade dos indivíduos quanto da objetividade do real; a inserção das ações informacionais nas demais ações e intervenções que marcam a experiência dos sujeitos no mundo).

Uma última perspectiva a ser mencionada é a de Lloyd (2010). A autora apresenta uma distinção entre o que chama de teorias sociais tradicionais e teorias praxiológicas. Ela aponta que, embora essa segunda possibilidade ainda seja pouco conhecida no campo da ciência da informação, ela pode ser extremamente útil para a análise de aspectos da realidade humana como a subjetividade, a intersubjetividade, a construção do significado, a racionalidade, entre outros. Ela aponta que a vida social existe, e se atualiza, sempre no interior de um contexto, está imbricada a ele. A autora critica, assim, concepções que separam os sujeitos e o mundo. Em sua visão, sujeito e mundo estão sempre conectados por meio de práticas como vestir, comer, falar, caminhar, trabalhar, estudar - e, também, buscar e usar informação. Em seu estudo sobre a competência informacional, a autora identifica que as habilidades também são um produto social, e refletem os aspectos sociais, históricos e políticos de um contexto específico. A identificação com o modelo praxiológico de Quéré é muito grande neste caso, inclusive com o uso da mesma nomenclatura para a identificação da perspectiva de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada neste texto se estruturou em torno da aplicação das ideias de Quéré sobre os modelos epistemológico e praxiológico para o estudo da informação e, especificamente, para o estudo de estudo de práticas informacionais. O objetivo foi tornar mais explícitas as orientações conceituais que suportam os estudos de práticas informacionais, mostrando, a partir da concepção de subjetividade, objetividade, conhecimento e linguagem, como podem se apontar as limitações de modelos de estudo muito restritos e se construírem, em contrapartida, modelos mais sensíveis à complexidade que caracteriza as relações das pessoas com a informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CHATMAN, E. A. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for information Science**, v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results. *In*: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 1983, Dallas. **Anais** [...]. Dallas: ICA, 1983.

ELLIS, D. A behavioural approach to information retrieval design. **Journal of Documentation**, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.

FRANÇA, V. R. V. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, v. 5, n. 2, p. 37-51, 2003.

GONZÁLEZ TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea, 2005.

KRIKELAS, J. Information-seeking behavior: patterns and concepts. **Drexel Library Quarterly**, v. 19, p. 5-20, 1983.

KUHLTHAU, C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.

McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 59. n. 1, p. 19-40, 2003.

PÉREZ GIFFONI, M. C.; SABELLI, M. **Los estudios de usuarios de información**: construcción de una línea de investigación y docencia en el Uruguay. Montevidéu: EUBCA/UDELAR, 2010.

QUÉRÉ, L. D'um modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. **Réseaux**, v. 46-47, p. 69-90, 1991.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, n. 17, p. 259-294, 1995.

TALJA, S. Constituting "information" and "user" as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information-man theory. *In*: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Org.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. "Isms" in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. A social constructionist approach to the study of information use as discursive action. *In*: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Org.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 81-96.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. Discourse, cognition and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. *In*: BRUCE, H.; FIDEL, R.; INGWERSEN, P.; VAKKARI, P. (Ed.). **Emerging frameworks and methods**. Greenwood Village: Libraries Unlimited, 2002. p. 271-283.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, USUÁRIO E RALÉ ESTRUTURAL COMO NÃO-PÚBLICO: PRAXIOLOGIAS RESTRITIVA OU RECEPTIVA

Rodrigo Rabello

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo pretende abordar e refletir sobre desafios para a realização de pesquisas sobre práticas informacionais, considerando grupos caracterizados pela desigualdade e invisibilidade social. Há aqui o interesse de problematizar pressupostos teóricos que restringem ou podem limitar a ação investigativa e/ou de atuação profissional, bem como apresentar alternativas teóricas receptivas de sujeitos e suas práticas, em abordagens agregadoras.

As ciências da informação e da documentação – dentre as quais biblioteconomia, arquivologia, museologia, documentação, ciência da informação, cada qual com sua particularidade – tendem a considerar, em seu quadro teórico, sujeitos que, por suas características sociais, culturais e econômicas, adquirem visibilidade e proeminência como público de interesse.

O público é composto por sujeitos denominados usuários de informação. Estes podem ser pensados em ao menos duas dimensões interdependentes. A primeira tocante à definição constitutiva do usuário de informação e a segunda, como parte daquela, relativa à instituição onde se realizam práticas. Ambas as dimensões são, portanto, relevantes para demarcar o sujeito como usuário e o espaço de atuação e intervenção.

As ciências da informação e da documentação tendem a focar um tipo de espaço em particular para, a partir deste, definir os sujeitos que com ele se relaciona. Esses espaços são as instituições de mediação da informação ou unidades de informação, que podem se configurar como bibliotecas,

centros de documentação, arquivos, museus, produtos e serviços de informação em determinado contexto.

As unidades de informação constituem, elas próprias, sistemas de mediação da informação, já que, com a finalidade de mediação, coletam, selecionam, tratam e disponibilizam conteúdos produzidos e consumidos em determinado contexto ou situação. Aquelas também podem constituir e manter subsistemas mediacionais, como é o caso dos catálogos, bases de dados, acervos e coleções, fundos documentais, dentre outros.

As práticas de mediação são realizadas pelos profissionais de informação e pelos serviços-meio, os quais, ainda que indiretamente, também as fazem. Na relação entre profissionais e serviços-meio, podem ser citados, como exemplo, os produtos e serviços derivados do tratamento da informação. Seus recursos são disponibilizados em meios particulares, como catálogos e bases de dados. Estão inseridos em espaços institucionais particulares, estruturados seguindo alguma lógica e organização direcionada a um determinado público.

Há aqui a consideração de ao menos dois tipos de sujeitos humanos abordados pela literatura das ciências da informação e da documentação: o profissional que trabalha *para* e/ou *com* a mediação da informação; e o usuário de informação, a quem a informação será mediada. Tais sujeitos, em diferentes graus de relação com o sistema, interferem direta ou indiretamente no seu desenho, gestão, gerenciamento, (re)composição e (re)direcionamento.

Nesse cenário, espaço e profissional são dependentes, ao menos idealmente, dos utilizadores. Se não há demanda social, em tese, não há sentido de existência e manutenção de uma instituição ou sistema de mediação da informação. Tal demanda é criada por ou induzida para um público, isto é, por ou para usuários de informação reais ou potenciais.

Os usuários de informação reais (ou efetivos) são aqueles sujeitos que, depois de realizado algum trabalho de mediação em determinado contexto institucional, utilizam efetivamente espaços e produtos e serviços de informação lá

disponibilizados. Já os usuários de informação potenciais correspondem àqueles sujeitos que, ao possuírem determinados atributos, podem vir a se tornar usuários reais ou efetivos. Se no primeiro caso há utilização do espaço ou de algum produto ou serviço a partir de uma situação de necessidade de informação, no segundo, o uso pode vir a ocorrer potencialmente, ainda que dependente, dentre outros aspectos, de condições prévias dos sujeitos.

Dito de outro modo, os usuários de informação correspondem aos atores principais ou coadjuvantes no cenário de atuação mediacional das unidades e dos sistemas de informação. As práticas informacionais desses atores podem ser estudadas e facilitadas quando há interação destes com o sistema de mediação; ou quando os atributos definidores dos sujeitos podem ser identificados; ou, ainda, quando – e aqui se diferenciando do pressuposto do sistema de mediação – há interação e associação entre sujeitos em sua relação com a informação no contexto de uma comunidade.

Em síntese, o cenário da mediação informacional – composto por instituições, infraestruturas, dispositivos, profissionais mediadores e sujeitos utilizadores – define o público formado por usuários reais ou potenciais. Todavia, faz-se necessário problematizar tais categorias de usuário quando deixam de contemplar outros sujeitos no cenário informacional.

É possível dizer que os sujeitos que permanecem excluídos de qualquer cenário de mediação da informação formam o denominado não-público, constituído por não-usuários. Esses sujeitos – definidos pela negação correspondente – podem ser investigados, p. ex., em termos de invisibilidade de grupos e/ou quando se considera algum tipo de desigualdade social.

O conceito de não-público é abordado por Flusser (1980), inspirado em ideias do educador e filósofo Paulo Freire. Questionando a ausência do não-público em contextos institucionais, Flusser propõe o que, em sua visão, seria particularmente necessário para a valorização de diferentes vivências culturais para a transformação de uma “biblioteca

tradicional" – que desconsidera o não-público – em uma biblioteca receptiva e agregadora, ou seja, uma "biblioteca verdadeiramente pública" ou "biblioteca ação-cultural".

Para além da desigualdade cultural, que culmina na ideia de não-público, ainda é possível pensar em outros modos de desigualdade e invisibilidade social. Tais modos podem ser estudados em termos de desigualdade de classes sociais. Souza (2011) tem se debruçado, no âmbito do pensamento social brasileiro, sobre tais questões.

Com tal contribuição é possível refletir sobre uma classe social que formaria a base da pirâmide no Brasil. Ela se edificaria tendo como alicerce uma parcela significativa da população. Ela estaria à margem da "sociedade" e apareceria "invisível" aos olhos das camadas superiores da pirâmide. De modo não pejorativo, mas provocativo, Souza (2011) denomina essa classe de "ralé estrutural", fruto de um passado de escravidão e da formação de um Estado patrimonialista, cujos valores e práticas estão presentes e moldam o pensamento dominante na sociedade brasileira.

Ambos os conceitos – não-público e ralé estrutural – foram empregados por Rabello e Almeida Junior (2020), ao observarem que parte importante do não-público (não-usuários) é constituída pela ralé estrutural. O caráter parcial decorre do fato de que a noção de não-público pode se estender ulteriormente à dimensão da classe social desprivilegiada, já que a não utilização de determinada unidade de informação e de seus produtos e serviços pode ocorrer por motivações diversas, como preconceitos e inadequação institucional.

Segundo a investigação, há limitações inerentes ao conceito de usuário de informação, sendo estas de ordem epistemológica e política, com implicações éticas. Nessa direção, em virtude do pressuposto limitador do construto de usuário de informação, este se apresenta como um imperativo teórico que dificultaria ou impediria conceber a ralé estrutural como público.

Não obstante, considerando tal percurso, pergunta-se: como pensar as práticas informacionais de um grupo que, em

termos teóricos e de atuação institucional, está praticamente invisível socialmente e, por conseguinte, tende a estar fora do alcance dos holofotes das ciências da informação e da documentação?

Há – com tal questionamento – o objetivo de refletir sobre os desafios para o estudo das práticas informacionais, estas pensadas em termos de praxiologias restritiva ou receptiva. Para tanto, o texto propõe uma revisão de literatura não exaustiva, mas que busca trazer luz a pontos de inflexão, quais sejam: a possibilidade de concepção da ralé estrutural como público e, além disso, a receptividade de práticas em cenários diversificados de desigualdade e de invisibilidade social.

2 USUÁRIO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Na presente seção será abordado um aspecto particular relacionado ao conceito de usuário de informação, para, em seguida, estabelecer, preambularmente, caminhos para a relação do conceito com estudos de práticas informacionais. Finaliza apresentando desafios para tais estudos, quando o sujeito se encontra em situação de desigualdade e invisibilidade social.

O estudo de Rabello e Almeida Junior (2020) fundamentou conceitualmente usuário de informação a partir de três argumentos ou aspectos conceituais. Tais aspectos tangenciam a(s): 1. Posição dos sujeitos em modelos que têm o sistema de mediação de informação como pressuposto; 2. Posição dos sujeitos para além dos sistemas, num modelo contextual e situacional ou, numa palavra, social; e 3. Características dos sujeitos segundo sua posição em classes ou campos sociais.[8]

[8] Os aspectos 1 e 2 e os respectivos enfoques (paradigmas ou modelos) informacionais podem também ser apreciados nos estudos de Ørom (2000), de Capurro (2007), de Araújo (2014), dentre outros. O aspecto 3, tocante às características dos sujeitos, pode ser observado em termos de classes sociais, em Rabello e Almeida Junior (2020), ou em campos bourdieusianos, em Lucas e Silveira (2017).

Nesse momento, o foco será direcionado para o terceiro aspecto conceitual de usuário de informação. Segundo observam Rabello e Almeida Júnior (2020), a abordagem das classes e/ou campos sociais corresponde a um desdobramento que está sob o espectro do modelo social. A seguir serão apresentados elementos da fundamentação daquela pesquisa.

O percurso para essa conceituação de usuário de informação contou com a fundamentação do estudo de Souza (2011), ao abordar a ralé estrutural como uma classe social. Esta estaria subjugada por classes privilegiadas – média e alta –, as quais lançariam mão de violência simbólica de modo a lograr ressonância e aceitação junto à opinião pública.

A proposta se apresenta como uma visão alternativa à ênfase na economia para a definição de classes sociais. A perspectiva economicista, segundo o autor, daria maior ênfase às condições materiais. De modo a considerar outras esferas da vida social para a diferenciação de classes sociais, Souza (2011) recorre à perspectiva multidimensional advinda da noção de "habitus" de Bourdieu. Entretanto, ante a uma suposta restrição praxiológica na concepção bourdieusiana, Souza (2011) caminha para uma ampliação dos sujeitos passíveis de serem investigados ao considerar a ralé estrutural.

Na noção bourdieusiana, o poder simbólico, meio para a violência simbólica, encontra espaço em disposições das relações sociais. Tais relações ocorrem, para Bourdieu, em campos multidimensionais. Neles há a articulação de modos de capital particulares, como é o caso dos capitais simbólico, econômico, cultural, social, para citar aqueles que fundamentaram o estudo de Souza (2011), embora não estivessem nele sistematizados. No quadro, em apêndice, há uma proposta de sistematização, haja vista que parte dos conceitos é empregada no presente texto.

Convergindo com as dimensões propostas por Bourdieu e com a releitura destas realizada por Souza (2011), o terceiro aspecto tocante ao conceito usuário de informação – real ou potencial – foi delimitado considerando-o na condição de

> [...] uma expressão empregada segundo características atribuídas a determinado indivíduo com mais ou menos condições materiais – estando ou não em situação de invisibilidade social –, mas que goza de algum capital cultural e social que lhe confere algum privilégio. [Refere-se à] figura de um indivíduo com um ou mais atributos, um sujeito alfabetizado em seu e/ou em outro(s) idioma(s), com hábito ou familiarizado com a leitura ou a fruição de alguma linguagem ou manifestação estética "socialmente" aceita (cinema, teatro, música, literatura, poesia, dentre outras), com certa competência informacional em termos educacionais, científicos, técnicos, tecnológicos, dentre outras. Esse perfil ideal do usuário da informação determina, mesmo que não explicitamente, as bases para políticas de ações e serviços oferecidos nos equipamentos informacionais [...] (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 19).

Essa concepção, ao posicionar o sujeito que utiliza e se apropria da informação – segundo a dinâmica e as condições prévias que o caracterizam – encontra na praxiologia bourdieusiana um referente. Nela, as práticas realizadas são situadas e condicionadas por fatores presentes no tipo de capital incorporado. Como uma característica própria de qualquer capital, ele pode ser acumulado e reconhecido como um valor.

Os modos de disposição para a ação são forjados num sistema de relações sociais. Os usuários de informação reproduzem privilégios, quando pertencentes às classes alta e média. Contam com diferenciais advindos da acumulação de capitais econômico, social, cultural, dentre outros. Como consequência, gozam de hábitos, capacidades e competências incorporadas no bojo da família, das relações sociais, das possibilidades de educação, formação e acesso à informação

e ao conhecimento, além de condições materiais que também permitem, em maior ou menor medida, a manutenção ou ampliação de privilégios.

Em contraponto, o termo ralé estrutural foi empregado destacando os sujeitos que, para Souza, evidenciam o maior conflito brasileiro: "o abandono social e político, 'consentido por toda a sociedade', de toda uma classe de indivíduos 'precarizados' que se reproduz há gerações enquanto tal." (SOUZA, 2011, p. 21). Nessa reprodução, existe, portanto, "uma sociedade que 'naturaliza' a desigualdade e aceita produzir 'gente' de um lado e 'subgente' de outro." (SOUZA, 2011, p. 24).

Nessa direção, as classes alta e média – quando não ignoram a classe invisibilizada – consideram a ralé estrutural como corpos e músculos, mercadorias desqualificadas, destituída de valor. Com preço módico no mercado de subempregos, a ralé estrutural fornece àquelas o dispêndio muscular dos afazeres domésticos, dos serviços da construção civil etc. As classes privilegiadas logram, com isso, o tempo livre necessário para a manutenção de seus privilégios.

Aqueles na base da pirâmide social – se pensados em termos de sujeitos informacionais[9] – podem resistir (se munidos com informação) quando defrontados com discursos opressores. Os sujeitos se articulam e criam vínculos identitários em relações sociais complexas, dispostas em estruturas socioinformativas e inovativas (RENDÓN-ROJAS; GARCÍA CERVANTES, 2012). Podem admitir "outros sujeitos influentes em políticas informacionais e que atuam em dessemelhantes regimes de informação" (RABELLO, 2017, p. 101). Eles podem, ainda, ser estudados a partir das agências informacionais, expressas, p. ex., em termos de práticas informacionais.

[9] O termo "sujeito" utilizado em relação à informação ou a algum fenômeno a ela tangente tem nomeado conceitos emergentes para representar aqueles que realizam práticas ou outras intervenções informacionais em determinados contextos (CRUZ; ARAÚJO, 2020).

Os estudos das práticas informacionais, segundo Araújo (2020), reconhecem na praxiologia e no movimento da "práxis" o fundamento da expressão "práticas" em questão. Nessa direção, os estudos seriam marcados pelo pensamento relacional, por disposições sociais de significação para busca e escolha de recursos, por modos de se relacionar com a informação (regras sociais, negociação, legitimação de fontes), dentre outros aspectos.

Depois de resgatar e de traduzir o conceito de Savolainen (2008, p. 2) – a quem as práticas informacionais correspondem a um conjunto de maneiras "social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, como televisão, jornais e a Internet" – e de trazer parte do entendimento desse autor sobre o construcionismo social, Araújo (2020) apresenta contribuições de autores para o campo, tais como os trabalhos de Caidi, Allard e Quirke (2010), de Kalms (2008) e de Floegel e Costello (2019).

Os estudos de práticas informacionais – quando consideram o usuário de informação real ou potencial – abordam as práticas como fenômeno social que, quando compreendido, auxilia o profissional a criar, a manter e a ofertar serviços e recursos em unidades de informação.

Numa outra dimensão, as práticas informacionais podem ser estudadas como um fenômeno social sem necessariamente ter no horizonte uma aplicação ou preocupação com o funcionamento de alguma unidade ou sistema de mediação da informação.

Há, todavia, em ambas as possibilidades, questões com implicações epistemológicas, políticas e éticas expressas, p. ex., nas seguintes perguntas: Como pensar os sujeitos na condição de não-público ou não-usuário de unidades de informação? Ou quando estes, complementarmente, se encontram em contextos de desigualdade e de invisibilidades social? Noutras palavras, como pensar o estudo das práticas informacionais dos sujeitos quando na condição, p. ex., de ralé estrutural como não-público?

3 PRAXIOLOGIAS RESTRITIVA OU RECEPTIVA

A presente seção objetiva abordar a ralé estrutural como não-público e situações de agências de modo a refletir sobre possíveis desafios para os estudos das práticas informacionais, identificando espaços de atuação em termos de praxiologias restritiva ou receptiva.

A acepção de ralé estrutural serviu de contraponto para Rabello e Almeida Junior (2020, p. 19-20) refletirem sobre o conceito usuário de informação, quando pensado no contexto das unidades de informação. Este último conceito desconsidera, segundo os autores, a condição de desigualdade e de invisibilidade dos sujeitos, já que tende a "[...] desatender o sujeito que não goza de algum capital econômico e cultural socialmente aceito." Conforme esse entendimento, a ralé estrutural forma "[...] o montante do não-público das unidades de informação."

O termo não-público foi utilizado por Flusser (1980) no sentido de colocar como foco a impossibilidade de a maioria da população usufruir, em parte ou totalmente, bens artísticos e culturais. Independe, por assim dizer, do desejo de fazê-lo ante o espaço ou os recursos e serviços oferecidos. Para o não-público lhe é cerceada essa possibilidade de fruição artística e cultural.

O não-público concebido por Flusser (1980) também corresponde ao contexto da biblioteca; por essa razão, conforme acrescentam Rabello e Almeida Junior (2020), igualmente pode ser pensado em termos de não-usuário(s). No entanto, para Flusser, o não-público foi pensado no cenário de uma instituição em particular, naquilo que denominou de biblioteca tradicional.

Nela, o impedimento de utilização de bens culturais pode ser gerado pela instituição de mediação da informação e da cultura; ou seja, ela própria – a instituição – pode gerar o não-público. Para a instituição de mediação, o não-usuário é aquele sujeito impossibilitado de usufruir do espaço e dos recursos e serviços informacionais oferecidos. Tal impossibilidade de utilização pode ocorrer em virtude da

"ausência" de algum atributo ao não-usuário (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

Nesse sentido, pode-se dizer que a "ausência" de determinados atributos simbolicamente aceitos auxilia a definir não-público também em termos de ralé estrutural. Para esta última classe haveria a carência de capital econômico e dos capitais social e cultural, aceitos e valorizados pela sociedade. Portanto, as carências relativas à posição dos sujeitos em classes sociais também definem o não-público.

Não obstante, as barreiras institucionais auxiliam a observar que a condição de não-público transcende as questões de classe. Existem barreiras diretas e/ou indiretas para a constituição do não-público. Dentre várias barreiras, a unidade de informação pode oferecer obstáculos linguísticos ou de linguagem, afastando pessoas analfabetas, ao só disponibilizar o texto escrito, ou ao somente oferecer manifestações culturais aceitas ou acessíveis pelas classes privilegiadas. A unidade de informação pode possuir, ainda, barreira arquitetônica, ao não oferecer acessibilidade às pessoas com deficiência, aos idosos etc. e/ou quando não permite a entrada de pessoas trans em banheiros e/ou o acesso de pessoas com determinados trajes.

Nesses termos, mesmo o usuário em potencial – pertencente às classes privilegiadas – pode ser içado à categoria de não-público. Além disso, o contraste entre usuário de informação e não-público aponta para desafios ético-políticos para o ensino e a pesquisa nas ciências da informação e da documentação, culminando em desafios para atuação profissional em unidades de informação.

Há desafios – apontados por Flusser (1980) e reiterados por Rabello e Almeida Junior (2020) – que precisam ser enfrentados, como a necessidade de as instituições tradicionais deixarem de trabalhar *para* o usuário e passarem a fazê-lo *com* a comunidade (considerando também o não-usuário); ou de as instituições deixarem de ser implantadas na comunidade, passando a ter uma atuação orgânica; ou passarem a fomentar uma "[...] conexão crítica com a 'cultura

do passado', [...] para dar voz ou protagonismo à ralé estrutural como público." (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 20).

A situação da ralé estrutural como não-público traz um problema ético-político-epistemológico inerente ao conceito de usuário de informação, quando pensado no contexto das unidades de informação ou, noutras palavras, no contexto dos sistemas de mediação da informação.

> A ralé estrutural como não-público desvela algo que as áreas de biblioteconomia e ciência da informação, ao priorizar o usuário de informação, tendem a desconsiderar. A invisibilidade e a desigualdade social estão encobertas sob o véu do conceito de usuário de informação como um "tipo ideal", um imperativo teórico. Tal conceito sintetiza os atributos materiais, ideológicos e simbólicos das classes alta e média. Nele quase não há lugar para relações ou conflitos de classe. Nesse contexto, quando o usuário é potencial há a expectativa de alçá-lo a usuário real, pois aquele, de antemão, possui algum capital econômico e/ou cultural para tanto. Nesses termos, a ralé estrutural como não-público, sem dispor de tais atributos, praticamente inexiste ou, sequer, é colocada no horizonte. (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 20).

O cotejo conceitual entre usuário de informação e ralé estrutural como não-público levanta questões para o estudo das agências informacionais quando realizado por pesquisadores para compreender os fenômenos e/ou para subsidiar ações de profissionais de informação que trabalham criando, mantendo e/ou ofertando serviços e recursos em unidades de informação. Nessa perspectiva, corre-se o risco de se considerar práticas sob uma praxiologia restritiva, que

apenas contempla sujeitos com atributos das classes privilegiadas, encarnados no termo usuário de informação.

Os estudos de "informação e comunidade" e/ou de "usuários e não-usuários" oferecem caminhos com um escopo ampliado (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Podem ser pensados no sentido de uma praxiologia receptiva, que considera a variedade de sujeitos e de suas agências. Nesses estudos, a "práxis" recepciona, também, questões de classe social. Assim, eles podem se preocupar com a condição da ralé estrutural como não-público, mas no sentido de evidenciá-la ou de apresentar alternativas para transformá-la em público.

Todavia, nesse contexto de receptividade e de alargamento praxiológico, as práticas informacionais podem ser estudadas como um fenômeno social sem necessariamente ter como horizonte alguma aplicação – ou seja, gerir, manter ou aperfeiçoar sistemas, produtos e serviços de informação –, ainda que, em última instância, o conhecimento produzido possa ser relevante em contextos institucionais de mediação.

Apresentam-se, a seguir, estudos que apontam para uma praxiologia receptiva de sujeitos e suas práticas. Isso pode ocorrer em ambiências diversificadas, em situações para além dos contextos profissionais, apreciando a vida cotidiana e podendo acolher diferentes estratos sociais.

O estudo de Caidi, Allard e Quirke (2010)[10] aborda práticas informacionais de imigrantes, apresentando investigações que desvelam barreiras e dificuldades de

[10] A revisão de Caidi, Allard e Quirke (2010) se diferencia dos demais trabalhos publicados pela *Annual Review of Information Science and Technology* (*ARIST*) – entre 1966 a 2009 – sobre o campo que se estabeleceu, no Brasil, com o nome de estudos de usuários. Até 1990, as revisões da *ARIST* publicaram investigações sobre necessidade, busca e uso da informação e, a partir de 2001, passaram a agregar abordagens sobre comportamento e práticas informacionais em contexto (RABELLO, 2013). Contudo, o fizeram sem mencionar, no título da revisão, uma determinada categoria de grupo, como foi o caso dos imigrantes na revisão de 2010. Estudos sobre práticas informacionais passaram ganhar proeminência nas revisões da *ARIST* do final da primeira década de 2000, como é o caso da revisão de Courtright (2007).

acesso à informação, como as estruturais (de tecnologia, de língua) e sociais (dificuldades de comunicação, valores culturais, isolamento). Ao reconhecer a relevância do tema, a revisão de literatura traz investigações que visam fornecer subsídios aos profissionais de informação para que obtenham dados a respeito de como imigrantes buscam, acessam e utilizam informações, quais suas necessidades e quais práticas adotam ante as barreiras enfrentadas na vida cotidiana.

A revisão sobredita trouxe critérios orientadores para a formulação e aplicação de políticas de imigração no Canadá, quais sejam: familiar (consanguinidade com cidadãos do país anfitrião), refugiado (questões humanitárias) e econômico (adaptação ou utilidade ao sistema produtivo no país). Este último representa a maioria de casos identificados naquele país e a partir dele se prioriza um sistema de pontos no qual são valorizados fatores como situação econômica, habilidade linguística, experiência de trabalho, idade etc.

Apesar das implicações relativas ao imigrante em um contexto cultural a ele diferente ou estranho, os três critérios para a admissão e permanência do imigrante tocam, direta ou indiretamente, questões ou privilégios de classe. O capital social (familiar e/ou redes de colaboração no país anfitrião e/ou advindo desde o país de origem ou de outros) soma-se aos capitais cultural, econômico e político, onde se valorizam, p. ex., formação, conhecimento e experiência técnico-profissional, habilidades linguísticas, comunicativas, de adaptação à nova cultura, às normas e regras cívicas etc.[11]

A pesquisa de Kalms (2008) explora como e por que uma família assume o controle de informações, abordando o ambiente doméstico como um lugar de consumo e gestão de informação. A casa, nesses termos, se configura como um

[11] Ainda que os modos de capitais não tenham sido abordados em termos bourdieusianos – exceto em uma aproximação das interpretações aos conceitos de capitais econômico e social –, os problemas descritos por Caidi, Allard e Quirke (2010) se traduzem em barreiras para o estudo das práticas informacionais, algo que pode ser observado em termos de "integração", "inclusão/exclusão" e "residência" dos imigrantes.

sistema no qual os sujeitos lançam mão de recursos, serviços e tecnologias informacionais. O autor estudou as práticas informacionais de chefes de família na Austrália, mediante a análise dimensional proposta por Schatzman. Chegou-se a dois processos de habilitação e nove dimensões de ação, por intermédio dos quais foi possível observar que as práticas "representam uma ordem negociada para processamento e gerenciamento de informações em uma casa." (KALMS, 2008, tradução nossa).

O estudo de Floegel e Costello (2019) investiga práticas de informação de pessoas *queer*[12] em mídia de entretenimento, considerando, especificamente, conteúdos ficcionais e de não-ficção criativa, veiculadas em filmes e na televisão. A identidade dos sujeitos na relação com os meios e as práticas inclui aspectos como busca, satisfação, consumo, validação, avaliação e apuração de fatos. Revelam aspectos positivos e negativos não apenas nas práticas das pessoas *queer* tocantes às mídias de entretenimento, mas também em suas experiências em acessar os conteúdos em instituições de informação.

À luz de uma praxiologia receptiva – em cujas práticas podem ser estudadas em contextos múltiplos, em agências de sujeitos diversificados – quais convergências podem ser apontadas nos estudos sobre imigrantes, donos de casa e pessoas *queer*? Adiante seguem ponderações de ordem epistemológica e teórico-metodológica, com alcance conceitual e ético-político, também relativas a questões de práticas no cenário de classes sociais, algo de interesse para a reflexão sobre a ralé estrutural como não-público.

Os três estudos sobre práticas informacionais demonstram o emprego de uma praxiologia receptiva. Dois

[12] Conforme explicam Floegel e Costello (2019), a palavra *queer*, para além de ser uma expressão pejorativa – quando abordada como uma manifestação homofóbica no sentido literal das palavras "estranho", "ridículo", "desviante", "aberração" etc. –, tem se apresentado como um termo construcionista para tratar de aspectos de gênero e sexualidade em contextos socioculturais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, dentre outras (recepcionados pela sigla LGBTQI+).

dos estudos – sobre imigrantes e pessoas *queer* – investigaram temas e sujeitos que podem sofrer situações de desigualdade e invisibilidade social. Conquanto o direcionamento não tenha sido o de estudar as práticas de usuários de algum sistema de informação específico, os autores admitiram a relevância dos resultados para aplicação em instituições.

Em relação ao lugar dos sujeitos priorizados, ainda que situados no espaço e no tempo, existe um aspecto definidor nos três estudos exemplificados. Os sujeitos foram investigados no contexto de países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália, algo que pode influenciar ou ser definidor da abordagem da pesquisa. Apesar de aspectos sobre desigualdade social serem relevantes para estudos em distintos contextos, faz-se necessário observar que o conceito de ralé estrutural de Souza (2011) tem como aspecto orientador características e construtos desenvolvidos no âmbito do pensamento social brasileiro. Portanto, está inscrito no bojo dos problemas histórico-sociais enfrentados na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Nos estudos exemplificados, as pessoas e suas práticas no ambiente familiar e doméstico, sejam elas *queer* ou não, podem ser analisadas à luz de problemas sociais. Barreiras sociais, para pessoas *queer*, podem estar associadas, p. ex., a preconceitos. Dificuldades informacionais no ambiente doméstico – quando analisadas, p. ex., a partir de famílias com baixa renda – tendem a ter alguma associação com questões relativas à estrutura de classes. Já para o estudo sobre práticas de imigrantes, conforme observado, a dimensão da classe social tende a ser relevante, quando são considerados, p. ex., capitais cultural, social e econômico para aceitação ou permanência do imigrante no país.

Para além do contexto do imigrante, da pessoa *queer* e do dono de casa, se a ralé estrutural como não-público fosse considerada em um estudo de práticas informacionais, seria possível investigar o não-usuário – pertencente a determinada comunidade – em sua relação com a informação.

Portanto, a perspectiva das práticas informacionais poderia acolher estudos das agências de sujeitos – ao mesmo tempo – imigrantes, *queer*, donos de casa e pertencentes à ralé estrutural como não-público. A transversalidade praxiológica observada no exemplo demonstra sua receptividade ao acolher sujeitos e suas práticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre práticas informacionais têm apresentado abordagens teórico-metodológicas profícuas para o alargamento do alcance praxiológico.

A expressão "estudo de usuários" – quando pensada em contextos tradicionais das unidades de informação – tende a condicionar a investigação em uma praxiologia restritiva. Isso porque a acepção de usuário de informação, naquele contexto, carrega determinantes conceituais que induzem a desconsiderar, p. ex., a questão social da ralé estrutural como não-público.

A praxiologia restrita ao usuário (real ou potencial) de uma unidade de informação tradicional pressupõe que o sujeito estudado somente o será por trazer consigo atributos os quais, por vezes, estão expressos em capitais acumulados e valorados socialmente. O pesquisador e/ou o profissional, nesse cenário, estuda as práticas no sentido de atuar *para* o sistema de mediação ou *para* o sujeito a quem a informação ou a "cultura do passado" será mediada.

A praxiologia receptiva – de sujeitos e práticas diversas – igualmente contribui com o campo das ciências da informação e da documentação, mas podendo considerar distintos estratos e contextos sociais. Ela o faz tanto em termos de ciência básica ou fundamental – para compreender o fenômeno, mas sem a necessária intenção de aplicação –, como para fundamentar e/ou subsidiar a aplicação em instituições e unidades de informação.

Neste último caso, pesquisador e/ou profissional pode(m) investigar as práticas com vistas a atuar não apenas *para*, mas também *com* a comunidade. Nessa direção, há a

possibilidade de se trabalhar organicamente junto à comunidade, promovendo uma mediação crítica da informação e da "cultura do passado" e dando voz e protagonismo, p. ex., à ralé estrutural, aos negros, aos indígenas, às pessoas LGBTQI+, às pessoas com deficiência etc., no sentido de considerar os sujeitos como público.

Nos estudos das práticas informacionais, como em qualquer estudo, as escolhas epistemológicas e teórico-metodológicas serão também ético-políticas. Isso porque trabalhar com uma praxiologia restritiva ou receptiva de sujeitos e suas práticas reflete ou contrasta com a visão de mundo do pesquisador e/ou do profissional e implica restringir ou ampliar o escopo de sujeitos. Com efeito, tais escolhas do pesquisador e/ou do profissional darão a régua e o compasso para a definição de quem deve ou pode ser estudado. Demarcam quais sujeitos e quais práticas informacionais serão priorizadas, silenciando e invisibilizando uns, dando voz e trazendo ao cenário outros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

ARAÚJO, C. A. Á. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In*: ALVES, E. C. A. *et al.* (Org.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020. p. 18-73.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A. N.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu**: escritos em Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69.

CAIDI, N., ALLARD, D.; QUIRKE, L. Information practices of immigrants. **ARIST**, v. 44, p. 491-531, 2010.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enl@ace**: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Año 4, n.1, p. 11-29, 2007.

COURTRIGHT, C. Context in information behavior research. **ARIST**, v. 41, n. 1, p. 273-306, 2007.

CRUZ, R. C.; ARAÚJO, C. A. Á. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos Ibero-Americanos. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2020.

FLOEGEL, D.; COSTELLO, L. Entertainment media and the information practices of queer individuals. **Library & Information Science Research**, v. 41, n. 1, p. 31-38, 2019.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.9, n.2, p. 131-138, set. 1980.

KALMS, B. Household information practices: how and why householders process and manage information. **Information Research**, v. 13, n. 1, 2008.

LUCAS, E. R. O.; SILVEIRA, M. A. A. (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p. 152-184 out./dez. 2013.

RABELLO, R. Sujeito e agências informacionais: comportamento, prática e ação. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (Org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília: IBICT, 2017.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020.

RENDÓN-ROJAS, M. Á.; GARCÍA CERVANTES, A. L. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. 33, p. 30-45, 2012.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

APÊNDICE

Quadro – Parte de conceitos correspondentes ao *habitus* bourdieusiano.

Poder simbólico	Subordinado a outras formas de poder. É difícil de ser reconhecido já que é transformado, transfigurado, mas nem por isso deixa de ser legitimado. Ele é invisível e "[...] só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem." (1989, p. 7-8).
Violência simbólica	Depende das relações de poder "[...] material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações." (1989, p. 11). Exerce, para algum modo de dominação de uma classe sobre outra, função instrumental de imposição ou de legitimação política e de poder simbólico.
Capital simbólico	Ou distinção, prestígio, reputação, fama, etc. É "[...] a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital" (1989, p. 134-135). Nesses termos, o modo de disposição do capital é reconhecido quase que automaticamente ou percebido "[...] por um agente dotado de categorias de percepção [...]" (1989, p. 145).
Capital econômico	Medido em termos materiais. A "[...] hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos." (1989, p. 135).
Capital cultural	Advém da nem sempre visível "transmissão doméstica", somada ao investimento de tempo, para além, mas em relação, com o ganho e o investimento monetário (1989, p.73). Ele pode existir sob três formas: "[...] no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas [...]; e, enfim, no estado institucionalizado, [sob a forma de diplomas e certificados escolares]." (1989, p.74).
Capital social	É "[...] o conjunto de recursos ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede *durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles

	mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende [...] da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado." (1998, p.67).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bourdieu 1989 e 1998.

ABORDAGENS SOBRE O SUJEITO INFORMACIONAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Maira Cristina Grigoleto
Marta Leandro da Mata
Fernando Luiz Vechiato

1 INTRODUÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sendo um dos componentes da sociedade da informação, são preocupações inerentes no tocante aos fluxos e ao processamento da informação desde a gênese da Ciência da Informação na década de 1960.

Mais recentemente, Zins (2007, p. 339, tradução nossa), aborda que a Ciência da Informação "[...] é o estudo de perspectivas mediadoras do conhecimento humano universal", sendo que essas perspectivas abarcam aspectos cognitivos, sociais e tecnológicos, fatores que devem ser considerados no projeto de sistemas de informação e na elaboração de produtos, de recursos e de serviços de informação no contexto dos ambientes informacionais analógicos e digitais.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível articular discursos com vistas ao entendimento das interlocuções teóricas e práticas que permeiam a interação da sociedade contemporânea com o desenvolvimento tecnológico, mais especificamente das inter-relações entre as abordagens sobre os sujeitos informacionais e a sociedade da informação no âmbito da Ciência da Informação.

Grigoleto (2018), com a proposta de desnaturalizar as concepções de sujeito informacional, menciona alguns aspectos para melhor compreendê-lo, trazendo uma reflexão a partir dos pressupostos da sociedade da informação, de modo a considerar determinadas alocações, institucionalidades e historicidades. A autora desenvolve essa

discussão a partir do olhar da Ciência da Informação, permitindo repensar o sujeito no modo informacional pelas suas relações e interações com técnicas e tecnologias.

A partir dessas premissas, este estudo teve como objetivos: 1) refletir a respeito das abordagens sobre o sujeito informacional no contexto da Ciência da Informação e sua relação e/ou suas inter-relações com a sociedade da informação; e, 2) apresentar uma abordagem teórico-metodológica dos estudos de usuários da informação em ambientes informacionais, bem como demonstrar sua relevância frente à Arquitetura da Informação, especificamente em ambientes informacionais digitais.

As relações dos sujeitos com técnicas, tecnologias e ambientes informacionais foram apresentadas, em um primeiro momento, em analogia com as proposições de Roberts (1982) sobre a noção de "homem informacional" e pelas dinâmicas das transformações técnicas e tecnológicas, pautadas na concepção da informação como força motriz desde movimentos pós-industriais.

Em um segundo momento, a partir de uma perspectiva da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, pensa-se nos estudos de usuários da informação e suas abordagens tradicional, cognitiva e social, de forma que possam ser observados os enfoques dados nas investigações ao sujeito informacional ao longo do tempo nestas áreas.

Posteriormente, são abordados aspectos relacionados aos estudos com sujeitos informacionais frente aos ambientes informacionais digitais que se desenharam a partir do advento da *World Wide Web*, considerando os estudos interdisciplinares que têm favorecido a reflexão e a prática no projeto desses ambientes.

2 SUJEITO INFORMACIONAL E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A abordagem da noção de sujeito informacional é conduzida a partir de alocações realizadas pela Ciência da Informação, em diferentes historicidades, considerando

formas de tratamento para problemáticas acerca da relação entre sujeito e objeto na denominada sociedade da informação. Mais especificamente, destaca-se como em determinadas configurações de espaço e de tempo certos encaminhamentos disciplinares e científicos conceberam o objeto informação e as práticas dos sujeitos com informação.

Considera-se as formulações de Roberts (1982) referentes ao "homem informacional", em analogia a de "homem econômico", importante referencial para entendimentos de processos retrospectivos e diretrizes prospectivas a respeito de como e para quais efeitos tal denominação foi atribuída pelos cientistas da informação. Em complemento, chama-se a atenção para os posicionamentos do autor relacionados à condição social da Ciência da Informação e as contribuições que emergiram à época de suas análises para a aceitação da informação como fenômeno social, bem como sobre as lacunas em estudos e trabalhos de informação que relutavam em aceitar esses desdobramentos intelectuais (ROBERTS, 1976).

Em concordância com Araújo (2013, p. 3), concebe-se que a noção de sujeito informacional é mais do que uma "evidência empírica" que trata das relações dos seres humanos com os objetos documento e informação, sendo esse sujeito um tipo particular que "[...] usa, busca, sente falta ou dissemina informação".

Como questionado por Roberts (1982, p. 96, tradução nossa): "Que características distinguem o homem informacional para nós?". As diretrizes para respostas esperadas, em um primeiro nível da analogia "com o homem econômico clássico da informação", estão vinculadas a alguns padrões de comportamento: a entrega dos sujeitos "a atos racionais de informação" para aceitação, seleção e melhor uso de informações em tomadas de decisões; a consideração da informação como capital econômico que deve ser gerado, obtido e utilizado sem influências comportamentais; e o desenvolvimento de atividades em "ambientes de informação artificiais" (ROBERTS, 1982, p. 96, tradução nossa).

Os padrões apresentados aproximam-se da concepção objetiva de informação[13] e da forma de relação do sujeito com essa, pautada na aceitação, uso e nenhuma maneira de intervenção. Ou seja, o enfoque está no objeto (sistema de informação ou ambiente de informação artificial), sendo o sujeito elemento passivo nessa relação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017). Alguns direcionamentos nesse sentido podem ser verificados em estudos desenvolvidos, a partir da década de 1960, nos Estado Unidos da América (EUA), Inglaterra e países nórdicos, relacionados à *information needs and uses* (ARAÚJO, 2013). Para Roberts (1982), este seria um estágio em que o protagonismo do comportamento informacional (*information behavior*) ainda não era declarado.

O estágio de desenvolvimento do sujeito informacional, o do "homem informacional moderno", corresponde a processos e modelos mais interativos e a entendimentos mais realistas sobre sistemas e comportamentos dos sujeitos, tendo como base a dimensão subjetiva da informação, com potencialidade de ampliação para a perspectiva social da informação (ROBERTS, 1982). Nessa última perspectiva, a construção de sentido à informação dá-se por intermédio do contexto social, no qual a apropriação de conhecimento ocorre independente da noção de sistema e o sujeito pode ser concebido como um ator cognitivo-social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017).

Roberts (1982) concebeu que os percursos da década de 1980 traziam indicadores promissores. De fato, no final do século XX e início do século XXI, percebeu-se o aumento de investigações com enfoque no sujeito informacional para integração de características individuais e coletivas do comportamento dos usuários e a introdução em contextos socioculturais mais amplos pelos vieses do construtivismo, da

[13] As apresentações das dimensões objetiva e subjetiva tem respaldo em: CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. Enl@ace: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Año 4, n.1, Enero-Abril, p.11-29, 2007.

formação de conhecimento, da fenomenologia e da subjetividade (ARAÚJO, 2013).

Tais questões podem ser observadas pelos pressupostos da sociedade da informação e da sociedade em rede, principalmente desde o início da década de 1970 nos EUA, recorte espaço-temporal estabelecido por Castells (1999) para tratar do grande progresso tecnológico com base na tecnologia da informação. O autor destaca que a revolução da tecnologia da informação na década de 1980 "[...] foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista [...]" (CASTELLS, 1999, p. 50).

Cabe menção ainda à transformação das bases materiais do industrialismo nos movimentos "pós-industriais", que passaram a reconhecer a informação como matéria-prima, a penetrabilidade dos aparatos tecnológicos e a lógica das redes como dispositivos relevantes para o tratamento de processos inter-relacionados nas práticas dos sujeitos em conjunturas informacionais (CASTELLS, 1999).

É fundamental a indicação de que as relações entre sujeitos e objetos, com intermédio de dispositivos técnicos e tecnológicos, são dinâmicas. No entanto, infere-se que alguns instrumentos analíticos podem contribuir para o tratamento de questões e problemas a serem enfrentados pelos cientistas da informação para sustentar estudos que buscam a centralidade dos sujeitos em dimensões sociais da informação.

Desse modo, as reflexões de Foucault (2011, p. 155) sobre o sujeito permitem a recuperação de elementos estratégicos, principalmente as relativas às noções de tecnologias de si, ou seja, "[...] as técnicas que permitem aos indivíduos realizarem, por eles mesmos, um certo número de operações sobre os seus próprios corpos, almas, pensamento, condutas".

O percurso desenvolvido até o momento foi conduzido em diálogo com o que o autor considera importante para a análise do sujeito: "[...] o encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos por outros e os modos como

conduzem a si mesmos [...]" (FOUCAULT, 2011, p. 155). Em outros termos, a compreensão de técnicas de coerção em modos informacionais objetivos e racionais e os deslocamentos para possibilidades de processos e procedimentos pelos quais o sujeito possa agir por si mesmo; não desconsiderando os dispositivos necessários para auxiliá-los em suas práticas.

Para a continuidade desses apontamentos iniciais, o sujeito informacional será tratado desde aportes teórico-metodológicos dos estudos de usuários para o reconhecimento de necessidades, modelos e práticas em diferentes ambientes informacionais. Mais adiante, os ambientes informacionais digitais serão enfatizados a partir da perspectiva da Arquitetura da Informação.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS

Ao discorrer a respeito do sujeito informacional, é importante trazer uma breve apresentação sobre o desenvolvimento histórico dos estudos de usuários a partir de suas abordagens teórico-metodológicas: a tradicional, cognitiva e social.

Neste sentido, Pinto e Araújo (2019, p. 16) explanam que os estudos de usuários envolvem investigações acerca do levantamento do uso de fontes de informação em bibliotecas e arquivos, bem como pesquisas com maior nível de complexidade no que tange aos sistemas ou ao seu escopo conceitual que, por sua vez, abarcam os "[...] processos de demanda, necessidade, busca, uso, produção e disseminação de informações pelas pessoas ligadas ou não às instituições."

Entre 1940-1970, com viés na abordagem tradicional, os estudos de usuários encontravam-se direcionados à biblioteca e aos seus recursos e produtos, com ênfase na utilização de métodos quantitativos, visto que as pesquisas "[…] se preocupavam em identificar notadamente a frequência de uso de determinado material e outros comportamentos de forma puramente quantitativa"

(BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 171). Salienta-se que em 1970 as investigações dirigiam-se para as necessidades informacionais de determinados grupos (FIGUEIREDO, 1994).

No que se refere aos seus objetivos, estes estavam voltados para a identificação dos documentos mais usados pelos usuários das bibliotecas; para a verificação dos hábitos de seus usuários para saber como obtinham informações nas fontes disponibilizadas; para averiguar as formas de buscá-las e acessá-las e; estudar a aceitação do microforma (tecnologia usada à época que permitia o armazenamento de materiais de forma reduzida) (FIGUEIREDO, 1994).

A autora também pontua os instrumentos utilizados para a coleta de dados, que eram: questionário (pessoalmente ou via correio); entrevistas (estruturada, não estruturada, gravada em fita); diário (escrito ou gravado em fita); observação direta (pelo investigador ou filmado para tela ou vídeos); por meio do controle da interação do usuário com o sistema computadorizado; análise de tarefas e resolução de problemas; técnica de incidente crítico (FIGUEIREDO, 1994).

Nesta abordagem a informação é vista "[…] como externa, objetiva, alguma coisa que existe fora do indivíduo" (FERREIRA, 1995, p. 3). Desta forma, desconsidera-se o sujeito informacional em sua complexidade, de sua realidade particular e social, dos estoques de informação internos (conhecimentos prévios que são usados para compreender as informações externas /e agir diante de diferentes situações).

Ao longo das décadas seguintes, esses modelos analíticos objetivos e racionais para verificação do comportamento dos usuários passaram a ser compreendidos como limitadores e insuficientes para dar conta de sistemas de informação reais e das formas de interação possíveis dos usuários. Do mesmo modo, cabe o apontamento de formulações que começaram a considerar as características subjetivas da informação, pelas quais passou-se, paulatinamente, à aceitação do papel dos sujeitos no processo de atribuição de sentido à informação. Embora a preocupação com os sistemas de informação ainda recebesse

certa centralidade, iniciava-se um deslocamento do eixo sistema-usuário para o eixo usuário-sistema.

Assim, a partir de 1980, os estudos direcionam-se para a abordagem cognitiva, colocando o indivíduo como elemento central, tendo-se suas preocupações ligadas aos processos que dizem respeito ao surgimento das necessidades informacionais dos sujeitos a partir de determinada situação/contexto, dos procedimentos de busca realizados e uso da informação.

Ressalta-se que as teorias que tentam explicar o comportamento humano, isto é, o reconhecimento de uma necessidade de informação e o uso da informação (como os processos de compreensão e aprendizagem) envolvem elementos cognitivos (WILSON, 2016).

Desta forma, houve um impulso em busca de ferramentas mais aprimoradas e a elaboração de conceitos mais complexos sobre a noção de "homem/sujeito informacional"; tais movimentos podem ser reconhecidos em trabalhos concernentes ao que foi denominado comportamento informacional e comportamento de busca da informação (ROBERTS, 1982). Nesta abordagem, utilizam-se mais instrumentos de coleta de dados qualitativos.

Neste período, surgem diversos modelos, com destaque para: Estado Anômalo do Conhecimento (BELKIN, 1980); Comportamento Informacional (WILSON, 1981); "Sense Making" (DERVIN, 1983); Modelo Comportamento de Busca de Informação (ELLIS, 1989); Processo de Busca da Informação (KUHLTHAU, 1991); Modelo de Comportamento Informacional de Wilson e Walsh (WILSON, 1999).

Para Roberts (1982, p. 102, tradução nossa), no percurso de avanços dos modelos pré-estabelecidos e firmados, as contribuições de Wilson (1981) representavam um importante "[...] estágio inicial de uma reação contra o analítico, explicativo e a esterilidade preditiva de abordagens comportamentais anteriores". No sentido de respaldar a projeção de sistemas de informação mais eficazes, Wilson (1981) indicava a relevância da apropriada aplicação de pesquisas qualitativas em estudos sobre o comportamento

de busca de informação para o entendimento dos fatos que impulsionam os sujeitos e suas necessidades de informação (ROBERTS, 1982).

Wilson (2010) discorre que o uso de métodos qualitativos propicia investigações mais aprofundadas, com resultados que podem ser muito reveladores, porém, carece-se de estudos em grande escala, como era realizado na abordagem tradicional, tendo-se pouca evidência do impacto da pesquisa sobre a política ou prática.

A partir de 1990, surgem teorias que consideram os ambientes de interação dos sujeitos, que são as pesquisas com abordagem social, pois passou-se a refletir acerca das "[...] relações entre as pessoas em seus respectivos contextos para estudarem os fenômenos informacionais" (PINTO; ARAÚJO, 2019, p. 20), ampliando-se as perspectivas no âmbito dos estudos de usuários da informação.

Os autores compreendem que as práticas informacionais estão ligadas "[...] às necessidades, à busca, ao uso, à produção e à disseminação de informações pelos indivíduos em todos os momentos da sua vivência dada em determinadas condições históricas e sociais". Essa vivência é mutável no espaço e no tempo, devendo incluir a historicidade na construção e na atuação dos sujeitos informacionais (PINTO; ARAÚJO, 2019, p. 29).

Salienta-se que para compreender as práticas informacionais é necessário analisar as práticas sociais, visto que o contexto não é algo a parte na vida dos sujeitos. Neste sentido, ressalta-se que estes estudos se utilizam de metodologias das áreas de Ciências Sociais e de Antropologia (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017). Observa-se que as investigações neste campo estão em desenvolvimento.

No que se refere às práticas informacionais, foram elaborados alguns modelos, como o de Busca de informação na vida cotidiana - *Everyday Life Information Seeking* (ELIS), de Savolainen (1995), o Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais, de McKenzie (2003), o Modelo teórico de desenvolvimento dos adolescentes urbanos, de Agosto e Hughes-Hassell (2006), o Modelo de Práticas Informacionais

de adolescentes criadores de conteúdos digitais, de Harlan (2012), entre outros.

Perante o exposto, observa-se que diversas investigações foram realizadas ao longo do tempo, contribuindo para uma construção teórico-metodológica diversificada no que se refere aos estudos de usuários da informação. Para Pinto e Araújo (2019, p. 28), essas abordagens "[...] demonstram a importância e a complexidade dessa temática por se tratar de fenômenos dinâmicos que surgiram na nossa convivência em comunidade".

Com a emergência dos ambientes informacionais digitais da *Web,* tornam-se necessárias as reflexões apresentadas nesta seção de forma alinhada a aspectos relacionados ao projeto e ao desenvolvimento desses ambientes e de sistemas de informação, o que será tratado na próxima seção.

4 O SUJEITO INFORMACIONAL NO CONTEXTO DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS

A importância das TIC para a Ciência da Informação, já observada por Saracevic (1996), é evidenciada por Santos e Vidotti (2009) e Vechiato e Vidotti (2014), ao destacarem a concepção não esvaziadora de que elas seriam meras ferramentas que atuam na transversalidade dos processos informacionais. Partem do entendimento de que são necessários estudos interdisciplinares teóricos e práticos que expressem a autonomia das TIC como um dos objetos de estudo do referido campo científico, a fim de atender a problemas específicos derivados do desenvolvimento tecnológico.

Essa compreensão se refere ao alinhamento dos aspectos sociais e culturais no contexto da sociedade da informação com o desenvolvimento de tecnologias computacionais e de rede, convergindo para a necessidade de considerar fatores sociais e cognitivos inerentes aos sujeitos informacionais para os quais as informações são disseminadas por meio de ambientes informacionais digitais.

Nessa direção, Moura (2006, p. 4) entende que a Ciência da Informação tem como função a articulação de sistemas de informação "[...] que operem no nível físico a diversidade comportamental apresentada pelos sujeitos na busca da informação."

A *World Wide Web,* que emergiu na década de 1990, possibilitou às organizações a disseminação de informações e a oferta de produtos e serviços em ambientes informacionais digitais. A partir de então, foi constantemente observado o aumento de informações disponíveis na Internet, o surgimento de mecanismos de busca, bem como de ambientes colaborativos que possibilitaram a qualquer sujeito a produção e o compartilhamento de conteúdos.

Diante desse cenário, a Ciência da Informação passou a se debruçar na resolução de problemáticas inerentes ao excesso derivado do crescimento exponencial de informação e na estruturação de ambientes informacionais digitais, estabelecendo diálogo interdisciplinar com a Ciência da Computação, com o *Design*, com a Administração, com as Ciências Cognitivas entre outros campos de conhecimento.

No final da década de 1990, Louis Rosenfeld e Peter Morville publicaram um importante livro sobre Arquitetura da Informação aplicada à *Web* (ROSENFELD; MORVILLE, 1998), abordando elementos que passaram a auxiliar projetistas de ambientes informacionais digitais na estruturação e na organização da informação digital. Esses elementos são resultantes de um diálogo interdisciplinar entre a Biblioteconomia, o *Design*, a Ciência da Informação, a Administração entre outras disciplinas e campos científicos.

Nesta referida obra, os autores apresentam uma abordagem metodológica para o projeto de ambientes informacionais digitais, a partir da interseção de três dimensões, quais sejam:

- Contexto: relativo à organização, em que são observados aspectos como objetivos do negócio, cultura, tecnologia, financiamento entre outros;

- Conteúdo: relativo ao que será disponibilizado no ambiente, sendo observados aspectos como: tipos e formatos de documentos, metadados, estrutura informacional entre outros;
- Usuários: são observados aspectos como perfil de usuários, vocabulário, experiência e comportamento de busca de informação.

A partir dessa abordagem, é possível compreender a importância do estudo de usuários para o projeto de ambientes informacionais digitais, considerando o público-alvo que está associado ao contexto, e a influência de suas necessidades informacionais para a definição do conteúdo informacional.

Alguns métodos e técnicas são citados pelos autores para o estudo de usuários nesse contexto, baseando-se tanto em técnicas tradicionais de pesquisa, como questionários e entrevistas, quanto técnicas provenientes da coleta automática de dados a partir da interação dos usuários.

Para a avaliação de um ambiente informacional em fase de projeto, protótipo ou após sua implementação, tornam-se viáveis estudos de Usabilidade e de Experiência do Usuário, a fim de compreender o comportamento do sujeito informacional no que diz respeito à sua interação.

Ainda, os estudos relacionados ao Comportamento Informacional, no contexto da Ciência da Informação, podem, a partir de teorias e modelos, fornecer subsídios para o estudo de sujeitos informacionais no contexto de projeto de ambientes informacionais digitais.

Por exemplo, Vechiato (2010), com vistas a projetar o Repositório Digital da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), aplicou o modelo *Everyday Life Information Seeking* do pesquisador finlandês Savolainen (2006), visando coletar dados a respeito das necessidades informacionais e da busca de informação cotidiana de usuários idosos, a partir de entrevistas e de registro em diários. Os resultados da aplicação do referido modelo foram significativos para a implementação de

recursos no referido ambiente, com base nas necessidades informacionais cotidianas identificadas e no contexto social vivenciado pelos idosos que participaram da pesquisa.

Dessa forma, os estudos de Práticas Informacionais, associados à Experiência do Usuário e à Usabilidade, contribuem para o projeto da Arquitetura da Informação em ambientes informacionais digitais.

Considerando a importância de evidenciar as necessidades e as características dos sujeitos informacionais nas pesquisas relacionadas aos ambientes informacionais digitais, Vechiato e Vidotti (2014) propuseram que o conceito e os estudos de Encontrabilidade da Informação, tendo como base a abordagem de *findability* de Morville (2005), fossem incorporados a Ciência da Informação, inclusive como um processo informacional que difere da tradicional Recuperação da Informação, sendo que esta enfatiza os sistemas de informação e, aquela, os sujeitos informacionais, percepção também corroborada por Roa-Martínez (2019).

As bases para esse entendimento foram encontradas na Teoria da Intencionalidade, abordada anteriormente por Miranda (2010) no contexto de *findability*. A Intencionalidade, na perspectiva aqui apresentada, se refere às características, às habilidades e aos comportamentos dos sujeitos informacionais, em seus contextos sociais, que contribuem para o direcionamento da experiência do usuário, incluindo: a busca de informação em distintos ambientes informacionais digitais, bem como a produção, a organização, a disseminação e o compartilhamento de informação em ambientes colaborativos.

Dessa forma, para projetar ambientes informacionais digitais se faz necessário conhecer a Intencionalidade dos sujeitos informacionais, o que é possível a partir dos estudos já mencionados, como Arquitetura da Informação, Experiência do Usuário, Usabilidade e Comportamento Informacional, sob a premissa de considerar o contexto social e as práticas informacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as escolhas teóricas e epistemológicas para o desenvolvimento deste capítulo, torna-se possível compreender que o projeto de sistemas de informação e a elaboração de produtos, de recursos e de serviços de informação se pauta epistemologicamente na convergência dos aspectos mediadores (cognitivos, sociais e tecnológicos), e a partir de perspectivas teórico-metodológicas que se desenham na interdisciplinaridade da Ciência da Informação com outros campos de conhecimento.

As mediações realizadas no âmbito das bibliotecas, arquivos, ambientes informacionais digitais, entre outros, podem se embasar em uma das seguintes abordagens - tradicional, alternativa e social -, conforme os objetivos delineados na pesquisa.

A contribuição fenomenológica da Teoria da Intencionalidade converge com as reflexões anteriormente apresentadas a partir de Foucault (2011), Roberts (1982), Araújo (2013) e González de Gómez e Rabello (2017), considerando a importância do enfoque nos sujeitos informacionais e nos contextos sociais nos quais se inserem em todas as ações mediadas para eles.

Com base nas reflexões apresentadas, há um caminho profícuo para a abordagem social dos sujeitos informacionais no contexto da pesquisa e da prática na Ciência da Informação. Todavia, se faz necessário o preenchimento de algumas lacunas em discursos e reflexões futuras, tais como:

- Aprofundamento teórico e prático das questões que concernem o crescimento da informação em ambientes colaborativos em relação ao empoderamento dos sujeitos informacionais na produção de discursos, considerando o contexto atual de compartilhamento de *fake news;*
- Investigação mais consistente em relação a de que modo as práticas informacionais estão sendo conduzidas na prática da atuação dos

profissionais da informação em ambientes informacionais analógicos e digitais.

REFERÊNCIAS

AGOSTO, D. E.; HUGHES-HASSELL, S. Toward a model of the everyday life information needs of urban teenagers, part 1: Theoretical model. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 57, n. 10, p. 1394-1403, 2006.

ARAÚJO, C. A. Á. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: PPGCI/UFSC, 2013.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BELKIN, N. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. School of Library **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, 1980.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enl@ace**: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Año 4, n.1, ene./abr., p.11-29, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. *In:* INTERNATIONAL COMMUNICATIONS ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 1993, Dallas, Texas. **Anais** [...]. Dallas, Texas: [S.l.], 1983.

ELLIS, D. A behavioural approach to information retrieval design. **Journal of Documentation**, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.

FERREIRA. M. S. P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: Ibict, 1994.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. Tradução, transcrição e notas: Nildo Avelino. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. Sujeito, agência e informação: tradição e leituras transversais. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (Org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília/DF: IBICT, 2017. 397p.; p. 43-97.

GRIGOLETO, M. C. Revisitando a noção de sujeito informacional: reflexões sobre delimitações e perspectivas de ampliação no âmbito da Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1902-1920.

HARLAN, M. A. **Information practices of teen content creators**: the intersection of action and experiences. A Grounded Theory study. 2012. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology, Queensland, Austrália, 2012.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, p. 361–371, 1991.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003.

MIRANDA, M. K. F. de O. **O acesso à informação no paradigma pós-custodial:** da aplicação da intencionalidade para findability. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2010.

MORVILLE, P. **Ambient findability**. Sebastopol: O'Really, 2005.

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, 2º número Especial, p. 1-17, 2006.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e

práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 3, p. 15-33, set./dez. 2019.

ROA-MARTINEZ, S. M. **Da information findability à image findability**: aportes da polirrepresentação, recuperação e comportamento de busca. 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2019.

ROBERTS, N. Social considerations towards a definition of information Science. **Journal of Documentation**, v. 32, n. 4, p. 249-57, dec. 1976.

ROBERTS, N. A search for information man. **Social Science Information Studies**, v. 2, n. 2, p. 93-104, 1982.

ROCHA; E. C. F.; GANDRA, T. K.; ROCHA, J. A. P. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, n. 68, p. 96-109, 2017.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information architecture for the world wide web**. Sebastopol: O'Really, 1998.

SANTOS, P. L. A. C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Perspectivismo e tecnologias de informação e comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? **Datagramazero**, v. 10, n. 3, p. 1-10, jun. 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking. *In*: FISHER, K. E.; ERDELEZ, S.; McKECHNIE, L. (Ed.). **Theories of information behavior**. Medford: Information Today Inc, 2006. p. 143-148.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of "way of life". **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

VECHIATO, F. L. **Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idosos**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

WILSON, T. D. A general theory of human information behaviour. **Information Research,** v. 21 n. 4, dec. 2016. Trabalho apresentado no ISIC: The Information Behaviour Conference, 2016, Zadar, Croatia.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.

WILSON, T. D. Models in information behavior research. **Journal of Documentation**, v. 5, n. 3, p. 249-270, 1999.

WILSON, T. D. Fifty Years of Information Behavior Research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 36, n. 3, feb./mar. 2010.

ZINS, C. Conceptions of information science. **Journal of the american society for information science and technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 2007.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS INFORMACIONAIS

Ruleandson do Carmo Cruz

1 PARA COMEÇAR

Contemporaneidade rotineira. O sono termina. Os olhos se entreabrem. Mais um dia se inicia. Antes de sequer se levantar da cama, a primeira coisa feita é: pegar o celular inteligente, desbloquear a tela e conferir as novas conversas e notícias recebidas no mensageiro instantâneo instalado no celular. Em geral, é o *WhatsApp*. Depois, checar as postagens dos amigos e colegas nas redes sociais, comumente, o *Instagram* e o *Facebook* (cada vez mais o primeiro do que o segundo). Ao longo do dia, mais conferências da tela e mais tempo ocupado se comunicando, informando e sendo informado (a qualidade e a veracidade das informações trocadas é papo para outra vez...).

Era diferente antes? Hoje, temos algumas situações. "Ah, a minha colega de trabalho viajou com a esposa e posta mil fotos no *Instagram* para mostrar a todo mundo a viagem, para aparecer". "O filho *drag queen* da vizinha passou no vestibular e ela já postou três vezes a matrícula dele no *Facebook*. Tá se achando". "Nossa, o meu primo começou a namorar e só posta foto do namorado o dia todo no *status* do *WhatsApp*, quer que todo mundo veja que ele está namorando". "Meu professor fica o dia inteiro postando análises políticas nas redes sociais".

E antes do advento da Internet? Segure um pouco a resposta. O convite é para que você, junto comigo, pense um pouco, por meio dos caracteres a seguir, sobre como a informação criada e compartilhada integra a rotina dos sujeitos. As questões-chave aqui, nesta revisão teórica de

conceitos do campo da comunicação e informação, serão abordadas na seguinte ordem:

a) práticas informacionais;
b) representações sociais;
c) representação do eu (fachada);
d) sujeito informacional.

O propósito é o de trazer uma base conceitual-teórica a pesquisadores do campo científico anteriormente referenciado. Não é propósito promover mais uma extensa análise de postagens de sujeitos em redes sociais como as exemplificadas. Análises de tal natureza se tem aos montes. O que percebo, em mais de uma década me dedicando à produção e à leitura de pesquisas sobre redes sociais, é a falta de conceitos que permitam ao pesquisador ir além da quantificação e da qualificação (tipificação/categorização) de postagens de sujeitos, passando ao mais complexo: entender o papel da informação criada e compartilhada pelos sujeitos na vida deles, na interação, no pertencimento e na representação social de si e do mundo.

Ah, posta uma foto lendo este capítulo (e este livro, oras!), pode ser uma boa forma de inspirar a reflexão em outros. Boa leitura (e boa postagem)! :)

2 PARA FUNDAMENTAR

Cada sujeito que acessa a um aplicativo e/ou *site* voltado à formação de redes sociais (CRUZ, 2010) está envolvido em uma prática informacional ou em várias práticas informacionais. A ideia de prática informacional pode ser entendida enquanto um conceito pertencente à abordagem ou perspectiva social da Ciência da Informação – CI. Abordagem à qual a presente reflexão social e teórica também se afilia.

Pode se definir prática informacional enquanto um foco, em um estudo científico, na relação dos sujeitos com a informação, pois a prática informacional: “adota como papel central os aspectos sociais e culturais, enquanto fatores

determinantes e qualificantes tanto da busca por informação quanto do compartilhamento de informação pelos sujeitos" (SAVOLAINEN, 2007, p. 125, tradução nossa). Enquanto um modo de se focar na maneira, no modo como o sujeito lida com a informação, a prática informacional considera o lidar com a informação enquanto uma relação social e cultural dos sujeitos, afetada tanto pela continuidade quanto por práticas que se tornam hábitos, de acordo com a cultura e o contexto social no qual os sujeitos estão inseridos (SAVOLAINEN, 2007).

A inserção dos sujeitos no contexto social se dá, entre outros, por meio das representações sociais, um sistema de valores, ideias e práticas com duas principais funções (MOSCOVICI, 1976):

a) estabelecer uma ordem que possibilite às pessoas tanto se orientarem quanto controlarem o mundo material e social delas;
b) possibilitar a comunicação entre os sujeitos, ao lhes fornecer um código para nomear e classificar, de maneira não ambígua, os aspectos do mundo e da história social e individual deles.

Dessa maneira, a ideia das representações sociais é fundamental ao se estudar os sujeitos no campo da comunicação e informação. Afirma-se isso porque a informação é dependente das representações sociais: todas as informações trocadas pelos sujeitos, ao interagirem entre si, são (MOSCOVICI, 2007a, p. 40):

a) controladas pelas representações sociais;
b) não possuem sentido além do que é dado pelas representações sociais.

Então: se o sujeito representa o mundo social por meio da informação; se o sujeito no mundo social atua por meio da informação; o mesmo não ocorreria ao sujeito se representar no mundo social?

Sob tal prisma, se recorre a Goffman (2005). Para o autor, todas ações dos sujeitos na sociedade são sempre representações, performances sociais executadas, de acordo com papel social criado pelo sujeito (ator), com o objetivo de que os outros (plateia) possam perceber e acreditar ser ele como aparenta ser. Isso se dá porque:

a) cada sujeito acredita ser o modo como percebe a realidade o modo como a realidade de fato ocorre;
b) cada sujeito considera que o modo como pensa ser é o modo como ele é percebido pelos outros.

A essa a impressão de realidade de si se dá o nome de representação do eu na vida cotidiana (fachada): "toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência" (GOFFMAN, 2005, p. 29). É por meio da fachada que os sujeitos representam o mundo e se representam.

No campo da comunicação e informação, o sujeito do qual se fala e o qual se estuda não é qualquer sujeito. É o sujeito informacional, conceito proposto por Rendón-Rojas e García Cervantes (2012). De acordo com os autores, a intensificação das tensões e das desigualdades sociais na sociedade contemporânea propicia o confrontamento e a articulação social dos sujeitos, nos aspectos sociais, políticos e culturais, exigindo de tais sujeitos diversas contingências e pertencimentos sociais complexos.

Para conseguir lidar com tais complexidades e intensificações, os autores frisam que os sujeitos fazem escolhas sociais para se constituírem enquanto sujeitos sociais. No referido processo identitário, é a relação com a informação que permite aos sujeitos a participação na sociedade e, com isso, a construção de uma identidade cultural autônoma, de modo a, por meio da supracitada identidade, se: “demandar, construir e articular novas estruturas socioinformativas, para atuar na conjuntura social [...] identidades não se impõem, se constroem em relações

sociais complexas" (RENDÓN-ROJAS; GARCÍA CERVANTES, 2012, p. 36-37, tradução nossa).

3 PARA PLANEJAR

Este texto se caracteriza enquanto reflexão social e teórica, ancorada no campo científico da comunicação e informação, acerca do compartilhamento de informações cotidianas dos sujeitos em aplicativos e *site*s voltados à formação de redes sociais virtuais, como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. O objetivo é o de refletir sobre o papel da informação na construção da identidade dos sujeitos informacionais, tendo como bases as ideias de práticas informacionais, de representações sociais, de representação do eu, e de sujeito informacional.

Como dito inicialmente, busca-se, aqui, trazer uma base conceitual-teórica a pesquisadores do campo científico anteriormente referenciado. Para isso, seguiu-se as seguintes etapas:

a) Pesquisa pelos conceitos clássicos aqui tratados – citação dos autores considerados os primeiros a publicarem sobre as ideias abordadas (práticas informacionais, representações sociais, representação do eu, sujeito informacional);
b) Reflexão crítica a partir de pesquisas qualitativas de estudo dos sujeitos imersos em *site*s voltados à formação de redes sociais virtuais, no campo da comunicação e informação (PEREIRA; CRUZ, 2010; SILVEIRA; CRUZ, 2012; CRUZ; FROTA, 2014; CRUZ; SILVEIRA, 2012; CRUZ, 2014).

4 PARA DIZER

Para começar este texto, a pergunta foi (não exatamente com as palavras seguintes, mas, na essência): a relação dos sujeitos com a publicização da informação, em diversos formatos, sobre a vida pessoal, era diferente antes

da popularização dos celulares inteligentes e dos aplicativos voltados à formação de redes sociais?

Ouso responder que não! Claro que o alcance e a frequência da publicização das informações sobre a própria vida mudaram de forma radical, com a chegada: das câmeras em celulares; dos celulares inteligentes; e das plataformas voltadas à formação de redes sociais. Quase qualquer um (a nossa realidade de privilégio, por vezes, nos furta da recordação das milhões de pessoas sem acesso a comida, quanto mais acesso a celular e conexão à Internet, no Brasil, em especial, mas, em todo o mundo), hoje, pode postar o que está fazendo, em que está pensando, o que está ouvindo ou está assistindo, em que local se encontra *etc*. a qualquer hora do dia.

Na contemporaneidade, hodiernamente, os sujeitos se deparam com infinitas possibilidades para criarem, comentarem e compartilharem informações. Todas essas possibilidades estão ali, na palma da mão, liberadas ao se desbloquear a tela do celular e se conectar à Internet. São, assim, infinitas práticas ou ações informacionais possíveis, infinitas possibilidades de compartilhar representações sociais e representações do eu, nos mais diversos formatos (texto, áudio, imagem, vídeo, animação, enquete, comentário *etc*.), que se abrem ao sujeito informacional.

É devido a essas infinitas possibilidades de compartilhamento de informações e à importância dada aos sujeitos ao hábito de compartilhar informações com os amigos, familiares, colegas e desconhecidos – desconhecidos no mundo físico – (qualquer levantamento estatístico sobre o intenso uso de mensageiros instantâneos e de aplicativos de redes sociais comprovam isso), que a associação entre os conceitos de práticas informacionais, representações sociais, representação do eu (fachada) e sujeitos informacionais parece adequada.

A aqui sugerida associação permite ao pesquisador o foco nas relações sociais e culturais e em como elas afetam os sujeitos ao lidarem com a informação. Por sua vez, isso parece mais adequado para se entender a complexidade e a imersão

significativa dos sujeitos em um mundo repleto de trocas e possibilidades de trocas de informação.

Antes dos dispositivos móveis se popularizarem e terem conexão à Internet, não se falava de si e/ou sobre o que se pensava de qualquer local físico, com possibilidade de alcance instantâneo e mundial. Mas, será que não se tinha o mesmo hábito de se falar de si e de falar o que se pensa?

Se esqueça das mil fotos da viagem da colega de trabalho com a esposa, postadas no *Instagram*, e se recorde dos almoços antigos em família, e daquele parente chegando com um álbum de fotografias das férias impresso, com todos ao redor olhando e o álbum passando de mão em mão. No trabalho do tal parente, a mesma cena se repetia.

Não julgue a vizinha que postou várias vezes o filho *drag queen* se matriculando em medicina. Busque na memória os tempos bem antigos em que saía no jornal impresso o nome de todos aprovados na UFMG e em outras universidades federais, ou, mais recentemente, se lembre de quando você passava na rua e via faixas em postes, muros e portões, parabenizando um dos moradores daquela casa pela aprovação no vestibular, pelo novo emprego, pelo casamento, e por aí vai.

Antes de silenciar o primo fazendo *overposting* (compartilhamentos em excesso) da rotina com o namorado no *status* do *WhatsApp*, pense em como a sociedade, de certa forma, sempre compartilhou as relações amorosas. Alguém precisa de postar foto com o parceiro para a relação ocorrer? Não, não precisa! Mas, também não é necessária a realização de uma festa de casamento, a realização de um ritual coletivo, como se tal realização fosse a única forma para se tornar pública uma união. Não é necessário um evento para se dizer a dezenas de pessoas (centenas e/ou milhares, no caso dos mais afortunados) que alguém está se casando e/ou que ama a alguém.

O professor que se ocupa de análises e críticas do cenário político no *Facebook* não seria uma versão pós-moderna do sujeito que enviava correspondências (inicialmente físicas, depois eletrônicas) aos principais jornais

locais e nacionais analisando o contexto político do Brasil e do mundo? Agora, ele só não precisa mais ter a correspondência escolhida para ser publicada e, então, lida pelo público de um veículo jornalístico, pela mídia. Ele tem a sua própria mídia virtual e seus próprios leitores.

São os novos meios (não tão novos assim) que exigem da sociedade e, em especial da CI, a busca pela compreensão das práticas informacionais dos sujeitos e a análise sem pré-conceitos acerca da apropriação de tais práticas para a vida e o bem-estar dos sujeitos.

No contexto virtual, diversos estudos, no campo da comunicação e informação, têm se voltado à investigação dos hábitos dos sujeitos ao compartilharem os mais diversos tipos de informação em *site*s, aplicativos e em demais espaços virtuais. Como exemplos, cito algumas pesquisas às quais tenho me dedicado nos últimos anos: a folksonomia e o uso afetivo de *hashtags* no Twitter (PEREIRA; CRUZ, 2010); o compartilhamento de informações de cunho ambiental em fóruns virtuais buscando a solução de conflitos locais (SILVEIRA; CRUZ, 2012); as disputas simbólicas de classes em espaços virtuais no contexto científico (CRUZ; FROTA, 2014); o envolvimento em fóruns virtuais para a busca pelo autoconhecimento e apoio para conflitos afetivos e sexuais (CRUZ, 2011); a apropriação de *site*s voltados à formação de redes sociais virtuais para a propagação de preconceitos sociais de classe e discriminação dos menos afortunados (CRUZ, 2017).

Mas, algumas outras pesquisas (ou conteúdos proferidos em salas de aula por universidades brasileiras...) concluem questões diferentes: costumam menosprezar tanto os sujeitos informacionais, que usam as redes para troca cotidiana de informações e compartilhamento de gostos, quanto os cientistas que os pesquisam. Nos últimos tempos, vários estudos agrupam todos os sujeitos usuários de redes sociais, como o *Facebook* e o *WhatsApp*, como se fossem todos compartilhadores de informações falsas. Não são!

E ainda que fossem, não basta apenas condenar o compartilhamento de informações falsas e/ou de

desinformação[14] e/ou sugerir alienação, por parte de quem posta uma foto do almoço em casa, enquanto o mundo vivenciava uma pandemia da COVID-19. É preciso perceber razões pelas quais determinados tipos de informação e de práticas são mais apropriadas pelos sujeitos, desvendar as razões para terem grande alcance e, a partir daí, propor maneiras de permitir ao sujeito se informar e se formar, de maneira mais plena e saudável (em todos sentidos).

5 PARA FINALIZAR

Compartilhar informações acerca da própria vida parece sempre ter sido um hábito dos sujeitos, que, ao que tudo indica, sempre encontraram formas de dizer aos outros o que sentiam, o que faziam, aonde iam, com quem iam, quem amavam, quem odiavam *etc*. (das histórias contadas nas pinturas rupestres nas paredes das cavernas aos *stories* do Instagram).

O que, agora, a ciência, em especial a da Informação, e as universidades podem (e devem) fazer, além de somar mais estudos que quantifiquem e qualifiquem práticas de informação em espaço virtuais, é atuar para:

a) entender como esse compartilhamento intenso de informações sobre si, sobre a vida, sobre o que se pensa impacta a vida dos sujeitos (os sujeitos informacionais)?;
b) investigar formas de/propiciar formas de capacitar os sujeitos a obterem e compartilharem informações que os permitam alcançar, cada vez mais, o bem-estar, social, cultural, físico e mental;
c) estudar maneiras de/ promover maneiras de os sujeitos, por meio do acesso às informações em

[14] Para o entendimento inicial de tais fenômenos, sugere-se a leitura de ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 25, p. 01-17, 2020.

> formato virtual, se empoderarem de si socialmente e reivindicarem cidadania.

Não se trata de utopia, mas de um chamado à Ciência e às universidades, para ambas se atentarem aos sujeitos não cientistas e aos sujeitos fora do contexto laboral deles. Um chamado para se estudar os sujeitos sem eles serem menosprezados pelas informações que criam e compartilham, as informações por meio das quais mostram ao mundo quem são, de acordo com a cultura que possuem e na qual se inserem. Se aproximando da compreensão de tais temas se poderá, então, promover formas de se aproveitar do intenso uso de mensageiros instantâneos e de redes sociais de uma maneira que seja, simultaneamente, pedagógica, educativa e formativa, visando, com tal maneira, a emancipação social dos sujeitos.

Se os sujeitos poderiam ser mais (em um aspecto de bem-estar, conhecimento e de cidadania), a falha está no Estado e no processo educativo, que, tantas vezes, não permitem que eles sejam mais. Estudar os sujeitos informacionais, valendo-se para tal estudo, da perspectiva de triangulação de conceitos com foco no social e no cultural, como os conceitos de práticas informacionais, representações sociais, representação do eu (fachada) e sujeitos informacionais, pode ser um (primeiro?) passo em tal caminho sugerido à Ciência, à CI e às universidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-17, 2020.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. **Preconceito social na Internet**: cultura informacional e distinção em redes sociais. Belo Horizonte: SC Literato, 2017.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. FROTA, Maria Guiomar da Cunha. "Orkutização do Lattes": cultura informacional e distinção. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2014.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 22, p. 255-272, 2010.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Redes sociais virtuais de informação sobre amor. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 146-167, 2012.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. p. 29-109.

MOSCOVICI, Serge. **Social Influence and Social Change**. Londres: Academic Press, 1976.

PEREIRA, Débora de Carvalho; CRUZ, Ruleandson do Carmo. Folksonomia e tags afetivas: comunicação e comportamento informacional no twitter. **DataGramaZero**, v. 11, n. 6, 2010.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel; GARCÍA CERVANTES, Alejandro Luis. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo. Un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, jan./abr. 2012.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. CRUZ, Ruleandson do Carmo. Análise de informações sobre sustentabilidade ambiental circulantes no Orkut: estudo exploratório do tópico “E o rio?”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 143-157, 2012.

PRÁTICAS NAS REDES SOCIAIS DA INTERNET: ENSAIO SOBRE INFORMAÇÃO E GUERRA HÍBRIDA

Ana Amélia Lage Martins

1 INTRODUÇÃO

Em julho de 2020, Elon Musk, um dos homens mais ricos do mundo, chocou milhares de usuários do Twitter ao afirmar nesta rede social: "daremos golpe onde quisermos-lidem com isso!". Tratava-se de uma resposta a um internauta que acusava os EUA de organizarem um golpe contra o presidente Evo Morales na Bolívia para beneficiar grandes capitalistas que, tais como Musk, há muito cobiçam as abundantes reservas de lítio do país. Embora tenha surpreendido por tamanha ousadia, a fala de Musk ressoou como a evidência cínica de um fato recorrente na história dos países da América Latina: as intervenções e violações sistemáticas nos territórios, governos e populações que perpetuam e renovam o projeto colonial/imperialista europeu e, principalmente, norte-americano na região.

Se, durante o período colonial, estas intervenções se expressaram pela pilhagem dos recursos naturais, pela escravização do trabalho a partir da ideia forjada de raça (QUIJANO, 2000), pela imposição de um padrão cognitivo que buscou deslegitimar o conhecimento e as subjetividades das populações não-europeias, no pós-colonial, elas foram se reinventando, impedindo que a estrutura de poder colonial se alterasse significativamente. Uma destas formas de prosseguimento do projeto colonial na América Latina são os golpes a que se referiu Musk, um modo histórico de intervenção nos Estados mobilizada, na maioria das vezes, pela aliança entre diferentes setores da burguesia nacional, capital internacional, forças militares e políticas internas e externas e que ganha diferentes e sofisticadas nuanças com a emergência das "sociedades da informação".

Embora o uso sistemático da informação e comunicação como um dos meios importantes para galvanizar a destituição ilegítima de governos legitimamente eleitos não seja uma novidade, o emprego maciço de estratégias estruturadas a partir destes campos para viabilizar golpes de Estado ou promover guerras indiretas, em diferentes regiões do mundo, tem se aprimorado significativamente. Evidências contemporâneas da ampliação do papel da informação na consecução de objetivos imperialistas puderam ser percebidas, por exemplo, nas denominadas "primaveras" ocorridas no mundo árabe a partir de 2010 que contaram, fundamentalmente, com práticas e táticas de informação e propaganda possibilitadas pela internet, e que foram resultantes de sucessivas tentativas de ampliação da hegemonia norte-americana na região (MONIZ BANDEIRA, 2013). Além disso, se tornou um fato incontornável pensar os muitos aspectos que envolvem os usos da informação por diferentes atores como fator preponderante do rumo descendente que as democracias em diferentes partes do Ocidente têm tomado (EMPOLI, 2020).

Os desdobramentos destes acontecimentos históricos, bem como a percepção de suas lógicas organizativas notadamente informacionais, demonstram que os diversos modos particulares a partir dos quais os sujeitos produzem, compartilham e usam informações, especialmente nas chamadas "redes sociais" da internet, e que se desenvolvem de modo muito complexo e dinâmico por meio de apropriações e ressignificações permanentes, são atravessados pelas dinâmicas da geopolítica e das disputas pelo poder no sistema capitalista global. É para estas relações que este texto volta o seu olhar. Buscando problematizar como modos particulares de uso, compartilhamento e disseminação de informações nas redes sociais da internet são instrumentalizados não apenas na consolidação de um "capitalismo de vigilância"(ZUBOFF, 2021) que amplia as formas de controle e submissão das pessoas ao capital, mas na viabilização de golpes e do que hoje tem sido chamado de "guerra híbrida" (KORYBKO, 2018, dentre outros), o trabalho

tem como objetivo contribuir com as discussões no campo da Ciência da Informação que pensam a necessária determinação dialética entre práticas informacionais e o contexto histórico-social.

Para isso, propõe a consecução de três movimentos: a) um primeiro que identifica, pela ótica dos estudos sociais da Ciência da Informação, o que são, de maneira geral, "práticas informacionais"; b) um segundo que apresenta definições e características de estratégias geopolíticas e militares denominadas de abordagens indiretas, com enfoque para a "guerra híbrida", demonstrando a centralidade da informação/desinformação e do manejo de práticas específicas para sua viabilização; c) um terceiro que aponta possibilidades de compreender práticas informacionais nas redes sociais da internet como elementos mediadores centrais da guerra híbrida, a qual é especialmente conduzida pelos EUA no contexto de um "mundo multipolar".

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

A Ciência da Informação brasileira tem produzido nos últimos anos contribuições importantes para a formulação e aplicação do conceito de práticas informacionais (ALVES; BRASILEIRO; CÔRTES; MELO, 2020; ARAÚJO, 2017; ROCHA, GANDRA, ROCHA, 2017), categoria que ampliou fundamentalmente o entendimento teórico-prático acerca dos usos, dos comportamentos e das necessidades informacionais.

A emergência do conceito de prática informacional está diretamente relacionada à retomada da ideia de *práxis* em que a percepção sobre a ação e o produto da ação são indissociáveis (ARAÚJO, 2017). O trabalho de Savolainen (1995) é um marco histórico importante para a consolidação da ideia no campo dos estudos informacionais, na medida em que propõe a "complementaridade entre as instâncias individuais e as sociais, isto é, busca ver tanto o caráter ativo dos sujeitos como também as determinações que incidem sobre eles" (ARAÚJO, 2017, p. 228). A ideia de prática informacional, neste sentido, opera com a superação

epistemológica da dicotomia entre sujeito e objeto; agência e estrutura, na medida em que compreende que as práticas que envolvem buscas, usos e apropriações da informação pelos sujeitos são tanto determinadas quanto determinantes das estruturas e dinâmicas que constituem histórica e conflitivamente a complexa trama da realidade social.

Tendo isso em vista, o conceito de práticas informacionais:

> constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO, 2007, p. 227).

A ideia de prática informacional se mostra especialmente profícua para perceber como a diversidade e a singularidade de modos de acessos, usos e trocas de informação na internet foram consolidando no Ocidente, nos últimos vinte anos, modos particulares[15] de expressão da informação e de realização da comunicação entre sujeitos, grupos e organizações, em determinados tempos-espaços.

[15] A ideia de particular e particularidade, recorrente neste texto, tem em vista exprimir um conjunto de práticas, modos de existência ou fenômenos que, expressos em um mesmo tempo-espaço, congregam elementos comuns. Trata-se de aspectos que não são concernentes à totalidade das práticas (nível universal), mas que também não se constituem apenas como expressões meramente individuais (nível singular) (SIBILIA, 2016).

As redes sociais, certamente, representam um ponto de inflexão importante na reconfiguração das práticas protagonizadas por sujeitos em interação entre si, com os dispositivos tecnológicos, com as fontes de informação, com as linguagens e sistemas simbólicos, cujos efeitos podem ser sentidos para muito além do âmbito da comunicação. A adesão generalizada a plataformas estadunidenses, como Facebook e Twitter, bem como aos serviços disponibilizados pelo Google, empresas que figuram hoje dentre as maiores do planeta, possibilitou a emergência e a consolidação de novos cenários de práticas compartilhadas por usuários em todo o mundo. Estas práticas, que têm como centralidade a produção, o acesso, o uso e o compartilhamento de informações no espaço virtual, são variadas e se alteram continuamente, como é próprio ao universo social e virtual. Um olhar em perspectiva para os modos pelos quais se configuravam práticas informacionais no Brasil em sites como o Orkut, nos primeiros anos de 2000, e para espaços como o Facebook, o Twitter e o Instagram no tempo presente, revela-nos como as práticas informacionais são dinâmicas e se modificam ao longo dos anos.

O intenso conflito que marca, por exemplo, desde os últimos anos, a interação entre usuários em redes como Facebook e Twitter, bem como a distribuição sistemática das chamadas "fake news" são traços particulares de práticas que ganham corpo na internet e estabilizam, em determinado período, "modos de fazer" próprios a aquele universo. O desenvolvimento das tecnologias de informação, assim como suas diversas apropriações são, dialeticamente, alguns dos elementos de renovação destes cenários de práticas nos últimos anos, os quais se inserem em regimes de informação específicos à dinâmica da disputa pelo poder econômico, político, cultural e informacional no sistema global.

2.1 PRÁTICAS NAS REDES SOCIAIS DA INTERNET: CENÁRIOS PARTICULARES

Ainda que as práticas informacionais (singulares) nas plataformas de redes sociais, tais como Facebook e Twitter,

sejam assinaladas por uma grande variedade de expressão, especialmente pela diversidade e alta segmentação de usuários (individuais, coletivos, anônimos, institucionais e mesmo robôs etc.), suas intencionalidades, os lugares sociais a partir de onde se expressam, os capitais a que têm acesso etc. - o que não nos permite categorizá-las de maneira genérica - é possível perceber certos aspectos convergentes do que se tornou modos predominantes (particulares) nestas plataformas. Estes aspectos podem ser vistos nos pequenos formatos de documentos, como as "microformas documentárias" (JEANNERET, 2015), dentre os quais estão os *memes* e os *posts*, bem como nas transmissões audiovisuais ao vivo e em outros gêneros discursivos híbridos que se valem da linguagem hipermídia (SANTAELLA, 2014) e cujo alcance e visibilidade são definidos por programação algorítmica. Dentre tais aspectos podemos destacar:

a) o regime de exposição da intimidade e o "narcisismo coletivo", que colocam temas da vida privada no domínio do espaço público (SIBILIA, 2016; EMPOLI, 2020);
b) a "economia do prestígio" e da visibilidade, que faz com que formas de expressão sejam pautadas em estratégias para angariar reconhecimento público;
c) a emergência de novos mediadores, que passam paulatinamente a ocupar o lugar dos especialistas;
d) a lógica de acúmulo de capital social, que pode se converter em outras formas de capital, como o econômico e o político;
e) as expressões lacônicas, o reuso de documentos e a "enunciação em gestos mínimos" (coletar, transmitir, indexar pelas *tags*) (JEANNERET, 2015);
f) a montagem de pequenos documentos padronizados que integram imagem e texto (JEANNERET, 2015);
g) a grande capacidade de disseminar (viralizar);

h) o desvanecimento da autoria e a apropriação de ideias geradas por terceiros;
i) os usos da ironia, da intertextualidade, da provocação e do humor;
j) a ampla disseminação de conteúdos capazes de gerar comoção, afetações;
k) a intensa produção de conflitos que geram ambientes de discórdia.

Um aspecto que vem sendo apontado como de grande relevância para compreender diferentes práticas informacionais e os fluxos da informação nas plataformas de redes sociais em diferentes lugares do mundo é a emoção, elemento colocado como central na caracterização de um cenário específico que estaríamos vivenciando denominado pós-verdade. Tendo se convertido em um objeto para o qual hoje se lançam diversos olhares no campo da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2020; DODEBEI, 2021, dentre outros), a pós-verdade foi denominada pelo Dicionário de Oxford como um contexto "relacionando ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal"[16]. Trata-se de um fenômeno contemporâneo em que o fator subjetivo, especialmente as crenças, os afetos e as emoções, se torna mais determinante para a compreensão da realidade, para a legitimidade conferida à uma informação e para a interpretação dos fatos do que fontes de informação ou os fatos em si. A pós-verdade tem colocado em xeque a racionalidade científica, a possibilidade da verdade e outros pilares que sustentaram o pacto social moderno até aqui.

A emoção e as afetações como elementos que influenciam comportamentos informacionais foi tema

[16] Retirado de: KROET, C. 'Post-truth' enters Oxford English Dictionary. **Político**, June 27, 2017. Disponível em: https://www.politico.eu/article/post-truth-enters-oxford-english-dictionary/. Acesso em: jun. 2021.

tratado por Savolainen (2014) em pesquisa circunscrita ao campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia, sobre como estes aspectos foram percebidos como relevantes nas pesquisas sobre buscas e comportamentos informacionais. A partir de uma revisão de literatura desde 1980, o autor empreendeu uma análise conceitual tendo como foco estudos que revisaram explicitamente os fatores afetivos de busca de informação. Contemplando trabalhos que destacavam, dentre outros aspectos,[17] as "maneiras pelas quais emoções e sentimentos diversos impulsionam, expandem, limitam ou encerram a busca de informações" (SAVOLAINEN, 2014, p. 63, tradução da autora), tais como os de Heinström (2010), Nahl (2007) e Kuhlthau (1991), o autor inventariou o acúmulo histórico e teórico produzido pelo campo dos estudos da informação e Biblioteconomia, concluindo que: "as emoções podem orientar os indivíduos em direção a atividades ou comportamentos específicos para realizar sua busca e o uso de informações" (SAVOLAINEN, 2014, 60, tradução da autora), sendo que a emoção, percebida em conjunto com fatores cognitivos e situacionais, foi conceituada como um fator de impacto na seleção de fontes de informação ou na recusa a estas.

O lugar das emoções e dos sentimentos negativos ou positivos, dos afetos, portanto, se constitui como um tema de interesse, ainda que residual (SAVOLAINEN, 2014), dos estudos dos comportamentos e das práticas informacionais há alguns anos, nos abrindo importantes perspectivas para a compreensão da pós-verdade e outros fenômenos correlatos.

Se o fator "emoções e sentimentos" como modo de compreender os comportamentos de busca e acesso às informações não é, necessariamente, uma novidade nos estudos dos comportamentos e práticas informacionais, a

[17] O autor formou um *corpus* a partir da pesquisa em bancos de dados da LIS, usando palavras-chave como afeto, fatores afetivos, emoção e sentimentos. Conforme ele descreve, foram identificados 85 documentos relevantes e, destes, chegou-se a um universo de 30 artigos, livros e conferências que discutiam explicitamente os aspectos motivacionais das emoções e sentimentos, examinado por meio de análise conceitual.

compreensão de sua sistemática manipulação para fins econômicos e geopolíticos também não o é, como demonstram vários estudos sobre os usos dos algoritmos e o trabalho seminal de Brito (2015).

As práticas informacionais que hoje se sedimentam no Facebook são, certamente, a despeito da espontaneidade relativa aos usos da informação, resultantes de experimentos históricos que a plataforma realizou com seus usuários, como demonstra o "*Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks*" (KRAMER; GUILLORY; HANCOCK, 2014). O experimento psicológico, feito sem o consentimento informado de 689.003 usuários da plataforma Facebook[18], em 2012, consistiu em testar como poderia se dar o "contágio emocional", bem como em verificar se as postagens com conteúdos emocionais seriam mais envolventes e se a exposição a expressões verbais afetivas levaria a expressões verbais semelhantes. O estudo contou com dois experimentos paralelos que foram conduzidos para emoções positivas e negativas: um em que a exposição ao conteúdo emocional positivo de amigos em seu *feed* de notícias foi reduzida e outro em que a exposição a conteúdo emocional negativo em seu *feed* de notícias foi reduzida[19]. Dentre as conclusões os autores relataram que:

> quando as expressões positivas foram reduzidas, as pessoas produziram menos

[18] Embora os autores responsáveis considerem que a concordância com os termos de uso da plataforma implicaria no consentimento livre e esclarecido dos usuários para participação em experimentos como este, Hill (2014) ressalta que foi somente quatro meses após o estudo que o Facebook incluiu, dentre as cláusulas do termo de uso, a possibilidade de os usuários serem envolvidos em pesquisas. Além disso, a autora ressalta como é problemática, do ponto de vista ético, a compreensão que a adesão aos termos de usos da plataforma possa ser tomada como anuência em participar de um experimento psicológico capaz de alterar o humor e o estado psíquico das pessoas, e como não ficou claro se o experimento incluiu usuários menores de idade.

[19] As postagens foram determinadas como positivas ou negativas se contivessem pelo menos uma palavra positiva ou negativa, conforme definido pelo software Linguistic Inquiry and Word Count (LIWC2007).

> postagens positivas e mais postagens negativas; quando as expressões negativas foram reduzidas, o padrão oposto ocorreu. Esses resultados indicam que as emoções expressas por outras pessoas no Facebook influenciam nossas próprias emoções, constituindo uma evidência experimental de contágio em grande escala via redes sociais (KRAMER; GUILLORY; HANCOCK, 2014, p. 8788, tradução da autora).

A que se destinaria este experimento psicológico que buscava manipular o contágio massivo de emoções via redes sociais? Até que ponto cenários de práticas que tomaram corpo nestas plataformas podem ser vistos como manifestações genuínas que dependem da ação e criatividade dos sujeitos e grupos, quando estamos tratando de ambientes e ferramentas extremamente controlados e cuja reverberação ultrapassa o *lócus* da interação ordinária e a lógica do consumo individualizado? Quais interesses em jogo induzem, de forma renovada, a conformação de cenários de práticas particulares em cenários específicos? Um olhar para o lugar da informação nas dinâmicas e estratégias da disputa por hegemonia no sistema global pode não nos trazer respostas prontas a estas perguntas, mas nos ajuda a pensar algumas dimensões das relações entre as práticas informacionais e os contextos sócio-históricos concretos.

3 INFORMAÇÃO, GOLPES E GUERRA HÍBRIDA

Os processos de destituição ilegítima de governos legitimamente eleitos pelos quais passaram países da América Latina, como o Brasil e o Chile, contaram, como se sabe, com diversas ações coordenadas nas quais campanhas sistemáticas de comunicação e informação operaram como recursos importantes para a sua viabilização. Muito já se discutiu sobre como o golpe civil-militar brasileiro de 1964 e a derrubada do governo de Salvador Allende no Chile, em 1973, por exemplo, tiveram como esteio a organização de

uma extensa rede de informações que, alinhadas aos EUA, tinha como objetivo desinformar a população, buscando conferir legitimidade ao brutal estado de exceção que assegurava a continuidade de projetos de dominação imperialista nestes países. A partir do século XXI, no entanto, a informação e suas tecnologias passam a ocupar o centro da viabilização de estratégias de intervenção que resultam na troca de regime ou de governante, o que, em um "mundo multipolar" tornou-se mais viável que ocupações militares dos territórios (guerra direta).

Ao conjunto de diferentes estratégias indiretas que combinam o emprego de ferramentas de informação e propaganda, operações psicológicas, usos de redes sociais e cujo objetivo é a desestabilização e derrubada de governos por meio de manifestações de massa e a provocação de um intenso conflito social interno tem sido chamada de *guerra híbrida*, modelo de conflito que vem sendo percebido empiricamente na América Latina e no Brasil (RODRIGUES, 2020, LEIRNER, 2020, FIORI; NOZAKI, 2019; MENDONCA, 2018, PENIDO; STÉDILE, 2021).

O termo "guerra híbrida" surgiu no âmbito da literatura militar norte-americana com a publicação, em 2005, do artigo "*The future of warfare: the rise of the hybrid wars*", do general americano James Mattis e do coronel Frank Hoffman[20]. Nele os autores estabelecem a necessidade de novas formas de defesa para o que denominam de métodos irregulares (terrorismo, guerrilha), relatando a relevância da combinação de novas abordagens que encerrariam "uma fusão de diferentes modos e meios de guerra, uma "síntese sem precedentes" a qual denominam de guerra híbrida. Nesta nova abordagem as operações de informação são tidas como importante elemento já que: "[...] operações de informação bem-sucedidas ajudam a população civil a entender e aceitar

[20] O termo aparece também oficialmente no âmbito da cúpula da OTAN, em 2014 e antes, em 2002, foi tratada na tese *Future War and Chechnya: a case of hybrid warfare,* do Major William J. Nemeth, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

o futuro melhor que procuramos ajudar a construir com eles." (MATTIS; HOFFMAN, 2005, s.p. tradução da autora).

Korybko (2018) trata conceitual e empiricamente de diferentes aspectos deste método que passou a ser usado para a desestabilização de adversários nas disputas geopolíticas e que consiste em uma forma de guerra indireta manejada especialmente pelos Estados Unidos em territórios de seu interesse. A partir dos casos da Síria e da Ucrânia o autor assinala a guerra híbrida como "nova abordagem padronizada com vistas à troca de regime" que se inicia com a implantação de uma revolução colorida (as "primaveras" são formas mais típicas) como "tentativa de golpe brando, que é logo seguida por um golpe rígido, por intermédio de uma guerra não convencional, se o primeiro fracassar." (KORYBKO, 2018, p. 13). As revoluções coloridas e a guerra não convencional são dois eixos que juntos constituem a guerra híbrida, conforme assinala o autor, em que a informação - seus fluxos, tecnologias e dispositivos - é um elemento extremamente relevante.

Embora a prática desta nova abordagem seja também atribuída à Rússia, há a compreensão por parte de diversos analistas da geopolítica de que se trata de uma forma adotada e desenvolvida de forma sofisticada pelo complexo industrial-militar-tecnológico estadunidense, que para manter e ampliar a sua hegemonia se vale também de ações sistemáticas que vão das revoluções coloridas e sanções econômicas ao chamado *lawfare*.

> No início houve surpresa, mas hoje todos já entenderam que essa nova estratégia abandonou os antigos parâmetros ideológicos e morais da política externa dos Estados Unidos, de defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico, e assumiu de forma explícita o projeto de construção de um império militar global, com a fragmentação e multiplicação dos conflitos, e a utilização de várias formas de

> intervenção externa nos países que se transformam em alvos dos norte-americanos. Seja através da manipulação inconsciente dos eleitores e da vontade política dessas sociedades; seja através de novas formas "constitucionais" de golpes de Estado; seja através sanções econômicas cada vez mais extensas e letais, capazes de paralisar e destruir a economia nacional dos países atingidos; seja, finalmente, através das chamadas "guerras híbridas" que visam destruir a vontade política do adversário, **utilizando-se da informação mais do que da força**, das sanções mais do que dos bombardeios, e da desmoralização intelectual dos opositores mais do que da tortura (FIORI; NOZAKI, 2019, grifo meu)

A perspectiva de que a abordagem indireta é uma forma potente de combate ao inimigo é milenar e pode ser rastreada desde Sun Tzu, que consignava como o inimigo podia ser derrotado sem que fosse diretamente enfrentado. Ela está presente também nas teorias clássicas de Clausewitz sobre a guerra como forma de política. Na década de 1950, o conceito de abordagem indireta se institucionaliza a partir do trabalho de Basel Henry Liddell Hart no livro *The strategy of indirect approach* (A estratégia da abordagem indireta), em que o autor define uma estratégia militar particular baseada em métodos indiretos que buscam derrotar o inimigo surpreendendo-o física e psicologicamente.

É no âmbito do desenvolvimento das "guerras de quarta geração" que o conceito propriamente de guerra híbrida se desenvolve e ganha corpo no meio militar. As "guerras de quarta geração" são identificadas como uma nova fase dos conflitos em que há maior ênfase na guerra de informação e operações psicológicas que, juntas, encerram um *modus operandi* típico das revoluções coloridas. Resgatando um artigo seminal assinado por, dentre outros, William Lind, um

dos teóricos sobre as "guerras de quarta geração", Korybko (2018) assinala nele o seguinte trecho.

> As operações psicológicas podem se tornar a arma operacional e estratégica dominante assumindo a forma de intervenção midiática/informativa. O principal alvo a atacar será o apoio da população do inimigo ao próprio governo e à guerra. As notícias televisionadas se tornarão uma arma operacional mais poderosa do que as divisões armadas (LIND, 1989 apud KORYBKO, 2018, p. 26).

O símbolo deste modelo previsto pela "guerra de quarta geração", a última fase da guerra no contexto globalizante das "sociedades da informação" é, segundo Korybko (2018) a guerra híbrida.

A teoria dos cinco anéis criada pelo coronel das Forças Aéreas dos EUA John Warden é central para compreender este novo modelo. Segundo ela, existem cinco centros de gravidade principais que mantém uma força adversária unida: liderança (o núcleo, mais importante), bases do sistema, infraestrutura, população e mecanismos de combate (as forças militares em campo). Nesta concepção, de acordo com Korybko (2018), o inimigo é visto como um sistema, de modo que suas partes estão interconectadas. Quanto mais próximo do núcleo um ataque, mais poderoso e reverberante ele será. Um golpe contra as bases do sistema, por exemplo, afetará todos os círculos a sua volta, ao passo que atingir as forças militares em campo manterá o ataque isolado somente a esse anel. Este conceito será bastante relevante, segundo Korybko (2018), tanto para as guerras não convencionais como para as revoluções coloridas. Nas revoluções coloridas os cinco anéis são distintos, havendo dois conjuntos de anéis para cada alvo: a sociedade e o indivíduo. Tão logo haja a decisão de instaurar uma desestabilização, a sociedade passa a ser visada pela "revolução colorida em massa", cujo objetivo é a "tomada de poder e a derrubada da liderança do Estado" (KORYBKO,

2018, p. 28). Trata-se de uma forma eficiente na medida em que une a população em um enxame que faz com que ela subjugue as instituições públicas que representam o governo. O anel mais externo, portanto, (população) aparenta unir-se para atingir diretamente o anel interno (a liderança). A elite é o terceiro anel mais profundo porque tem o poder de influenciar a mídia e a população, mas em geral é incapaz de induzir as Forças Armadas ou polícia. As mídias internacional e nacional têm graus de importância variáveis dependendo do Estado-alvo, mas ambas têm algum efeito sobre a população (KORYBKO, 2018).



Fonte: Korybko, 2018, p. 28.

O segundo alvo da revolução colorida é o indivíduo a quem o "movimento" "procura conhecer ao máximo antes do início da desestabilização" (KORYBKO, 2018, p. 29). Aqui os anéis se diferenciam em cada cultura, uma vez que há, como lembra o autor, muitas e significativas diferenças entre os Estados-alvo. Um dos exemplos que ele revela demonstra as "camadas" às quais são direcionados os ataques no campo da individualidade.



Fonte: Korybko, 2018, p.29

No modelo apresentado pelo autor, a família constitui o centro da vida do indivíduo, de modo que campanhas de informação e operações psicológicas serão mais eficazes se direcionarem-se a ela, manejando-a como vulnerabilidade. Assim, para a adesão ao movimento, há mais vantagens em invocar a família do que mobilizar sentimentos pouco relevantes para a maioria da população, como causas sociais, por exemplo. É por isso que as revoluções coloridas necessitam de uma quantidade gigantesca e precisa de informações sobre as características e traços singulares de uma determinada população e por isso que elas também terão na informação um elemento estruturante de ataque a cada um destes núcleos. Assim como previsto por Lindel, os fluxos de informação, a comunicação e suas mídias tornam-se as armas extremamente relevantes e poderosas na viabilização das abordagens indiretas.

De acordo com Korybko:

> as revoluções coloridas são consideradas um ataque indireto ao governo da nação alvo porque nenhuma força externa convencional está sendo usada, e o mesmo é verdade para a guerra não convencional. Em vez de enviar um exército anti-*establishment* diretamente para uma batalha contra o Estado ou contra suas Forças Armadas, as revoluções coloridas e

> a guerra não convencional travam a guerra indiretamente atacando seletivamente várias partes dos cinco anéis. Isso faz delas amorfas e difíceis de prever. (KORYBKO, 2018, p. 30-31).

Ao operarem com a imprevisibilidade, as revoluções coloridas[21], centram-se em desestabilizar o "ciclo OODA", modelo concebido pelo piloto de caça da Força Aérea dos Estados Unidos, John Boyd, que se baseia na compreensão estratégica de que decisões são tomadas seguindo-se o seguinte fluxo: **O**bservação, **O**rientação, **D**ecisão e **A**ção. O fator imprevisibilidade teria a capacidade de "driblar o ciclo OODA do alvo, desorientando-o" (KORYBKO, 2018, p. 31), impactando a capacidade de os indivíduos tomarem decisões corretas ou agirem da maneira mais apropriada. As revoluções coloridas operam tanto parecendo, estrategicamente, algo imprevisível quanto simplificando uma mensagem estruturada por meio do ciclo OODA, buscando otimizar a capacidade de orientação desejada de uma ação. Outro fator importante é a produção do caos como estratégia geopolítica, um elemento importante para pensar revoluções coloridas tais como a Primavera Árabe e a desestabilização orientada externamente e por atores desvinculados do Estado na Síria e no Iraque (KORYBKO, 2018).

Neste novo modelo de desestabilização dos Estados, a informação desempenha uma mediação fundamental na medida em que tanto é elemento para difundir ideias e recrutar participantes que levarão a cabo diferentes estratégias das revoluções coloridas quanto para viabilizar

[21] Revoluções coloridas vêm ocorrendo desde o final da década de 1980, na área de influência russa/soviética, em territórios cujos governos não se alinhavam ao Ocidente. Dentre elas destacam-se – Alemanha Oriental (sem nome, 1989), Tchecoslováquia (VELUDO, 1989), Iugoslávia (BULLDOZER, 2000), Geórgia (ROSA, 2003), Ucrânia (LARANJA, 2004), Quirquistão (TULIPAS, 2005), Síria (2012), Hong Kong (2014), dentre outras (SOUZA, 2019, MONIZ BANDEIRA, 2013). As revoluções coloridas são frequentemente destinadas à adesão de países ao Ocidente e a implantação de uma agenda neoliberal que favoreça os EUA e Europa.

operações psicológicas que buscam promover ajustes cognitivos dos indivíduos, enfraquecendo a sua capacidade de percepção e reação[22].

Cumpre ressaltar que um dos primeiros trabalhos sobre a temática da desinformação no campo da Ciência da Informação brasileira, a tese de Vladimir Brito, de 2015, expõe de maneira sistemática e aprofundada como a desinformação enquanto estratégia de guerra pode ser vista na história da humanidade desde as primeiras civilizações e como ela se intensifica exponencialmente ao ser empregada pelos Estados Unidos que, por meio de operações de informação que unem desinformação, decepção[23] e operações psicológicas, buscam manter e intensificar o seu poder militar, financeiro, tecnológico, monetário e cultural no sistema global. A partir de uma extensa análise de doutrinas militares, referências bibliográficas e instrumentos empregados pelo Departamento de Estado, Departamento de Defesa e agências de inteligência do estado norte-americano, entre 1970 e 2014, o autor conceitua o poder informacional construído pelos Estados Unidos, por meio do gerenciamento de uma ampla infraestrutura física, incluindo a internet, estratégias militares e geopolíticas e poder simbólico, como a "capacidade de influir no comportamento humano mediante a manipulação das bases informacionais que alicerçam os demais tipos de poder" (BRITO, 2015, p. 373).

É neste sentido que os fenômenos da informação, como as práticas informacionais que se viabilizam nas redes sociais da internet, tem outros de seus matizes revelados quando

[22] É preciso lembrar que a informação sempre se constituiu como um recurso de grande relevância tanto na produção de inovações para a guerra quanto para viabilização de campanhas militares (através das operações de informação). O que haveria de distinto é que a informação passa a viabilizar uma forma de guerra que ultrapassa o meio militar e é operada no espectro social de forma multidimensional, não linear e ambígua, trabalhando com o espaço tanto físico quanto virtual e desvanecendo a separação entre guerra e paz, civil e militar.

[23] O termo decepção está relacionado a uma "estratégia específica, que visa enganar o inimigo e induzi-lo ao erro, a tomar uma decisão baseada em informações fraudadas (desinformações)". (BRITO, 2015, p. 19-20)

olhados sob o prisma da disputa geopolítica em que os EUA são a expressão do "poder global"[24].

4 INFORMAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS COMO MEDIAÇÃO DA GUERRA HÍBRIDA

As mídias sociais, as diversas práticas de informação e sociabilidade que se organizam a partir dos recursos por elas disponibilizados e a lógica de um mundo em redes oferecerão uma oportunidade extraordinária para a consecução das abordagens indiretas.

A espinha dorsal básica para iniciar e difundir uma revolução colorida tem sido a disseminação da informação entre a população, seja uma parcela específica dela ou a sociedade como um todo (KORYBKO, 2018), o que é feito tradicionalmente a partir do apoio da imprensa local e, especialmente, das redes sociais.

Além da disseminação da informação, a disseminação de práticas particulares de informação é um aspecto importante, na medida em que as revoluções coloridas operam não apenas incentivando que determinadas parcelas da população descreditem e se insurjam contra os governos, como também instrumentalizando a resistência, o que confere a elas uma grande complexidade e a capacidade de dominação do "espectro total" (LEIRNER, 2020) das sociedades-alvo.

As operações psicológicas[25] são o esteio das revoluções coloridas que encontraram nas tecnologias da informação e comunicação uma oportunidade exemplar de sua aplicação.

[24] Para compreender a constituição histórica da hegemonia dos EUA no sistema global ver FIORI, J.L. O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2007.

[25] Operações psicológicas podem ser compreendidas, de maneira geral, como "ações em que se objetiva atuar sobre um setor social, ou mesmo sobre todo o conjunto da sociedade, influenciando-o com a perspectiva do operador da ação, de maneira a moldar sua opinião. Ao invés de estimular a tomada de decisão de um indivíduo em posição de comando, busca-se induzir uma população a desistir de lutar, perder a fé em seus dirigentes, ou abandonar desconfiada algum tipo de produto que antes consumia. (BRITO, 2015, p. 20).

No caso das revoluções coloridas, as operações psicológicas são organizadas frequentemente para que parcelas da população compartilhem as mesmas ideias contra o governo, organizando uma "mente de colmeia" que busca simplificar o pensamento em massa a partir de determinados temas (como a corrupção e outros "sensíveis", por exemplo, relacionados à família) manejados nos canais tradicionais da imprensa e nas mídias "alternativas" a ela. Opera-se aí o princípio do "contágio massivo", verificado pelo experimento do Facebook.

Para isso, é preciso que haja a fabricação de um consenso por meio de "campanhas de informação multifacetada" (KYROBKO, 2018) que contam com notícias fabricadas transmitidas por diferentes setores da mídia e diversas "bombas semióticas" (FERREIRA, 2020) que criam, por meio de recursos linguísticos e semiológicos específicos, o ambiente propício para a formação de uma opinião pública que culmina na percepção de um "caos" vivido e em reações de massa (sem a mediação política de partidos), amplamente noticiadas como espontâneas.

No entanto,

> pode-se perceber que as revoluções coloridas, tal como as campanhas de publicidade ou relações públicas, não são espontâneas mas sim fabricadas muito de antemão à sua implementação. É a disseminação da informação ("propaganda") na sua mais crua essência, e as ideias contra o governo devem ser propagadas de maneira coordenada para fabricar consenso em uma parcela apropriada (decisiva) da população para que participe da revolução colorida (KORYBKO, 2018, p. 50).

É importante salientar que os indivíduos, muitas vezes motivados genuinamente a participar dos movimentos, não tomam consciência do seu papel de agenciados na construção

do consenso pela derrubada dos governos. Isto faz com que estes percebam suas próprias motivações relacionadas à ocupação das ruas (tática decisiva das revoluções coloridas) ou às suas práticas informacionais na internet como ações políticas legítimas de um ideal político autêntico nascido de um sentimento de indignação ou vontade comum. Isto porque:

> o principal objetivo da campanha de informação é que o alvo internalize as ideias que lhe são apresentadas, dando a impressão de que os próprios manifestantes chegaram, por conta própria, às conclusões induzidas de fora. As ideias contra o governo devem parecer espontâneas e não forçadas, dando-se grande ênfase à abordagem indireta para comunicá-las. Se as pessoas perceberem que estão sendo manipuladas por mãos invisíveis, elas rejeitarão em massa a mensagem. Se, contudo, for possível internalizar essa mensagem em uma pessoa e ela começar a difundi-la para seus amigos íntimos e pessoas próximas, que jamais sequer imaginariam que essa pessoa está sob influência involuntária de uma operação psicológica estrangeira, então o vírus [...] contaminará a sociedade e começará a espalhar as ideias da revolução colorida por conta própria (KORYBKO, 2018, p. 48).

É neste sentido que a percepção deste fenômeno complexifica estudos sobre os comportamentos políticos que culminam na destituição dos governos (PINHEIRO MACHADO, 2019) ou no enfraquecimento das democracias, os quais, algumas vezes, ressaltam a capacidade (autônoma) da agência (CASTELLS, 2013), dando pouca relevância a possibilidade efetiva de instrumentalização de práticas concretas e emoções dos atores num contexto de disputa

geopolítica. Assim, os conceitos de guerra híbrida, revoluções coloridas e operações psicológicas se tornam fatores de análise incontornáveis para pensar práticas informacionais particulares desenvolvidas nas redes sociais da Internet cuja aparência imediata é a de disputas entre narrativas políticas e de visões de mundo entre atores que se opõem na vida social.

As redes sociais da internet são, inegavelmente, um grande laboratório da guerra híbrida na medida em que possibilitam tanto novas e sutis formas de controle que incidem sobre a produção de subjetividades e identidades particulares (SIBILIA, 2016), quanto a efetivação de operações psicológicas destinadas a indivíduos ou grupos bastante específicos. Sobre a propagação de formas ubíquas de usos de redes digitais, Brito (2015) lembra que o:

> [...] manancial infinito de dados não existe tão somente para prover o Estado informacional de conhecimento oportuno sobre os indivíduos. Redes de comunicação [...], muitas vezes, são o meio privilegiado com que diversos protagonistas atuam de maneira proposital para confundir, distorcer ou impedir que se obtenha informação adequada, mediante o emprego de operações de decepção e negação de dados [...] Multidões que compõem a população de um Estado, ou mesmo indivíduos em posições chave, são vítimas de orquestrações de agências de inteligência, sem que se deem conta disso. (BRITO, 2015, p. 388).

A intensa utilização de informações pode meio das práticas das redes sociais podem ser instrumentalizadas, assim, para o que Richard Szanfranski chama de “guerra neocortical”, forma de guerra que incide sobre a moldagem do comportamento do indivíduo, buscando, por meio da influência, controlá-lo. A guerra neocortical objetiva penetrar

nos ciclos de OODA dos adversários, abastecendo os líderes do adversário de percepções, dados cognitivos projetados que resultem em uma gama de cálculos e avaliações estreita e controlada que coincide com os resultados desejados (SZANFRANSKI, 1994 *apud* KYROBKO, 2018, p. 49).

As revoluções coloridas, no entanto, conforme assinala Kyrobko (2018, p. 49), miram o "cérebro coletivo" do grosso da população e não exatamente a liderança, buscando influenciá-lo de modo indireto a se manifestar para derrubar o governo. Para isso, lembra o autor, é preciso conhecer em profundidade os valores, a cultura e a visão de mundo e criar estratégias usando a língua, informações e outros elementos que incidem sobre a mente, modificando a sua vontade.

O compartilhamento de formas e conteúdos nas redes sociais da internet, juntamente das mídias tradicionais, possibilita a criação de uma "mente de colmeia" que faz com que seus membros formem um enxame contra o alvo de maneira aparentemente caótica, emulando em massa o "poder do povo". No contexto de guerra híbrida vê-se massas insurgindo contra os centros simbólicos e administrativos de poder das autoridades como um enxame unificado e descentralizado buscando suscitar a troca de regime por meio do caos dirigido e organizado (KORUBKO, 2018, p. 58).

Leirner (2020) lembra que os *posts* são "armas por excelência da guerra hibrida [que] se apoiam justamente na crença da agência das imagens e de seu poder de interferência nas mentes e no comportamento das pessoas". Assim, prossegue o autor, "a guerra opera, determinantemente, por posts condensados em imagens [e] é nesta concepção imagética que a guerra híbrida se associa a produção de autômatos, cativos capturados por coisas que não existem (LEIRNER, 2020, posição 162). As redes sociais seriam o "equivalente bélico do que era o terreno nas guerras clássicas" (LEIRNER, 2020, posição 682).

Plataformas de redes sociais, tais como o Facebook, tem viabilizado três braços importantes das abordagens indiretas, como demonstram Niekerk e Maharaj (2015): a possibilidade de traçar perfis psicológicos e sociais sobre os diferentes

atores e conjuntos de populações dos territórios que se tem em mira, identificando questões sensíveis a uma determinada sociedade; dirigir informações específicas a estes segmentos; proporcionar diversas e restritas formas de engajamento, através da disponibilização de recursos que permitem a consolidação de um universo de práticas e de produtos que se disseminam[26]. É assim que as agências de inteligência podem empregar estes dispositivos gerenciados por grandes corporações capitalistas como "mecanismos da engenharia social" (KORYBKO, 2018, p. 56).

> Hoje em dia Google Maps, Youtube, Facebook e Twitter são partes integrantes do arsenal que os guerreiros híbridos empunham, sendo os dois últimos especificamente reconhecidos por ter ajudado a concretizar os eventos Primavera Árabe. É assim que a teoria das guerras híbridas vê essas quatro plataformas sociais, todas disponíveis em telefones celulares modernos, trabalhando em conjunto para desestabilizar caoticamente a sociedade e ajudar na formação de enxames (KORYBKO, 2018, p. 62).

Cumpre ressaltar que estas formas de desestabilização contam com o fornecimento de uma ampla infraestrutura que pode ser viabilizada financeira e operacionalmente por agências internacionais, *think tank* e organizações não

[26] Além disso, plataformas como Google podem contribuir através da remuneração pelos anúncios veiculados em conteúdos contrários ao governo dos estados-alvo, a exemplo do que revela a matéria do *The Intercept* Brasil a respeito de blogueiros que foram orientados a "investir" em ataques contra o Partido dos Trabalhadores no Brasil GHEDIN, R.; DIAS, T; RIBEIRO, P. V. Grana por cliques. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 19 nov. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueiros-antipetistas/ Acesso em: 10 jun. 2021.

governamentais ou estatais externas, como foi verificado nos casos da Geórgia e Ucrânia.

Por fim, é importante salientar que as revoluções coloridas que incidem na destituição de governos têm como referência importante o trabalho do cientista político Gene Sharp, que descreveu em suas duas principais obras "Da ditadura à democracia: políticas de ação não-violenta" e "198 métodos de ação não-violenta", estratégias para desestabilização de governos considerados (de forma um tanto imprecisa) não democráticos através da "resistência não-violenta". Trata-se, segundo ele, de uma luta que deve ser "travada por armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade". (SHARP, 2015, p. 58).

Dentre os métodos elencados por Sharp (2015) estão: discursos públicos, cartas de oposição e apoio, petições públicas, slogans, caricaturas, exibição de bandeiras e cores simbólicas, uso de símbolos, oração e culto, marchas peregrinações, remoção de placas e sinais, dentre diversas outras que certamente compõem um cenário bastante familiar para quem vivenciou manifestações de massa no Brasil nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórico-metodológica das práticas informacionais, ao ultrapassar a noção de comportamento informacional, abre caminhos para uma apreensão mais aproximada dos modos a partir dos quais indivíduos e coletividades lidam com a informação em diferentes contextos. Ela destaca serem estes modos tanto modulados por fatores e elementos de caráter subjetivo-cognitivo, linguístico e cultural, quanto por determinações históricas, contextuais e conjunturais- econômicas, geopolíticas que atravessam, configurando, formas particulares por meio das quais se realizam as práticas de produzir, compartilhar, disputar, negociar e apropriar informações e conhecimentos.

Se, por um lado, a perspectiva teórica das redes ampliou os modos de leitura acerca das relações sociais e das diferentes dinâmicas da sociedade, por outro ela também serviu de referencial para a inovação dos modelos de guerra, que sempre foram fundamentais para a criação do capitalismo como um sistema global. Se os usos das redes contribuíram para aproximar os indivíduos distanciados no território global e promover vias de acesso ao conhecimento registrado, eles também foram instrumentalizados para a produção de formas específicas de consumo, controle, produção de subjetividades e de cisões radicais no tecido social, que incidem hoje sobre a própria possibilidade do conhecimento e seu lugar no pacto social (pós-verdade).

Compreender como as práticas informacionais que se consolidam nas redes sociais podem ser manejadas para a produção de vantagens geopolíticas em que abordagens indiretas emergem como modelos de desestabilização de Estados é um movimento teórico-prático que pode contribuir de maneira significativa para aprofundar o conhecimento a respeito deste importante objeto para o campo da Ciência da Informação. Um passo inicial deste movimento foi o que tentamos empreender aqui, ao aproximar referenciais da geopolítica mobilizados contemporaneamente aos estudos sobre comportamentos e práticas que, embora sejam singulares, são influenciados por modos de exercício e disputa pelo poder no sistema global, renovados desde o final do século XX.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S.; CÔRTES, G. R.; MELO, D.A. (Org.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: UFPB, 2020.

ARAÚJO, C. A. A O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, v.2, n. Esp., p. 217-236, 2017.

ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**, n. 25, p. 1-17, 2020.

BRITO, V. P. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DODEBEI, V. (Des) Informação e [Pós] Verdade: possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, n. 27, v. 2, p. 117-137, 2021.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERREIRA, W. R. V. **Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira**: 2013-2016. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

FIORI, J. L; NOZAKI, W. Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável. **Sul 21**, 2019. Disponível em: https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/07/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel-por-jose-luis-fiori-e-william-nozaki/. Acesso: 10 mar. 2021.

GHEDIN, R.; DIAS, T; RIBEIRO, P. V. Grana por cliques. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 19 nov. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueiros-antipetistas/ Acesso em: 10 jun. 2021.

JEANNERET, Y. Analisar as redes sociais como dispositivos infocomunicacionais: uma problemática. *In*: TOMAEL M.I.; MARTELETO, R.M. (Org.) **Informação e Redes Sociais**: interface de teorias, métodos e objetos. Londrina: Eduel, 2015.

HILL, K. Facebook added 'research' to yser agreement: 4 months after emotion manipulation study. **Forbes**, Nova Iorque, 2014. Disponível em https://www.forbes.com/sites/kashmirhill/2014/06/30/facebook-only-got-permission-to-do-research-on-users-after-emotion-manipulation-study/?sh=2f902a8a7a62. Acesso em: 4 mar. 2021.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRAMER, A. D. I.; GUILLORY, J. E; HANCOCK, J. T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. **PNAS**, v. 111, n. 24, p. 8788–8790, 2014.

KROET, C. 'Post-truth' enters Oxford English Dictionary. **Político**, June 27, 2017. Disponível em: https://www.politico.eu/article/post-truth-enters-oxford-english-dictionary/. Acesso em: jun. 2021.

LEIRNER, P. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

MATTIS, J. HOFFMAN, H. **Future Warfare**: The Rise of Hybrid Wars. [s.l.], 2005. Disponível em: https://www.usni.org/magazines/proceedings/2005/november/future-warfare-rise-hybrid-wars Acesso em: 24 ago. 2019.

MENDONÇA, M. G. Guerra híbrida no Brasil: o caso Lula. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 47-68, 2018.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos- das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NIERKEK, B. V; MAHARAJ, M. Social Media and Information Conflict. **International Journal of Communication**, n. 7, p. 1162–1184, 2013.

PENIDO, A; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América**: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PINHEIRO MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

ORTEGA, F. A. **Cores da mudança?** As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Bogotá: CLACSO, 2000. p. 246-276.

ROCHA, E. C. F; GANDRA, T.K; ROCHA, J. A. P. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, n. 68, p. 96-109, 2017.

RODRIGUES, B. S. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2020.

SANTAELLA, L. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. **Bakhtiniana**, n.9, v.2, p. 206-216, 2014.

SAVOLAINEN, R. Everyday Life Information Seeking: Approaching Information Seeking in the Context of "Way of Life". **Library & Information Science Research**, Boston, v. 17, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R. Emotions as motivators for information seeking: a conceptual analysis. **Library & Information Science Research***,* n. 36, v.1, p. 59-65, 2014.

SHARP, G. **Da ditadura à democracia**: o caminho para a libertação. Lisboa: Tinta da China, 2015.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SOUZA, M. M. Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em 2016. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 16-53, 2019.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. São Paulo: Intrínseca, 2021.

MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM COMUNIDADES DIGITAIS POR MARY ANN HARLAN

Rafaela Pereira de Carvalho
Jefferson Veras Nunes

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (CARVALHO, 2020), que teve como objeto as práticas informacionais dos fãs de As Crônicas de Gelo e Fogo[27]. Todavia, no presente texto, o foco se dirige apenas à discussão acerca do modelo adotado, à época, para a análise dos dados – a saber, o Modelo de Práticas Informacionais em Comunidades Digitais proposto por Mary Ann Harlan. Nesse sentido, o objetivo perscrutado aqui é a exploração do referido modelo e de suas categorias, tendo como finalidade principal contribuir para o avanço de pesquisas sobre a temática no campo da Ciência da Informação (CI).

A abordagem orientada ao estudo das práticas informacionais reforça uma espécie de virada sociológica nas pesquisas de uso da informação – especialmente se comparada ao conceito de comportamento informacional, frequentemente investigado sob uma ótica cognitivista (TALJA, 2006). Grosso modo, conceitua-se práticas informacionais como todas as formas adotadas pelos sujeitos na busca, uso e compartilhamento de informações, destacando-se sempre a importância do contexto social para o empreendimento dessas ações. Tal conceito ambiciona dar

[27] Na pesquisa mencionada, aborda-se a relação entre "cultura participativa" e "cultura de fãs" tomando como ponto de partidas as práticas informacionais empreendidas pelos sujeitos em plataformas midiáticas que se ocupam de informações acerca da obra As Crônicas de Gelo e Fogo – e, consequentemente, da série televisa *Game of Thrones*.

conta de perspectivas que surgiram na CI a partir de desdobramentos teórico-conceituais que resultaram no desenvolvimento de uma abordagem preocupada com aspectos sociais e culturais no âmbito dos estudos de usuários.

O conceito de práticas informacionais surge na literatura da CI ligado, portanto, à abordagem sociocultural dos estudos de usuários, reivindicando certa transversalidade teórica e conceitual como uma de suas características principais. De acordo com Berti e Araújo (2017, p. 394), "as práticas informacionais precisam ser compreendidas do ponto de vista de outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia", isso porque tais áreas buscam estudar o sujeito a partir da compreensão da realidade social em que ele se insere.

Diante disso, é empreendida aqui uma pesquisa bibliográfica com caráter qualitativo, com o objetivo de possibilitar a apreensão do estado da arte sobre o tema do estudo. Inicia-se com uma análise sobre a Teoria da Prática de Bourdieu (1983) e a Teoria da Estruturação de Giddens (2005), consideradas substanciais para destacar a necessidade de compreensão do contexto no que diz respeito à forma pela qual o indivíduo se relaciona com a informação. Tais abordagens têm acarretando desdobramentos importantes ao delineamento teórico-conceitual de diferentes modelos no âmbito das Práticas Informacionais.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS, TEORIA DA PRÁTICA E TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: RELAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Como dito na introdução deste capítulo, uma das características principais da noção de práticas informacionais é a interdisciplinaridade; nesse sentido, Savolainen (2007) e Cox (2012) destacam duas teorias como pioneiras, que serviram como base para o seu desenvolvimento no campo dos estudos sobre informação, quais sejam, a Teoria da Prática de Bourdieu e a Teoria da Estruturação de Giddens.

Ambas se lançam ao desafio de tentar compreender a complexidade da sociedade e a dinamicidade das relações entre os indivíduos propondo a superação de uma clássica dicotomia no terreno das Ciências Humanas e Sociais, que é justamente o embate entre interioridade e exterioridade e agência e estrutura. É a partir dessas ideias que será discutido inicialmente a abordagem das Práticas Informacionais.

De acordo com Ortiz (1983), grande parte da obra de Bourdieu é orientada por três axiomas substanciais: o Conhecimento Praxiológico, a noção de *habitus* e o conceito de campo. O autor defende a necessidade de compreensão de cada um deles para interpretar melhor o trabalho de Bourdieu e os seus desdobramentos.

Bourdieu (1983) destaca que a relação entre indivíduo e sociedade é constantemente debatida sob dois pontos de vista: objetivismo e subjetivismo. Essas duas formas de compreensão do mundo dizem respeito à fenomenologia caracterizada pelo subjetivismo da apreensão primeira, e o conhecimento objetivista que percebe o real como resultado de relações objetivas, estruturando as práticas e suas representações. Assim, enquanto a primeira tem o sujeito como foco principal de sua análise, esquecendo-se do contexto no qual ele se insere; a segunda compreende o indivíduo de modo coadjuvante, deslocando-o do contexto, com pouco ou nenhum poder de ação, estando apenas a executar o que lhe determina a estrutura.

Para fugir dessa dicotomia, Bourdieu (1983, p. 47) propõe a noção de conhecimento praxiológico, salientando com ela "[...] não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações **dialéticas** entre essas estruturas e as **disposições** estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las". O autor descreve essa relação como um "duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade" (BOURDIEU, 1983, p. 47).

O conhecimento praxiológico aborda o indivíduo a partir de sua relação com a estrutura, o seu processo de apreensão e exteriorização de um aprendizado, as

possibilidades de ação dispostas pela estrutura, apontando o indivíduo enquanto agente social, mas também compreendendo que a sua ação é influenciada pela estrutura a qual ele pertence.

Consoante a isto, Bourdieu (1983, p. 47) expressa que o conhecimento praxiológico prevê uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, ou seja, questiona as condições de possibilidade e os limites do ponto de vista objetivo "que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação".

Conforme Araújo (2017), a ideia primeira de práticas, oriunda da expressão práticas informacionais, provém da noção de práxis que é estabelecida por Bourdieu (1983). Para este, a ideia básica de um conhecimento praxiológico deve estar amparada pela ideia de que o indivíduo constrói sua realidade, mas num determinado espaço que condiciona suas ações; portanto, ao mesmo tempo em que o indivíduo é percebido como entidade dotada de agência, ele também é interpretado como resultado de uma estrutura.

O conhecimento praxiológico resume o conflito existente entre a autonomia conferida pela agência e as limitações intituídas pela estrutura. Não obstante, para esquadrinhar essa tensão, Bourdieu recorre ao conceito de *habitus*, definindo-o da seguinte maneira:

> Habitus são sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o

> produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

O *habitus,* nesse sentido, alude ao sistema pelo qual o indivíduo absorve as noções de regras e valores, mas também como ele utiliza isso para agir no mundo, conformando o seu conjunto de representações. O *habitus* produz a ação, sendo resultado das relações e interações estabelecidas pelos indivíduos, tendendo a perpetuar as relações objetivas das quais deriva. Conforme coloca Bourdieu (1983), o *habitus* compreende o modo de perceber, pensar e o que leva o indivíduo a agir de determinada maneira em dada circunstância. Assim, entende-se o *habitus* como o princípio gerador de práticas e representações, sendo ele o principal responsável pela produção e reprodução de práticas dentro de determinado espaço social.

> As práticas que o *habitus* produz (enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são em última análise, o produto (BOURDIEU, 1983, p. 61).

As práticas são criadas pelo *habitus*; elas tendem a reproduzi-lo. De modo geral, corresponde à ação, mas é também o entendimento subjetivo do que foi apreendido na estrutura e que orienta a prática de um indivíduo em diversas situações. Ainda nesse sentido, é preciso observar que a ação (ou mesmo a sua possibilidade) já se encontra previamente estabelecida na estrutura. Ou seja, a estrutura corresponde a um tipo de espaço ou esfera social apreendida por princípios. Esse espaço ou esfera social diz respeito justamente ao

campo – definido por Bourdieu (2004, p. 20-21) como: "espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de leis próprias", que é, também, influenciado por um macrocosmo. É no campo onde os agentes interagem e, conforme a teoria da prática, é a partir dele que se deve compreender o indivíduo considerando as relações objetivas que regem a estrutura (ORTIZ, 1983).

A teoria da prática busca entender como o conjunto de noções do indivíduo, e seu sistema de representações, o ajudam a se movimentar dentro de um espaço, a partir da criação de práticas que o orientam e exteriorizam aquilo que o indivíduo aprendeu ao longo de sua trajetória no mundo. Pensamento semelhante é proposto por Cox (2012), baseado nas ideias de Schatzki, que considera as práticas enquanto construções coletivas que moldam a vida em sociedade, que os orientam como agir em determinada situação.

Destarte, outro autor que aborda a noção de práticas de maneira semelhante é Giddens (2003), que inicia sua teoria explicando que conhecer o social pelo ponto de vista da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo não é o suficiente para assimilar a complexidade dos fatos sociais, já que as diferenças entre as abordagens são ontológicas, e o pensamento de cada uma tende a excluir o que a outra propõe. O autor sugere que, para entender o social é necessário assimilar como os conceitos das diversas teorias sociais se relacionam entre si. Para isso, propõe que

> O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos

> quais eles se expressam como atores. Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades (GIDDENS, 2003, p. 2-3).

Na teoria da estruturação não importa a experiência do indivíduo, nem a coerção da estrutura, mas analisar as práticas sociais em um determinado espaço-tempo, de forma que se possa captar como as relações sociais se mantêm estáveis e como elas reproduzem as práticas sociais. Essas práticas orientam a vida em sociedade, são de natureza recursiva, pois não são criadas pelos atores, mas continuamente recriadas por eles, através dos meios em que se expressam enquanto atores. Assim, para uma melhor compreensão de como funciona as práticas, o autor evoca a ideia de reflexividade enquanto aquilo que perpetua as práticas sociais.

> A continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente "as mesmas" através do espaço e do tempo. Logo, a "reflexividade" deve ser entendida não meramente como "autoconsciência", mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social (GIDDENS, 2003, p. 3).

A reflexividade age como condutora das práticas sociais na medida em que permite um reexame constante dessas práticas, reformando-as em seu caráter constitutivo, a partir de mudanças no espaço social. Dessa maneira, sua razão de existir são as práticas e sua continuidade na construção do espaço. A reflexividade é tida como parte da atividade humana. É a partir dela que o indivíduo pode vivenciar um constante processo de monitoramento das suas ações, bem como das ações de outrem. Conforme Giddens (2003), trata-se, da forma como o indivíduo monitora suas ações e espera

que os outros também o façam. O autor denomina esse processo de monitoração reflexivo da ação.

> A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. [...] Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material (GIDDENS, 1991, p. 44).

Compreende-se, então, que a reflexividade possibilita a manutenção e a reestruturação da vida cotidiana. A partir de uma leitura do contexto do indivíduo, as práticas transformam o espaço e alteram a si próprias na medida em que o sujeito precisa se adaptar ao novo contexto. De forma semelhante ao que pontua a teoria da prática, a teoria da estruturação abre espaço para o entendimento do social, a partir das práticas que o indivíduo produz para interagir em seu contexto, essas práticas são constantemente monitoradas e recriadas pela reflexividade do sujeito, como forma para atuar dentro da estrutura.

A partir desses conceitos de práticas é possível compreender melhor a noção de práticas informacionais, já que segundo Marteleto (1995, online), todo o processo que leva à criação de artefatos culturais é tanto um processo informacional quanto social, portanto, “toda prática social é uma prática informacional”. Nesse sentido, analisar as práticas informacionais requer o entendimento do contexto e como ele influencia o indivíduo. Essa é a gênese que rege o conceito de práticas informacionais, conforme Araújo (2017,

p. 221),

> Constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais coletivas [...] e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação [...], num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa.

Assim, as práticas informacionais são sobre como o indivíduo consegue, a partir de um determinado contexto, identificar e buscar uma informação e a partir da sua interação com essa informação, reinventá-la e compartilhá-la.

De acordo com Tuominen, Talja e Savolainen (2006), ao pensar os processos informacionais a partir de um viés construcionista, a noção de práticas informacionais se mostra como algo profícuo, já que a partir dela pode-se defender com mais ênfase a ideia de

> [...] que os processos de busca e uso da informação são constituídos social e dialogicamente, ao invés de basear-se nas ideias e motivos de atores individuais. Todas as práticas humanas são sociais e originam-se das interações entre os membros da comunidade (TUOMINEN; TALJA; SAVOLAINEN, 2006, p. 328, tradução nossa).

Segundo McKenzie (2003), as práticas informacionais são utilizadas em referência a todos os elementos presentes em relatos de como a informação pode ser encontrada através da iniciativa ou interação entre os agentes. Ela engloba tanto a busca, como o encontro acidental com a informação. Para Talja e Hansen (2005 apud Savolainen, 2007, p. 122-123), os processos informacionais fazem parte das práticas socais "e são instâncias e dimensões de nossa

participação no mundo social em diversos papéis e em diversas comunidades de compartilhamento", enfatizando que as práticas informacionais estão inseridas tanto no contexto do trabalho, quanto em outras práticas sociais, compondo outras esferas da vida.

Com relação a isso, Savolainen (1995) propõe um modelo para analisar a busca da informação na vida cotidiana, já que conforme o autor, os modelos de comportamento informacional não são suficientes para dar conta de processos que não envolvem uma busca ativa pela informação.

3 MODELOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

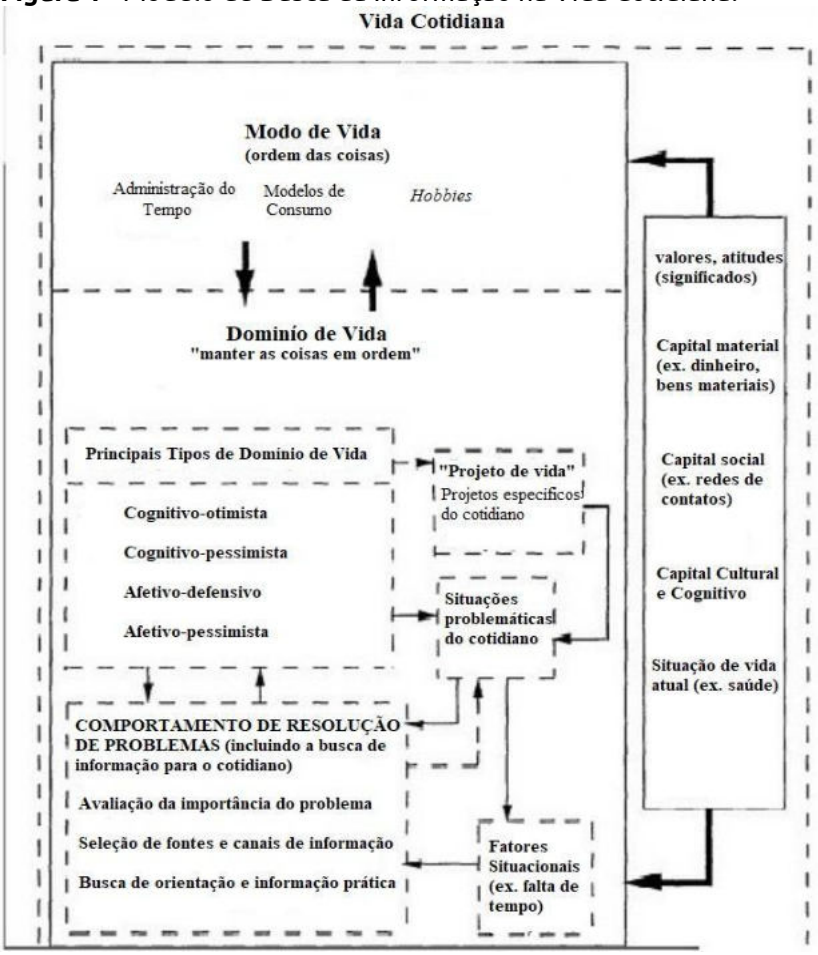
As práticas informacionais surgem da necessidade de dar conta dos novos contextos e sujeitos que começam a ser percebidos a partir do florescer de uma abordagem sociocultural, desenvolvida sob uma ótica eminentemente interdisciplinar, no seio dos estudos de usuários. Para McKenzie (2003), os estudos de práticas informacionais deslocam as análises da cognição para o social, sendo mais coerente com a ideia de que informação deve ser entendida como algo socialmente construído, estando a sua busca e uso pelos sujeitos orientado de acordo com o contexto.

Conforme Savolainen (1995) e McKenzie (2003), os modelos de comportamento informacional focaram, inicialmente, nos estudos de busca de informação no domínio do trabalho na esfera acadêmica, porém, não conseguiam capturar a diversidade de elementos que influenciava direta ou indiretamente o uso da informação na vida cotidiana, nem puderam prever uma zona que abraçasse o encontro acidental com a informação, definido muitas vezes como busca não ativa. Assim, os estudos sobre práticas informacionais surgem, desde sua proposta inicial, como um vale para poder semear estudos acerca dessas questões.

O modelo de Busca da Informação na Vida Cotidiana, desenvolvido por Savolainen (1995), é considerado pioneiro dentre os modelos existentes. O autor estabelece uma relação entre a busca por informação no trabalho e na vida cotidiana, compreendendo que o sujeito pode associar a

busca e o uso da informação a diversas tarefas importantes no dia a dia.

Figura 1 - Modelo de Busca da Informação na Vida Cotidiana.



Fonte: Adaptado de Savolainen (1995).

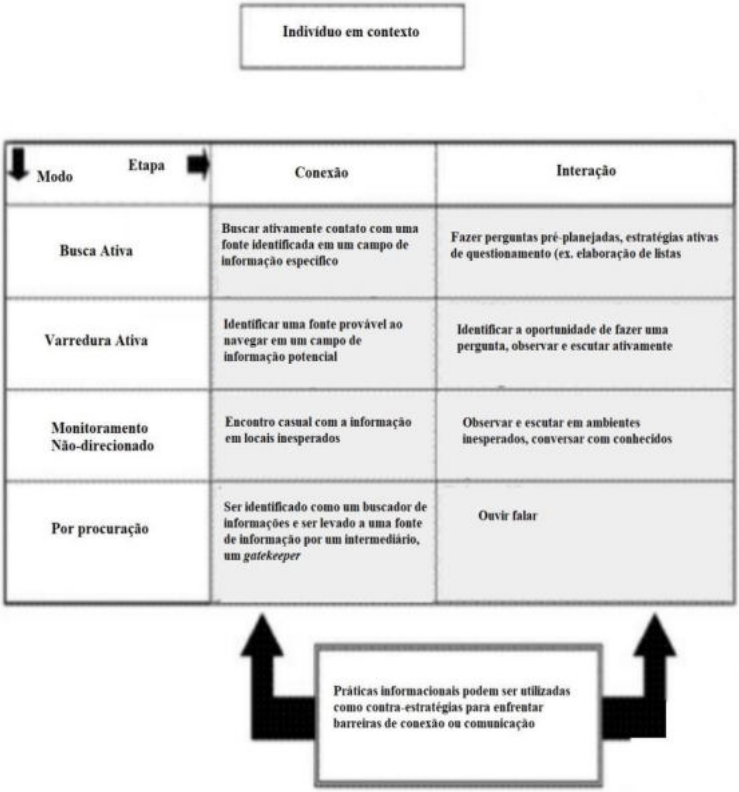
Consoante ao que se apresenta na Figura 1. Savolainen (1995) inicia seu modelo a partir de dois conceitos: o conceito de *modo de vida* – que se baseia no conceito de *habitus* de Bourdieu – para indicar as escolhas que se faz na vida diária,

possibilitando ao indivíduo manter uma lógica interna sobre atividades diária; e o conceito de *domínio da vida*, que indica como as pessoas lidam com os problemas diários. Ambos são utilizados como base para analisar questões de busca por informação fora do ambiente de trabalho (*non-work context*), aludindo também ao comportamento dos indivíduos nos processos de busca pela informação na vida cotidiana.

Em uma pesquisa realizada em duas importantes bases de dados nacionais, Rocha, Duarte e Paula (2017) identificaram outros três modelos de práticas informacionais existentes: o Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais de Pamela McKenzie; a versão estendida do modelo de Mckenzie aprimorado por Alison Yeoman; e, o Modelo de Práticas Informacionais criado por Mary Ann Harlan para estudar adolescentes criadores de conteúdos digitais, que será discutido na próxima seção do presente capítulo.

Baseando-se no conceito de vida cotidiana de Savolainen (1995), Mckenzie (2003) opta por aplicá-lo a uma situação específica, no caso, em um estudo com mulheres grávidas de gêmeos. Assim, para a construção do seu modelo, utilizou-se da literatura sobre a busca não ativa pela informação. Conforme afirma a autora, Wilson foi o primeiro teórico a postular que as pessoas encontram informação na vida cotidiana, enquanto monitoram o mundo, embora os modelos de comportamento informacional não envolvessem o fenômeno do encontro acidental com a informação

Figura 2 - Modelo Mckenzie.



Fonte: Adaptado de Mckenzie(2003).

Como pode ser visualizado na Figura 2, o modelo de Mckenzie consiste em "quatro modos de práticas informacionais, cada um dos quais podem figurar nas duas etapas de busca por informação" (MCKENZIE, 2003, p. 25, tradução nossa). Uma das principais contribuições do modelo da autora refere-se à abrangência de novas formas de busca por informação que excedem a busca ativa, tais como o monitoramento não direcionado; o encontro acidental; ou, ainda, a busca por procuração, quando a interação com a

informação é possibilitada por meio de um terceiro (MCKENZIE, 2003).

O modelo formulado por Mckenzie foi aplicado por Alison Yeoman (2010), todavia, tendo como objetivo principal testar a sua flexibilidade em outros contextos. Durante a realização da pesquisa, Yeoman (2010) considerou que o modelo era, sim, flexível, porém, destacou a ausência de uma etapa referente ao uso da informação enquanto limitação. Em decorrência disso, concebe um modelo estendido em que acrescenta a etapa de uso da informação, levantando a necessidade de ajustes essenciais "para ajudar a compreensão de uma situação, para embasar uma tomada de decisão e para transmitir aos outros" (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017, p. 49).

Por sua vez, o terceiro modelo encontrado no levantamento realizado por Rocha, Duarte e Paula (2017), que corresponde ao de Mary Ann Harlan (2012) – o qual está voltado originalmente ao estudo das ações de informação de adolescentes criadores de conteúdos digitais – será abordado numa subseção exclusiva justamente por integrar o objetivo deste capítulo.

4 MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM COMUNIDADES DIGITAIS POR MARY ANN HARLAN

Harlan (2012) aborda as práticas informacionais como a interseção entre ações e experiências de informação que os adolescentes geram, na medida em que os criadores de conteúdo começam a se inserir nas comunidades digitais, que tem como principal característica a participação. Para a autora, a criação de conteúdo sempre fez parte das atividades dos adolescentes, porém isso foi se modificando, a partir do momento em que o mundo foi se tornando mais conectado.

Seu modelo foi criado a partir da teoria fundamentada como metodologia para análise dos dados, que foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação, dentro das comunidades. A partir daí, foram, então, criadas categorias conceituais, e na medida em que a análise prosseguia, novos dados eram acrescentados às

categorias iniciais, de forma a construir um modelo de prática informacional que englobasse a produção de conteúdo dos adolescentes (HARLAN, 2014).

A autora explica que, inicialmente, dois elementos foram identificados no processo de criação de conteúdo: ações informacionais e experiências de informação. Cada um desses elementos é composto por outras categorias e é a partir da sua interseção que emergem as ações de informação (HARLAN, 2012).

Para Harlan, Bruce e Lupton (2014), as ações informacionais permitem aos sujeitos vivenciarem diferentes experiências no tocante à informação; a informação, nessa perspectiva, é tratada a partir de um elemento subjetivo, sendo construída através das ações e então corporificada. Nesse sentido, assim que as experiências de informação

> [...] ocorrem por meio da interação com informações e ações relacionadas à informação na criação e compartilhamento de conteúdo. A frase "informação como" representa as experiências de informação, corporificadas tanto pelo processo físico quanto pela interação emocional (HARLAN, 2012, p. 112-113, tradução nossa).

São identificadas, assim, cinco categorias de experiências: a informação como participação, como inspiração, como colaboração, como processo e como artefato. Já as ações informacionais são realizadas ao buscar, encontrar e utilizar as informações. Elas ocorrem em três categorias: coleta, compreensão e criação (HARLAN; BRUCE; LUPTON, 2014).

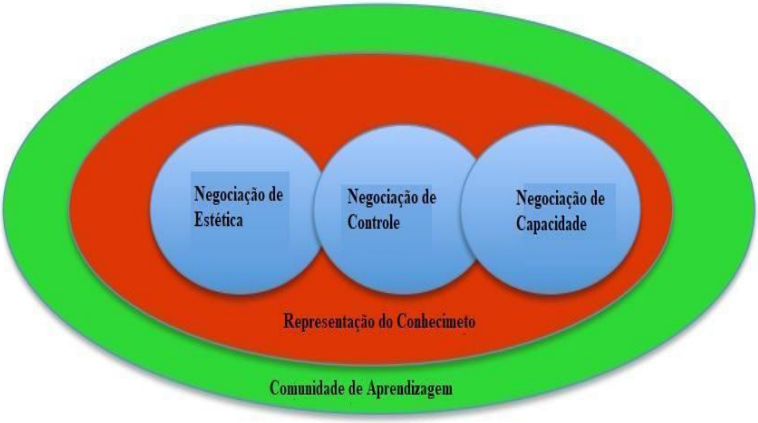
Quadro 3 – Categorias de Experiências de Informação e Ações Informacionais.

Experiências de Informação	Ações Informacionais
Informação como Participação: vivenciada como a interação social dentro de uma comunidade que expunha as normas e regras de interação.	Coleta: ocorre através das atividades de pesquisa por informação, busca direta, encontro casual.
Informação como Inspiração: vivenciada no contexto da vida cotidiana, muitas vezes acidentalmente.	Compreensão: ocorre na interação com a informação, em atividades de reflexão planejamento, etc.
Informação como Colaboração: experimentado através do compartilhamento de conhecimentos e habilidades para melhorar o desenvolvimento de conteúdo.	Criação: atividades de cópias, modelagem e adaptação de um novo conteúdo.
Informação como Processo: ocorre através da criação de conteúdo, a partir da compreensão de quais ferramentas estão disponíveis e ao domínio do uso das ferramentas.	
Informação como Artefato: refere-se ao conteúdo criado, uma representação concreta do conhecimento partilhado.	

Fonte: Adaptado de Harlan, Bruce e Lupton (2014).

No Quadro 3 estão sintetizados os conceitos das categorias de experiências de informação e das ações informacionais, que no processo de interação dentro das comunidades participativas digitais dão origem às práticas informacionais. As práticas informacionais identificadas por Harlan (2012) são: comunidade de aprendizagem, negociação da estética, negociação de controle, negociação de capacidade e representação do conhecimento. Essas práticas e as relações entre elas estão representadas na Figura 3.

Figura 3 – Práticas Informacionais



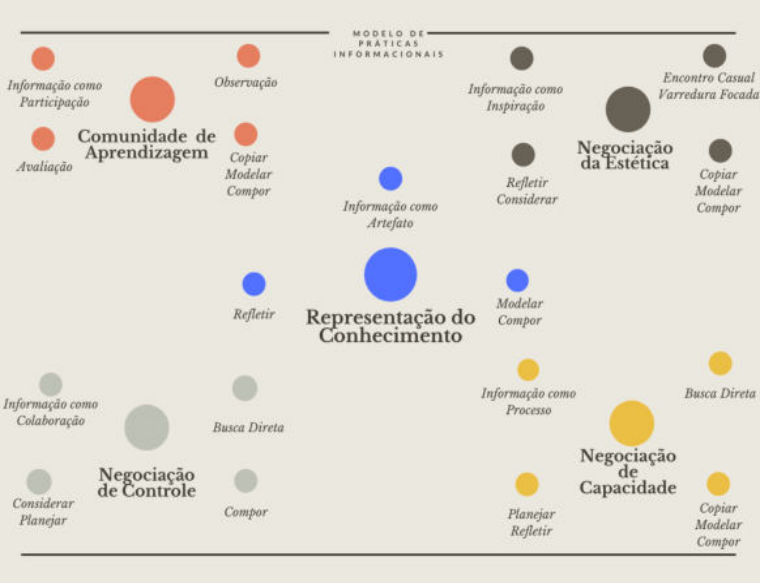
Fonte: Harlan (2012, tradução nossa).

Tomando como base a Figura 1, pode-se perceber como atuam as práticas informacionais detectadas por Harlan (2012). A Comunidade de Aprendizagem diz respeito à inserção dos indivíduos com a finalidade de aprenderem mais sobre a comunidade; nela, o indivíduo aprende e observa como a comunidade funciona, podendo avaliar se deseja se encaixar nela; as Negociações de Estética, de Controle e de Capacidade podem ocorrer de maneira simultânea e correspondem ao processo de compreensão da originalidade e o reconhecimento de valor a um conteúdo. Assim, auxilia o sujeito a conhecer o que já foi produzido pela comunidade através da interação com os outros membros, possibilitando a aplicação desse aprendizado à produção de novos conteúdos. Já a Representação do Conhecimento refere-se à assimilação dos três tipos de negociação, depreendendo, portanto, num conteúdo produzido de fato.

Na figura 4 estão esboçadas as práticas examinadas no Modelo de Harlan, com suas respectivas categorias de Experiências e Ações informacionais. Todavia, vale salientar que, apesar de na figura as práticas serem mostradas de modo

separado, elas encontram-se interligadas entre si, tendo em vista que uma depende da outra para ocorrer.

Figura 4 – Modelo de Práticas Informacionais de Harlan.



Fonte: Adaptado de Harlan, Bruce e Lupton (2014).

De acordo com o modelo disposto na Figura 2, a cada prática informacional vale enfatizar a interseção entre as ações informacionais e a experiência de informação. Subjacente a estas categorias, podem ser identificadas também subcategorias que especificam com maior acuidade o comportamento do indivíduo dentro de cada prática informacional.

A prática da comunidade da aprendizagem envolve o uso da informação enquanto instrumento de participação e ações de observação e avaliação de comportamentos dentro da comunidade, bem como do material compartilhado dentro desse ambiente. Essas avaliações podem levar a criação de outros conteúdos que podem ser inspirados pelo que se observou na comunidade, ou criados a partir da identificação

do que se espera consumir nesses espaços, estabelecendo assim um novo padrão de qualidade para o conteúdo compartilhado.

Apesar de cada uma das práticas de negociação aparecerem separadas na Figura 4, cabe reconhecer que, segundo Harlan, Bruce e Lupton (2014), elas podem se desenvolver de modo concomitante, correspondendo, portanto, a ações nas quais o indivíduo irá efetivamente planejar, modelar e produzir conteúdo.

Na prática da negociação da estética, além do uso da informação enquanto inspiração, o indivíduo se envolve em ações de coleta de informação, muitas vezes através de um encontro casual ou de uma navegação focada. A compreensão dessas informações acontece através das ações de refletir e considerar e a partir disso podem acontecer as atividades de criação como cópias e modelagens que levam ao entendimento do que o indivíduo espera do seu conteúdo, ou seja, do que será identificado no âmbito da estética.

Na prática da Negociação de Controle, o indivíduo identifica e observa o que tem sido produzido e compartilhado dentro da comunidade e por meio de interações e colaborações com outros membros. É a partir daí que se inicia o processo de pôr em prática o que do foi imaginado na negociação da estética. Para isso, o indivíduo experiencia a informação como colaboração, através de ações como busca direta por informações, composição, consideração e planejamento.

A Negociação da Capacidade é a prática que envolve a experiência da informação como processo, tem a ver com o desenvolvimento da capacidade de criação do indivíduo e as maneiras por meio das quais consegue transformar o conhecimento em algo físico, um produto, seja ele um texto ou um vídeo, por exemplo. Isso é feito por meio de práticas como cópias, composição e modelagens, que podem resultar em ação de coleta de informações ou terem sido desencadeadas por ela, envolvendo ainda atividades de planejamento e reflexão durante o processo de criação.

Por fim, a prática da Representação do Conhecimento

envolve a experiência da informação como artefato através de ações de reflexão, modelagem e composição. É, portanto, nela que o indivíduo pode apresentar o conhecimento assimilado para a comunidade na forma do conteúdo produzido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interlocuções teóricas propostas neste capítulo amparam as relações entre sujeito, informação e contexto. Os estudos sobre essas relações vêm se consolidando no campo dos estudos de usuários, através do conceito de práticas informacionais, que visa o estudo de todas as ações empreendidas pelo sujeito no tocante à informação. Mais do que tudo, a noção de práticas informacionais tem possibilitado o desenvolvimento de uma abordagem que foca em ações de informação para além do âmbito profissional e acadêmico.

Nesse sentido, práticas informacionais envolvem as atividades desenvolvidas pelo indivíduo no processo de busca, criação, uso e compartilhamento da informação, a partir de uma situação específica. Como principal contribuição à Ciência da Informação, percebe-se que o estudo das práticas informacionais fortalece o desenvolvimento de um enfoque apoiado essencialmente em aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, reconhece o caráter múltiplo da informação na vida dos indivíduos.

Os diferentes modelos existentes no campo das práticas informacionais têm em comum, por conseguinte, a tentativa de compreensão das ações de informação no tocante a vários aspectos do cotidiano dos indivíduos. O modelo debatido aqui foi concebido por Mary Ann Harlan e adotado pela autora para analisar os processos informacionais de adolescentes criadores de conteúdo ao comporem comunidades digitais. Espera-se, portanto, contribuir com este capítulo na difusão do referido modelo, que lida com um cenário cada vez mais desafiador ao campo da Ciência da Informação, especialmente no campo dos estudos de usuários.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Boudieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

COX, Andrew M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.

CARVALHO, Rafaela Pereira de. **Práticas informacionais na estruturação da cultura participativa do Fandom**: uma análise de As Crônicas de Gelo e Fogo. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo Martins Fontes, 2003.

HARLAN, Mary Ann. **Information practices of teen content creators**: the intersection of action and experiences. A grounded theory study. 2012. 231 f. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology. Queensland, Australia, 2012.

HARLAN, Mary Ann; BRUCE, Christine; LUPTON, Mandy. Creating and sharing: teens' information practices in digital communities. **Information Research**, v. 19, n. 01, p. [1-11], mar. 2014.

MCKENZIE, Pamela J. A model of information practices in accounts of everyday life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. [1-8], 1995.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of "way of life". **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the umbrella concepts of information-seeking studies. **The Library Quartely**, v. 77, n. 2, p. 109-132, abr. 2007.

TALJA, Sanna. The domain analytic approach to scholar's information practices. *In*: FISHER, Karen E.; ERDELEZ, Sanda; MCKECHNIE, Lynne. **Theories of information behavior**. 2. Ed. New Jersey: ASIS&T, 2006. p. 123-127.

TUOMINEN, Kimmo; TALJA, Sanna; SAVOLAINEN, Reijo. The social construcionist viewpoint on information practices. *In*: FISHER, Karen E.; ERDELEZ, Sanda; MCKECHNIE, Lynne. **Theories of information behavior**. New Jersey: ASIS&T, 2006. p. 328-333.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio. Modelos de práticas informacionais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan/abr. 2017.

YEOMAN, Alison. Applying McKenzie's model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. **Information Research**, Lund, v. 15, n. 4, 2010.

A FOTOGRAFIA CONECTADA E AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: UMA PERSPECTIVA DA NECESSIDADE E O USO DA IMAGEM

Claudiane Weber

Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

1 INTRODUÇÃO

A fotografia, enquanto representação e testemunho dos acontecimentos cotidianos, passou por duas transformações marcantes na sua história pregressa. Na década de 1990, temos a primeira transformação da fotografia: a sua digitalização. De objeto icônico para uma imagem fluida, resultando na primeira transição digital.

A segunda transformação é, talvez, a maior revolução que a fotografia vivenciou até o momento, certamente haverá outras, é a fotografia que nasce em conexão com as mídias sociais. Da aliança entre o *smartphone* e o acesso à internet banda larga, temos, então, uma ferramenta conectada que pode capturar e registrar um momento cotidiano qualquer, e isso permite que possamos enviar ou compartilhar essa fotografia instantaneamente com as pessoas em diferentes partes do globo, passando, então, para uma "fotografia conectada"[28].

O fato é que, "favorecida pelas ferramentas conectadas e pelas redes sociais, a segunda transformação da fotografia digital é a *do uso conversacional da imagem*." (GUNTHERT, 2014, *on-line,* tradução e grifo nosso). Compreendemos aqui "uso conversacional" (do francês, *conversationnels*) também no sentido de uso interativo, comunicativo, participativo.

As mídias digitais ou mídias sociais são comunicações *on-line* em que os sujeitos mudam de forma fluida e flexível

[28] Trouxemos esse termo e o adaptamos ao português, baseado em Gunthert, 2014. Usaremos a expressão "fotografia conectada" e "imagem conectada", como sinônimos neste texto. Este capítulo resulta de tese de doutorado e para aprofundamentos consultar Weber (2018).

entre o papel de público e de autor. E, a fotografia conectada, tornou-se uma ferramenta para a conversa. No contexto das mídias sociais, não ocorrem conversas sobre fotografias, mas conversas com fotografias.

A fotografia conectada, é uma fotografia com algo a mais, que perpassa uma reinvenção do cotidiano, marcado pela sedução e rapidez do sistema digital. Nesse sentido, há argumentos e singularidades que marcam a *práxis* fotográfica e diluem antigas divisas. A ênfase aqui recai na relação com a fotografia conectada, enquanto atividade social e partilhada, atividade essencial e partícipe da *práxis* das práticas informacionais.

Ao conceito de práticas informacionais está atrelada a necessidade de abordar a vida cotidiana, um contexto permeado por elementos diversos e da apropriação intersubjetiva da informação. As práticas estão relacionadas com o coletivo, coletivamente construído com a informação. Dito de outro modo, nesse sentido, segundo Araújo (2012, p. 149), "interação", enquanto "ação recíproca" parece emergir como o conceito-chave de uma nova abordagem para os estudos de usuários. Ou seja, a abordagem põe em relevo o fato de uma ação ser uma mútua constituição exercida por algo (sujeito), e esse algo (sujeito) estar em mútua constituição por essa ação.

Desse modo, aqui objetivamos analisar o contexto da fotografia conectada e as mídias sociais com base nas variáveis derivadas do estudo das práticas informacionais, para chegar à identificação de distintas formas de uso das imagens fotográficas.

Serão tratados em detalhes nas próximas subseções a metodologia deste estudo e os cinco pontos que perpassam as nuances mais importantes do uso da imagem fotográfica conectada no cotidiano dos indivíduos, para então, "clicar" a panorâmica final do estudo.

2 METODOLOGIA E OS ATRIBUTOS DA FOTOGRAFIA

A partir do levantamento, revisão e análise bibliográfica para esta pesquisa, e por conta da quase inexistência de estudos voltados para o uso das imagens fotográficas pela perspectiva das práticas informacionais da Ciência da Informação, houve a necessidade de desenvolver um panorama em que se desse o uso das imagens fotográficas, a fim de termos uma melhor compreensão desses usos.

Assim, para identificar e compreender o uso das imagens, foram constituídas as seguintes variáveis de análise: 1) as interações nas mídias sociais, enfatizando o que as pessoas fazem com as imagens fotográficas nas interações; 2) o lugar do contexto de uso; 3) a presença dos valores sociais de "visibilidade, reputação, popularidade e autoridade", com base na análise das redes sociais, de Recuero (2009).

As variáveis estão diretamente associadas à abordagem das práticas informacionais, tendo em vista a necessidade de abordar a vida cotidiana, um contexto permeado por elementos diversos e pela apropriação intersubjetiva da informação. Pautamo-nos na abordagem do conceito de práticas numa progressiva aproximação ao que é propriamente humano nos usuários da informação: a sua capacidade imaginativa e criadora na apropriação da informação (ARAÚJO, 2012, 2017).

Assim, nossa abordagem se dá sobre as práticas informacionais pela perspectiva da fotografia conectada, ou seja, o uso da fotografia como um processo que é contextualizado em ação ou prática, enfatizando o que as pessoas fazem com as imagens fotográficas.

Com as variáveis, conseguimos estruturar os resultados em cinco tópicos, que nos levam a individuar e compreender que a fotografia, dentro do contexto das mídias sociais, pode estar associada aos seguintes usos:

I. imagem conectada: caracterizada pela intensa prática fotográfica e o seu compartilhamento nas mídias sociais;
II. imagem híbrida e reapropriada: os memes da internet e a difusão viral;

III. imagem e autorretrato: a *selfie* e o discurso fotográfico do “eu estou lá, e é como eu sou”;
IV. imagem efêmera: “o efêmero e o perpétuo” estão na base de nossas reflexões sobre imagem e memória;
V. imagem e os valores sociais.

Esses cinco pontos perpassam as nuances mais importantes do uso da imagem fotográfica no cotidiano e serão tratados em detalhes nas próximas subseções.

3 A IMAGEM CONECTADA: UMA REINVENÇÃO DO COTIDIANO

Com a fotografia conectada, gera-se um uso interativo, participativo e comunicacional. Convergimos, para um contexto de intensa prática fotográfica e o sucessivo compartilhamento das imagens nas mídias sociais. E temos, assim, todas as premissas para o início de um processo comunicativo que, na França, foi denominado de fenômeno "*parlimage*" (junção das palavras francesas *parler* e *image* - falar e imagem- uma fusão de fala com as imagens).

O fenômeno *parlimage*, expressão que identificamos em Thu Trinh-Bouvier (2015a) para o jornal francês *Le Monde*, onde autor comenta que esse fenômeno é o discurso da foto, uma fala com imagens, em que ocorre uma mistura de imagens com a escrita.

É uma linguagem de imagem em sentido amplo, onde os sujeitos em seus *smartphones* trocam mensagens de texto cheias de sinais, os *emoticons*, que simbolizam visualmente suas emoções. Esse objeto visual híbrido é texto, é desenho, é imagem animada no formato de vídeos e *gifs* curtos, dentre outros, ou seja, um somatório de coisas que é resultado da interação do usuário[29] com a tela de toque do próprio telefone móvel.

[29] O termo usuário e sujeito - nas práticas o termo usuário está em contínuo processo de desuso, justamente, em uma contraposição que o sujeito é mais complexo do que a ideia de mero uso de algo ou sistema. Contudo, a

Esse fenômeno agora é global. Se antes os movimentos e as ações juvenis se restringiam a certos países ou a certas classes sociais, como, por exemplo, luta contra as ditaduras, movimentos de contracultura, como o movimento punk alocado mais às tribos urbanas, agora o cenário mudou. É possível que seja a primeira vez na história que estejamos observando um movimento global. O fenômeno *parlimage* é "uma linguagem com uma dimensão global, uma vez que conta com ferramentas e tecnologias disseminadas em todo o mundo" (TRINH-BOUVIER, 2015a, tradução nossa). Essa linguagem é planetária, jovens das zonas urbanas às zonas rurais, pobres ou ricas, utilizam-na. Esses sujeitos, jovens em sua maioria, e o *Smartphone*, ferramenta com a qual estão massivamente equipados, conforme Meneghetti (2013, p. 115), são denominados "juventude do *Ipod*", entrincheirados e estruturados numa logística jamais evidenciada antes, mas, de certo modo, emblematicamente imposta por um poder digital.

Por outro lado, é importante entender e dominar o mundo digital, porque é um enorme facilitador: maior é a informação, maior é a utilidade desse meio tecnológico, mas, ao mesmo tempo, representa um perigo maior caso não haja preparação adequada (MENEGHETTI, 2013, p. 110).

Esse público, de modo especial os jovens e os adolescentes, ama esse complexo mundo digital que estrutura a sociedade, portanto, o cinema, a música, as mídias sociais, a consagração da imagem etc. são um todo transversal, um ventre, que gera uma dialética infinita da qual não se consegue evadir, caso se confie plenamente na superficialidade desse poder digital.

Por fim, entendemos que o uso da imagem fotográfica, nessa subseção, caracteriza-se por um uso conversacional e interativo da imagem, em uma comunicação oficializada pelo

palavra usuário aqui é empregada para demarcar mais esse papel de uso. Logo, o sujeito não deixa de ser usuário de sistemas, mas a visão das práticas informacionais é mais ampliada, não é o mesmo dos estudos de usuários.

fenômeno *parlimage*; esse fenômeno vem gerando práticas que, por um lado, estão associadas: a) à intensa prática fotográfica e ao compartilhamento de imagens nas mídias sociais; b) aos aplicativos de mensagens instantâneas e às intensas trocas de mensagens preenchidas com *emoticons* e *emojis*.

Logo, o uso dessas imagens, que aqui preferimos denominar representações visuais, é um uso voltado a representar e realçar as emoções e os sentimentos humanos no interior das mensagens interativas de texto ou associados às imagens fotográficas. Possuem um intrínseco relacionamento com os memes da Internet, assunto em discussão, no próximo subtópico, sobre a imagem híbrida.

4 A IMAGEM HÍBRIDA E REAPROPRIADA

A questão principal, nesta subseção, é entender o uso da imagem híbrida, resultado da sobreposição de fotografias; uma mescla visual de fotografias, ilustrações, texto etc. reapropriada por ferramentas de retoque.

Esse é um fenômeno importante e, acreditamos, ser a assinatura das mídias sociais: a reapropriação da imagem por meio de colagens e a sua difusão no meio digital, tirando-a do seu contexto e relevância. São conhecidos como *memes da internet* e *mashups visuais*. São uma combinação ou mescla visual de múltiplas fontes, são transformações de conteúdos e imagens geralmente sem relação com as partes originárias, e geram uma obra derivada.

Fernanda Desastre (2015), assim os distingue*:* um viral, como o próprio nome diz, é basicamente aquilo que se espalha rapidamente e alcança um grande número de pessoas; o *meme* pode ser visto como algo que, além de se espalhar, ganha versões e tem o seu significado alterado, reapropriado pelos sujeitos.

Os virais, termo relacionado à palavra vírus, de doença, é um contágio e consequente alastramento de conteúdo imagético quase que inconsciente pelos sujeitos. Também são criados e utilizados pelo *marketing* digital (marketing viral) para divulgar e propagar uma marca e ou serviço.

Para Guadagno, Rempala, Murphy e Okdie (2013), um meme está relacionado ao papel da resposta emocional. O conteúdo que gera respostas afetivas mais fortes tem implicações para o contágio emocional e para a influência social e poderá se espalhar como um viral.

Uma forma particular de contágio, o contágio emocional, envolve a convergência do estado emocional de uma pessoa com os estados emocionais daqueles com quem se está observando ou interagindo. No uso de imagens de memes da Internet, as pessoas experimentam emoções e, ao compartilhar ou encaminhar esse meme, elas antecipam que o receptor terá emoções semelhantes (GUADAGNO; REMPALA; MURPHY; OKDIE, 2013).

Um outro fator, segundo Guadagno, Rempala, Murphy e Okdie (2013), que pode contribuir para a proliferação de memes da Internet, é a validação social. A validação social é a tendência dos sujeitos de olhar para os outros a fim de verem o que os outros estão fazendo e, assim, determinar se um comportamento é válido, normativo e apropriado (CIALDINI, 2009 *apud* GUADAGNO, REMPALA; MURPHY; OKDIE, 2013).

As imagens expostas nas mídias digitais tendem a seguir o modelo de felicidade que domina o cenário contemporâneo. Ainda que a felicidade seja algo subjetivo para cada sujeito, o julgamento do outro se torna balizador para determinar se aprova ou não o que é mostrado como felicidade. Ou seja, o contágio emocional e a validação social podem estimular e influenciar respostas comportamentais desejadas para uma determinada massa de pessoas.

Portanto, o uso da imagem reapropriada, como meme da Internet, está associado ao papel da resposta emocional, cujo conteúdo gera respostas com implicações de contágio emocional e influência social.

Na próxima subseção, abordaremos uma maneira de expressão, o autorretrato, que se popularizou com o termo neologista *selfie*, que se tornou popular quando os usuários da internet começaram a postar nas mídias sociais. A ênfase está no uso da imagem enquanto autorretrato.

5 O AUTORRETRATO - A *SELF* (ie) [30]

O autorretrato - a *selfie*- embora já presente em outras épocas, é uma prática fotográfica contemporânea de expressão muito representativa, impulsionada com a fotografia conectada. O ato de tirar fotos de si mesmo é um fenômeno que se instalou permanentemente. A raiz do termo inglês *self* está também associado ao "*eu*", conexo à personalidade e aos sentimentos do sujeito, cuja aproximação não é casual.

A *selfie* não é um modismo, "o fenômeno é global e total". Tudo é bom motivo para uma *selfie*. "A *selfie* penetrou em todas as esferas da sociedade: privada, pública, profissional, popular, econômica e política", afirma a autora Escande-Gauquié (2015, *on-line*, tradução nossa). Essa afirmação nos deixa meio perplexos e até incomodados ao tentarmos imaginar que essa atividade de "socialização global" possa ser um fenômeno e também uma forma de massificação, de *memetização* global.

A linha de raciocínio da autora é pontual e assertiva, quando afirma que registrar o momento já não é suficiente, a imagem deve responder à lógica de "**eu estou lá**". Essa pequena vantagem faz toda a diferença, não é mais importante capturar o momento. Se, na fotografia tradicional, o clichê parecia dizer "**foi, como eu vi**"*,* com a *selfie*, a fotografia dá lugar a um novo discurso, "**isto é, como eu sou**" (ESCANDE-GAUQUIÉ, 2015, *on-line*, tradução e grifo nosso). Em resumo, entendemos que é o discurso fotográfico do "**eu estou lá, e é como eu sou**".

Interpretamos que a lógica do "eu estou lá" e "isto é, como eu sou" revela um narcisismo representado pelo uso de fotografias para expor a própria imagem. E, consequentemente, expõe uma busca pelo elogio e o olhar do outro para ser admirado e reconhecido. O autorretrato associado à familiaridade com as mídias sociais faz com que os sujeitos o usem como uma extensão de si mesmos.

[30] *Self* ou *si mesmo* na psicologia junguiana. O vocábulo *selfie* é um neologismo com origem no termo *self-portrait*, que significa autorretrato.

As pessoas atuam, constroem e descontroem seus corpos através de representações em imagens a cada clique do *smartphone* ou câmera digital. O resultado é a transformação na relação do próprio eu para com o outro e do outro para com o próprio eu.

À *selfie*, segundo Escande-Gauquié (2015), vem atrelada a uma necessidade: a obrigatoriedade de compartilhar a imagem com o público. A necessidade de provocar o *like*, a ligação (o link), o comentário, a conversa, a troca, pois uma *selfie* não verificada a torna inexistente.

O uso da imagem fotográfica com a *selfie* está relacionado a uma identidade que é construída em uma virtualidade digital, onde o sujeito, apesar da multiplicação de trocas com outras pessoas nas mídias sociais, gira sobre si mesmo. Na sociedade das telas, continuando a reflexão com base em Escande-Gauquié, o ´eu´ sempre procura um olhar cuja *selfie* é o modelo ideal, pois permite olhar e ser observado.

O quadro social contemporâneo gratifica essa encenação de si mesmo e a recompensa constantemente pelo sistema de *likes*. Essa lógica da exposição tem uma especificidade, ela opera de acordo com uma modalidade do olhar que é realmente nova: "eu olho para mim, eu olho para você e eu olho para você me olhar." (ESCANDE-GAUQUIÉ, 2015, *on-line*) Esse modo é específico para a *selfie*.

6 A IMAGEM EFÊMERA: OS APLICATIVOS DE FOTOS INSTANTÂNEAS

"Efêmero e o perpétuo", como destaca Kossoy (2014), estão na base de nossas reflexões sobre imagem e memória. As imagens agora são efêmeras, são apagadas, não deixam rastro histórico, são caracterizadas pelo modo de expressão espontâneo e massivo, onde se contam estórias através de uma sucessão de imagens.

Independentemente de onde estivermos, os dispositivos nos permitem estar praticamente sempre *on-line*. Isso é algo ainda tão recente que, até uma década atrás, os

debates se tratavam apenas entre os limites da vida *on-line* e *off-line*.

Nas mídias sociais, como o *Facebook*, o *Instagram*, os sujeitos buscam retratar em seus perfis situações do cotidiano que consideram importantes, especialmente por meio da fotografia.

A fotografia que é editada e compartilhada no aplicativo consegue agregar imagem e comunicação, permitindo que o sujeito reforce a imagem que constrói de si para o mundo.

Observa-se que a fotografia efêmera modifica profundamente o uso da imagem, algo que dura um instante, um registro sem memória e sem história. A imagem produzida, a partir dessa fase, modifica os resultados e os formatos de apreensão da realidade.

Assim, podemos concluir que os usos das imagens – mesmo efêmeras - permitiram reconstrução dos padrões imagéticos, isto é, um uso caracterizado pela interação em que se funde o papel de produtor e de usuário da imagem.

7 A IMAGEM E OS VALORES SOCIAIS

Em face do que vimos até aqui sobre os usos das imagens em mídias digitais, queremos destacar duas perspectivas que podem ser alinhadas ao contexto do aplicativo de imagens *Instagram*. A primeira perspectiva refere-se ao fato de o aplicativo ter se estruturado como uma rede social, pelo círculo de sujeitos que interagem entre si. E, então, a partir das imagens compartilhadas pelos usuários em seus perfis, forma-se a segunda perspectiva, relacionada aos valores sociais que surgem da forma como são organizadas as relações e as interações nesse contexto digital, ou seja, a interação entre os sujeitos e o valor social que resulta dessas interações, observadas nas práticas informacionais.

Para uma compreensão mais efetiva desta análise, recorremos aos estudos sobre as “redes sociais”, de Raquel Recuero. “Em termos gerais, as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores”, explica Recuero (2009, p. 30). Portanto, uma rede social não é

necessariamente digital. A autora propõe os valores sociais de: visibilidade, popularidade, autoridade e reputação.

Comparamos estes valores com a mídia social *Instagram*. A **visibilidade,** nas mídias sociais, é um valor resultante do compartilhamento de fotografias e vídeos curtos, é possível, além de editar e compartilhar as imagens, distribuir estas fotos em outras redes sociais, potencializando, assim, a visibilidade do usuário. O segundo valor está relacionado à audiência, a **popularidade**: no *Instagram*, é possível detectá-la a partir do número de curtidas que a imagem do usuário recebe por meio de outros usuários. A **autoridade**, terceiro valor, evidencia-se pela quantidade de seguidores que os sujeitos possuem. Por fim, a **reputação** configura-se pela junção dos demais valores, está relacionada às impressões que as pessoas têm das outras, isto é, uma percepção qualitativa, relacionada a outros valores agregados. Dessa forma, podemos ressaltar que as práticas informacionais, de alguma forma, são componentes ligados ao reconhecimento de um sujeito pelo outro.

Juntamente com as comodidades eletrônicas, vêm associadas outras formas de expressão que, para alguns especialistas, já pode ser considerada uma nova linguagem. E é essa a discussão do próximo tópico.

8 UM CONTEXTO COM UMA CONVERSA APARENTE

Diante das cinco principais práticas informacionais que identificamos com os usos da fotografia conectada, algumas das consequências que a realidade digital determina com o uso das imagens está levando os sujeitos, a serem agrupados num contexto digital que não é propriamente humano. Uma dessas consequências, segundo Godart (2016), é um contexto contemporâneo em que atingimos a universalidade de uma linguagem.

Essa linguagem, portanto, consiste em capturar imagens e torná-las uma fala, imagens que substituem palavras, frases e histórias. “Uma linguagem cujo conteúdo, difuso, é tão aleatório [fortuito], confuso - ao mesmo tempo simples e inflexível nesta simplicidade, - que não permite mais

estabelecer intercâmbios aprofundados que, aliás, não é seu objetivo." A imagem conversacional, conectada, oferece uma ´conversa´ apenas em aparência. "A etimologia latina de conversa, *conversatio*, refere-se à ´companhia´, mas, nessas imagens, não existe uma reunião que possibilite a companhia: o outro não tem cheiro, nem gosto" (GODART, 2016, p. 40, tradução nossa).

No mundo contemporâneo, a conversa já não permite trocas reais, no sentido socrático do diálogo. Certamente, um discurso impaciente e imediatista. Para Trinh-Bouvier, essa tendência traz o discurso da foto numa linguagem semiescrita, semifalada, em que não há vestígios de nossas palavras, exceto na memória subjetiva de cada um dos protagonistas (o remetente e o receptor). Nos discursos efêmeros, não há tempo nem lugar para expressar palavras ou contar histórias. "O discurso da foto é parte de um curto período de tempo, impaciente," sublinha Trinh-Bouvier. Para chegar aos seus interlocutores com maior rapidez, os jovens procuram modos de comunicação rápidos e simples "a imagem tornou-se tão urgente que seu conteúdo permanece secundário" (TRINH-BOUVIER, 2015 *apud* GODART, 2016, p.40, tradução e grifo nosso).

E, diante de tais práticas em relação ao uso de imagens no cotidiano, gostaríamos, ainda, de dar ênfase a*o social.* Para Huynh-Mai e Peretou *(2017, on-line*), as razões para o sucesso de uma imagem compartilhada não são realmente estéticas, mas sociais. Por conseguinte, os aplicativos de imagem tornaram-se um modo de expressão espontâneo, natural e maciço que estrutura a relação do sujeito com o mundo.

Nesse cenário, a economia das imagens se concentra na autogestão dos usuários, e não somente na guarda, organização e promoção do acesso, como faziam as bibliotecas e demais instituições anteriormente. Criaram-se mecanismos e bens culturais inéditos, calcados em novos modos de relacionamentos entre os sujeitos.

Neste contexto, as imagens do cotidiano assumem uma posição de destaque social sem precedentes. A igualdade e a reciprocidade da interação instituíram a conversação no

modelo de produção cultural. Dessa forma, a difusão viral estabeleceu a apropriação como a principal condição das circulações culturais.

9 REFLEXÕES FINAIS

As práticas informacionais dentro deste contexto do uso da fotográfica conectada podem ser relativas aos clássicos processos de formulação de necessidades, comportamentos de busca, procura e uso de informação. No entanto, vão além, pois as pessoas usam a fotografia conectada também por curiosidade, entretenimento, por ligação afetiva, expressar emoções, só para citar alguns. Ou seja, a interação entre os sujeitos e o valor social que resulta dessas interações são questões primordiais.

A razão está no fato de que as mídias sociais estão no cotidiano da grande maioria das pessoas, e as atividades que elas exercem no interior desse contexto fornecem um volume e uma variedade crescente de matéria-prima para as pesquisas sobre os usos. Poderíamos, então, pensar em "práticas visuais", como sugestão de estudos futuros.

Em suma e à guisa de conclusões deste capítulo, entendemos que o uso da fotografia conectada pela perspectiva das práticas informacionais, presente nas atividades cotidianas, indica que estamos entrando para uma nova cultura de interpretação, conversação e apropriação da imagem. Mas do que se trata, afinal? Não se trata somente do uso da fotografia conectada, mas aprendemos um novo idioma, o da fotografia e seus usos em contexto. Um novo cotidiano, investido de intensa prática fotográfica, uma câmera universal, onde o sujeito não existe sem a opinião do outro, mergulhado em um dilúvio de imagens que o conduz ou o arrasta para uma mudança de mundo, onde a fotografia fixa coisas, isto é, movemo-nos para um mundo onde as imagens mudam de forma constante e fluida. Fotografias efêmeras, acompanhadas da intencionalidade e da necessidade de provocar a interação, a curtida – o *like*, uma

busca inaudível pelo olhar do outro para ser reconhecido, admirado, consumido, quiçá amado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são "Práticas Informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017.

DESASTRE, Fernanda. **Difusão e reapropriação:** comentários sobre a diferença entre memes e virais. [s.l.], 2015. Disponível em: http://www.museudememes.com.br/difusao-e-reapropriacao-comentarios-sobre-a-diferenca-entre-memes-e-virais/. Acesso em: 19 fev. 2018.

ESCANDE-GAUQUIÉ, Pauline. **Tous Selfie**. [09.2015]. Entrevistada por Yasmina Jaafar. La Ruche Média [França?] Disponível em http://www.laruchemedia.com/2015/09/itw-selfie-la-ruche-media-tous-selfie-la-semiologue-pauline-escande-gauquie-nous-explique-cette-tendance-du-soi-partout-tout-le-temps/. Acesso em: 20 jan. 2018.

GODART, Elsa. Éphémères Images. **L'école des parentes**, n. 620, v. 3, p. 39-41, 2016.

GUADAGNO, Rosanna E.; REMPALA, Daniel M.; MURPHY, Shannon; OKDIE, Bradley M. What makes a video go viral? An analysis of emotional contagion and Internet memes. **Computers in Human Behavior**, v. 29, n.6, p. 2312-2319, 2013.

GUNTHERT, André. L'image conversationnelle. **Études photographiques**, v.31, 2014.

HUYNH-MAI, Nam-anh; PERETOU, Charlotte. **Snapchat et Instagram***:* outils de communication et de reconnaissance sociale pour les adolescents?. [s.l.], 2017. Disponível em: https://lesmondesnumeriques.wordpress.com/2017/02/13/snapchat-et-instagram-outils-de-communication-et-de-reconnaissance-sociale-pour-les-adolescents/. Acesso em: 17 jan. 2018.

KOSSOY, Boris. **O paradigma da fotografia**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em http://boriskossoy.com/wp-content/uploads/2014/11/paradigma_pt.pdf. Acesso em: 13 fev. 2018.

MENEGHETTI, Antonio. **Os Jovens e a Ética Ôntica**. São João do Polêsine: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Rio Grande do Sul: Sulina, 2009.

TRINH-BOUVIER, Thu. L'image, nouveau langage des ados. [05.03.2015a] Entrevistado por Pascale Krémer. **Le monde**, França, 2015. Disponível em: http://www.lemonde.fr/m-amour-consequences/article/2015/03/05/l-image-nouveau-langage-des-ados_4588247_4497959.html Acesso em: 15 jan. 2018.

WEBER, Claudiane. **Imagens Fotográficas e Seus Usos**: Aproximações da Ontopsicologia com a Ciência da Informação. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CAMPO SOCIAL, *HABITUS* E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO ESTUDO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE TRANSEXUAIS

Flávia Virgínia Melo Pinto

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, objetivamos refletir sobre a incorporação de conceitos elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu na concepção teórico-metodológica de pesquisas sobre práticas informacionais de pessoas transexuais, relacionadas às demandas consequentes dos conflitos vividos por esta população com o gênero designado no nascimento.

Em meados da década de 1990, Frohmann (1995, p. 21, tradução nossa), influenciado pelas suas leituras de Michel Foucault, afirmou a urgência dos estudos sobre políticas de informação captarem a maneira como o poder agia "nas relações sociais mediadas pela informação"[31], como determinados grupos mantinham sua hegemonia e "como específicas formas de dominação – especialmente as de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação"[32]. Para chegarmos à essência dos fenômenos informacionais, o pesquisador não poderia mais se limitar às questões instrumentais da produção, organização, acesso e disseminação de informações como se fossem processos neutros.

Nesse contexto, alguns pesquisadores passaram a usar o conceito "práticas informacionais", incorporando perspectivas teórico-metodológicas das Ciências Sociais. Devido às variadas formas de estudos que foram denominados como práticas informacionais, Savolainen (2007) acabou por defini-lo como um conceito guarda-chuva.

---

[31] *"[...] the social realations mediated by information [...]".*

[32] *"[...] and how specific forms of dominance especially those of race, class, sex and gender are implicated in the exercise of power over information."*

Esses estudos se voltaram para sujeitos e relações sociais complexas que não eram abordados até então (ARAÚJO, 2017).

Dentre as abordagens adotadas, está a teoria praxiológica de Bourdieu que, de acordo com Nunes e Carneiro (2018), oferece elementos teórico-metodológicos que auxiliam na superação das limitações dos estudos tradicionais e cognitivistas. As práticas informacionais dos sujeitos acontecem numa perspectiva ampla, sendo determinadas pelas estruturas sociais e, ao mesmo tempo, pelas motivações, visões de mundo e gostos pessoais. Assim, as pesquisas deveriam considerar o cotidiano, o contexto social e suas contradições. A informação não pode ser considerada um elemento atomizado, fruto apenas da consciência humana. Os processos de produção, disponibilização e compartilhamento da informação estão ligados às maneiras como os recursos estruturais como propriedade, capacidade de tomada de decisão e capacidade de definição de valor são distribuídos.

Para desenvolvermos estudos que abranjam os fatores acima, precisamos de uma ferramenta teórico-metodológica que conceba a inter-relação entre estrutura e agência. "Agência" é a capacidade de ação independente e livre dos indivíduos. A "estrutura" é o conjunto dos arranjos padronizados e recorrentes que podem influenciar ou limitar as escolhas e oportunidades dos indivíduos. Bourdieu (1983) apontou a importância de se compreender a dialética entre a agência e a estrutura social, a partir da articulação dos conceitos *habitus*, capital (econômico, cultural e simbólico) e campo social.

Araújo (2017, p. 220) aponta que essa é a “ideia básica que fundamenta o conceito de ‘práticas’ presente na expressão ‘práticas informacionais’”.

> É nesse sentido que estudar as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os

> significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO, 2017, p. 221).

Assim, o cientista da informação tem na teoria praxiológica conceitos que podem ser usados para se compreender a relação entre as práticas informacionais, que são rotineiras e subjetivas, e o contexto histórico-social em que ocorrem, superando uma compreensão meramente fenomenológica desse processo.

2 A ASSIMILAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA CONFORMAÇÃO DO *HABITUS* DE GÊNERO

As informações que influenciam a nossa forma de ver o mundo são gestadas em comunidade sob um modelamento social garantido pela família, a escola, a religião, os meios de comunicação, o sistema jurídico e os governos. Trata-se de mecanismos de validação de informações sobre nossos corpos e comportamentos conforme as relações sociais estabelecidas num dado período histórico. Essas relações sociais são a forma como os indivíduos se organizam em sociedade, como estabelecem relações de trabalho e desenvolvem os elementos da cultura.

No entanto, os sujeitos não assimilam passivamente essas informações. Eles reproduzem concepções e modos de vida, mas também os questionam e os transformam. Para Vigotski (2007), o sujeito produz sentido e significado na sua relação com o mundo. Ele não recebe passivamente

informações, mas constrói novos conhecimentos a partir da relação entre as suas experiências consolidadas e uma nova situação, ressignificando e edificando novos sentidos. Ao relacionarmos essa concepção processual do sujeito com a teoria bourdieusiana, podemos apontar a limitação estabelecida pelo *habitus* nesse processo.

Bourdieu (1983, 2002) estudou as relações de disputa entre dominadores e dominados numa perspectiva material e simbólica, das marcas que essas disputas deixam na subjetividade, conformando as ações delas frente às situações do cotidiano. Em sua compreensão sobre a sociedade, o antagonismo entre as classes ou grupos sociais e as disputas entre os indivíduos determinam a distribuição de recursos para o confronto num determinado campo social.

Para Bourdieu (1983), as pessoas seguem a lógica da prática, sem reflexão, a partir das disposições criadas ao longo da vida. "Disposição" é uma expressão chave usada por Bourdieu (1977, 1983) que propõe a ideia de estrutura e propensão ou inclinação a agir de determinada maneira. O agente realiza suas ações ou faz suas escolhas a partir da dialética entre a situação vivida e o seu *habitus*, o conjunto de ideias, gostos, maneiras de perceber o mundo. Esses sistemas são assimilados ao longo da vida por meio do acesso ao capital material (acesso a bens materiais), capital social (rede de contatos que possibilitam ou não acesso aos capitais simbólicos) e capital cultural (capacitação, recursos intelectivos adquiridos por meio da educação formal ou da vivência).

O *habitus* é uma "estrutura estruturada" resultante das experiências específicas de classe ou extrato social, durante a socialização (BOURDIEU, 1983). Quando nascemos, estamos imersos em relações que não pudemos escolher, no mundo da nossa família. A partir daí, passamos a ordenar internamente o mundo exterior por meio da linguagem oral, construindo o mundo próprio. A realidade objetiva que conhecemos nos é apresentada conforme nossa localização na estrutura social e as idiossincrasias de cada significativo que nos é repassado pelos nossos familiares. Trata-se de um processo cognitivo,

porque aprendemos a nomear tudo o que nos rodeia e a fazer relações; e emocional, porque interiorizamos emoções relativas às experiências que nos são demonstradas como boas, alegres ou ruins, tristes etc. Esse mundo acaba nos parecendo como o único possível, sólido e sem dúvidas.

Durante a socialização secundária, as informações desse mundo se chocam com as informações disseminadas por outras instituições como a escola. Nesse momento, várias crenças podem ser colocadas em xeque pelo processo de escolarização, que é pautado pelo conhecimento produzido pela ciência. Por outro lado, a escola também é responsável pela manutenção de certas tradições, dentre elas, podemos citar um *habitus* específico que diferencie homens e mulheres.

É por meio desses processos que internalizamos a "informação acumulada" por gerações sobre hábitos culturais (BOURDIEU; PASSERON, 2008), dentre esses hábitos, apreendemos as normas de gênero. A inteligibilidade dos corpos se constrói na somatização das noções binárias de masculino e feminino, conforme se dá em nossa sociedade (BOURDIEU, 2002). É o que Judith Butler (2003) chama de performance de gênero.

> As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os 'gêneros' como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2002, p. 3-4).

A incorporação, pelos indivíduos, de explicações e termos que naturalizam privilégios e tratamentos de exceção

constituem o que Bourdieu (2002) denominou de "violência simbólica". As pessoas não são subjugadas somente pela força física, mas, também, pela incorporação de ideias, gostos, disposições que compõem a formação do *habitus*.

> Em sua forma inicial, a 'violência simbólica' é uma violência oculta, que opera prioritariamente na e pela linguagem e, mais geralmente, na e pela representação, pressupondo o irreconhecimento da violência que a engendrou e o reconhecimento dos princípios em nome dos quais é exercida. Ela impõe uma tripla arbitrariedade (a do poder imposto, a da cultura inculcada e a do modo de imposição), violência disfarçada, ela se exerce não só pela linguagem, mas também pelos gestos e pelas coisas; auxiliar das relações de força, ela adiciona a própria força a essas relações. Desse ponto de vista, o reconhecimento atribuído pelos dominados aos dominantes é duplo: reconhecimento da pertinência das justificativas 'religiosas', 'naturais', 'eruditas' etc., a respeito dessa dominação; e reconhecimento suscitado pelas 'vantagens' ou pelos 'benefícios secundários' que ela lhes concede. (MAUGER, 2017, p. 360).

Bourdieu (1983) estava preocupado em compreender como os indivíduos incorporam a estrutura social e por que o poder e a ordem social são mantidos por gerações. A formação do *habitus* está sujeita aos elementos que constituem essa ordem social. Nesse processo, há uma disputa "em torno do controle da determinação dos conteúdos informacionais que serão disseminados" (ALVES; BRASILEIRO, 2017, p. 169), uma vez que a informação é um fenômeno indissociável dos contextos, normas, situações e ações das pessoas. Os aparatos informacionais auxiliam na

partilha de códigos de convivência e maneiras de entender o mundo, dentre elas, o conhecimento gerado pelo sistema sexo/gênero.

Pelo fato do *habitus* estar profundamente enraizado, Bourdieu compreendia que as mudanças sociais dependeriam de fissuras entre a estrutura social e esse *habitus*. As diferenças entre classes e grupos sociais são ofuscadas pelas categorias de distinção, por meio de um universo simbólico que é apreendido pelas pessoas, que mistificam a realidade social, sendo muito difícil para elas refletirem sobre essas estruturas que são incorporadas, somatizadas (BURAWOY, 2010), o que faz parte da violência simbólica. Nesse processo, há a produção de um arcabouço de informações que são internalizadas, constituindo um acervo acionado pelo indivíduo durante suas práticas.

Por outro lado, Bento (2006) demonstra que há um espaço do desvio em relação ao *habitus*, ligado às disposições individuais, que são as possibilidades de os indivíduos exercerem suas escolhas e questionamentos.

> *Habitus* é a matriz, mas há também os sistemas de disposições individuais, adquiridos por constantes reestruturações ou ajustamentos, variando de acordo com as situações. O grau de desvio que o indivíduo porta em relação à matriz varia. **É no espaço do 'desvio' que se localizam as subjetividades**. As ações dos indivíduos podem assumir o caráter de ações coordenadas, ainda que não totalmente, pois resultam do encontro de diferentes *habitus*, sendo este o princípio da socialização (BENTO, 2006, p. 98).

Nesse sentido, a visibilidade da transexualidade ampliou o debate sobre a possibilidade de várias feminilidades ou masculinidades, desvinculadas da anatomia dos corpos. Desse embate, surgem demandas informacionais pelas pessoas que vivenciam o conflito com o gênero

designado no nascimento que culminam no desenvolvimento de um aparato informacional que questiona o saber médico, jurídico e as tradições que formam o *habitus* de gênero.

3 CAMPO DE GÊNERO COMO UMA ARENA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por uma grande diferenciação social das atividades, o que se reflete na maneira como as pessoas se organizam e no espaço que ocupam. As relações no campo econômico não são pautadas pelas mesmas regras que as relações estabelecidas nos campos artístico ou científico, mesmo que, em algum momento, haja algum cruzamento entre esses campos. A partir de concepções desenvolvidas, em especial, por Weber e Durkheim, Bourdieu construiu o conceito de campo para auxiliar nos estudos sociológicos num nível microcentrado. Assim, o campo é um "microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social global (nacional ou, mais raramente, internacional)" (LAHIRE, 2017, p. 65).

O campo é um espaço estruturado, ao longo do tempo, por regras, no qual as pessoas, munidas com seus capitais materiais e simbólicos, estão em disputa, exercendo práticas de acordo com estratégias (de conservação ou de subversão) que só podem ser compreendidas, pelo pesquisador, ao se considerar os posicionamentos desses agentes. A posição de cada indivíduo é o resultado da interação entre o seu *habitus* e o lugar ocupado por ele no campo. Assim, os campos se constituem em "[...] arenas de atividade humana que são definidas por metas, regras e capitais específicos, dando suporte a diferentes territórios de competição e luta social" (BURAWOY, 2010, p. 67).

A definição de gênero como campo social foi retirada de Bento (2006). Nesse campo, se situam os indivíduos que representam as instituições (família, escola, medicina, Igreja, o sistema jurídico) com suas ideologias ou justificativas que naturalizam comportamentos ideais a partir das constituições

anatômicas dos corpos, definidos como masculino ou feminino e colocados como se fossem opostos.

Numa posição de heterodoxia, estão as pessoas cujas práticas questionam as posições hegemônicas, como o movimento feminista, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais

Concomitante ao desenvolvimento do capitalismo, e de sua ordem burguesa, o sexo passou a ser administrado por diversas disciplinas científicas a partir do século XVIII. A questão populacional passou a ser avaliada por meio das variáveis: natalidade, mortalidade, expectativa de vida, alimentação, saúde e moradia (FOUCAULT, 1988). Vemos que Foucault elencou elementos que passaram a ser de domínio da saúde pública, por meio de levantamentos sociodemográficos, e de estabelecimento de políticas de governo para o combate de doenças e promoção da saúde.

Nesse contexto, a medicina, a psiquiatria, a justiça e a pedagogia foram disciplinas que se debruçaram sobre o sexo. Passaram a difundir discursos científicos sobre o que se deve fazer, falar ou silenciar.

As explicações biológicas delimitaram as diferenças entre a masculinidade e a feminilidade a partir das verificações científicas. Com o desenvolvimento da medicina e o conhecimento maior da anatomia dos corpos, houve a busca das diferenças entre os corpos feminino e masculino, com a definição de dois sexos opostos e a busca de evidências que corroborassem com essa teoria. Essa releitura do corpo é inerente às mudanças sociais e políticas, ocorridas desde o século XVIII. Não como consequência, mas como parte da construção de uma nova ordem social (FOUCAULT, 1988; LAQUEUR, 2001).

Se, por um lado, houve descobertas importantes tais como a previsão do período fértil e o desenvolvimento de anticoncepcionais, por outro, houve a transformação da "sexualidade biológica em produtos de atividade humana", conforme defendido por Gayle Rubin em 1975 (LAQUEUR, 2001, p. 23). "Algumas diferenças de sexo na pesquisa biológica e sociológica acabam se tornando diferenças de

gênero" (LAQUEUR, 2001, p. 24), isto é, as descobertas sobre as variações do corpo humano acabaram sendo usadas para justificar as diferenças entre os gêneros que são construídas nas relações sociais.

> Da espessura da pele ao tamanho do crânio, da estrutura psíquica aos complexos, tudo é diferença. A refinada engenharia da diferença sexual esquadrinhou os corpos com o objetivo de provar que não há nada em comum entre o feminino e o masculino (BENTO, 2008, p. 29).

Bourdieu (2002) apontou que a naturalização das diferenças de gênero, que acaba favorecendo a dominação masculina, não está circunscrita à elaboração de ideologias e discursos sobre os gêneros/sexos. Trata-se de uma estrutura de pensamento que norteia as visões sobre feminilidade e masculinidade compartilhadas em todos os âmbitos da vida em sociedade. A maneira como se delineou essa percepção dos gêneros se deu a partir do desenvolvimento de esquemas conscientes e inconscientes de percepção, visão e atuação no mundo que favorecem a dominação de um papel masculino. Não se trata apenas de um embate.

A dominação masculina se desdobra em violência física como também, e antes de tudo, em violência simbólica, pulverizada nos discursos, conhecimentos que transmitem informações que recebemos ao longo da vida e que justificam as diferenças entre os sexos, naturalizando papéis masculino e feminino ligados a uma determinada anatomia também definida socialmente como masculina ou feminina. "A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, em todo mundo social, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação" (BOURDIEU, 2002, p. 8).

Nesse contexto, as pessoas transexuais, que são aquelas cujas identidades de gênero não estão em

conformidade com o gênero designado no nascimento, questionam as regras estabelecidas pelo sistema sexo/gênero, se apropriam, produzem e compartilham informações que desestabilizam esse sistema.

Quando nascemos, nossa existência civil está ligada à identificação do sexo na Certidão de Nascimento que é feita a partir da nossa constituição anatômica. Essa determinação cria expectativas de comportamentos ligados ao *habitus* de gênero feminino ou masculino. As pessoas que entram em conflito com essas expectativas demonstram dúvidas sobre o entendimento do próprio corpo e da sua maneira de ser (RIGHETTO, 2018; SILVA, 2019; PINTO, 2020). Transexual foi um termo designado para definir pessoas cujas maneiras de estarem no mundo não se enquadram nas expectativas sociais para os corpos-homens e corpos-mulheres e que buscam nas transformações corporais e/ou nas maneiras de se vestir, de se maquiar uma imagem com a qual se identificam.

A medicina normatizou o uso desse termo no século XX para o diagnóstico que estabelecia um roteiro de atuação do médico para a "adequação" do corpo à percepção do indivíduo (BENTO, 2006). Ao se padronizar feminilidades e masculinidades, se mantém a produção e disseminação de informações sobre a questão de gênero numa perspectiva que tende a manter uma visão que naturaliza a divisão de gêneros como opostos. Criando, assim, barreiras de acesso à informação sobre múltiplas possibilidades de se vivenciar os gêneros.

Conforme demonstraram as pesquisas de Righetto (2018), Silva (2019) e Pinto (2020), as barreiras de acesso à informação enfrentadas pelas pessoas transexuais não são superáveis somente por um movimento cognitivo. Elas são resultado das configurações sociais que se pautam, dentre outros fenômenos, pelas concepções generificadas dos corpos. Para que essas barreiras sejam superadas, é necessário um engajamento das pessoas transexuais que vai além da localização e uso de informações para resolução de demandas ou lacunas de informação. E esse engajamento resulta num questionamento de concepções arraigadas na

sociedade que auxiliam, também, na sua desconstrução, gerando uma gama de novas informações. Essas informações geradas a partir da vivência de uma identidade de gênero diferente daquela designada no nascimento são consideradas efêmeras pelos próprios indivíduos que as elaboram. O que se diferencia das informações geradas pelos saberes médico e jurídico, que demandam anos de disputas para serem revistas e modificadas. A própria concepção de transexualidade pela medicina e pelo direito mudou ao longo dos últimos 30 anos devido também à atuação política das pessoas transexuais. Atualmente, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) orientam uma relação mais dialógica entre pessoas com conflitos com o gênero designado, não considerando mais a transexualidade como uma doença.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria praxiológica fornece instrumentos para se descrever e analisar as práticas informacionais de qualquer grupo, considerando a relação entre subjetividades e a sociedade. Dada a complexidade da organização social, é necessário compreender a conformação dos campos nos quais atuam os agentes, conforme seus interesses que são engendrados a partir da relação entre o *habitus* e a situação vivida.

Nessa perspectiva, não é possível formularmos um modelo de práticas informacionais que possa ser replicado e testado em diferentes grupos sociais, em diferentes contextos. É necessário compreender qual o campo social que se está observando e como os agentes se organizam nesse campo a partir da conformação de seu *habitus*. Para tanto, não se pode limitar o olhar às relações intersubjetivas, mas considerá-las num contexto sócio-histórico, o que significa buscar suas origens históricas e não limitar a análise ao fenômeno mais imediato, àquilo que é observado por meio do instrumento metodológico escolhido (entrevista, observação, grupo focal etc.).

As pesquisas de Righetto, (2018), Silva (2019) e Pinto (2020) apontaram que as práticas informacionais da população transexual são impactadas pelas relações estabelecidas no campo de gênero, no qual ocupa uma posição heterodoxa. A violência simbólica limita a produção e divulgação de informações que se diferenciem do aparato tido como legítimo e que normatiza as maneiras como homens e mulheres deveriam ocupar seu lugar no mundo, atendendo às expectativas da tradição inculcadas pelo *habitus* de gênero. Assim, as pessoas transexuais acabam superando as barreiras informacionais a partir da busca para a resolução de conflitos com o gênero designado, se apropriando de informações produzidas por outras pessoas transexuais, a partir de suas vivências.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Socialização como processo informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO - CINFORM, 13., 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ICI; EDUFBA, 2017. p. 165-176.

ARAÚJO, C. A. A. O que são "práticas informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, número Especial, p. 217-236, out. 2017.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B**. O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, P. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 14, p. 51-54, avril 1977.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu***:* Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução***:* elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. **Diário Oficial da União**, 09 jan. 2020, Ed. 6, Seção 1, p. 96.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP – Brasil). Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **Notícias**, 22 maio 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/. Acesso em: 30 out. 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. [*Proceedings...*]. Edmonton: Canadian Association for Information Science - CAIS, 1995.

LAHIRE, B. Campo. *In*: CATANI, A. M. et al. (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-67.

LAQUEUR, T. W. **Inventado o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAUGER, G. Violência simbólica. *In*: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. C. (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 359-361.

NUNES, J. V.; CARNEIRO, B. L. F. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 150-168, 2018.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu***:* Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36.

PINTO, F. V. M. **Transformando normas e padrões**: as práticas informacionais de pessoas trans na “reinvenção do corpo”. 2020. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

RIGHETTO, G. G. **Competência em informação de minorias sociais***:* pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. 2018. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

SAVOLAINEN, R. Information Behavior and Information Practice: Reviewing the "Umbrella Concepts" of Information-Seeking Studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SILVA, L. F. **Práticas informacionais***:* LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, CULTURAIS E COMUNICACIONAIS: PERSPECTIVAS PARA A SOCIABILIDADE E A POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS

Marco Antônio de Almeida

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar nossa "conversa", vou partir da evocação de três situações bastante distintas entre si, algumas mais próximas e outras mais distantes do cotidiano do leitor.

Situação 1: Em decorrência da pandemia causada pela COVID-19, as escolas públicas, de diversos níveis de ensino, impossibilitadas de manter as aulas e outras atividades presenciais, empenham-se num esforço enorme de produzir conteúdos digitais e estruturar um sistema de comunicação à distância entre docentes e discentes, envolvendo distribuição de equipamentos e chips, bem como treinamentos para sua utilização;

Situação 2: em pleno contexto da pandemia, a difusão e divulgação de informações sobre medidas de saúde pública – uso de máscaras, distanciamento social, ações a serem tomadas diante de determinados sintomas – tornam-se fundamentais e estratégicas, e passam a ser disseminadas pelos dispositivos conectados às redes sociais. Por outro lado, esses mesmos dispositivos e redes, também são responsáveis pela disseminação de boatos, discursos de ódio e *fake news* que prejudicam o combate à doença, além de gerarem um ambiente de confrontação política e cultural, extremamente negativo no atual contexto de tentativa de conjugação de esforços para o controle da pandemia;

Situação 3: O movimento negro produz documentos históricos – jornais, livros, fotografias, adesivos, cartazes e outros formatos documentais – há muitas décadas. Trata-se, infelizmente, de um conhecimento pouco difundido, insuficientemente organizado e disponível em acervos (fruto

também do apagamento histórico e da invisibilização dessa produção). Na contramão dessas circunstâncias, um grupo de trabalho da UNEafro-Brasil organizou seu acervo físico e digital, possibilitando o acesso a cerca de dez mil documentos iconográficos, audiovisuais e textuais. Nesse processo, os militantes da UNEafro realizaram uma formação teórica e prática de organização, conservação e recuperação da informação em acervos documentais, criando uma lógica própria para a recuperação das informações e a integração do acervo. A complexa metodologia resultante utilizou o software livre ATOM, e foi construída de maneira orgânica, gerando uma série tipológica específica que não fica visível para quem consulta o acervo, mas que dá ideia do que está disponível.

São três situações bastante distintas, que em princípio não teriam nada em comum; todas, porém, implicam em alguma forma de apropriação social e individual das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essas apropriações demarcam novas práticas informacionais, culturais e políticas, chegando mesmo a incidir sobre as estruturas sociais das instituições nas quais ocorrem. Propiciam formas inéditas de promover a educação, de disseminar a informação – e a desinformação –, de possibilitar o acesso ao conhecimento e de construir ações políticas e identitárias. Tentar compreender a maneira pela qual chegamos até este momento e seus desafios implica em revisitar certas concepções das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas e os contextos históricos nos quais elas se desenvolveram.

Para enfrentar essa tarefa, o capítulo propõe inicialmente uma breve discussão teórica sobre as concepções de práticas, mediações e interações, para em seguida correlacioná-las com as alterações históricas nas formas de interação proporcionadas pelas mudanças tecnológicas. Diante do quadro esboçado a partir dessas considerações, serão examinadas as dinâmicas das práticas informacionais, culturais e políticas no presente contexto, para em seguida refletir sobre algumas dessas práticas e

experiências exemplares. Encerrando o capítulo, serão elencados e ponderados alguns dos desafios decorrentes da desigualdade sociocultural para a efetivação e implementação de práticas dessa natureza, sinalizando algumas possibilidades abertas pelas discussões em torno da concepção de **tecnodiversidade**.

2 PRÁTICAS, MEDIAÇÕES E INTERAÇÕES

Nas definições dicionarizadas, as "práticas" podem significar a realização de qualquer ideia ou projeto, a aplicação das regras ou dos princípios de uma arte ou ciência, ou o exercício de qualquer ocupação ou profissão. Desse modo, o sentido que as "práticas" podem vir a ter é atribuído externamente, a partir de um contexto ou de um conjunto simbólico significativo: práticas sociais, práticas culturais, práticas informacionais, práticas profissionais. As chamadas "práticas", portanto, não são claramente definidas em si mesmas, sendo, em geral, subentendidas como um conjunto de ações que constituem produções (simbólicas ou materiais), mediações ou interações. No território das Ciências Humanas ou das Ciências Sociais aplicadas, ocupam um território movediço, que não é claramente delimitado.

No âmbito das Ciências Sociais, as reflexões acerca das noções de práticas sociais e práticas culturais receberam um aporte de destaque com a obra de Pierre Bourdieu, que propunha um "construtivismo estruturalista" para compreender as dinâmicas do mundo social. Com essa perspectiva, que postula uma junção entre as dimensões do "objetivo" e do "subjetivo", ele procurou realizar o duplo movimento de objetivar as estruturas sociais e afastar as representações subjetivas dos agentes, rompendo simultaneamente com o pensamento institucionalizado dos pesquisadores e com a "sociologia espontânea" dos atores sociais. (ALMEIDA, 2017).

Para efetivar esta perspectiva em seus estudos e pesquisas, Bourdieu utilizou dois conceitos, os de *habitus* e o de campo, que se articulam em seus trabalhos empíricos para dar conta de compreender o duplo movimento construtivista

de interiorização do exterior e de exteriorização do interior. Desse modo, o *habitus* seria todo um sistema de "disposições" que seriam obtidas pela "aprendizagem implícita ou explícita, que funciona como um sistema de esquemas geradores; é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim". (BOURDIEU, 1983, p. 94)

O ponto que merece destaque aqui é a noção de disposições – o conjunto de tendências ou inclinações dos indivíduos para perceber o contexto e, a partir daí, agir e pensar de determinadas formas que foram interiorizadas e incorporadas, geralmente de maneira inconsciente, e que são decorrentes de sua trajetória social e de suas condições objetivas de existência. Essas disposições, embora possam se modificar, tendem a ser persistentes no decorrer da vida, por se encontrarem enraizadas e resistirem às mudanças, caracterizando uma marca de continuidade na vida das pessoas. Com esta formulação, Bourdieu consegue conectar os planos individual e estrutural na análise das práticas: "essas disposições adquiridas ao longo de certas experiências e espaços de socialização (família, escola) exercem efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo)" (ALMEIDA, 2017, p. 201).

O conceito de "campo" surge em decorrência dessa concepção de *habitus*, como o elemento que permite perceber as conexões entre indivíduo/estrutura ao tornar-se o espaço de *exteriorização* da *interioridade*. (BOURDIEU, 1983, 1989). O manejo do conceito de campo é parte central da reflexão de Bourdieu, que concebe as instituições sociais mais como *relações* do que como *substâncias,* destacando o aspecto praxiológico e interacional de seu pensamento. O campo se configura, portanto, como uma esfera da vida social que progressivamente adquire autonomia em torno de certas relações sociais, recursos e conteúdos específicos, distinguindo-se assim de outros espaços sociais. Sobretudo, eles se caracterizam por serem "campos de forças", já que se inscrevem sobre uma distribuição desigual dos recursos, o

que os configura, ao mesmo tempo, como "campos de luta": espaços de confrontos e disputas entre os agentes sociais para a conservação ou transformação dessa relação desigual.

Mas essas disputas não são arbitrárias, se caracterizando por mecanismos de capitalização específicos dos recursos considerados *legítimos* que são próprios ao campo (que podem incluir uma *diversidade* de capitais: econômicos, sociais, culturais, políticos). Essas disputas que estão no cerne de funcionamento dos campos demandam a existência de instâncias reconhecidas de legitimação desses capitais – mesmo que os campos não se caracterizem por uma única e determinada forma de dominação, mas em distintas configurações de poder que combinam distintos recursos. Desse modo, ocorrem modos de "capitalização" dos distintos capitais, que podem ser concorrentes (por exemplo, o conflito entre os detentores do capital cultural e do capital econômico) ou combinados e imbricados (no caso de agentes que acumulam diversos tipos de capital, seja cultural, econômico ou social). Há um interesse comum das pessoas engajadas num campo, um reconhecimento sobretudo das regras explícitas ou tácitas que determinam seu funcionamento, que chega a superar os antagonismos e que permite a própria existência do campo, realçando, portanto, as características de mediação e interação que permeiam as práticas realizadas pelos agentes – termo que Bourdieu prefere ao termo "atores" (BOURDIEU, 1983, 1989; BOURDIEU; CHARTIER, 2012).

Se formos pensar as práticas a partir das perspectivas abertas pelas concepções de mediação, é importante considerar o diferencial entre "mediação" como conceito sociológico geral que caracteriza os processos sociais, do conceito especializado de "mediação" como prática institucional (ALMEIDA, 2014). Nessa perspectiva, estamos distantes de uma definição consensual de mediação, pois lidamos com conceito de enorme plasticidade, que prolonga suas fronteiras para abarcar realidades muito distintas entre si, agregando novos níveis de complexidade à análise dos fenômenos dispostos sob esse rótulo. Assim, parcela

substantiva da bibliografia das Ciências Humanas e Sociais adotou a concepção de que as ações de mediação não seriam o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que produziriam um "excedente", um estado mais satisfatório em relação às condições iniciais (DAVALLON, 2007). Portanto, a mediação "agregaria valor" aos processos culturais, informacionais ou comunicacionais, gerando ganhos em termos de conhecimento aos sujeitos envolvidos.[33]

As discussões em torno da mediação no campo da CI, estruturam-se fortemente em torno de dois eixos. O primeiro eixo agrega um conjunto de trabalhos, predominantemente empíricos, mas não só, que se estruturam em torno de discussões acerca das práticas profissionais – aqui, portanto, a preocupação maior é com os mediadores (bibliotecários, arquivistas, museólogos) e as relações que estabelecem com seus públicos. O segundo eixo, embora contemple também discussões empíricas, abrigaria um maior número de reflexões teórico-epistemológicas no âmbito do paradigma social da informação, revelando uma maior preocupação com o contexto mais amplo dos processos de mediação. Podemos incluir, nesse eixo, as discussões em torno das concepções de práticas informacionais (ARAÚJO, 2017). Trata-se de uma distinção para fins heurísticos: há trabalhos que articulam, com distintos pesos, os dois eixos.

Ao refletirmos sobre as práticas infocomunicacionais, uma perspectiva importante é a das interações entre atores ou agentes. Um esquema bastante útil para analisar essas interações é proposto por John Thompson (1998). No contexto social das interações comunicacionais da história humana, até o século XV, predominaram as interações face a face. As mudanças tecnológicas introduzidas a partir daí, com a invenção da imprensa no Ocidente, não envolveu apenas a instituição de novas redes de transmissão, mas novas formas

[33] Alguns autores, como Almeida Júnior (2009), afirmam, inclusive, que a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação, explícita ou implicitamente, e realizada de forma individual ou coletiva.

de interação e novos tipos de relacionamento social. Com os novos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico.

Thompson (1998) distingue, inicialmente, três formas de interação. A primeira é a interação face a face: presencial, dialógica e orientada para outros específicos. A segunda forma é a interação mediada: também dialógica e orientada para outros específicos, rompe com a característica presencial da forma anterior, estendendo-se no tempo e no espaço, separando contextos de emissão e recepção. Finalmente, a interação quase mediada, conjunto de relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação com os seus conteúdos, que implica numa ampla disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no tempo e no espaço. Diferentemente das interações anteriores, a interação quase mediada é monológica e orientada para um número indefinido de receptores potenciais. Trata-se de uma situação estruturada, baseada numa forma de divisão do trabalho, na qual alguns indivíduos estão encarregados da produção de formas simbólicas destinadas a outros indivíduos fisicamente distantes, que irão se ocupar em receber estas formas – que foram produzidas por outros com quem não podem interagir fisicamente, mas com quem podem estabelecer laços de afeto e amizade. Ao distinguir estas distintas formas de interação, Thompson observa que, no fluxo da vida diária, elas podem se combinar ou misturar – possuem, portanto, um caráter híbrido. (THOMPSON, 1998)

O conjunto das mudanças tecnológicas no âmbito da comunicação trouxe como consequência histórica para o intercâmbio de informação e conteúdo simbólico o fato das interações face a face cederem cada vez mais espaço para as interações mediadas e quase mediadas. Os indivíduos passaram a buscar outras fontes de informação e conteúdo simbólico distantes de suas interações face a face cotidianas, criando e renovando seus hábitos e perspectivas. Para Thompson, a organização social da interação quase mediada demanda uma nova relação entre instituições e papéis sociais, envolvendo a adequação do comportamento a estruturas

previamente definidas. Desse modo, se estabelece uma dinâmica envolvendo as condições sociais de produção e circulação das informações e conteúdos simbólicos que geram novas formas de monitoramento e reflexividade dos indivíduos. As ações dos indivíduos envolvidos nas interações sempre fazem parte de um campo estruturado de interação, que ao mesmo tempo cria e limita as oportunidades disponíveis. Entretanto, em relação às interações mediadas e as interações quase mediadas, ocorre um aumento da complexidade, visto que eles estão dilatados no espaço (e, eventualmente, no tempo), o que produz contextos bastante diversos. O que nos interessa destacar, nessa reflexão, é que

> Ainda que os diversos contextos de recepção tenham certas características comuns, é importante enfatizar que os atributos sociais que os indivíduos trazem para estes contextos não são os mesmos em todos os lugares. Como a interação quase mediada torna as mensagens disponíveis para um número indefinido de receptores dentro de um vastíssimo espaço (e talvez também no tempo), a diversidade dos atributos sociais que concorrem no processo de sua recepção é obviamente muito maior do que a encontrada em interações face a face. (...) Diferenças entre os receptores afetam principalmente as maneiras que cada um tem de se relacionar com as mensagens recebidas, de entendê-las, apreciá-las, discuti-las e integrá-las em suas vidas. Por isso a apropriação das mensagens da mídia deve ser vista como um processo contínuo e socialmente diferenciado que depende do conteúdo das mensagens recebidas, da elaboração discursiva das mensagens entre os receptores e os outros e dos atributos sociais dos indivíduos que as recebem. (THOMPSON, 1998, p. 102)

Thompson extrai uma série de reflexões desse dinâmica partir de exemplos empíricos, em especial da televisão, articulando formas e tipologias de características da interação mediada e da interação quase mediada. Ele mostra que o processo de evolução e enraizamento social das tecnologias de informação e comunicação proporcionam experiências descontínuas das coordenadas espaço-temporais, envolvendo os contextos de produção, os contextos das mensagens em si mesmas e os contextos diversos de recepção.

3 MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E INTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS

O papel das tecnologias de informação e comunicação (TIC) é fundamental nesse processo. As TICs estabelecem uma rede global onde se entrecruzam sociedades com distintos modos de vida e histórias. Esse novo contexto gerou um profundo choque nos modos de vida cotidiana dos indivíduos, produzindo tensões e fricções entre as culturas locais e fluxos culturais globalizados. À luz da revolução digital e do crescimento da internet, Thompson (2018) complementou posteriormente sua tipologia, propondo um quarto tipo: a interação mediada on-line. Para isso, baseou-se na distinção de Erving Goffman entre as regiões frontais e as secundárias ou de fundo.

Para Goffman (2014) qualquer ação ou performance ocorre dentro de uma estrutura interativa particular que envolve determinadas suposições e convenções, incluindo também características físicas e outras (por exemplo, em uma biblioteca, a mobília, a disposição física dos volumes, o *layout* de circulação e atendimento, a decoração, etc.) que constituem o cenário. Os indivíduos atuantes dentro dessa estrutura adaptam seu comportamento a ela, projetando uma autoimagem mais ou menos compatível com a estrutura e com a impressão que querem provocar. Essa estrutura interativa e suas características constituem o que Goffman denomina de “palco”, a região frontal de interação. Por outro

lado, as ações e os aspectos do "eu" vistos como inadequados ou suscetíveis de descrédito da imagem pública dos indivíduos são eliminados ou deslocados para regiões secundárias de interação, os "bastidores" – regiões nas quais os sujeitos podem agir de maneiras distintas ou que contradizem as imagens que projetam no "palco". Nos "bastidores", os indivíduos não precisam mais monitorar suas ações e expressões com o mesmo alto nível de reflexividade que utilizam comumente no "palco", na região frontal de interação. Thompson mostra como a quase-interação mediada e a interação on-line mediada criam oportunidades para o vazamento de informações e conteúdos simbólicos das regiões secundárias para as frontais, com consequências que podem ser embaraçosas, prejudiciais e, por vezes, extremamente perturbadoras.

E qual seriam as propriedades dessa nova forma de interação, a interação mediada on-line? Como as demais formas de interação mediada, esta também contempla a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo e certo estreitamento no leque de deixas simbólicas[34]. A diferença em relação às demais formas de interação mediada é que, distintamente da interação quase mediada, ela possui caráter dialógico e; em relação à interação mediada, orienta-se para uma multiplicidade de outros destinatários (muitos para muitos ≠ um para um). Ao sublinhar o aspecto de **interação mediada por computador**, Thompson não a reduz apenas ao uso de computadores de mesa ou *laptops,* mas a qualquer forma de interação similar, como *smartphones*, *tablets* ou outros dispositivos móveis. Inclusive, essas formas móveis talvez sejam até mais relevantes para compreender as novas possibilidades de interação criadas pela comunicação mediada por computador e sua presença cada vez maior na

[34] As deixas simbólicas incluem posturas corporais, piscadelas, gestos, mudanças na entonação de voz, detalhes do vestuário e do ambiente e assim por diante: "os participantes de uma interação face a face são constantemente e rotineiramente instados a comparar as várias deixas simbólicas e a usá-las para reduzir a ambiguidade e clarificar a compreensão da mensagem". (THOMPSON, 1998, p. 78)

vida cotidiana.

A diferença entre a interação mediada e a interação mediada on-line não reside em um caráter dialógico-interativo ou no meio utilizado (dispositivos digitais ou mesmo outras mídias, no caso da interação mediada, que pode contemplar até o tradicional papel-e-caneta), "mas sim na orientação para a ação: a interação mediada é orientada para um outro específico, isto é, entre dois pontos, enquanto a interação on-line mediada é orientada para uma pluralidade de outros distantes, ou seja, é aberta" (THOMPSON, 2018, p. 25). Desse modo, usar o e-mail para a comunicação com um outro específico é uma forma de interação mediada, não muito diferente de escrever uma carta, distinguindo-se apenas na extensão tempo-espaço (a segunda é muito mais lenta). Já postar uma mensagem no Facebook ou no Twitter, assim como um vídeo no YouTube, que estão disponíveis para serem vistos, respondidos, comentados, compartilhados etc. por uma pluralidade de outros indivíduos implica em propriedades de interação muito distintas.

As mudanças nas formas de interação e as novas potencialidades abertas pelas características das TIC também irão trazer mudanças e novas perspectivas para as ações de mediação, chegando, no limite, a proposições como a de "desintermediação". O desenvolvimento de serviços e produtos informacionais cada vez mais sofisticados e, simultaneamente, de um uso relativamente fácil por parte dos indivíduos constitui o contexto que possibilita a elaboração de um conceito como o de desintermediação. Este contexto envolve o desenvolvimento de grandes mecanismos de busca baseados em algoritmos, do qual o Google, surgido em 1998, se tornou o caso exemplar. Seu algoritmo de busca, o PageRank, adotou como modelo os procedimentos de citação acadêmica para aferição da "importância" das páginas da internet. No cenário contemporâneo dos fluxos de informação, atribui-se ao Google e seus correlatos o alegado papel de "guias" precisos e seguros possibilitando aos indivíduos, por meio da "desintermediação", o acesso direto à informação e ao conhecimento. Este tipo de visão colaborou

para a ideia bastante difundida de que a internet descortinaria um horizonte de liberdade e acesso infinito e sem limites ao conhecimento e à informação disponível – percepção que vem sendo cada vez mais criticada nos últimos tempos. (ALMEIDA, 2014)

Inicialmente, visões de um universo de liberdade e abundância informacional, que estaria agora disponível aos indivíduos e grupos, estava associado à ideia de sociedade em rede. Entretanto, essa perspectiva vem sendo posta em questão, assim como a falsa ideia de "neutralidade" das tecnologias: não há rede sem planejamento, sem hierarquia, sem estruturação prévia, já que os conhecimentos não existem fora de um contexto social, nem se reorganizam de maneira aleatória. O sistema cultural do mundo contemporâneo caracteriza-se, cada vez mais, por sua crescente complexidade. Desse modo, a informação, o conhecimento, os conteúdos simbólicos – a cultura no mundo contemporâneo – tornou-se um recurso cada vez mais estratégico. Administrar os recursos culturais, visando atingir distintos objetivos, tornou-se um desafio para Estados, empresas e movimentos sociais, que não podem reduzi-los ao papel de simples mercadoria. A atual configuração da cultura demanda um sofisticado aparato de informação, envolvendo recursos físicos e humanos cada vez maiores. (YÚDICE, 2006)

Nesse sentido, para que os indivíduos contextualizem a informação e a utilizem são necessárias competências críticas (comunicativas, culturais, educacionais e cognitivas), o que recoloca a questão das desigualdades sociais. Esta desigualdade social não se resume somente à partilha adequada dos recursos, mas envolve a participação na determinação das oportunidades de vida, tanto individuais como coletivas. Trata-se de uma perspectiva democrática e igualitária que fundamenta uma discussão crítica sobre a mediação algorítmica dos novos regimes de informação. (BEZERRA; ALMEIDA, 2020)

Ao considerarmos o surgimento de uma "cultura dos algoritmos", temos em mente um conjunto de metáforas articuladas ao redor do fenômeno da explosão dos dados – o

Big Data. São metáforas que buscam traduzir as consequências desse fenômeno não apenas para o debate da tecnologia, mas também da cultura, da economia e da política contemporâneas. O fato é que essa imagem se inscreveu nas discussões cotidianas, gerando um imaginário social no qual existem "reservatórios de dados", verdadeiros estoques de informação dos usuários, que, num paralelo com o extrativismo dos recursos naturais, estariam prontos a serem explorados. Concebidos como recursos infinitos, os dados permitem às empresas de tecnologia focar seus esforços de publicidade no "compartilhamento", ou seja, na concessão voluntária dessas informações por parte das pessoas. Esse seria o passo inicial para a construção de uma utopia comunitária de melhores serviços, de construção de conhecimentos e de partilha de "experiências". Não compartilhar tornou-se o verdadeiro pecado capital da atualidade. (BEZERRA; ALMEIDA, 2020).

Evgeny Morozov (2018) observa que o fenômeno do "extrativismo de dados" implica em consequências econômicas e políticas, sendo a principal o acúmulo de imensa riqueza – e poder – por um punhado de investidores e gigantes empresariais. O Uber e fenômenos semelhantes só podem ser compreendidos quando se conhece a origem de seus recursos: fundos soberanos e bancos de investimentos como o Goldman Sachs. Para Morozov, a tecnologia permitiu ao aplicativo incorporar um gigantesco contingente de trabalhadores supostamente autônomos, mas a contrapartida foi a precarização das formas de regulamentação do trabalho e dos serviços ou, como preferem os ideólogos do empreendedorismo, "flexibilização"[35]. Já no setor público, a reforma dos sistemas

[35] Há uma conexão entre o trabalho em toda a cadeia produtiva relacionada às plataformas de dados. Uma tarefa importante é explicitar isso para que milhões de trabalhadores saiam da invisibilidade. Vale destacar que essa forma de racionalização do trabalho não está restrita aos trabalhadores desqualificados, mas alcança o conjunto de outras atividades: médicos, enfermeiros, serviços relativos à saúde e ao bem-estar, jornalistas, professores, advogados, arquitetos já atendem por aplicativo e atuam a

de saúde, educação e previdência incluiu a intermediação dos provedores de serviços digitais, com uma alegada economia de recursos – mas que implicou na quase nunca discutida perda de controle político e de governabilidade sobre decisões, que passaram a serem exercidas "tecnicamente" pelos algoritmos. Como observa Morozov, "... deveríamos fazer um balanço dos fatores estruturais que levam os governos e outras instituições públicas às mãos dessas grandes empresas de tecnologia" (MOROZOV, 2018, p. 168).

Outra consequência apontada por Morozov que se relaciona com o desenvolvimento dessa "cultura dos algoritmos" está na ampliação da disseminação das *fake news.* As notícias falsas sempre existiram, mas no atual momento elas circulam no meio digital com uma facilidade e velocidade muito maiores – isto porque se adequam bem aos modelos de negócio baseados em cliques, sintonizados à lógica do extrativismo de dados. Essa lógica, já instalada no inconsciente coletivo, guia a forma pela qual a disseminação de *fake news* é encarada. As grandes empresas de tecnologia se auto atribuem o papel de identificar e distinguir o que é falso do que é verdadeiro, buscando reforçar ainda mais a confiança do público nelas mesmas. O paradoxo consiste em que elas só poderiam desempenhar esta tarefa por meio de algoritmos – e aqui é suficiente recordar exemplos bizarros de distinção entre fotos artísticas e fotos pornográficas estabelecidas pelo Facebook para concluir que o recurso aos algoritmos não basta. Esse tipo de controle algorítmico "neutro" busca lapidar a imagem das empresas, mas é politicamente imposto, e "[...] é parte de um esforço maior de recrutamento de tecnologias preditivas – aproveitando o enorme volume de dados já acumulados – em nome do controle e da vigilância" (MOROZOV, 2018, p. 170).

partir da lógica da coleta de dados dos seus clientes. A agilidade, a facilidade e a acessibilidade que a tecnologia possibilita podem ser mantidas e ampliadas em vulnerabilizar ainda mais as relações de trabalho.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS, POLÍTICAS E O CONTEXTO TECNOCULTURAL

Como pudemos observar até aqui, as conexões entre cultura e tecnologia se tornam cada vez mais estreitas e complexas, e não podem ser analisadas de forma ingênua. Torna-se necessário pesar, de um lado, o horizonte de potencialidades que se descortina e, ao mesmo tempo, considerar caminhos e possibilidades que se fecham, muitas vezes de forma sutil e desapercebida. O conhecimento, como observou Antonio Melucci (2001), transformou-se em um recurso fundamental para os atores sociais. Ao possibilitar a percepção da natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva, o conhecimento transforma as práticas políticas, informacionais e culturais dos sujeitos. Desse modo a construção de novas formas de produção e apropriação da informação e do conhecimento por parte dos atores sociais empresta outros sentidos à palavra "inovação". Se considerarmos a clássica perspectiva de Schumpeter (1988), a inovação e seu ciclo organizaram-se historicamente em três estágios: invenção; imitação (ou difusão); terceirização de produtos para o consumo. Críticos dessa concepção questionam a validade exclusiva do conceito para o campo econômico, argumentando se a perpetuação do modelo capitalista vigente pode ser considerada, efetivamente, uma mudança ou inovação.

Em geral, o conceito de inovação é associado à tecnologia, sendo visto muitas vezes como sinônimo de pura e simples mudança tecnológica. Nessa perspectiva, nas últimas décadas o destaque em termos de inovação seria o desenvolvimento das TIC. Na contramão dessa perspectiva, Evgeny Morozov critica o que ele denomina de "solucionismo tecnológico" focado nessa visão limitada de inovação. Para o autor, tal postura é mantida graças a uma definição bastante restrita dos problemas sociais – geralmente proposta na ótica mais rentável para os defensores da dita "solução". Assim, ele questiona: "Onde estão os aplicativos para combater a

pobreza ou a discriminação racial? Criamos aplicativos para resolver problemas que os aplicativos conseguem resolver – em vez de enfrentar os problemas que de fato precisam ser resolvidos" (MOROZOV, 2019, p. 41). Desse modo, traz para o debate a concepção de que a inovação social na apropriação das tecnologias se relaciona diretamente com a maneira pela qual o conhecimento e a informação são organizados, apropriados e aplicados – decorrendo daí as consequências desse processo para a sociedade. Tal perspectiva se relaciona diretamente com a informação, com a cultura e com o conhecimento comum, contemplando suas formas de gestão, bem como os processos de sua produção, disseminação e apropriação.

A esta altura da digressão podemos retornar a Melucci, quando ele afirma que "[...] sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso-chave para a ação coletiva" (MELUCCI, 2001, p. 142). Os espaços de produção do conhecimento constituídos pelos movimentos sociais configuram-se como espaços políticos nos quais confluem demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema, espaços que produzem, transformam e difundem informações. Estes espaços devem permanecer abertos ao debate e à negociação dos interesses para preservar sua natureza pública, que acolhe a participação e a representação das identidades coletivas. O território da cultura se constitui hoje na arena onde visões de mundo e modos de vida das classes populares se confrontam com o negacionismo e o revisionismo na agenda de disputas pela legitimidade dos direitos sociais. Desse modo, a cultura torna-se estratégica para gestar iniciativas políticas que incorporem a possibilidade de os atores sociais serem co-artífices do conhecimento requerido para sua implementação. Abre-se, assim, um horizonte de possibilidades de uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.

Trata-se de um conjunto de transformações na natureza da visibilidade e nas possibilidades de participação na vida

social e política cujo significado ainda é difícil de estimar. Como observa Thompson,

> [...] os indivíduos, as ações e os eventos agora estão visíveis de maneiras que eles simplesmente não estavam no passado, e qualquer pessoa com um *smartphone* tem a capacidade de tornar as coisas visíveis para centenas ou até milhões de pessoas de formas que antes não eram possíveis (THOMPSON, 2018, p. 35)

Obviamente, nem todos os indivíduos e organizações se apropriam dessas possibilidades ou possuem o mesmo poder ou visibilidade. Mas o importante a se destacar é que os campos da vida social e política foram e continuam sendo reconstituídos pelas interações e visibilidades proporcionadas pelos diversos tipos de TIC, cujas possibilidades, ao serem exploradas, influenciam as maneiras pelas quais o poder político é exercido.

Uma boa maneira de refletir sobre estas questões nos é sugerida por Carlos Scolari (2018) quando ele adota as metáforas possibilitadas pela noção de interface para compreender essas inter-relações: a interface como dispositivo de comunicação, como instrumento, como conversação, como lugar de interação. Cada metáfora possui um valor descritivo diferente, e algumas metáforas iluminam os fenômenos melhor do que outras. Porém, para Scolari, talvez a melhor metáfora seja a interface como lugar ou espaço de interação, por revelar traços mais pertinentes: "Esta metáfora também contém as demais metáforas: em um espaço podemos manipular instrumentos, receber informação a partir das superfícies e estabelecer conversações" (SCOLARI, 2018, p. 29, tradução nossa). Assim, a noção de interface pode ser útil para analisar outros fenômenos para além do estritamente tecnológico. Desse modo, para o autor, esta metáfora também é funcional para inspirar as ações de quem projeta uma interface: é muito

diferente desenhar uma interface entendendo-a como um mero instrumento a serviço do usuário do que imaginá-la como um intercâmbio conversacional. Assim, as interfaces, pensadas nessa perspectiva mais ampla, nunca são neutras:

> [...] em todas essas interfaces, os atores individuais ou institucionais nunca estão acomodados: (re)formulam suas estratégias e táticas, fixam posições e sofrem avanços e retrocessos como em qualquer confrontação. (SCOLARI, 2018, p. 153, tradução nossa)

As implicações do uso da noção de interfaces, por Scolari, se distinguem daquelas implicações relacionadas à noção de dispositivo, bastante explorada nas análises de ambientes e contextos de informação e cultura[36]. A perspectiva de Scolari, ao destacar o caráter interacional e plástico das interfaces, sintoniza-se com o pensamento de Michel de Certeau (1994), especialmente quando este ressalta os modos de fazer dos indivíduos, suas estratégias e táticas que se constituem a partir dos lugares e contextos que ocupam. O universo digital abre a possibilidade de compreender as práticas como um grande texto palimpsesto e polifônico, no qual diversas vozes e escrituras se entrecruzam. Desse modo, não há sistema de dominação que não possibilite formas de apropriação distanciadas ou subversivas – assim como não há táticas exclusivamente alternativas, que não se enfrentem com condições desiguais de possibilidades, visto estarmos em sociedades nas quais os recursos são desigualmente distribuídos.

[36] Não iremos explorar esta linha de reflexão neste texto, mas vale mencionar que ela está presente em muitos trabalhos da Ciência da Informação, da Comunicação e das Ciências Sociais, que se inspiram nas formulações de Michel Foucault e, particularmente, na releitura e sistematização delas proposta por Giorgio Agambem (2009).

5 PRÁTICAS INFOCULTURAIS & EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS EXEMPLARES

Podemos estabelecer um diálogo entre as concepções anteriormente mencionadas e aquelas desenvolvidas contemporaneamente por autores que irão refletir acerca da apropriação de bens compartilhados, que não são nem privados nem estatais, denominados de "comuns" (*commons*), que realçam os processos inovadores de gestão dos recursos, dando sentido às formas de resistência ao seu processo de privatização e monetarização (DARDOT; LARVAL, 2017; HARVEY, 2014). Aqui se percebe melhor o paradoxo existente numa definição exclusivamente econômico-tecnicista da ideia de inovação: muitos dos valores que presidem as concepções e formas de gestão dos "comuns" ancoram-se na tradição – mas são, ainda assim, "inovadores" em relação aos padrões monetizadores vigentes no capitalismo. Embora seja difícil reduzir a noção de "comum" a uma única definição, ela sempre pressupõe uma construção comunicativa e coletiva, uma circulação de informações e saberes (SAVAZONI, 2018).

Podemos vislumbrar o comum em diversas experiências concretas mundo afora, reunindo compartilhamento, colaboração, organização emancipatória e autônoma. Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019) elencam um conjunto de exemplos de utilização da tecnologia na construção de "comuns digitais" em diversas cidades do mundo, a partir de práticas colaborativas e de governança coletiva dos dados. Para os autores, as cidades devem ir além do paradigma das "smart cities", principalmente se contrapondo à financeirização neoliberal e abandonando as agências de análise de risco, destinando recursos para investimentos sociais:

> [...] políticas públicas devem contestar a smart city privatizada e construída de cima para baixo, opor-se ao monopólio da propriedade intelectual e reverter a apropriação privada dos valores produzidos coletivamente por

> plataformas digitais de *rent-seeking* (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 96)[37].

Entre os exemplos elencados pelos autores estão iniciativas como "Barcelona em Comum", que criou um Comitê de Inovação Digital da Prefeitura, cujo objetivo é gerar um novo olhar sobre a cidade a partir das propostas dos cidadãos. A principal aposta está na abordagem de "dados da cidade abertos" (*city data commons*), que busca coletar essas informações, garantindo a soberania e a privacidade de seu uso:

> [...] dados são peças centrais da infraestrutura urbana e podem ser usados para a tomada de decisões melhores, mais rápidas e mais democráticas, além de possibilitarem a incubação de novas ideias, a melhora dos serviços públicos e o empoderamento das pessoas (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 100).

Exemplos similares também mencionados são o *MyData*, de Helsinque; o *DataCités*, de Paris; o *Health Knowledge Commons* iniciado pela fundação britânica NESTA que reúne dados sobre doenças, diagnósticos e tratamentos visando facilitar o acesso a essas informações; os programas CAPS da Comissão Européia, voltados para plataformas colaborativas e abertas destinadas à condução de projetos desenvolvidos pelos cidadãos e que possuam alto impacto social.

A aposta reside na implantação contínua dessas experiências-piloto experimentais e de pequena escala como casos exemplares que podem inspirar e potencializar mudanças mais amplas. Não se trata de romantizar a apropriação da tecnologia, mas de apontar como sua

[37] *Rent-seeking* são mecanismos de obtenção de renda que não consideram o valor agregado nas transações ou mercadorias, baseando-se no contexto sociopolítico no qual as atividades produtivas estão inseridas.

presença torna as dinâmicas sociais mais complexas e amplia as alternativas e estratégias dos atores envolvidos.

Para refletir sobre cultura e políticas culturais na perspectiva de "cidades inteligentes", como proposta por Morozov e Bria, consideremos a cidade mais rica e populosa do Brasil, São Paulo. A disponibilidade de equipamentos culturais no território é uma variável fundamental para explicar o consumo de cultura de sua população, mesmo considerando que as dinâmicas culturais da cidade são plurais e não estão circunscritas aos circuitos institucionais, sendo antes a expressão do patrimônio cultural de diferentes grupos, atuando em diferentes pontos do seu território. O peso significativo da relação entre a presença de equipamentos culturais em uma dada região e as práticas culturais de sua população pode ser expressa na constatação de que a concentração e disponibilidade de equipamentos culturais na região do Centro Expandido de São Paulo permite que seus moradores possuam 2,6 vezes mais chances de serem grandes praticantes culturais, quando comparados com pessoas de outras regiões, desprovidas de equipamentos culturais (BOTELHO; FIORE, 2016). Outras pesquisas (por exemplo, LEIVA, 2014) confirmam a existência de diferenças significativas quanto aos indicadores de acesso a bens e serviços culturais em razão da disponibilidade de equipamentos culturais no território como condicionantes das práticas culturais (em que pesem as diferenças de metodologia e escopo das pesquisas). Por outro lado, essas mesmas pesquisas destacam a importância crescente da ampliação da posse dos equipamentos e dispositivos eletrônicos (TVs, *smartphones, tablets* etc.) e da disseminação do acesso da internet como elementos importantes na compreensão da produção, circulação e consumo de bens, serviços e conteúdos culturais. Uma dinâmica sociocultural completamente nova começa a ganhar forma, a partir da apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das redes de compartilhamento e sua tradução em ações e políticas culturais.

Uma primeira iniciativa veio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC-SP), na virada de 2012 para 2013, que lançou o site SP Cultura. O site se configurou como uma plataforma para a recuperação das informações sobre uma parte importante da produção cultural realizada em São Paulo, tendo em vista o número de equipamentos culturais da SMC distribuídos pela cidade, porém ainda não permitia uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais presentes nos territórios em que se localizavam estes equipamentos. Nos anos seguintes a SMC imprimiu um novo sentido ao site, que foi transformado em uma plataforma destinada à construção de um mapeamento ativo das diferentes iniciativas do campo cultural realizadas na cidade. Desenvolvida em *software* livre e contando com um sistema de georreferenciamento das informações, a plataforma passou a contar não apenas com a distribuição territorial dos equipamentos da SMC, como também possibilitou a inserção de dados a partir de ações dos próprios atores, e que tomou a forma de um Mapa Cultural dinâmico e colaborativo mais amplo do cenário cultural paulistano, dando visibilidade aos agentes, espaços, eventos e projetos culturais distribuídos pelo seu território.

Já uma iniciativa que não partiu do governo, mas dos movimentos sociais, foi a desenvolvida pela Agência Cultural Solano Trindade, que, ao criar um site para a instituição, também incorporou um "Mapa Cultural da Quebrada", por meio de uma linha de fomento da SMC-SP. Segundo os membros da agência, o objetivo do projeto era superar uma dificuldade latente quanto à apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pela população das regiões mais periféricas da cidade, expressa tanto na oferta insuficiente para acesso à internet como na necessidade de ampliação das capacidades cognitivas necessárias à sua utilização. Nesse sentido, seus realizadores realizaram uma pesquisa para compreender melhor quais as ferramentas e plataformas informacionais disponíveis para utilização no desenvolvimento do site, dando especial atenção àquelas baseadas em *softwares* livres e códigos abertos. Além disso, e

de modo complementar, foi realizada uma consulta com diferentes coletivos culturais, para entender suas necessidades e habilidades no uso da internet. (SENA, 2013). Lançado em 2013, o projeto de mapeamento hoje está inativo. A iniciativa de criação do Mapa Cultural da Quebrada, importante para dar visibilidade às iniciativas culturais produzidas por uma série de atores em diferentes territórios das periferias da cidade, não resistiu à competição com as redes sociais e com os custos de manutenção da ferramenta. Entretanto, outros exemplos poderiam ser citados, como o Mapa Cultural do Ceará, o Mapa nas Nuvens (Distrito Federal) e o Londrina Cultural (PENTEADO; HOMMA; TORI; HOMMA, 2020). Todos eles permitem vislumbrar os mapas culturais como interfaces baseadas em plataformas de código aberto, e que possibilitam aos cidadãos e aos estados e municípios seu uso e adaptações, sem necessidade de desembolso de grandes verbas e pagamento para licenças de uso, configurando-os como recursos estratégicos para políticas culturais mais democráticas e participativas.

A utilização de softwares livres para políticas culturais no Brasil, particularmente para a construção de mapas culturais, mobilizando recursos gráficos, organizacionais, operacionais e computacionais de forma colaborativa é um bom exemplo de interface tecnopolítica ou tecnocultural na perspectiva de Scolari. Por outro lado, o uso cada vez mais frequente do Facebook, demonstra alguns dos paradoxos que a apropriação das TIC pelos movimentos sociais e agentes públicos podem trazer: embora esta plataforma seja um importante elemento para a explosão do uso da web, ao mesmo tempo integra o movimento de cerceamento à liberdade do uso da internet (SAVAZONI, 2018). Entretanto, é certo que sua disseminação o tornou uma plataforma fundamental para as estratégias de articulação e comunicação dos atores do campo da cultura.

A construção dos mapas culturais, de maneira colaborativa e com código aberto de construção e atualização permanente, evidencia o quão estratégico é para a gestão cultural pública estimular a construção de mapas, dados e

indicadores culturais extraídos a partir dos usos coletivos e ampliados permitidos pela chamada internet 2.0 e 3.0, na qual cerca de 75% de todos os conteúdos criados e distribuídos na web comercial provém dos usuários. Trata-se de uma nova possibilidade de protocolo para a elaboração e execução das políticas culturais por meio da interação cidadãos-plataformas-poder público. A apropriação da informação por meio das TIC possibilita conexões e hibridizações inéditas entre o tradicional e o moderno, entre memórias e sonhos do futuro, construindo novas narrativas de luta e de identidade. Nesse sentido, o conhecimento do território, na sua dimensão material, mas também no que tange às relações e redes sociais estabelecidas sobre ele, é estratégico para a implantação de políticas e ações culturais.

6 OS DESAFIOS DA DESIGUALDADE SOCIOCULTURAL E DA TECNODIVERSIDADE

A posse de dispositivos conectados à internet tem representado uma forma importante de acesso e produção de informações, bens e serviços culturais. A enorme oferta de conteúdos gratuitos e a possibilidade de seu compartilhamento igualmente sem custo através das redes sociais e aplicativos de mensagens permitem às pessoas encontrar informações e conteúdos simbólicos mais afins aos seus gostos e repertórios culturais, sem precisar contar com a mediação de qualquer instância de legitimação (embora permaneçam expostas às escolhas ditadas por algoritmos, com base nas suas escolhas prévias). Desse modo, observa-se, já há algum tempo, uma ampliação do acesso à informação e aos bens culturais que ameniza, em alguma medida, as desigualdades de oferta presencial, ou seja, da frequência a eventos ou a equipamentos culturais. Mas aqui, ainda tomando a cidade de São Paulo como exemplo, também percebemos uma dinâmica semelhante à da desigual oferta de equipamentos culturais e de outros bens coletivos. As condições de oferta não se encontram distribuídas de maneira uniforme, restando às regiões com alta concentração

de pobreza uma infraestrutura precária para acesso à internet, ao passo que os domicílios das regiões com população de maior renda concentram os serviços de maior qualidade (CETIC, 2019a e 2019b). Uma análise mais aprofundada das dimensões da infraestrutura, acesso e uso a partir de indicadores socioeconômicos e territoriais revela um quadro de grandes disparidades.

Alguns dados são bastante elucidativos dessa estratificação digital: em 2017 um quarto dos domicílios da cidade já contava com uma conexão superior a 4Mbps, parâmetro de medida que afere o acesso à Banda Larga, mas a proporção de domicílios da classe C com essa conexão era de apenas 15%, número ainda menor entre as classes DE, de pouco mais de 3%. Desse modo, embora se tenha constatado uma ampliação expressiva entre as classes D e E quanto ao uso da internet no período 2012-2017, é importante atentar que este acesso se dá basicamente por meio de dispositivos móveis, com a utilização de conexão de menor velocidade (o acesso à banda larga se dá através do uso de redes compartilhadas em espaços e equipamentos públicos e privados). Temos assim uma realidade na qual coexistem internautas de primeira classe conectados à Banda Larga e que mais facilmente conseguem fazer uso das oportunidades e facilidades disponíveis através da internet, e internautas de segunda classe, com acesso às conexões de baixa velocidade e conectadas basicamente através de celulares. Essa estratificação digital reflete, portanto, tanto desigualdades individuais (renda insuficiente para aquisição de equipamentos e pagamento de serviços de acesso à internet), como coletivas e territoriais (expressas na ausência de oferta de serviços de melhor qualidade, especialmente conexão de banda larga, nas periferias da cidade). A dinâmica da exclusão digital na cidade de São Paulo reflete processos mais amplos de exclusão social, e a análise dessas duas dimensões precisa estar associada para uma compreensão adequada deste fenômeno multidimensional de segregação. Ocorre uma redução de oportunidades propiciadas pelo acesso à internet das populações mais pobres quando realizadas

exclusivamente por conexões de baixa velocidade e/ou via celular, "tanto em formas de inserção econômica, quanto em possibilidades de participação da vida política ou no uso de ferramentas que auxiliem outras dimensões do cotidiano de vida dos indivíduos" (CETIC, 2019a, p. 152).

Em anos recentes, algumas gestões da Prefeitura de São Paulo vêm desenvolvendo políticas destinadas a promover a inclusão digital, considerado esses dados de assimetria social e digital. As primeiras iniciativas nesta direção tiveram início ainda na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), com a criação dos Telecentros; a partir de 2013, a cidade passou a contar com o Programa WiFi Livre SP, que disponibilizou acesso à internet gratuito em espaços públicos, e com o programa FAB LAB LIVRE SP foi criada uma rede de laboratórios públicos com foco na criatividade e inovação (WISSENBACH, 2019). Para corrigir as assimetrias e desigualdades mencionadas, boa parte destas iniciativas foram implementadas em regiões localizadas nas bordas da cidade como também na região do centro expandido, que concentra parte importante dos investimentos, em razão do fato de que muitas pessoas residentes em outras regiões frequentam a área central em busca das oportunidades e serviços ali disponíveis. Embora insuficientes para o atendimento da demanda potencial para tais serviços, estas políticas têm contribuído para manter a promoção da inclusão digital como uma pauta importante na agenda política da cidade, ponto de permanente reivindicação dos movimentos culturais, em especial dos que atuam na periferia.

A emergência da pandemia da COVID-19 e as medidas de isolamento social adotadas para a sua contenção expuseram de modo dramático como as assimetrias de acesso às TIC e à Banda Larga limitam o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional de um largo contingente de pessoas. Não é um cenário isolado, tendo em vista que este processo combinado de exclusão social e digital é um fenômeno de alcance global. Como observa Néstor Garcia Canclini, essa geografia globalizada configura um estado de constante marginalização de amplas camadas ao redor do

globo, associado a formas multidimensionais de estratificação de acordo com a posse de capitais e competências: "O *tecno-apartheid* está imbricado num pacote complexo de segregações históricas configuradas por meio de diferenças culturais e desigualdades socioeconômicas e educacionais" (CANCLINI, 2009, p. 237).

Mas as questões colocadas em relevo pela pandemia da COVID-19 também sugerem que responder às desigualdades sociais, econômicas e culturais não seja suficiente – ou, pelo menos, responder a essas demandas sem colocar em questão a realidade estrutural que as produz. Talvez seja o caso de refletir acerca de uma mudança verdadeiramente paradigmática, que coloque em xeque, inclusive, nossas visões sobre os processos tecnológicos. Muitos autores já vêm questionando as concepções acerca das tecnologias, propondo perspectivas inovadoras para refletir acerca delas e de sua apropriação, partindo de perspectivas muito diferenciadas – desde Jenkins e sua visão da "cultura da convergência" como um conjunto de "gambiarras tecnológicas" (JENKINS, 2009), passando por Morozov e sua crítica ao "solucionismo tecnológico" (MOROZOV, 2018) e às concepções ecossistêmicas que Latour vem desenvolvendo mais recentemente (LATOUR, 2020).

Nessa linha de questionamento paradigmático, destacam-se as formulações de Yuk Hui (2020) acerca da concepção de "tecnodiversidade". Para este autor, tanto as concepções de modernidade e a pós-modernidade são discursos europeus, construídos a partir dos contextos históricos dessas sociedades, e fornecem descrições e respostas às suas condições. Desse modo, é quase impossível imaginar que propostas de superação tanto da modernidade como da pós-modernidade não se defrontassem com a tecnologia como um tema central. Hui propõe ir além da crítica do eurocentrismo e do colonialismo do poder, afirmando que as perspectivas ontológicas e epistemológicas que são alvo dessas críticas estão materializadas, embutidas nas tecnologias – nas arquiteturas de bancos de dados e de algoritmos, nas definições de usuários e nos modos de acesso.

O sistema capitalista evolui investindo em máquinas, atualizando-se constantemente de acordo com os avanços tecnológicos, gerando fontes de lucro na invenção de novos dispositivos.

Desse modo, a produção das mesmas tecnologias em diversos países, com atributos levemente diferentes, sob marcas distintas, não possui relação nenhuma com a concepção de tecnodiversidade, pois, "na verdade, ela se refere a uma multiplicidade de *cosmotécnicas* que difiram uma das outras em seus valores, epistemologias e formas de existência" (HUI, 2020, p. 201) Para Hui, uma maneira do pensamento não-europeu, do pensamento das culturas tradicionais responder aos dilemas deste contexto tecnológico seria um renovado retorno à discussão acerca da Natureza. Assim, ele pode se perguntar o que significariam uma cosmotécnica africana, aborígene, amazônica, inca, maia etc. Para além de formas de arte e de artesanato indígenas a serem preservadas, como essas cosmotécnicas poderiam contribuir para recontextualizar a tecnologia moderna? Partindo de diálogos transversais entre diferentes culturas é possível criar uma solidariedade que inclua e respeite os pontos de vista da alteridade.

As críticas decorrentes das perspectivas epistemológicas do "Sul", da decolonialidade, somam-se às questões que já vinham sendo fermentadas pelo feminismo, pela ecologia e pelos debates identitários e étnicos para contestar os modelos social, cultural, político e econômico vigentes. As consequências trazidas pela pandemia do COVID-19 acrescentaram ainda mais questionamentos para a reflexão. Tudo isso constitui, em relação à discussão da tecnologia, um horizonte em que muitas formas institucionais antigas são suspensas, não apenas de modo material, mas também conceitual. Hui cita o exemplo da Finlândia, que está analisando o abandono do ensino tradicional baseado em disciplinas, propondo um currículo baseado numa colaboração mais estreita entre os professores, com o suporte das tecnologias digitais (HUI, 2020 p. 71-72). Trata-se de uma oportunidade de refletir acerca de novas maneiras de

pensar e conceber estruturas, que podem conduzir a "epistemes" distintas dos modelos atuais.

Não se trata de uma visão ingênua, pois Hui se questiona sobre a possibilidade de um diálogo transversal desse tipo, na medida em que o mundo inteiro foi sincronizado e transformado pela força incomensurável das mudanças tecnológicas. Para ele, as culturas não europeias podem aprender com a modernidade e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica a partir de seus pontos de vista. Uma crítica que pode visar estrategicamente a visão ocidental de tecnologia enquanto mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia e força exclusivamente produtiva, muitas vezes obliterando a visão de seu potencial descolonizador, apontando para a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao CNPq e à FAPESP os subsídios às suas pesquisas, que permitiram a construção das reflexões presentes nesse texto.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? *In*: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.

ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. Revista **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, maio/ago. 2014.

ALMEIDA, Marco Antonio de. Refletindo sobre Mediações, Cultura e Informação com Pierre Bourdieu. *In*: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017. p. 197-219.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são "Práticas Informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017.

BEZERRA, Arthur Coimbra; ALMEIDA, Marco Antônio de. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, p. 06-23, 2020.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. *In*: BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. p. 171-189.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1**: artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

CETIC **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

CETIC. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C1/ Acesso em: 14 nov. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum – ensaio sobre a revolução no século XX**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** – Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LEIVA, João (Org.). **Hábitos culturais dos paulistas**. São Paulo: Tuva Editora, 2014.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente** – Tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PENTEADO, Claudio Luis Camargo; HOMMA, Luana Hanae Gabriel; TORI, Luca Amaral; HOMMA, Jana Tiemi Gabriel. Softwares livres e políticas culturais no Brasil: o caso do Mapa Cultural. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 89-111, jan./jun. 2020.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI.** São Paulo: Ed. SESC, 2018.

SCOLARI, Carlos A. **Las leyes de la interfaz**. Barcelona: Gedisa, 2018.

SENA, Eduardo Augusto. **Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural**: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, V.12, n. 3, p. 17-44, set./dez. 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011.

WISSENBACH, Tomás. Dinâmicas intraurbanas e desigualdades territoriais: elementos para o debate sobre inclusão digital na cidade de São Paulo. *In*: **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor], São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CATEGORIA EMANCIPAÇÃO HUMANA SOB O VIÉS DA MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO E DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

Ana Cristina de Albuquerque

1 INTRODUÇÃO

Notória é a contribuição da Ciência da Informação aos estudos que abarcam a informação no âmago da sociedade e as relações estabelecidas com tal informação pelos sujeitos informacionais. Nesse contexto, há tempos a Ciência da informação procura compreender esse processo de relação entre sujeitos e informação em uma sociedade permeada por elementos socioculturais divergentes. Em decorrência, imbricada nos processos de práticas sociais, a ideia de emancipação, de acordo com Felício (2010), pode ser compreendida como um processo histórico, ideológico educativo e formativo em que possa se atingir, de forma cada vez mais independente e complexa, posturas políticas, econômicas e culturais que permitam a desalienação provocada por um estado de estagnação do processo de divisão do trabalho.

Neste texto, emancipação humana é tratada enquanto categoria e vem de um recorte específico da abordagem de Freire (2005), passando por seu papel nas perspectivas filosóficas e privilegiando a tradição de estudar a necessidade dos atores sociais se mostrarem esclarecidos, mas, de forma efetiva, em valores humanistas e de transformação social. Considerando os atores sociais como sujeitos históricos, o autor explica que os sujeitos oprimidos e desfavorecidos, diante de uma organização coletiva e da desnaturalização de fatores da realidade, têm a possibilidade de modificar seu ambiente incidindo no concreto para uma libertação da

opressão (FREIRE, 2005). Essa compreensão remete à emancipação ligada ao conceito de humanização.

A ideia de emancipação pode também seguir os preceitos de informação e de cultura em determinados espaços destinados a oferecer reflexões e atividades e, principalmente, produção de documentos que façam emergir as condições elementares a acesso, divulgação, interação, elaboração e preservação da cultura, porquanto, diante do exposto, é possível inserir a compreensão da categoria emancipação numa chave de leitura compreendida também a partir das concepções de mediação cultural da informação e das práticas informacionais, uma vez que os sujeitos estabelecem ações e relações mediadas por processos socioculturais entremeados por informação.

2 APONTAMENTOS SOBRE A CATEGORIA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Categorias, no sentido filosófico, são princípios de base para que o conhecimento de algo seja possível, considerando a perspectiva de que o mundo é um todo integrado. A partir das causas e efeitos desse todo, as categorias funcionam como os elementos que mostrarão propriedades, processos e relações explicitadas pela prática teórica e intelectual. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: "[...] elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade." (ABBAGNANO, 2000, p. 12)

A noção de todo pode ser compreendida a partir da dialética da totalidade, ou seja, tudo o que existe é relacionado. Assim, Ciavatta (2014) explica que, à luz da epistemologia, o conceito de totalidade social traz a questão emancipatória como exigência e como desafio, posto que teoricamente esse termo deve servir à produção de conhecimento.

A categoria emancipação humana frequentemente é utilizada em discussões a respeito das características

socioculturais dos sujeitos ou como abordagem educacional, o que remete ao questionamento de suas concepções filosóficas. Uma sociedade autônoma e soberana é também o meio que congrega indivíduos racionais que, sem preconceitos ou crenças, podem construir conhecimento científico a fim de compreender a realidade a partir de experimentos e, assim, modificá-la a seu favor. Estes princípios, vindos do Iluminismo, e mais especificamente do filósofo alemão Immanuel Kant (1902), impõem um papel fundamental à autonomia dos sujeitos diante da realidade social.

Ciavatta (2014) explica que totalidade, no sentido de categoria emancipação humana em Marx (1979), são os fatos ou o contexto dos fenômenos em suas diferentes relações, o que incide no que o homem cria e produz socialmente.

Ir além de uma abordagem que coloca os sujeitos incluídos, em seus diferentes aspectos, nas esferas sociais, para Ambrosini (2012), baseado em Marx, é também refletir em ultrapassar os limites da compreensão de que apenas o ensino de competências e o saber fazer podem dar contribuições reais de modificação na vida das pessoas. Nesse sentido, o autor explica que o:

> [...] projeto de sociedade moderna, baseado no sujeito autônomo e na independência do Estado (garantida pelo contrato social entre os cidadãos), não atingiu a emancipação na sua plenitude, no máximo representou uma emancipação política. (AMBROSINI, 2012, p. 379)

Essa emancipação política, e não do indivíduo, é discutida por Bottomore (2012), no **Dicionário do Pensamento Marxista**, quando define o verbete emancipação. Na concepção liberal clássica, o conceito de liberdade vem imbuído do significado de "[...] ausência de interferência ou coerção" (BOTTOMORE, 2012, p. 123), ou seja, ser livre é fazer o que se deseja sem impedimentos, pois

a concepção liberal tem uma compreensão limitada do que seja esses impedimentos. Nessa percepção, ser livre pode ser realizar atos sem restrições, mas não há uma explicação do que sejam estas restrições, de quais são as interferências dispostas. Nesse âmbito, a concepção liberal trata os indivíduos como isolados e sem contexto, com direito a perseguir o que desejam e que se resumem, na maioria das vezes, somente ao mercado. Assim, o autor explica que Marx e o marxismo propõem um espectro mais amplo, no que diz respeito a definir essas restrições.

Para Bottomore (2012, p. 123), Marx e os marxistas buscam a definição de liberdade na eliminação de obstáculos para alcançar a emancipação humana: "[...] ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana." Eliminar os obstáculos, de acordo com o autor, seria fruto da ação coletiva, em cooperação e com organização, que levaria ao controle humano da natureza e dos meios de produção. Nesse sentido, Ciavatta (2014) coloca duas posições possíveis para o alcance da emancipação humana.

Na primeira, explica que uma sociedade pautada nas bases capitalistas não contribui para essa busca e vai no sentido contrário pois, por meio da exploração do trabalho, o ser humano é alienado das formas de conhecimento e das formas de sociabilidade, questão que, de acordo com a autora, é tratada em **O capital**, de Marx. Assim, a libertação do sistema vigente traria a possiblidade de emancipação humana a partir da negação do sistema capitalista.

A segunda posição traz a educação, os educadores e as atividades educativas ao centro da discussão proposta por Ciavatta (2014), quando questiona se seria possível voltar-se para a resistência à alienação. Os fenômenos sociais são construídos e regidos pelos sujeitos atuantes que transformam a realidade e, a partir daí, com ações vindas da educação que se integrem e deem a percepção de modificação das relações de trabalho e de vida. Dessa forma, é possível, de forma progressiva, garantir direitos civis,

políticos e sociais que conduzam à superação das desigualdades e a conquista da cidadania.

Sobre o processo de transformação da categoria emancipação humana trabalhada no marxismo, Decker (2010) explica que, na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Adorno retoma a discussão e demarca a educação como fator principal para impedir a barbárie. As questões sobre o papel da educação de servir para a socialização dos sujeitos, como prioridade para a conscientização, promovendo reflexão autocrítica, são nucleares para atender às necessidades e transformar os sujeitos e seu meio. De acordo com a autora, Adorno traz a concepção de emancipação humana totalmente ligada à educação e explica que esta deve preparar:

> [...] o sujeito a se orientar no mundo, a pensar os seus próprios atos, a ter uma postura decisiva e autodeterminada [...]. Educação direcionada à formação do juízo, formação das ideias próprias, da autoconsciência, um processo auto-reflexivo para evitar o desencadeamento de novas tragédias. Uma educação voltada à conscientização e à racionalidade, uma educação como possibilidade de uma proposta emancipadora, uma emancipação. (DECKER, 2010, p. 36)

Assim, para Adorno, a emancipação humana é ligada à conscientização política e ao sujeito como um ser social. A Escola de Frankfurt ainda teve Herbert Marcuse, com a definição de emancipação ligada à conscientização, e Jurgen Habermas, que relaciona a categoria à comunicação, passando pela razão e adquirindo um sentido político cultural (DECKER, 2010).

A partir destas concepções, pode-se perceber que, para compreender a categoria emancipação humana, é preciso se voltar ao entendimento também dos elementos de desigualdade social, bem como para suas formas de superação. Nesse sentido, a educação é fator primordial para

a compreensão das mudanças sociais, pois é um ato político, sem neutralidades. No que tange a Freire (1978), existir é uma característica marcante de um sujeito que transforma, produz, questiona e comunica em direção à transformação, podendo a educação ser o motor dessa transformação.

A educação libertadora em Paulo Freire é, antes de tudo, gerada por questionamentos nos quais a experiência concreta e as intervenções dos sujeitos são consideradas a partir do conhecimento explícito, gerando novos conhecimentos. Essa dinâmica permite com que educador e educando atuem na construção conjunta de pertencimento, reconhecimento e senso crítico da realidade.

A contradição opressão/libertação dá suporte à construção do conceito de emancipação humana em Paulo Freire, quando ele considera que a classe popular deve se libertar e se emancipar para a conquista de sua autonomia, por meio do exercício da *práxis* libertadora, que é a relação de ação-libertação-ação, a qual vai além do senso comum e proporciona a reflexão filosófica.

De acordo com Decker (2010), a categoria emancipação humana em Paulo Freire é constituída a partir do que a autora chama de "categorias de suporte" que se apresentam como Ser-Mais com indicadores Humanização e Liberdade; categoria Radicalização, com indicadores Utopia e Transformação Social; e categoria Diálogo, com indicadores Conscientização e Palavra.

A categoria de suporte Ser-Mais é trabalhada pela autora como o fato de os sujeitos sempre se questionarem e se descobrirem como seres inacabados, em busca de aperfeiçoamento. Para tanto, a educação poderia ser uma resposta ao sentido de inacabado, auxiliando e permitindo o posicionamento e a autorreflexão amparados pela Humanização e pela Liberdade.

Já a categoria de suporte Radicalização, na análise da autora, refere-se à própria obra de Paulo Freire, representada pela pedagogia do oprimido, pedagogia da liberdade, ação cultural para a liberdade e educação transformadora. A Radicalização vem dos pressupostos e amadurecimento das

obras, bem como ~~e~~ do posicionamento do autor, amparada pela Utopia e pela Transformação Social. (DECKER, 2010).

E, por fim, a categoria de suporte Diálogo é essencial pela proposição de ser a ferramenta para a educação radical e para as ações libertadoras. É no diálogo que se inicia o processo de reconhecimento de ambas as partes, educadores, sujeitos, espaços, e se consolida o processo de educação que pode levar à emancipação, sustentadas pela Conscientização e Palavra. Isso posto, a educação libertadora é construída na expressão do ensinar e do aprender e nas relações dialógicas dos sujeitos e dos educadores, de forma horizontal e com a valorização do diálogo.

De acordo com Jezine (2016), o diálogo é consolidado quando o educador problematiza a realidade dos sujeitos levando-os a uma reflexão sobre suas origens, limites e contradições, o que faz com que adquira a força para fundamentar a educação libertadora no processo de construção do conhecimento de forma coletiva, unindo teoria e prática e favorecendo a conscientização de forma crítica. Assim: "No processo de conscientização, ao valorizar a cultura, a realidade do ser humano é objetiva e empreende-se uma educação com eles e não para eles" (JEZINE, 2016. p. 29).

Desta forma, a categoria emancipação humana em Paulo Freire, que vem permeada das bases conceituais do marxismo, incide na motivação e determinação da busca pela liberdade pelos sujeitos, a partir de suas práticas e de sua realidade para refletir na tomada de consciência e assim poderem transformar a realidade e a si mesmos.

3 INTERLOCUÇÕES À MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO

Proposições para um entendimento de mediação cultural da informação demandam discorrer sobre algumas concepções acerca dos termos aqui expostos, sendo, portanto, impossível conceber as sociedades sem qualquer estabelecimento de relações individuais ou coletivas com a cultura, informação e mediação, visto que o ser humano, em

seu processo de "construção", é envolto a todo momento por tais elementos ~~e~~ constrói a sua realidade baseado sua relação com eles.

A informação é um elemento intrínseco a todo fazer humano e aos cenários sociais. É por meio da relação com a informação que o ser humano se insere, compreende e se relaciona em sociedade nos mais diversos âmbitos – político, econômico, social, cultural, e, por meio dela, elabora a sua realidade. Assim, como argumentam Freire e Silva (2012, p. 17), a informação possui uma

> [...] significativa função na formação e desenvolvimento das culturas e identidades de grupos, indivíduos, comunidades e nações, atuando juntamente com a linguagem e a comunicação, visando dotar os conteúdos de sentido (FREIRE; SILVA, 2012, p. 17).

Diante dessa acepção, a condição social que permeia o sujeito e a dimensão social como perspectiva de compreensão da informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007) abrangem o aspecto de construção coletiva, ou melhor, intersubjetiva, pois perpassam ainda os elementos culturais construídos coletivamente. Nesse contexto, "O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultantes de suas diversas práticas" (ARAÚJO, 2010, p. 97). Assim, a informação, nessa perspectiva, é uma criação a partir das relações dos sujeitos com o contexto no qual estão inseridos, um produto de construções simbólicas, elaboradas socialmente. Marteleto (2002) evidencia que

> [...] informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais (MARTELETO, 2002, p. 102).

Portanto, o escopo informacional está para além da sua materialidade, residindo também nas trocas simbólicas advindas dos contextos socioculturais entremeados na vida humana. Em outro momento, Marteleto (2007, p. 17) discorre que, no âmbito da Ciência da Informação, "entende-se que a informação seja um elemento da cultura – pois é da ordem da criação humana – que carrega sentido a ser comunicado para produzir conhecimento".

A complexidade do termo cultura perpassa por diferentes abordagens. As reflexões de Eagleton (2005), posicionado no interior do marxismo, propõem um diálogo com o desenvolvimento do capitalismo e dos desdobramentos da humanidade para abordar as mudanças em relação ao termo, pois, antes de tudo, explicita que ao desenvolver o conceito de cultura está se desenvolvendo também um conceito histórico, portanto um conceito mutável. Para Eagleton (2005), a partir de uma análise do processo histórico, formula-se um conceito que é, portanto, um conceito mutável. Segundo o autor, o conceito de cultura muda de significado e compreensão de acordo com a época em que os sujeitos se encontrando, constituindo um processo histórico.

A cultura, de acordo com o autor supracitado, não pode existir fora da constituição da classe dominante e das classes menos favorecidas, moldando assim um campo de forças em disputa estritamente relacionado à realidade, que vai resultar em práticas sociais que tensionam limites vivenciados pelos sujeitos em sociedade (EAGLETON, 2005). O entendimento dessas práticas culturais irá favorecer o entendimento de tradições, costumes, ritos e como ocorrem à medida em que as mudanças sociais caminham em sua dinamicidade (EAGLETON, 2005). No sentido de oferecer uma compreensão pautada no desafio de autocrítica em um sistema capitalista, tensiona a ideia para promover a superação da crise que, conforme desenvolvida no âmbito das ciências humanas, sociais e artes pode caracterizar a cultura como específica ao se dirigir apenas a uma parte definida da população. Não haverá sobrevivência da cultura se um debate por meio da

produção de bens culturais não emergir de forma consciente e em âmbito geral e crítico (EAGLETON, 2005).

Pode-se perceber, então, a cultura a partir de grupos que partilham socialmente os elementos referenciados entre seus pares, na dinâmica de valores agregados e compartilhados, nas experiências empíricas que podem contribuir para o conhecer, politizar, desnaturalizar e redimensionar saberes em movimento na produção de bens culturais. Quando a cultura se torna parte integrante da vida desses atores, no sentido de construir e modificar o ambiente ao seu redor, tem-se uma possibilidade concreta de mudança e tomada de consciência dos próprios atores como seres históricos, seres emancipados, que participam das decisões de seu meio.

Nesse sentido, Jeanneret (2009) afirma que

> [...] o objetivo de descrever processos de informação necessita do estudo de um complexo de objetos através dos quais as dimensões sociais, simbólicas e técnicas da comunicação são constantemente trocadas (JEANNERET, 2009, p. 27).

Nesse sentido, tais processos simbólicos são difundidos, perpassados e postergados a partir de elementos de mediação inseridos no seio da cultura que circunda os sujeitos. Sobre tal contexto, Feitosa (2016) incide que

> [...] a cultura é toda complexidade de criações simbólicas, de sentidos e significados que damos às coisas e ao mundo. Um 'algo' que não se sustenta se não se entender os processos culturais como mecanismos de mediação entre nós e os fenômenos (FEITOSA, 2016, p. 102).

Em decorrência, torna-se latente a compreensão de que, como ser social, informacional e cultural, o ser humano está sempre em relações em que envolvem, em maior ou

menor grau, processos de mediação, sejam eles abstratos ou não.

Como forma de esclarecer as premissas aqui abordadas, cabe destacar, ainda que não seja o foco de nossa abordagem, os fatores que congregam às discussões acerca da mediação da informação. Bastante discutida na Ciência da Informação, com destaque ao contexto das bibliotecas e atuação bibliotecária, a mediação da informação envolve, dentre outras questões, a promoção do "encontro" da informação com um determinado usuário, tendo a finalidade de satisfazer uma necessidade informacional, uma ação de interferência. Pautada na dialogia com o objetivo do protagonismo social, a mediação da informação é

> promotora da construção do espaço crítico a partir do qual o processo de problematização, capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência, pode representar um apoio significativo à apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora (GOMES, 2020, p. 11).

Por essa perspectiva, a mediação da informação contribui às percepções dos sujeitos informacionais acerca de sua realidade, de modo a propiciar um protagonismo social que os leve à emancipação. Inerente à tal premissa, Martins (2019) evidencia a categoria dialética da mediação, a qual

> [...] ilumina importantes questões do campo informacional e comunicacional, especialmente no cenário contemporâneo de evidente contradição, em que a produção intensa de informação é produção de intensa desinformação, quando a produção da ação contra hegemônica é também fortalecimento da hegemonia (MARTINS, 2019).

O viés dialético da mediação remete às interlocuções que são necessárias ao entendimento do termo, de forma a expandir sua compreensão e situá-lo em um contexto entremeado por diversas situações conflitantes que requerem uma reflexão crítica da realidade, visto que tal reflexão crítica se faz também pelo entendimento de como a cultura propicia o desenvolvimento de mediações diversas na sociedade.

Todo esse processo pode ser expresso na relação do sujeito com o mundo por meio das práticas informacionais, uma vez que qualquer prática informacional remete ao contexto de ações e, sob tal premissa, é possível estabelecer vínculo com a mediação. De acordo com Almeida (2008, p. 3), o aporte das "teorias da ação" sustenta que "as mediações são conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais e/ou coletivas)". Em paralelo, a mediação se dá nas construções e simbologias estabelecidas por meio de processos comunicacionais, sendo estes permeados por aspectos informacionais e culturais, como abordam Bezerra e Cavalcante (2020).

Uma vez que os aspectos culturais são inerentes aos contextos informacionais, bem como às relações estabelecidas entre sujeito e informação, cabe destacar a mediação cultural como um fator crucial nessa relação do sujeito com o mundo, vinculada a processos comunicacionais. Entretanto, "mais do que apenas um elemento da comunicação e da informação, a mediação é, por excelência, cultural. As diversas modalidades de mediação são apenas sotaques diferenciados dessa mediação que já nasce como cultural, conforme frisa Feitosa (2016).

> A mediação cultural opera na forma de uma relação hermenêutica aplicada aos fenômenos informacionais, cuja regra tradutora se dá a partir da própria cultura, essa, por sua vez, interpretada como um sistema ordenador a criar diversos

> sentidos (MENDONÇA; FEITOSA; DUMONT, 2019, p. 10).

Portanto, não é possível desvincular os fenômenos informacionais das estruturas culturais que ordenam as percepções dos sujeitos acerca de tais fenômenos, bem como da própria relação dele com a informação e as ações que são decorridas no trilhar de sua construção como ser social, no ínterim da construção e reconstrução dos sentidos alicerçados em aportes culturais subjetivos, mas que carregam intencionalidades. Em consonância, a "mediação cultural está vinculada à "[...] ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos" (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 8-9). Tais relações são estabelecidas em paralelo a movimentos de comunicação embicados no conjunto de relações sociais.

Nesse tocante, a partir do entendimento das conexões que são estabelecidas entre os sujeitos por meio dos elementos culturais compreendidos em um processo de mediação – direta ou indireta – que permita a apropriação para a construção da realidade, Bezerra e Cavalcante (2020) concebem a noção de "mediação cultural da informação" de forma ampla, como um processo para aproximação e interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades.

> Ou seja, a mediação cultural da informação, ainda que estabeleça interlocução tanto à mediação da informação quanto à mediação cultural, se diferencia ao englobar e propiciar uma compreensão dos fenômenos interculturais inseridos na lógica dos processos das relações informacionais/culturais que circundam as pessoas, para além somente de um contato stricto com a informação ou

> objeto cultural. (BEZERRA; CAVALCANTE, 2020, p. 6)

Um outro viés é o olhar antropológico da cultura apresentado por Feitosa (2016), no qual "a mediação cultural da informação se mostra como um meio fértil, capaz de acessar as múltiplas relações simbólicas de maneira indissociável ao contexto em que acontece nas interações porque este, por si, já se constitui mestiço e fluido." Em decorrência das argumentações apresentadas e tendo em vista que, para Mendonça, Feitosa e Dumont (2019, p. 15), "A cultura permite aos indivíduos, no âmbito de suas vivências, o protagonismo dos processos de mediação, tornando-os construtores de experiências significantes e igualmente informacionais", evidencia-se que a realidade humana é estabelecida por processos que envolvem aspectos culturais, informacionais e mediacionais, desenvolvidos e, muitas vezes, enraizados em contextos socioculturais que instaram ou, em certa medida, desenvolvem a visão de mundo dos sujeitos. Tais processos devem ser analisados pelo viés dialético, de modo a compreender como, a partir da interlocução dos sujeitos em um cenário de distintas mediações culturais em torno da informação, as pessoas podem desenvolver práticas informacionais que as permitam uma emancipação diante das disparidades que a utópica sociedade da informação apresenta.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS: UM BREVE CONTEXTO

Em seu percurso histórico, o campo voltado ao usuário da informação no âmbito Ciência da Informação foi delineado sob alguns olhares, sendo possível destacar três que se apresentaram de forma mais evidente. Uma das percepções teóricas concernia em visão tradicional cujo foco estava em elementos quantitativos da relação do usuário da informação com algum sistema informacional, de modo a visar o melhor desenvolvimento do sistema informacional em questão, com objetivo somente no acesso à informação, mas não nas

interlocuções a partir de tal acesso. Tal perspectiva, conforme discorre Araújo (2010, p. 25),

> Trata-se de um campo desenvolvido ao longo de algumas décadas, com forte caráter empirista de métodos prioritariamente quantitativos na busca de padrões e regularidades do comportamento dos usuários para o estabelecimento de leis 'científicas´ sobre o uso da informação (ARAÚJO, 2010, p. 25)

Outra abordagem, chamada de alternativa (na década de 1980) ou cognitiva começou a voltar o olhar ao usuário da informação, por meio de abordagens qualitativas de pesquisa com direcionamento à compreensão dos enfoques subjetivos do comportamento das pessoas em relação à informação. Sob tal perspectiva, são destacados modelos teóricos para entendimento da relação do sujeito com a informação em sua totalidade, por exemplo: os estudos de Belkin (1980), Wilson (1981), Dervin (1983), Taylor (1986), Ellis (1989) e Kuhlthau (1991), como argumenta Araújo (2010, p. 25).

O desenvolvimento dos estudos no campo dos usuários da informação propiciou a compreensão não somente no que concerne aos

> [...] papéis profissionais, mas também [como] os papéis sociais influenciavam na complexidade de busca e capacidade de utilizar os serviços oferecidos pelas bibliotecas, de maneira que novas abordagens eram necessárias para o desenvolvimento dos estudos (ROLIM; CENDÓN, 2013, não paginado).

As perspectivas dos estudos de usuários que inicialmente aportaram nos estudos de comunidade e posteriormente se voltaram às questões que englobam o contexto de necessidade, busca e uso da informação pelos

sujeitos. Sendo a necessidade algo que evoca o sujeito a um processo de busca de informação em variadas fontes e canais informacionais, com o propósito de uso da informação recuperada para determinada finalidade. Entretanto, cabe ressaltar que tal processo não se dá de forma linear, visto que o agir informacional das pessoas sempre pode desencadear novas necessidades informacionais em um ciclo contínuo.

Um terceiro enfoque (da década de 1990), e o qual será adotado na perspectiva do presente texto, refere-se aos estudos socioculturais ao contexto do usuário da informação, não somente àquele que faz uso de determinado sistema de informação, mas principalmente como um sujeito envolvido por questões socioculturais que interferem no modo como tal sujeito percebe a informação e a utiliza em seu cenário de atuação, seja ele qual for. É nessa terceira proposição que se inserem as percepções acerca das práticas informacionais. Para Marteleto (1994, p. 134), as práticas informacionais seriam "mecanismos de apropriação, rejeição, elaboração de significados e valores, não numa sociedade sincrônica, que guarda uma relação direta e cumulativa com a tradição, mas naquela onde os sujeitos elaboram suas representações". Outrossim,

> O estudo das práticas informacionais demarca uma concepção de informação que leva a uma perspectiva intersubjetiva, vindo a preencher algumas das lacunas deixadas pelas abordagens tradicional e alternativa dos estudos de usuários. Intersubjetividade esta que passa a considerar tanto a relação entre os indivíduos, como entre estes e a informação em contextos socioculturais distintos. (NUNES; CARNEIRO, 2019, p. 157)

As práticas informacionais, no olhar de Berti e Araújo (2017, p.394), "precisam ser compreendidas do ponto de vista de outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a

sociologia que atribuem uma compreensão complexa da realidade social", visto que as práticas informacionais não são decorrentes somente um elemento, tampouco são estabelecidas sem quaisquer relações com o cenário macro que envolve os sujeitos em sociedade.

Embasados por Savolainen (2007), Nunes e Carneiro (2019, p.157) afirmam que "a noção de práticas informacionais abrange modos de identificar, buscar, avaliar e compartilhar informações através de construtos sociais com base nas necessidades e motivações dos próprios indivíduos". Dessa forma, compreende-se que a relação das pessoas com a informação se dá em um contexto sociocultural, o que pode embasar ações e comportamentos e sugerir que o olhar à referida relação deve ser amplo, e não puramente objetivo e tecnicista, direcionado ao funcionamento de determinado sistema informacional (arquivo, biblioteca, museu), mas contextualizado a partir das experiências e percepções dos sujeitos no seio da complexidade de suas realidades. Tal acepção remete ao entendimento das interlocuções socioculturais tecidas por processos informacionais distintos que contribuem para a construção e percepção social da realidade. Essas questões são discutidas por Berger e Luckman (2000, p. 35), de modo que "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente". Os referidos autores discorrem que

> [...] as pessoas interagem em um determinado contexto histórico e social, compartilham informações a partir das quais constroem conhecimento social como uma realidade, o que por sua vez influencia seu julgamento, comportamento e suas atitudes (LUCKMAN, 2000, p. 35).

O viés social da informação permite compreender os processos informacionais decorridos pelos sujeitos em um espectro amplo de relações que são estendidas para além dos muros das instituições informacionais, arquivo, biblioteca, museu e de cultura, o que está alicerçado no olhar da Ciência da Informação com a perspectiva de prática social, segundo Fromann (2008). Sob o seguinte preceito, Araújo (2003, p. 25) elucida:

> Os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre a informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais.

A relevância de um enfoque ao contexto cultural fica evidenciada como fator importante ao desenvolvimento das relações dos sujeitos com a informação, tendo em vista a diversidade e complexidade dos elementos culturais e dialéticos que cerceiam a relação das pessoas com a informação. Nesse âmbito, destaca-se que a exclusão informacional ainda se faz vergonhosamente presente no contexto social, porém, é preciso frisar que

> O contexto é considerado como um elemento constitutivo das ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, por elas constituído a partir de uma relação dialógica. O individual e o social também são considerados como interdependentes (ROCHA; SIRIHAL DUARTE; PAULA, 2017, p. 39).

Em contraponto ao comportamento informacional que, em geral, está centrado em quantificações e padronizações, por meio de variáveis, Silva (2008, p. 59) argumenta que "a prática informacional, supõe os indivíduos como protagonistas das ações, e busca compreender os atos

encobertos das interações e a atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais". Portanto, os preceitos das práticas informacionais não se expressam somente no que tange ao contexto da necessidade, busca e uso da informação, como denotam os estudos de comportamento informacional, mas circunscrevem tais elementos em cenários de natureza variada, influenciados por construtos socioculturais, econômicos que, em maior ou menor grau, incidem sobre as ações em relação à informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria emancipação humana direciona o olhar aos cenários de mediação cultural da informação e das práticas informacionais que circundam a realidade humana, o que coaduna com a perspectiva de protagonismo social proposta por Gomes e Cortês (2020, p. 121), ao afirmarem que este é social e

> envolve todas as demais esferas da vida humana, nas suas diversas especificidades e dimensões, incluindo-se entre elas a própria dimensão cultural, em especial por se compreender cultura como produção humana, a partir da qual são produzidas as informações (GOMES; CORTÊS, 2020, p. 121).

Assim, torna-se elementar ampliar o debate do escopo amplo que envolve as relações informacionais tecidas pelos sujeitos em sociedade, de forma a tensionar os fatores que impedem ou condicionam o desenvolvimento desses sujeitos, visto que não estão imunes às várias formas de mediação cultural da informação que se pode incutir em suas práticas informacionais. O foco dos estudos de mediação deve se pautar também no modo como o sistema capitalista se sustenta e reforça suas condições de desigualdade com aparatos de elementos culturais que são mediados das mais diversas formas, incidindo direta ou indiretamente nas

práticas informacionais que estão conjugadas em um cenário de produção e reprodução social em que

> [...] na produção da realidade social e dos sujeitos, é um universal abstrato que evidencia a impossibilidade de entendimento do fenômeno informacional em si e por si, mas somente nas complexas relações que estabelece (MARTINS, 2018, p. 71).

Tais relações podem ser refletidas e analisadas sob o viés dialético, que compreende não somente as questões que envolvem a cultura, mas a própria cultura em cenário de prática social a qual não se desvincula dos processos históricos, não se furta da análise social da realidade. Em decorrência, os processos informacionais que permitem entender a emancipação humana, também devem estar sustentados pelo olhar dialético, crítico dos cenários que possibilitam emancipação do sujeito pelo viés informacional.

Sob tal enfoque e tendo como premissa a concepção de Ciavatta (2014), de que a emancipação humana advém das lutas políticas primeiro na esfera da ética e, em seguida, na esfera da política, compreende-se a possibilidade de alcance de uma perspectiva diferente da realidade em que os sujeitos se encontram. Nesse sentido, de forma crescente, a tomada de consciência se faz no sujeito e forma-se a consciência política que, consequentemente, leva a uma mudança em seu meio e nas práticas –informacionais – que possam ajudar a construir uma nova realidade.

Portanto, para a autora, o esforço de compreender a busca pela emancipação humana se desdobra na compreensão do trabalho e da educação como fatores essenciais no sentido de entender os modos e força de produção, bem como na sociabilidade e construção crítica que cada sujeito pode e deve adquirir para superação de suas condições (CIAVATTA, 2014).

Desta forma, reconhece-se que, uma vez que a vida social se organiza em cenários políticos, econômicos e informacionais expressos pela cultura, a compreensão dos processos de interferências da mediação cultural da informação pode se refletir nas práticas informacionais dos sujeitos em relação ao cenário que envolve a categoria de emancipação humana aqui discutida.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012.

ALMEIDA, Marco Antônio. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, dez. 2003.

ARAÚJO, Carlo Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010.

BERTI, lemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 389-401, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-19, 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CIAVATTA, Maria. Emancipação: a historicidade do conceito e a polêmica no processo real da existência humana. **Revista Trabalho Necessário**, ano 12, n. 18, 2014.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

DECKER, Isabel Cristina Uarthe. **A categoria emancipação em Paulo Freire e suas contribuições para um processo de educação sexual emancipatória**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

FREIRE, Paulo. **A ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, 2016.

FEITOSA, Luis Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, 2016.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020.

GOMES, Henriette Ferreira; CORTES, Gisele R. Mediação Consciente da Informação e Protagonismo Social das Mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho *et al.* (Org.). **Práticas informacionais**: reflexões

teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, v. 1, p. 122-201.

JEZINE, Emeide. A concepção de emancipação em Paulo Freire para uma leitura do acesso à educação superior. **Revista FAED**: Universidade do Estado de Mato Grosso, Alta Floresta, v. 25, ano. 14, n. 1, p. 15-34, 2016.

JEANNERET, Yves. Médiation. *In*: JEANNERET, Yves. **La société de l'information**: glossaire critique. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 105-107.

JEANNERET, Yves. A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 25-3, 2009.

NUNES, Jeferson Veras; CARNEIRO, B. L. F. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 150-168, 2019.

MARTELETO, Regina M. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. *In*: AQUINO, Mirian A. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, 1994.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., p. [1-17], 2007.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 4-19, maio 2019.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 33, n. 80, p. 133-154, 2019.

MARTINS, Ana Amélia Lage Mediação: perspectivas dialéticas. *In*: Colóquio Internacional Rede Mussi 201: Médiations des savoirs: la

mémoire dans la construction documentaire, 2018, Lille. **Anais** […]. Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire, 2018.

MENDONÇA, Ismael. Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Por uma relação cultural com a informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019.

NUNES, Jefferson Veras; CARNEIRO, Bárbara Luisa Ferreira. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 150-168, 2018.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, Diego Andres. (Org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v.23, p.36-61, 2017.

ROLIM, Elizabeth Almeida; CENDÓN, Beatriz Valadares. Modelos teóricos de estudos de usuários na ciência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2013.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

O PENSAMENTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS, DA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DO TRABALHO DE TRADUÇÃO

Juliana Moreira Pinto

> *"A luta pela emancipação é um processo complexo, envolve o campo das ideias e da realidade concreta, das práticas e das vivências dos sujeitos no tempo e no espaço." (SILVA, 2013, p. 760)*[38]

1 INTRODUÇÃO

Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo português, professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra, e *Distinguished Legal Scholar,* da Faculdade de Direito, da Universidade de Wisconsin-Madison, e *Global Legal Scholar* da Universidade de Warwick. É, igualmente, diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa[39]. É internacionalmente reconhecido como um intelectual importante da área de Ciências Sociais, e tem especial popularidade no Brasil, onde participou de várias edições do Fórum Social Mundial[40], bem como proferiu diversas palestras

[38] SILVA, L. E. O sentido e o significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n. 11, v. 3, p. 751-765, set./dez. 2013.

[39] Para saber mais sobre vida e obra de Boaventura de Sousa Santos, sugere-se o site disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php. Acesso em: 18 fev. 2021.

[40] O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento altermundialista organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu slogan é "*Um outro mundo é possível*". Sua primeira edição foi realizada em 2001. Devido à

em universidades públicas brasileiras.

Boaventura de Sousa Santos desenvolveu estudos de cunho teórico e empírico nos últimos anos, a fim de problematizar e compreender a questão da emancipação social. Nesse sentido, tentou determinar em que medida a globalização alternativa é um movimento social não hegemônico e quais são as suas possibilidades e limites. Para trabalhar sua hipótese, o autor realizou pesquisas em Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, e também na África do Sul, no Brasil, na Colômbia, na Índia e em Portugal. Conforme o autor, nesses locais foram identificados movimentos e experiências que mais claramente condensam os conflitos da dicotomia mundial Norte/Sul. Em suma, o autor identifica uma problemática crucial:

> [...] a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global. [...] se não sabemos que um mundo melhor é possível, o que nos legitima ou motiva a agir como se soubéssemos? [...] A multiplicação e diversificação das experiências disponíveis e possíveis levantam dois problemas complexos: o problema da extrema fragmentação ou atomização do real e o problema, derivado do primeiro, da impossibilidade de conferir sentido à transformação social. […] Do ponto de vista da razão cosmopolita que aqui proponho, a tarefa diante de nós não é tanto a de identificar novas totalidades, ou de adotar outros sentidos para a transformação social, como de propor novas formas de pensar essas totalidades e de conceber esses sentidos. [...] Do ponto de vista desta concepção do mundo, faz pouco sentido tentar captar este por uma grande teoria, uma teoria geral, porque esta pressupõe sempre a monocultura de uma dada totalidade e a homogeneidade das suas partes. A pergunta é,

pandemia do COVID-19, a sua 21º edição (2021) foi virtual e deverá forjar um modelo híbrido para o FSM 2022, a ser realizado no México.

> pois, qual é a alternativa à grande teoria? [...] Se o sentido e muito menos a direção da transformação social não estão pré-definidos, se, por outras palavras, não sabemos ao certo se um mundo melhor é possível qual é o sentido das lutas pela emancipação social? (SANTOS, 2002, p. 43-44).

O autor desenvolve três procedimentos sociológicos a partir da razão cosmopolita a seguir: a sociologia das ausências que visa trazer à tona experiências de sociabilidade, cultura, produção, convivência que são cotidianamente invisibilizadas, de forma a desacreditá-las como alternativas; a sociologia das emergências que visa dar luz às iniciativas e experiências de ação e, sobretudo, dar credibilidade às lutas, aos movimentos de onde são possíveis surgir alternativas de desenvolvimento e o trabalho de tradução que visa "criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e sociologia das emergências" (SANTOS, 2002, p. 30-31).

Boaventura de Sousa Santos esclarece que toda a forma de compreensão do mundo tem a ver com concepções do tempo. Por isso, a característica central da racionalidade hegemônica é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro[41].

> A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o

[41] A razão metonímica, (a que se reivindica como única forma de racionalidade), por sua indolência, desperdiçou as experiências, não as valorizou. As experiências sociais ignoradas durante a modernidade foram tantas que muitas delas foram definitivamente mortas. Por desperdiçar as experiências, contrai o presente, afinal de contas não há muito que se manifestar, não há muito que viver e nem aprender. A razão proléptica, (a que não se aplica a pensar no futuro porque imagina que sabe tudo sobre ele), aposta na expansão infinita do futuro pelas intensas expectativas sobre ele. O horizonte de expectativas é tão vasto que acaba por ser ilusório e inatingível. Pelo fato da razão metonímica não ter construído experiências, nada há que se concretizar no horizonte de expectativas.

> presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinitamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente. (SANTOS, 2002, p. 3)

Na contramão desse movimento, o autor propõe dilatar o presente por meio da sociologia das ausências, criando um amplo espaço de oportunidades que visam à valorização e conhecimento de experiências sociais múltiplas em curso no mundo de hoje e, contrair o futuro por meio da sociologia das emergências, ou seja, quanto mais vastas e diversificadas forem as experiências no presente, muito mais contraído será o futuro, uma vez que os sinais e as expectativas possíveis serão credíveis no presente. Ambas as sociologias trabalham em conjunto para valorizar as experiências sociais disponíveis no mundo.

Boaventura de Sousa Santos (2002) entende que, como todas as formas de conhecimento, o saber científico é incompleto e a realidade não pode ser limitada ao que existe, pois há realidades ausentes, produzidas como não existentes por meio de silenciamentos, supressões ou marginalizações. Todo saber é incompleto porque todo sujeito é também incompleto, mas a ciência moderna qualifica a incompletude e as incertezas, inerentes à condição humana, como limitações que precisam ser suprimidas ao invés de superadas.

Nessa direção, segundo Boaventura, é necessário romper com a lógica da ciência como fonte verdadeira do saber, do conhecimento, como preconizada pela ciência moderna, desmistificando seus componentes. É preciso aceitar que não há conhecimento totalmente livre, isto é, que não seja influenciado pela realidade, e ainda que todo conhecimento é socialmente produzido e conhecê-lo, faz com que possamos intervir no futuro.

Para Boaventura,

> Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida (SANTOS, 2004, p. 88).

A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum reconhecendo nessa forma de conhecimento possibilidades para o enriquecimento da nossa relação com o mundo. O senso comum é perito "em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas". De acordo com Boaventura, "o conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum" (SANTOS, 2004, p. 90).

Dito isto, este texto tem como objetivo apresentar, de modo geral, o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, centralizado na sociologia das ausências, sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Acredita-se que as práticas informacionais, podem ser discutidas a partir deste contributo teórico, a começar pela importância e centralidade atribuída ao sujeito e a todas as formas de conhecimento, inclusive do senso comum. Olhar para o sujeito no mundo, no seu contexto e cotidiano, é a tônica tanto das práticas informacionais quanto do pensamento sociológico deste autor, possibilitando um cruzamento teórico-metodológico deveras importante para as pesquisas em Ciência da Informação[42].

[42] Como não é objetivo aqui discutir a Ciência da Informação como pós-moderna sugere-se a leitura de WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage Information. Processing & Management, v. 29, n. 2, p.229-239, 1993.

2 SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS

A sociologia das ausências tem como missão principal dilatar o presente e revelar a diversidade de práticas sociais não consideradas durante a modernidade. Valorizar os sistemas de produção alternativos procurando expandir o princípio da cidadania e do empoderamento das pessoas.

A sociologia das ausências é um método sociológico que permite descobrir existências invisibilizadas pelo cientificismo moderno, parte de alguns questionamentos sobre as razões que levaram um tipo de racionalidade unilateral e excludente a dominar o cenário social nos últimos duzentos anos. Para o Boaventura de Sousa Santos (2002), torna-se importante confrontar e superar essa concepção de totalidade e a razão indolente que a sustenta. Esses questionamentos já foram alvos de reflexão por várias vertentes da sociologia crítica, dos estudos sociais e culturais da ciência, da crítica feminista, da desconstrução, dos estudos pós-coloniais, e outros. Explicita o autor:

> O que proponho é um procedimento renegado pela razão metonímica: pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem, como primeiro passo para os libertar dessas relações, e para revelar outras relações alternativas que têm estado ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. Pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse senhor, que designo por sociologia das ausências. [...] Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e

> com base neles transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2002, p. 11-12).

Boaventura de Sousa Santos (2002) explica que, para superar a hegemonia da razão indolente, faz-se necessário pôr em questão cada uma das lógicas ou modos de produção de ausência que ela sustenta:

- a primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor científico e consiste na ideia de que o único saber válido é o saber científico. A ciência e a alta cultura são transformadas em critérios únicos de verdade e o que não é reconhecido é posto como inexistente;
- a segunda lógica assenta na monocultura do tempo linear que traz a ideia de que a história tem um sentido único e previsível, um tempo linear marcado por relógios, calendários e na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial juntamente com os seus conhecimentos, suas instituições e formas de sociabilidade dominantes. Tudo que não acompanha essa evolução é atrasado, assimétrico;
- a terceira lógica refere-se à monocultura da naturalização das diferenças que naturalizam as hierarquias por meio da distribuição das populações em classes raciais, culturais e de gênero. Esta lógica tem como consequência a relação de dominação produzindo desigualdades que trazem em si a ideia de inferioridade. O "superior" terá sempre a responsabilidade de dominar o inferior como se fosse uma missão civilizadora;
- a quarta lógica está relacionada à monocultura da escala dominante que tem como formas principais o universal e o global vigorando em todos os espaços e incapacitando as realidades particulares e locais que somente poderão sobreviver se estiverem à sombra das entidades globais;
- a quinta lógica da não existência, assenta na

> monocultura dos critérios de produção capitalista que consiste na lógica produtivista e tem como objetivo inquestionável o crescimento econômico. Nega-se tudo que for improdutivo (esterilidade, preguiça, desqualificação profissional).

Essas lógicas de produção geram cinco principais formas de não existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Como transgressão a essas lógicas de exclusão, Boaventura de Sousa Santos (2002) propõe para cada monocultura uma ecologia conforme exposto no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Monoculturas e Ecologias.

MONOCULTURAS (Colonialismo)	ECOLOGIAS (Emancipação)
Monocultura do saber e do rigor científico	Ecologia dos saberes
Monocultura do tempo linear	Ecologia das temporalidades
Monocultura da naturalização das diferenças	Ecologia do reconhecimento
Monocultura da escala dominante	Ecologia das trans-escalas
Monocultura dos critérios de produtividade capitalista	Ecologia das produtividades

Fonte: Elaborado pela autora a partir da teoria de SANTOS, 2002.

Onde:

- *ecologia dos saberes*, parte do princípio de que todos os saberes são incompletos e não há ignorância total. Todo saber possui um tipo de conhecimento, limites externos e internos dignos de serem considerados (transformação da ignorância em saber aplicado);
- *ecologia das temporalidades*, parte da ideia de multiplicidade de tempos, contrapondo-se à presença

exclusiva do tempo linear. Diferentes culturas constroem diferentes regras de temporalidade: tempo das estações, tempo circular, tempo glacial (valorização de outras temporalidades);

- *ecologia dos reconhecimentos*, possibilita reconhecimentos recíprocos tomando as diferenças sem desigualdade (diferenças subsistem sem hierarquização e desigualdades);
- *ecologia das trans-escalas*, necessidade de articulação das escalas locais, nacionais e globais (ampliação da diversidade de práticas sociais de modo a oferecer alternativas ao globalismo localizado);
- *ecologia da produtividade*, propõe a valorização dos modos de produção alternativos que foram, até então, menosprezados ou escondidos pela produção capitalista (SANTOS, 2002).

Vê-se que todas essas ecologias retratam a ideia de que a realidade não deve ser reduzida ao que existe. Revelam um processo coletivo de produção de conhecimento mostrando que é possível promover o diálogo entre vários saberes, para que a diversidade de conhecimentos possa emergir.

3 SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

A sociologia das emergências, conforme desenvolvida por Boaventura Santos, consiste em substituir o vazio do futuro por possibilidades plurais e concretas. Para o autor, a noção que preside a sociologia das emergências é o conceito de ainda-não, proposto por Ernst Bloch (1995)[43]. Conforme descreve Boaventura Santos, Bloch questiona o fato de a filosofia ocidental ter sido dominada pelos conceitos de "Tudo e Nada", nos quais tudo parece estar contido como latência, mas de onde nada novo pode surgir (SANTOS 2002). O autor esclarece que:

> A sociologia das emergências consiste em

[43] BLOCH, E. **The principle of hope**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

> substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado. [...] O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. Não é um futuro indeterminado nem infinito. É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas (SANTOS, 2002, p. 21-22).

Toma-se aqui, como ponto de reflexão, a Declaração do Milênio, realizada em setembro de 2000 na cidade de Nova York, que reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países, a qual menciona que os governos não economizariam esforços para libertar nossos homens, mulheres e crianças das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema. Entre as Metas do Milênio (MDMs) estão: "formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo" e, "velar para que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações" (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 9-10).

Tais metas têm ligação com a educação contínua e com a competência em informação, um dos temas de pesquisa em Ciência da Informação, contemplando o uso desse recurso para a resolução de problemas e aprendizado ao longo da vida. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses propósitos, que se tornaram conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)[44], vigentes de 2000 a

[44] Disponível em: https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Decalra%C3%A7%C3%A3o-do-Milenio.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

2015[45].

A partir da conscientização da importância da informação, em meio às modificações ocorridas na sociedade atual, é possível iniciar movimentos em direção a transformações dos paradigmas informacionais, educacionais e profissionais existentes, promovendo desse modo, mudança social e autonomia expressiva na vida dos cidadãos (VITORINO, 2008). Acredita-se que para alcançar um mundo de prosperidade, igualdade, liberdade, dignidade e paz, é necessário o comprometimento de todos os cidadãos, o esforço de toda a sociedade e o compromisso com uma mudança cultural na esfera das relações familiares, comunitárias, das relações do Estado com a sociedade e a iniciativa privada.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002) na sociologia das emergências, os campos sociais destacados para prever pistas ou sinais no futuro e importá-los para o presente são:

- *experiências de conhecimentos*: referem-se a conflitos, interações e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento;
- *experiências de desenvolvimento*, trabalho e produção: referem-se a conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas e modos de produção, exemplos: entre medicina moderna e tradicional; entre biotecnologia e os conhecimentos indígenas ou tradicionais;
- *experiências de reconhecimento*: referem-se a conflitos e diálogos possíveis entre sistemas de classificação social: racismo, xenofobia, e outros;
- *experiências de democracia*: referem-se a conflitos e

[45] Como agenda pós-2015, foram concebidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de combate à pobreza e à fome, de proteção dos direitos humanos e de promoção do desenvolvimento inclusivo, sustentável e saudável, para assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, sendo um desdobramento direto dos ODM.

diálogos possíveis entre democracia representativa liberal e democracia participativa, exemplo: participação cidadã nas decisões sobre impactos científicos e tecnológicos;
- *experiências de comunicação e informação*: referem-se a conflitos e diálogos possíveis entre alternativas de fluxos globais de informação (controle das grandes empresas transnacionais da área) *versus* os meios de comunicação sociais, derivados da revolução das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs).

As sociologias das ausências e emergências trabalham em conjunto para valorizar as experiências sociais existentes no mundo. Os sujeitos sociais estão localizados no contexto social que pode ser compreendido justamente a partir da aproximação com suas múltiplas formas de conhecimento e de vivências. Como esclarece Boaventura, as relações, as práticas, o conhecimento são sempre contextuais. Uma das formas de chegar no "mundo da vida" desses sujeitos é por meio da tradução.

4 TRABALHO DE TRADUÇÃO

> A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências (SANTOS, 2002, p. 30-31).

Além de ser um trabalho intelectual e um trabalho político é simultaneamente um trabalho emocional por presumir a importância de se construir práticas coletivas que possibilitem a fusão dos saberes.

Para que se possa compreender o trabalho de tradução, algumas considerações de ordem prática devem ser feitas. Para tanto, partir-se-á das seguintes indagações, propostas por Santos (2002, p. 38): O que traduzir? Entre o que traduzir?

Quem traduz? Quando traduzir? Como traduzir?

A resposta à primeira pergunta (O que traduzir?) é dada pelo conceito de zonas de contato que, segundo Santos (2002, p. 38), "são campos sociais onde diferentes mundos da vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem". Para o autor, a zona de contato requerida pela razão cosmopolita é constituída por aquilo que cada saber ou prática decide que deve ser posto em contato e com quem deve contatar, a fim de que se identifique o que há de comum ou para ser aprendido entre eles.

À segunda pergunta (Entre o que traduzir?), considera-se que é necessário definir quais os saberes e práticas, que ao serem traduzidos, poderão criar novas inteligibilidades e possibilidades de resposta ou compreensão de um mesmo assunto, minimizando, dessa forma, a sensação de carência ou inconformismo em relação aos padrões estabelecidos pelo cientificismo moderno (SANTOS, 2002).

Em resposta à terceira interrogativa (Quem traduz?), pode-se afirmar, de acordo com Santos (2002, p. 41), que tal tarefa deve ser empreendida pelos intelectuais que possuem uma compreensão profunda e crítica a respeito de cada prática e saber envolvidos no processo de tradução e que desejam buscar em outros saberes/práticas, respostas que não se encontram dentro dos limites de seus saberes/práticas "de origem".

"Quando traduzir?" A essa pergunta, Santos (2002, p. 41) responde afirmando que "a zona de contato cosmopolita tem de ser o resultado de uma conjugação de tempos, ritmos e oportunidades. Sem tal conjugação, a zona de contacto torna-se imperial e o trabalho de tradução torna-se uma forma de canibalização". À quinta e última pergunta (Como traduzir?), Santos (2002, p. 42) explica que "o trabalho de tradução é, basicamente, um trabalho argumentativo, assente na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência".

Ressalta, no entanto, as dificuldades ínsitas ao trabalho de tradução, decorrentes do fato de que toda argumentação é orientada por postulados, axiomas e ideias que não são

objeto de discussão, pois são aceitas como evidentes pelas pessoas que participam de um determinado círculo argumentativo (*topoi*[46]), ao passo que o trabalho de tradução não dispõe de um *topoi*, pois os disponíveis são próprios de determinados saberes ou práticas. Assim, faz-se necessário que na medida em que avance, o trabalho de tradução vá construindo os *topoi* adequados, pois os saberes e práticas diante do multiculturalismo, dificilmente têm a mesma linguagem.

Na zona de contato (campos sociais onde diferentes mundos da vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram) serão construídos os novos *topoi*, que confirmarão a "fusão dos saberes": a) à zona de contato e à situação de tradução da língua na qual a argumentação é conduzida, uma vez que os saberes e práticas presentes em determinada zona de contato cosmopolita, diante do multiculturalismo que lhes é peculiar, dificilmente têm uma mesma linguagem; b) aos silêncios, ou seja, aos ritmos diferentes com que cada saber ou prática articula as palavras com os silêncios e com os diferentes significados que cada cultura atribui ao silêncio.

De acordo com Santos (2002, p. 31), "o trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes quanto sobre as práticas e os seus agentes". A tradução entre os saberes ocorre por meio da hermenêutica diatópica, que constitui um procedimento hermenêutico que viabiliza o diálogo entre diferentes culturas. Consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas, objetivando identificar as preocupações isomórficas entre elas e as diferentes

[46]O termo é de Aristóteles, que chamava de *topoi* as verdades aceitas que formam a base de nosso pensamento e argumentos e que orientam as escolhas que fazemos no dia a dia. Os *topoi* são as verdades, digamos, populares, que se repetem, se espraiam e acabam por se consolidarem, adquirindo *status* de sabedoria. Confundem-se um pouco com os provérbios e, como eles, transformam-se em sentenças. Não necessitam ter conteúdo moral como têm os anexins (dito conceituoso, adágio), mas acabam, igualmente, adquirindo ar de certeza. Também não são dogmas, dado que estes são pontos fundamentais e indiscutíveis, base estruturante, sobretudo, das religiões.

respostas que lhes são dadas. Saldanha (2007, p. 414), salienta que "o objetivo da hermenêutica diatópica não é atingir a completude, mas ampliar a sua consciência de incompletude por intermédio de um diálogo".

Em linhas gerais, portanto, o trabalho de tradução entre saberes é a revelação à consciência da impossibilidade de uma teoria geral:

> Em minha opinião, a alternativa à teoria geral é o trabalho da tradução. [...] Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes (SANTOS, 2002, p. 30-31).

A teoria da tradução de Boaventura de Sousa Santos situa-se na mediação entre o mundo e o homem, assumindo a forma de um procedimento de interpretação entre duas ou mais linguagens cuja finalidade passa a ser identificar questões comuns entre elas, transformando-se em um operador que busca a conexão, a compreensão entre culturas e conhecimentos distintos, permitindo que se encontrem seus elementos comuns. Sendo assim, refere-se a um processo de mediação da informação, que é visto muitas vezes como "complexo e, consequentemente, forçosamente imperfeito" (SMIT, 2009, p. 60), pois traduzir não significa transformar uma linguagem em outra, mas descobrir caminhos que ultrapassem as divergências de linguagens e comunicar, de modo singular, aquilo que não pertence à linguagem que formaliza, mas a quem se utiliza dela.

Na ação comunicativa, a mediação pode favorecer o acesso e a apropriação da informação, pois essa, em função de seu caráter estático, "não produz por si só qualquer conhecimento" e somente se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os

estoques) e o receptor. “Porém, a produção dos estoques de informação não possui um compromisso direto e final com a produção de conhecimento” (BARRETO, 1999, p. 373). Para que a informação faça sentido é necessário organizá-la, levando-se em consideração os objetivos que a norteiam, de modo a permitir o acesso à mesma. De acordo com Almeida Junior (2009), o empoderamento da informação pelo indivíduo o desloca da categoria de mero receptor da informação a um ser ativo e participativo na formulação da informação.

Boaventura de Sousa Santos (2002) em resposta à interrogativa “Quem traduz?”, cita que toda cultura e todos os saberes e práticas sociais são vividos e só existem na medida em que são usados e exercidos por grupos, comunidades, associações. Por isso os representantes desses grupos devem ser os responsáveis por participarem do trabalho de tradução. O procedimento de tradução proposto por Boaventura reafirma a necessidade e a importância do diálogo entre saberes como possibilidade de novas aprendizagens, ainda valoriza a forma plural de se pensar os métodos, a produção de saberes, de linguagens e representações da realidade, tendo-se em vista que os indivíduos fazem parte de um contexto social, agindo sobre o mesmo e sofrendo interferências desse espaço.

Nesse viés, acredita-se que os aportes teóricos do procedimento de tradução propostos por Boaventura possam contribuir com os estudos de práticas informacionais, que de acordo com Araújo (2017) constituem-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação, englobando as noções de interação e de contexto junto à ação dos sujeitos que fazem uso, produzem e se apropriam de informação e de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, que a sociologia das ausências (que mostra que as práticas sociais são práticas de conhecimento), a sociologia das emergências (que trata de dar luz às iniciativas

e experiências de ação, as possibilidades que se afirmam, aos movimentos que existem e de onde são possíveis brotar alternativas de desenvolvimento), e o procedimento de tradução (que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências) podem contribuir para pesquisas de práticas informacionais, que se desenvolvem a partir dos conceitos também trabalhados por Boaventura, como o de "contexto, cotidiano, conhecimento, entre outros", permitindo a compreensão de modo mais vertical ou intrínseco dos atores sociais.

Ressalta-se que o procedimento de tradução é essencialmente comunicacional por possibilitar a articulação de diferenças e equivalências entre vários saberes. A tradução é um trabalho argumentativo e carrega a ideia de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber. Isso torna real a possibilidade de construção de uma realidade, que implica na participação ativa do outro como sujeito individual e social, visando à promoção de diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento.

Na área da Ciência da Informação, os constructos teóricos da tradução reforçam tanto a importância das práticas informacionais quanto da mediação da informação entre diferentes formas de saberes e sujeitos, no âmbito da construção do conhecimento, com vistas à promoção da competência em informação e ao empoderamento dos cidadãos para que eles exerçam a cidadania e o autoconhecimento e convivam melhor na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 89-103, 2009.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são práticas informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068 Acesso em: 18 fev. 2021.

BARRETO, A. A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 371-382, 1999.

BLOCH, E. **The principle of hope**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Decalra%C3%A7%C3%A3o-do-Milenio.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

SALDANHA, J. M. L. Da teoria geral do processo à teoria da tradução: um aporte da sociedade das ausências e das emergências. *In*: DIDIER JR., F.; JORDÃO, E. F. (Org.). **Teoria do processo**: panorama doutrinário mundial. Salvador: JusPodivm, 2007. p. 389-428.

SANTOS, B. de S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. [s.l.], 2002. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, L. E. O sentido e o significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n. 11, v. 3, p. 751-765, set./dez. 2013.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de. (Org.). **Ciência da informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.

PARA SULEAR AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS AMERÍNDIAS, AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS AO PROJETO DECOLONIAL

Juliana Maria de Siqueira

Cruz de estrelas
Apontando o sul, norteando a Terra
Talismã de luz no céu do planeta
Punhal brilhante rasgando a noite da solidão brasileira

Quem me dera
Simplesmente estar e olhar as estrelas
Sem pensar nas cruzes ou nas bandeiras
Quem dera as luzes da Via Láctea iluminassem as cabeças
E acendesse um sol em cada pessoa

Que aquecesse o sonho e secasse a mágoa
Esta terra é boa, esse povo agita
Não é à toa que a gente voa
Que a gente canta e acredita
(Renato Braz, Cruzeiro do Sul)

1 SULEAR: UM REENCONTRO CONOSCO MESMOS

No ano em que se comemora o centenário do nascimento de Paulo Freire, retomo o termo **sulear**, utilizado pelo educador (FREIRE, 1992), para me referir à direção segundo a qual proponho a construção de conceitos, práticas e políticas informacionais capazes de expressar um compromisso com a transformação da realidade vivenciada no Brasil, na América Latina e no Sul Global. Em vez de dar as costas ao Cruzeiro do Sul, norteando-me pelo que não integra nosso horizonte ético e cognitivo, escolho ser iluminada por essa constelação, que sugere o encontro e a passagem por uma encruzilhada de saberes afroindígenas, prenunciando a

chegada ao terreno intercultural.

Já é hora de mergulharmos, coletivamente, na tarefa de sulear *cosmopercepções* (não somente *uma perspectiva*) das práticas informacionais que têm lugar em nossa sociedade e ao mesmo tempo ajudam a conformá-la. Ao menos, para aquelas e aqueles que reconhecem e denunciam que vivemos, em grande medida, um mundo cujas relações são configuradas a partir de um padrão de poder **colonial**, isto é, uma lógica injusta que separa, hierarquiza e discrimina seres, culturas, nações, continentes – bem como os conhecimentos que esses e essas produzem. Em outras palavras, urge semear alter-ativas[47] decoloniais no campo da Informação.

Aquelas e aqueles dentre nós que não desejam continuar pactuando com o epistemicídio que silencia, invisibiliza e inviabiliza a existência objetiva de um sem-número de modos de vida distintos da ocidentalidade, estão, já, de fato, engajados na busca de referências bem outras que nos conduzam a um reencontro com as nossas próprias raízes, muito além da modernidade eurocentrada. Desde as vivências e sabedorias ancestrais, que nos permitem reconstruir campos de conhecimento abertos ao diálogo intercultural e sustentar práticas e políticas autenticamente democráticas, afirmam-se possibilidades contemporâneas de pensar e agir em consonância com valores e projetos coletivos em que a emancipação e a autorrealização não se façam às custas da Vida – seja ela de seres humanos ou de outras espécies que povoam o planeta.

É fato que a perspectiva das práticas informacionais se mostra promissora ao descrever as dinâmicas do campo, sob o prisma da configuração social hegemônica, isto é, no seu

> movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas [...] e também as elaborações e perspectivas individuais

[47] 'Alter-ativas' não são vias 'alternativas' ou paralelas às práticas hegemônicas. Tampouco visam a sua mera transformação (alteração). Dizem respeito a *dinâmicas* contra-hegemônicas que buscam sua reconstrução em outras bases, no longo prazo (ALBÁN-ACHINTE, 2012).

> de como se relacionar com a informação [...], num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa. (ARAÚJO, 2017, p. 221)

Mas, também é fato que uma série de sujeitos e fenômenos, situados além das fronteiras da modernidade eurocêntrica, estão fora do alcance de sua lente compreensiva. E, por conseguinte, da possibilidade de serem plenamente considerados, ouvidos e respeitados em seus próprios termos, num processo de negociações fundado nessa perspectiva. Tomar a sociedade moderna, ocidental, capitalista como totalidade que abarca em seu interior mesmo toda a diversidade cultural – eis o limite epistêmico, ético e político dessa linha de pensamento/ação.

É por isso que a alter-ativa decolonial reivindica um diálogo mais além, que não apenas amplie os conteúdos das conversações sociais (sobre o que se fala/negocia), mas que ofereça um **giro** nos termos mesmos em que elas se dão (quem pode se pronunciar, de que forma e para quê). Parece abstrato? Vejamos o problema da definição de políticas públicas no Brasil.

É já de conhecimento comum que as políticas públicas são desenhadas com base em sistemas de informações e indicadores sociais e econômicos, contando, ainda, com mecanismos de participação e controle social que permitem, em alguma medida, a escuta e decisão dos grupos interessados. Eis um campo em que a perspectiva das práticas informacionais se torna, evidentemente, ferramenta de análise imprescindível. Ali está em jogo uma política de **governança informacional** (ANDRADE; RIBEIRO, 2012) que abre ou fecha possibilidades de se chegar a uma decisão amplamente embasada, e, portanto, a lógica sob qual se concebe, recolhe, organiza e distribui a informação condiciona os diálogos e as deliberações coletivas.

Exatamente aí é que precisamos investigar como se entranham e se camuflam os traços da **colonialidade**.

Conforme assinala Moura (2020), a Ciência da Informação nasce no processo de "aperfeiçoamento das estruturas coloniais", sendo necessário reconhecer que:

> Os dispositivos que o campo produz, às vezes de forma acrítica, funcionam como – vou utilizar uma expressão da Sueli Carneiro – dispositivos de racialidade e biopoder [...] pois eles subsumem em suas estruturas princípios que modelam lógicas de circulação do conhecimento com o consequente e ostensivo desaparecimento de temas, sujeitos e agendas. (MOURA, 2020)

Escutemos, pois, aquelas que têm sido, reiteradamente, excluídas das possibilidades concretas de incidir nessas conversações – as mulheres negras das periferias:

> [...] vivendo, entre nós, as tensões dos confrontos de nossas diferenças de classe social, escolarização, faixa etária, entre outras, vivendo contraditórios sentimentos e discordâncias quanto a estratégias a adotarmos, vamos lutando por justiça para nós, **para todos os que são marginalizados pela sociedade**. Não admitimos as equivocadas análises que fazem de circunstâncias que nos são impostas, tampouco aceitamos limitadas definições do que sejam as mulheres negras. Somente nós mesmas podemos nos definir. Somos as fontes mais genuínas de conhecimento sobre nós; exigimos que estudos que nos tomem por temática tenham como centralidade nossos pontos de vista de mulheres negras. (SILVA, 1998, grifo meu)

A virada epistemológica que as mulheres negras

reivindicam e operam é aquela que permite adotar como centralidade não apenas o *seu* ponto de vista, mas a inteireza da experiência dos sujeitos que historicamente têm sido negados e expropriados nas dinâmicas de produção e distribuição de conhecimento, riqueza e poder. É disso que se trata o giro decolonial: uma reorganização do poder, expressa nos processos de saber e nos modos de ser, atentos e abertos à alteridade. O resultado desse movimento, que põe em cruzo princípios e procedimentos de distintas matrizes culturais, é uma postura interculturalizante nos campos científicos, nas práticas sociais e nas políticas públicas. Vale, aqui, a proposta:

> *Con "intercultural" no nos estamos refiriendo a una combinación de enfoques diferentes (indígena y científico) sobre* un mismo objeto [...]. *Interculturalidad significa más bien el reconocimiento de* una misma condición *(humana) a través de la construcción de diferentes objetos.* (ROMÁN JITDUJAAÑO, SÁNCHEZ; ECHEVERRI, 2020, p. 9)

Este texto quer ser convite à comunidade de argumentação que se dedica ao estudo das práticas informacionais para dispor-se nessa encruzilhada intercultural, renunciando à ilusória posição de superioridade e exclusividade que a perspectiva da ciência ocidental nos legou e incorporando outras possibilidades de vivência e produção de conhecimento no campo da informação. A gira que aqui propomos pretende nos situar num terreno de diálogo mais amplo com as raízes profundas da América Latina e da África – ou, antes, de uma *Abya Yala Quilombola*[48], capaz de retomar convergências históricas e culturais e inspirar solidariedades libertárias que transcendem as

[48] Território que se organiza tendo como centralidade a vivência histórica decolonial, bebendo nas fontes das culturas ameríndias e africanas, e não mais articulado pela perspectiva (subalternizada), pelo lugar (periférico) e pelo nome (América Latina) atribuídos pelo colonizador.

fronteiras estabelecidas no processo colonial. Dessa maneira, pomos em roda o perspectivismo ameríndio, os princípios das filosofias afrocêntricas e os saberes das Comunidades Tradicionais de Terreiro, nas sistematizações elaboradas com e pelos sujeitos que vivem essas matrizes, promovendo não uma análise, tampouco uma comparação, mas um *jogo* cujo resultado seja o de ressaltar suas convergências e contribuições epistemológicas ao projeto decolonial[49].

2 A GIRA EPISTEMOLÓGICA NA ENCRUZILHADA DECOLONIAL

Para diversas culturas ameríndias e africanas, a cruz e a encruzilhada carregam um potente simbolismo de suas cosmovisões. Concebida pelos povos andinos, a Cruz de Tiwanaku representa a convergência entre as tríplices dimensões do tempo e do espaço, que não se limitam aos planos conhecidos pelo ser humano. No centro dessa cruz, ligada simbolicamente à constelação do Cruzeiro do Sul, acha-se a *chakana*, que é a chave do próprio método da filosofia andina: a vincularidade. Segundo Lajo (2006), ela significa a ponte de acesso e o atravessamento rumo à consciência, transição entre as esferas da existência, em forma de laço ou compromisso. Revela as conexões entre seres e instâncias cósmicas, derivando uma ética coletiva ou comunitária que busca o Bem Viver como ação cuidadora, produtora de harmonia e equilíbrio (CAMPOHERMOSO RODRÍGUES; SOLIZ; CAMPOHERMOSO RODRÍGUES, 2015).

Já na cultura Bakongo, dos povos nativos do Kongo, de origem Bantu, a cruz está presente no centro do cosmograma *Diekenga*, que representa os ciclos do sol, da vida, do universo

[49] Não sendo objetivo, neste espaço, apresentar cada uma dessas vertentes e suas singulares derivações, indicamos, para uma visão do Bem Viver e do Ubuntu, a tese de doutorado de Siqueira (2019). Sobre a Filosofia Kalunga, da cultura Bakongo, ver Tiganá Santana Santos (2019) e Fu-Kiau (2016); acerca da Filosofia do Axé, dos Yorubá, indicamos Sodré (2017). Para abordar as epistemologias das Comunidades Tradicionais de Terreiro, vale mergulhar nos trabalhos de Nogueira (2020), Oliveira (2005) e Rufino (2017), entre outros.

e do tempo, numa espécie de mandala. Conforme revela Fu-Kiau (2016), no plano horizontal, uma linha (*Kalunga,* simbolizando o mar) ordena os mundos físico e espiritual – dos vivos e dos mortos. Partindo da dimensão espiritual, no ponto mais abaixo do círculo, dispõem-se, no sentido anti-horário, quatro acontecimentos ou "represas do tempo", que marcam sua divisão: *Musoni* ou concepção, *Kala,* ou nascimento, *Tukula*, amadurecimento e *Luvemba*, morte. Esses marcos permitem distinguir os estágios de germinação, de crescimento/aprendizagem, de liderança e de decadência/silêncio. Esse conceito exotérico do tempo, distinto do sentido ordinário da cotidianidade, está enraizado na cosmologia e na filosofia Bakongo, fornecendo o sentido de sua organização social, cuja decifração os humanos necessitam aprender para com ele atuar:

> O tempo é o movimento da energia consciente *(ngolo zasikama)* dentro da matéria biológica/ corpo (*ma/nitu*) no caminho tanto individual, quanto do ciclo cósmico universal da vida e dos sistemas sociais (*dikenga dia zingu/moyo ye fu*). Assim, estar no tempo não é apenas ir através dele, mas também experimentar a vida caminhando nas *n'kama mia ntangu* (represas do tempo). *É estar afinado com o fluir da energia viva, compartilhando sua melodia*. (FU-KIAU, 2016, grifo meu)

Para as Comunidades Tradicionais de Terreiro, a encruzilhada abre possibilidades de vida, pois como lugar de encontros, ela fomenta a variação, a diversidade de sentidos e sentires, o movimento, a própria ação transformadora (NASCIMENTO, 2020). É, por excelência, território presidido por Exu, o senhor das trocas e do mercado – não a banca da acumulação injusta, mas aquela onde a energia vital circula, permitindo a satisfação de todas as necessidades. Ponto de restauração, renascimento e continuidade, a encruzilhada é onde a memória reencontra as origens ancestrais,

potencializando a capacidade de (re)criação humana. Assim, ela é o símbolo de um modo de ser/conhecer que instaura valores civilizatórios outros.

É, justamente, amparado na epistemologia que brota dos Terreiros de Candomblé que o educador Eduardo David de Oliveira adverte: "filosofia rigorosa é filosofia que vive ao rés-do-chão" (OLIVEIRA, 2005, p. 124). Terreno onde se pisa com os pés descalços, em sinal de humildade, em reconhecimento às conexões ancestrais e à solidariedade com a própria terra. É da experiência concreta que emerge o pensar.

A gira epistemológica não se inicia com o indivíduo deslocalizado num *ponto zero*, como quem se separa e se coloca fora e acima do mundo, para examiná-lo objetivamente, destituindo-se de corpo, apartando-se da história, isentando-se de paixões e interesses. Essa *hybris* com que os filósofos e cientistas ocidentais supõem poder se livrar dos "*límites propios de la condición mortal y llegar a ser como dioses*" (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 18-19), observando todas as coisas sem serem observados, expressa a arrogância e a desmedida com que se forjam e se impõem seus conhecimentos. É de modo situado, contingente e contextual que as Epistemologias do Sul nos conduzem pelas trilhas do saber.

Mas, não somente "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam" (BOFF, 1997, p. 9): nessa gira, todo o corpo sente e sabe. Conhecer é mergulhar na experiência. E, se não se apartam mente e corpo, que, antes, se complementam num amálgama (OLIVEIRA, 20005, p. 17), a pessoa humana se converte em um ser sentipensante, isto é, "*que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad*" (MONCAYO, 2015, p. 10). O termo "sentipensante", cunhado por uma comunidade de pescadores do Rio Madalena, na Colômbia, foi transformado por Orlando Fals Borda em um conceito ou categoria teórica fundamental para interpretar a realidade latino-americana desde uma postura colaborativa e compromissada com os sujeitos subalternizados. No empenho de conciliar as vivências das

camadas populares com a racionalidade científica, a expressão busca dar conta dos significados que as comunidades atribuem à existência, sempre embebidos de sentimentos.

Atravessadas pela corporalidade, as epistemologias operadas por homens e mulheres sentipensantes não se revelam unicamente como cosmo*visão*, pois não se prendem a uma noção de conhecimento que privilegia o olhar como princípio e a escrita como recurso de salvaguarda da memória e do saber. Sua fenomenologia vai, portanto, muito além da relação olho-mão. Emergindo de cosmo*vivências*, elas são geradoras de cosmo*percepções*, que abarcam todos os sentidos. Além disso, instauram uma outra ética, que não passa pela exploração, pelo domínio ou pela apreensão de objetos, mas pelo jogo da experimentação/ expressão criativa, que incorpora ou inscreve nos corpos mesmos os novos repertórios resultantes dessas relações com o mundo. Martins (2003) atesta esse aspecto da cultura Bakongo:

> Em umas das línguas bantu, do Congo, da mesma raiz, *ntanga*, derivam os verbos escrever e dançar, que realçam variantes sentidos moventes, que nos remetem a outras fontes possíveis de inscrição, resguardo, transmissão e transcrição de conhecimento, práticas, procedimentos, ancorados no e pelo corpo, em performance. (MARTINS, 2003, p. 64-65)

Algo análogo foi observado por Carlos Lenkersdorf (2008) junto aos maias tojolabales, que habitam um território localizado em Chiapas, México. Segundo ele, esses povos, para quem homens e mulheres verdadeiros são aqueles que sabem escutar, são capazes de ouvir não apenas uns aos outros, mas também aos demais seres, à água, ao vento, a toda a natureza. E, ao fazê-lo, tornam-se seus *irmãos*. A essa escuta alargada, que relacionou às concepções de mundo *tojolabales*, *Lenkersdorf* denominou **cosmoaudição**,

assinalando que a inteligibilidade do mundo tojolabal – a sua filosofia – não se constitui simplesmente pelo que pode ser visto (uma perspectiva), mas na complexidade de uma escuta que abarca todo o cosmos e gera uma comunhão entre os seres. O que resulta na produção de um sujeito coletivo diverso, um 'nosoutros' que é também um ser político.

Também para os Guaranis, *Teko Porã* é a boa maneira de ser e viver, que não traduz exatamente um conceito, mas uma experiência existencial profunda e compartilhada. Cada ato cotidiano desse povo expressa o seu *teko kaú*, lei ou norma sistematicamente formulada e disseminada entre todos os integrantes da comunidade:

> Esta experiência de vida vai desde o levantar da rede, tomar o mate perto do fogo, sentir como se dissipa a névoa da madrugada, ir percorrendo a trilha onde se tinha colocado as armadilhas, ou chegar até a roça plantada para cuidar dela, limpá-la e rezar sobre ela. (MELIÀ, 2012, p. 116)

Conforme Melià (2012), essa existência guarani se volta prioritariamente aos vínculos profundos entre a terra e a humanidade primordialmente; e, consequentemente, entre os seres em geral. O *Tekohá*, dimensão da existência terrena, lugar de vida e cosmo(con)vivência, é um corpo com pele, pelos e adornos. Possui cores, brilho e vozes e por isso é visto e ouvido pelos indígenas. Ambiente do ser, *tekohá* permite e, ao mesmo tempo, produz as relações econômicas, sociais, políticas, ecológicas e religiosas, sendo inseparável de sua comunidade. Ali, vive-se bem quando a energia, a palavra e os objetos materiais fluem livres e em harmonia, graças ao fundamento da reciprocidade ou *jopói*, "mãos abertas de um para o outro". (MELIÀ, 2012). Sua utopia é a busca pela *ivi maräei*, terra sem mal, fértil e resplandecente, na qual todos trabalham juntos em *motiró*, compartilhando os frutos numa grande e farta festa (ALBÓ, 2009).

Nessa relacionalidade robusta, que Trownsell (2013)

percebeu também entre os povos andinos, gesta-se um cosmos vivo e pulsante, regido pela ética do cuidado e da partilha, da qual deriva um saber sistêmico da existência. Esse mundo encantado, porque comunicante e dotado de agência, ao qual o todo da percepção indígena se abre, complementa-se e aprimora-se pelo gesto humano, trabalho coletivo que expressa o conhecer. Comunicação e conhecimento, aqui, se estabelecem para além da linguagem e seus signos: as formas de energia são igualmente entendidas como meios comunicantes entre tudo o que vive.

A energia ou força vital (axé, *ntu, kalunga*) é, aliás, o elemento primordial das cosmopercepções de matriz africana. Consiste na vibração do sagrado presente e partilhada por todos os seres, colocando-os em reciprocidade. Ela inaugura um corpo que "é-no-mundo-com-outros" (LIMA, 2015, p. 20), compondo uma comunidade alargada. É, simultaneamente, universal e individualizada em relações concretas; imanente e transcendente. Possui caráter estruturante da realidade e integra o âmbito da consciência social, na medida em que, instaurando a dinâmica entre o corpo e o mundo, move o fazer coletivo em práticas histórias. Dessa forma, o princípio da força vital ressignifica e reorienta o conceito e o exercício do poder.

Graças a essa força, compartilhada no agir, o ser humano se torna co-criador da existência, responsável pela sua dimensão material. Daí que sua formação é processo permanente, orientado para o cuidado e o respeito com a Vida. Seu papel não é o de exercer um poder unilateral sobre o mundo, mas o de orquestrar relações. Sob essa cosmoética, é impossível conceber o conhecimento como domínio, exploração e reprodução da colonialidade. Consequentemente, a práxis que envolve a explicação da realidade e, portanto, a produção de conhecimento tem caráter intersubjetivo: trata-se de um ato comunicativo.

Por carregar esse princípio vital, a palavra – sobretudo a palavra dita – desempenha aqui papel distinto. Nas matrizes africanas, ela é substância, sopro ou fluido utilizado na criação do mundo (LEITE, 1995/1996). Dado esse poder, o exercício

da palavra implica responsabilidade. Posta em movimento pelo diálogo, ela revela a interdependência entre os seres e, por isso, converte-se no instrumento político-pedagógico da comunidade. Inscrita numa cosmopráxis que não separa nem opõe vida e morte, mas as religa em continuidade, a palavra se reveste, ainda, da ancestralidade, princípio orientador histórico concreto, base da ação social. Uma vez que a ancestralidade se manifesta primordialmente por meio do corpo, são as performances que abrem a chave dos processos comunicativos impregnados da memória cultural e da consciência ética do estar no mundo.

Nas culturas de tradição oral africana, é a palavra dita que precede os relatos escritos, os documentos e, portanto, toda a cultura literária (HAMPATÉ BÂ, 2010). A confiança que ela inspira é dada pela pessoa que a profere, na correspondência com seu viver, na tradição da cadeia de transmissão em que se insere e no valor social da verdade. Indissociável da dimensão existencial e histórica concreta, carrega-se de memória, prudência e respeito, gerando compromisso e coesão social.

Também para as culturas ameríndias, os discursos **não abordam** coisas: trazem-nas à existência e, portanto, são palavras de poder, gestos verbais, enlaçados a outros gestos, corporais, com capacidade de manter e aumentar a vida (ROMÁN JITDUJAAÑO; SÁNCHEZ; ECHEVERRI, 2020). Sua fecundidade criadora não está no representar objetos, mas na possibilidade de dirigir o manejo de energias cósmicas que se complementam e combinam – e que podem, por isso, converter o conhecer em curar.

As contribuições epistemológicas do Sul não se esgotam nesses aspectos, mas por ora, ficaremos por aqui. Conquanto fundamentais para a interculturalização das práticas informacionais, os princípios e conceitos acima tratados não podem ser incorporados unicamente por meio do exercício intelectual. É na cosmoconvivência comprometida com os sujeitos que encarnam essas filosofias que podemos nos transformar e alargar nosso pensamento e nossa ação.

3 CAMINHOS ABERTOS PARA SULEAR A INFORMAÇÃO

Senhor das encruzilhadas, Exu é o Orixá que abre os caminhos e "faz o erro virar acerto e o acerto virar erro". Por isso, Nogueira (2020) nos ensina que o retorno à encruzilhada é ação de cura epistemológica.

A encruzilhada em que nos colocamos é ponto de convergência, no centro do qual pulsa a Vida. Espaço/tempo de encontro com a pluriversalidade, partilha, comunicação e dinamização das potências criadoras. Entrar nessa gira epistemológica, essencialmente intercultural e decolonial, abre caminhos para o florescimento de muitos mundos possíveis, em cooperação e complementaridade. Constitui, finalmente, um projeto de humanização não antropocêntrico, mas biocêntrico. Alter-ativo, pois parte da ação transformadora situada em contextos concretos, na incorporação da relação ética como princípio gerador de todo sentido e saber.

No campo das práticas informacionais, sulear-nos por uma constelação epistemológica permite desafiar, simultaneamente, a negação de sujeitos, povos, culturas e seus saberes; as pretensões e os feitos totalitários e monoculturais da colonialidade que se realiza na necropolítica; o enfraquecimento da palavra descompromissada com a ação e com a verdade; a lógica utilitarista da competição e do extermínio da diversidade; a pedagogia da desmemória e o desperdício da experiência; o esvaziamento dos sentidos na normalização da violência e na instrumentalização e precarização da vida; a despotencialização do humano enquanto semeador e cultivador de mundos.

Abri este diálogo rememorando o mestre Paulo Freire. Antes de nos despedirmos, retomo suas palavras, pois o que nos cabe é assumirmos os rumos de nossa própria humanização:

> A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade

> roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. [...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 1987, p. 16)

Diante de nós estão os caminhos para a realização do ser plenamente humano. Saudemos sua abertura: Laroyê!

REFERÊNCIAS

ALBÁN ACHINTE, A. Epistemes "otras": ¿Epistemes disruptivas? **Kula**: Antropólogos del Atlántico Sur. Buenos Aires, n. 6, p. 22-34, 2012.

ALBÓ, X. Suma qamaña: el buen convivir. **Revista Obets**, Alicante, n. 4, p. 25-40, 2009.

ANDRADE, M. E. A; RIBEIRO, C. A. Governança informacional e políticas públicas de informação: pressupostos teóricos e inter-relações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ARAÚJO, C. A. A. O que são "Práticas Informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017.

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMPOHERMOSO RODRÍGUEZ, O. F., SOLIZ SOLIZ, R.; CAMPOHERMOSO RODRÍGUEZ O. Lógica aimara trivalente y cosmovisión andina. **Cuadernos Hospital de Clínicas**, La Paz, v. 56, n. 2, p. 89-97, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La *hybris* del punto cero:** ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

FU-KIAU, K. K. B. Ntang-Tandu-Kolo: o conceito Bantu.Kongo do Tempo. [Trad. Mo Maiê]. **Terreiro de Griôs**: Revista eletrônica Oralidade, Arte, Cosmopercepções, Educação e Africanidades. 10 dez. 2016. Disponível em: http://terreirodegriots.blogspot.com/2016/12/ntangu-tandu-kolo -o-conceito-bantukongo.html. Acesso em: 11 abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. *In*: KI-SERBO, J. (Ed.). **História geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

LAJO, J. **Qhapaq Ñam**: La Ruta Inka de Sabiduría. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2006.

LEITE, F. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo, v. 18-19, n. 1, p. 103-118, 1995/1996.

LENKERSDORF, C. **Aprender a escuchar**: enseñanzas maya-tojolabales. México: Plaza y Valdés, 2008.

LIMA, F. Corpo e Ancestralidade. **Repertório**, Salvador, v. 1, n. 24, p. 19-32, 2015.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 63-81, 2003.

MELIÀ, B. O bem viver guarani: tekó porã. **Agenda Latino-Americana**, Panamá, v. 21, p. 116-117, 2012.

MONCAYO, V. M. Presentación – Fals Borda: Hombre hicotea y sentipensante. *In*: FALS BORDA, O. **Una Sociología sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 9-19.

MOURA, M. A. Exuzilhar saberes: informação, tecnologias e pluriepistemologias. *In*: ENCONTRO DECOLONIALIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: VEREDAS DIALÓGICAS, 2020, São Carlos: UFSCar, 2020. **Sessão de Palestras 1.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wgLFXTBG7kA. Acesso em 10 abr. 2021.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, E. D. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. 2005. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

ROMÁN JITDUTJAAÑO, O. R.; SÁNCHEZ, S. R.; ECHEVERRI, J. A. **ɬairue nagɨ ni Aiˌɨ ko urukɨ nagɨ ni Aiˌɨ ra urukɨ nagɨ ni = Halógeno-halófita, sal de vida**. Letícia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, 2020.

RUFINO, L. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**. 2017. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, T. S. N. **A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau**: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. 2019. 233f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

SILVA, P. B. G. "Chegou a hora e darmos a luz a nós mesmas": Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 7-23, jul. 1998.

SIQUEIRA, J. M. **A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia**: proposta para uma cartografia de um campo em formação. 2019. 728 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2019.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

TROWNSELL, T. **Robust relationality**: lessons from the ontology of complete interconnectedness for the field of International Relations. 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – American University. Washington, 2013.

APRENDIZAGEM SITUADA E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: REFLEXÕES E DIÁLOGOS

Dayanne da Silva Prudencio

1 NOSSO PONTO DE PARTIDA: O ENCONTRO COM O CONCEITO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Nosso encontro com o termo práticas informacionais ocorreu durante o doutoramento em Ciência da Informação, no qual realizamos uma pesquisa dedicada ao exame das trilhas de aprendizagem dos bibliotecários de Ciências da Saúde à luz da teoria da aprendizagem situada de Lave e Wenger (1991). Como pano de fundo desta pesquisa, há a compreensão de que a formação e as práticas dos bibliotecários foram, no decorrer de cada época, manifestadas por diferentes atividades e artefatos. Estas ações foram sendo influenciadas pelas abordagens teóricas que sustentavam o ofício, pelas tecnologias disponíveis, por conhecimento produzido pelos bibliotecários e para os bibliotecários e – não menos importante – pelo contexto político, histórico e social.

Tal perspectiva de formação e prática abre a possibilidade para pensarmos que existe uma construção sobre o que é ser bibliotecário. Esse olhar e reflexão podem ser direcionados para diferentes elementos, tais como o perfil, competências, conhecimentos e habilidades, entre tantos outros. Não rara é a associação de uma identidade de uma categoria profissional ao seu campo de trabalho. Outrossim, certas práticas e contextos tipificam socialmente uma profissão.

Diferentes elementos, que em uma categoria genérica vamos denominar como contexto social, implicam em observações distintas de trajetórias, reconhecimento, atuação e engajamento de uma profissão. Essa orientação

talvez explique a diferença entre as práticas dos bibliotecários brasileiros em comparação com americanos e canadenses, sobretudo em alguns campos como o da saúde. Este aspecto sugere análise de diferentes dimensões. Entre estas, escolhemos a que mais nos intriga, a aprendizagem de um grupo profissional.

Lave (2015) indica que por muito tempo a aprendizagem esteve associada a duas orientações: uma ligada ao resultado da transmissão do conhecimento; e a segunda, como um desdobramento cognitivo do ensino, alicerçada nos atos do conhecimento. Por considerar as duas como insuficientes para explicar um processo complexo como a aprendizagem, dedicou-se a observar como este processo ocorria em comunidades de alfaiates – onde não havia escolas dedicadas ao ensino do ofício – e chegou às proposições que orientam a teoria da prática social.

Pela perspectiva da teoria da prática social compreendemos que toda atividade, o que inclui a aprendizagem, é situada a partir de negociações, relações entre indivíduos, contextos e práticas. São estes elementos que permitem o processo de construção e significação da aprendizagem.

A partir desta perspectiva norteadora, mas ainda não muito convencidos, fomos a campo e observamos de maneira simples e participativa como os bibliotecários de Ciências da Saúde desenvolvia suas práticas e saberes. Nesse tempo, os resultados de nossos diários de campo, nossas entrevistas semiestruturadas com utentes destas organizações, a análise da produção científica nacional e internacional acerca das competências gerais e especializadas destes profissionais, bem como seu cotejamento, nos permitiu verificar que havia uma maneira de usar e performar com a informação que era contextual e especializada de tal maneira, que nos levava a crer que a formação de base generalista e a concepção estrita do que se concebe como práticas biblioteconômicas não davam conta. Ao mesmo tempo, também se revela que este coletivo produzia um tipo de conhecimento e não estava

somente a serviço da produção de outrem. Era uma produção situada e com capacidade geradora de práticas.

Nesse enquadramento, inquietava-nos a perspectiva de que estes profissionais aprenderam as especificidades de seus ofícios em uma formação universitária de base generalista, diferentemente de países como Estados Unidos e Canadá, onde há cursos direcionados à biblioteconomia na área de saúde, tal como os exemplos da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill e da Universidade de Pittsburgh. Dito de outra maneira, queríamos responder à seguinte questão: Como estes indivíduos no Brasil aprendem a ser bibliotecários de Ciências da Saúde e desenvolver práticas informacionais tão especializadas se não tem escolas que os ensinem?

Neste cenário, nossa hipótese inicial, de que atos de conhecimento garantiam o processo de aprendizagem, já não se sustentava. À medida que nossa trajetória avançava, outros elementos descortinavam-se e uma ontologia relacional foi sendo estabelecida entre elementos como processo de aprendizagem, influência do contexto de trabalho, atos de conhecimento obtidos em formação universitária, produção de conhecimento situado e as práticas desenvolvida no campo da saúde.

Da mesma maneira, revela-se uma perspectiva muito mais social das práticas e de todos os fenômenos que as constituem. Assim sendo, foi necessário fazer demarcações sobre nosso entendimento acerca do constructo prática, neste sentido, recorremos a Cox (2012):

> prática se refere a atuação no mundo, a fazer coisas, mas também dá peso ao ato de falar (ou não falar) como performar uma ação. O sentido da ação é definido dentro de uma prática; a mesma ação pode significar coisas diferentes em outra prática. (COX, 2012, p. 177, tradução nossa).

Gherardi (2009), por sua vez, argumenta que uma prática é baseada na compreensão do conhecimento. Conhecimento este na perspectiva de senso de conhecer, uma atividade coletiva, negociada e distribuída entre os diferentes atores daquele contexto. Portanto, não objetivado, mas construído socioculturalmente.

Deste modo, pouco a pouco, alcançávamos a percepção que aquele coletivo profissional examinado desenvolveu certas características comuns, maneiras de agir, pensar, fazer etc. Abrindo um paralelo, é o que Hjorland (2003) sugere ao dizer que os usos e as necessidades de informação não são individuais, são construções coletivas. Cada sujeito reflete sobre as disposições coletivas, concorda com algumas, rejeita outras.

Essa concepção que reconhece a importância da influência do ambiente social, mas não ignora o papel do coletivo de sujeitos, coaduna com a discussão empreendida por Araújo (2012), quando busca em sua obra aproximar as ideias de Rafael Capurro sobre o paradigma social da Ciência da Informação aos avanços recentes no campo dos estudos de usuários da informação. Para o autor,

> o usuário não é totalmente determinado pelo contexto no qual se insere, nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, mas não é mecânica nem absoluta, é interpretada e alterada pelo sujeito. (ARAÚJO, 2012, p. 149).

Nesse cenário, infere-se que os bibliotecários de Ciências da Saúde desenvolvem em seus contextos uma prática que, em alguma dimensão, é informacional. Assim sendo, tivemos nosso encontro, quiçá fortuito, com o conceito de práticas informacionais.

Araújo (2012) ainda nos acrescenta que a prática informacional é, portanto, um conceito que abrange esse

campo de tensão entre o individual e o social, entre o ator e a estrutura.

Lloyd (2011, p. 285, tradução nossa) vai definir o conceito como:

> atividades e ações de informação relacionadas, constituídas, justificadas e organizadas através dos arranjos de um campo e mediadas socialmente e materialmente com o objetivo de produzir entendimento comum e mútuo acordo sobre as formas de saber e fazer numa comunidade.

Deste modo, significar essas práticas – que também são informacionais – implica compreender os processos de engajamento, a legitimação de participação desses sujeitos, os códigos e linguagem utilizada, as crenças, valores e significados intersubjetivos.

As pesquisas de práticas informacionais são situadas no paradigma social da informação e vêm se delineando desde meados da década de 90. A limitação dos estudos de comportamento informacional para responder inúmeras questões produzidas em torno das dimensões sociais, bem como compreender os fenômenos de intermediação existentes são o principal fator para que estas ganhem força (ARAÚJO, 2012; ROCHA; DUARTE; PAULA, 2016; ROCHA, GANDRA, 2018).

Dois esclarecimentos precisam ser realizados para discutirmos as práticas informacionais. Tanto os estudos de comportamento informacional quanto os de práticas informacionais se propõem a compreender a interação entre sujeitos e informação. No entanto, o fazem de formas diferentes, isso porque o primeiro se ocupa do sujeito cognitivo e o segundo se ocupa da comunidade social. Sendo assim, as práticas constituem um contexto social e são constituídas por este por exemplo, sob o enfoque dos programas de competência em informação (COINFO), os estudos de comportamento informacional tendem a priorizar

o comportamento individual em detrimento das interações presentes em comportamentos coletivos (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2016). Desta forma, os programas de COINFO lançam mão de estratégias de treinamento individual ou grupal, mas pouco se ocupam em verificar as influências da coletividade na manifestação da necessidade informacional do indivíduo e igualmente pouco se dedicam a verificar o alcance da ação deste sujeito na coletividade e no contexto em que está inserido.

A segunda questão envolve a própria ideia do conceito de práticas informacionais. Este é um termo ainda não sumarizado no campo da Ciência da Informação, e, portanto, consideramos que está em construção. Mesmo entre os autores brasileiros de Ciência da Informação (CI), não há consenso sobre o conceito.

A compreensão que a pesquisa em tela faz de práticas informacionais apoia-se nos estudos de Cox (2012), Rocha, Duarte e Paula (2016), Berti e Araújo (2017) e Duarte, Araújo e Paula (2017) e Rocha e Gandra (2018).

De maneira objetiva, nosso capítulo visa apresentar os diálogos entre o conceito de prática informacional com as ideias postuladas pela teoria da aprendizagem situada e como essa interseção teórica contribui para nosso entendimento acerca das práticas realizadas por bibliotecários de Ciências da Saúde brasileiros.

Tendo apresentado nosso percurso até o conceito de prática informacional, a seguir apresentamos sua contextualização com a teoria da aprendizagem situada, principal aporte teórico de sustentação da pesquisa realizada.

2 A TEORIA DA APRENDIZAGEM SITUADA

Ao desenvolver sua teoria da aprendizagem situada, Lave e Wenger (1991, p. 31) sustentam a aprendizagem como algo contínuo de nossa participação no mundo. Assim, trata-se de um aspecto integral e inseparável da prática social.

> A aprendizagem é situada em complexas comunidades de práticas (culturais e

> mutantes, como parte do processo histórico que constitui a vida social). As coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural. (LAVE, 2015, p. 40, tradução nossa).

O termo “situada” evidencia as negociações ocorridas entre conhecimento e aprendizagem, bem como entre os significados que serão atribuídos a partir da relação entre as atividades e os indivíduos envolvidos (LAVE; WENGER, 1991). A aprendizagem é situada não apenas no sentido do pensamento e ações das pessoas em uma perspectiva espaço-temporal, mas sobretudo no contexto maior, que compreende as relações entre os agentes e o contexto social que a origina e impõe significado.

Isso significa que a teoria coloca o processo de aprendizado como histórico, social e cultural, inserido em um contexto e distribuídos pelas práticas sociais. Desta forma, o aprendizado alcançado está intimamente relacionado às possibilidades desenvolvidas pelo viés do sistema de relações, ocorridos a partir de diálogo, observação, negociações discursivas, entre outros. São estas que fazem com que desenvolvamos atividades, tarefas, funções e a compreensão do contexto no qual estamos inseridos. Aprender desenvolve identidade e o nosso pertencimento à própria comunidade (LAVE; WENGER, 1991, p. 53).

Lave e Wenger (1991, p. 54), compreendem comunidade como um “grupo de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou um interesse por um tópico, e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada".

Domínio é outro importante conceito na teoria de Lave e Wenger (1991), sendo compreendido como o domínio do conhecimento onde os indivíduos se unem, interagem, desenvolvem suas práticas (de aprendizagem, informacionais

e de produção de conhecimento) e mantém iniciativas das mais diferentes ordens.

Os mesmos autores denominam a participação dos novatos em uma comunidade profissional como participação periférica legítima (PPL) e indicam que, ao participar de uma comunidade profissional que detém o domínio do conhecimento e da prática, esses indivíduos vão acumulando as práticas compartilhadas relacionadas a estilo, linguagem, histórias, modos de fazer etc. Nessas comunidades, é exigido que o ingressante se dedique e se direcione à plena participação nas práticas socioculturais da comunidade, caso contrário ficará marginalizado (LAVE; WENGER, 1991, p. 29).

Em outra passagem da mesma obra, os autores reforçam a importância das comunidades ao argumentarem que "uma comunidade de prática é uma condição intrínseca para a existência de conhecimento, porque fornece o apoio interpretativo necessário para dar sentido à sua herança" (LAVE; WENGER, 1991, p. 98).

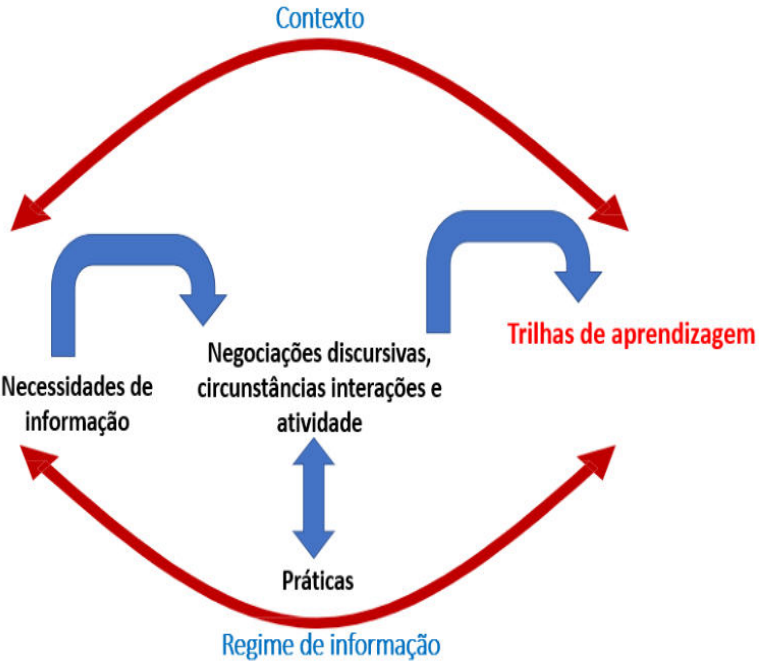
Para Gherardi (2006, p. 97) "aprender a se tornar um membro competente dentro de uma cultura de prática é um processo pelo qual os novatos apropriam-se dentro de uma cultura de relações desiguais de poder permeados pelo "ver", "fazer" e "dizer" que sustentam esta prática". O tempo de participação periférica legítima de um novato em uma comunidade de prática é determinado pelo período de desenvolvimento de sua aprendizagem, realização de práticas típicas da comunidade ou até que ele receba um novo membro e tenha condições de compartilhar aquilo que já aprendeu. Observa-se, portanto, que o desenvolvimento do aprender em uma comunidade envolve uma intencionalidade do aprendiz.

Contudo, Wenger (1998) alerta que os processos de aprendizagem, em qualquer comunidade, envolvem: a negociação de novos significados; um caráter experimental e social; transformação de identidades e construção de trajetórias de participação; limitação e expansão de fronteiras; alinhamento entre os praticantes, engajamento e ação recíproca entre o local e o global (WENGER, 1998).

Isso significa que, do ponto de vista da teoria da aprendizagem situada, as competências e práticas, incluindo as informacionais, não poderiam ser ensinadas desarticuladas do contexto no qual seriam aplicadas, das organizações de trabalho e da comunidade que as constitui (SAVOLAINEN; TUOMINEN; TALJA, 2005).

As práticas decorrem de espaços e contextos e nelas são desenvolvidas atividades. Tangenciando o recorte de nossa pesquisa, isto é, as trilhas de aprendizagem dos bibliotecários de Ciências da Saúde, teríamos esta como resultado das significações ocorridas no contexto revelado, mas não limitado, entre os regimes de informação da área da Saúde e da Informação. Figurativamente, concebemos:

Figura 1 – Processo de aprendizagem social



Fonte: Autora (2021).

Conforme esquema acima, nossa pesquisa compreende que as necessidades de informação presentes entre o regime de informação do campo da saúde e da Biblioteconomia geram *inputs* para que negociações discursivas e interações sociais ocorram entre os sujeitos sociais inseridos na comunidade de praticantes[50]. Assim, uma atribuição de sentido ao processo de produção e uso da informação ocorre pelos sujeitos informacionais. Ao mesmo tempo, os fluxos de informação, internos e externos, influenciam e recebem a influência do contexto, com isso práticas de informação se moldam e revelam-se[51]. Como resultado deste processo, a aprendizagem ocorre.

Articulando todo esse enquadramento, temos a ideia de regime de informação articulado entre dois campos, cada qual com seus usos e necessidades e a percepção de contexto, que merece ser explicada com maior detalhamento.

A concepção adotada para contexto é fundamentada no estudo de Rocha e Gandra (2018). Para as autoras, o contexto é um dos elementos constituintes da noção de práticas informacionais. De maneira didática, explicam que, pelas

> [...] lentes da prática, [de] determinado contexto pode surgir vários tipos de situação. Situações fazem parte das atividades rotineiras, sejam elas relacionadas ao trabalho ou à vida cotidiana e o contexto assume maior amplitude, sem fronteiras bem delimitadas, por ser construído por meio de interações sociais e/ou coletivas. (ROCHA; GANDRA, 2018, p. 575).

Decorrem desta perspectiva duas situações com capacidade geradora de aprendizagem. Uma parte envolve os

[50]Comumente comunidades de praticantes dispõem de práticas sociotécnicas, isto é, infraestrutura e linguagens comuns (TALJA; HANSEN, 2005).

[51]Para Rivera e Cox (2014) os aspectos coletivos e materiais do contexto da prática têm efeitos e modificam a própria prática da informação.

serviços que os bibliotecários oferecem aos seus utentes e na retaguarda existe um *script*, ou seja, um conjunto de ações – entre elas a do aprendizado – que permite que os bibliotecários desenvolvam suas atividades. Essas atividades têm seu *modos operandi* específico e, dessa forma, é somente no âmbito do contexto que é possível compreender as diversas facetas que estes fenômenos podem desenvolver. Por exemplo, o processo de indexar envolve um conjunto de conhecimentos e competências que podem ser ensinadas em escolas de Biblioteconomia que oferecem formação generalista e aplicadas em distintos ambientes informacionais. Entretanto, a indexação de documentação jurídica ou em saúde, que é uma prática especializada de indexação, demanda que novas aprendizagens sejam desenvolvidas. Outrossim, é possível sugerir que as práticas desses profissionais desenvolvem uma produção de conhecimento, situada e orientada ao contexto de sua produção, isso porque é neste que as negociações discursivas e de sentido são desenvolvidas.

Por outro lado, evidentemente, isso não contraria a possibilidade de os bibliotecários serem capacitados no uso de recursos informacionais de cunho geral, como, por exemplo, termos a capacidade de usar bases de dados e realizar expressões de busca. Isso, contudo, não os torna especialistas em informação daquele assunto. Em algumas áreas, esses alcances profissionais são suficientes, em outras não.

Não obstante, Martinez-Silveira (2005, p. 150) argumenta que não serão as bibliotecas tradicionais, com seus acervos, que irão suprir com excelência as necessidades de informação dos médicos, e sim os "bibliotecários especializados" inseridos no contexto da saúde.

Esta comunicação faz a leitura do termo "contexto", indicado por Martinez-Silveira (2005), pela perspectiva de Rocha e Gandra (2018), ou seja, para além das abordagens espaciais ou de entendimento como situação. Assim sendo, os bibliotecários provocam e são provocados em interações

sociais a desenvolver maneiras de lidar com a informação em saúde no seu coletivo.

Entendemos que é possível identificar práticas informacionais típicas de uma categoria profissional, haja visto que o termo prática remete justamente a uma dimensão coletiva, uma forma social de fazer alguma coisa, no caso, lidar com informação. Assim, por exemplo, há uma forma específica de lidar com informação em saúde, distinta, por exemplo, de uma informação em arte, assim como há uma forma "numa biblioteca universitária de saúde" diferente de “uma biblioteca hospitalar” e uma maneira "que os bibliotecários de Ciências da Saúde" operam que é distinta dos “informacionistas”.[52] Algumas vezes, essas maneiras se sobrepõem, outras vezes não.

Assim sendo, quando ocorre o acionamento de objetos, ferramentas e artefatos (que se posicionam como elementos de intermediação ou fronteira para facilitar ou atrapalhar o fluxo de informação) que serão utilizados pelos sujeitos, descortinam-se as práticas informacionais. Entretanto, Roos e Hedlund (2016) alertam que as práticas de informação precisam ser estudadas pelo espectro do contexto, não entendidas como independentes, ações separadas.

Essa associação entre prática, informação e contexto desenvolve conceitos, movimentos e abordagens em diversas áreas do conhecimento. Relacionada ao campo da saúde, uma manifestação é a prática da medicina baseada em evidência, iniciada em 1990 e fundamentada na aplicação da evidência científica na prática clínica e sua retroalimentação.

Não distante, essa abordagem é aplicada na Ciência da Informação e Biblioteconomia. Neste caso, é quando, em 2000, Jonathan D. Eldredge desenvolve o conceito de Biblioteconomia baseada em evidência (BBE).

Fundamentalmente, essa abordagem sugere a associação entre as evidências decorrentes de pesquisas e as experiências de trabalho em Biblioteconomia, bem como sua

[52] Para compreender melhor a diferença entre essas ocupações recomendamos consulta ao estudo de Prudencio e Rodrigues (2020).

aplicação às práticas de trabalho biblioteconômicas, visando melhorar a tomada de decisão e o trabalho diário dos bibliotecários (ELDREDGE, 2002, p. 72, tradução nossa). O autor acrescenta que essas pesquisas podem ser de natureza quantitativa e/ou qualitativas, a depender do contexto, das práticas e dos sujeitos sociais inseridos/participantes.

Nesta perspectiva, há que se lembrar que não apenas os médicos devem ser considerados como clientes, interlocutores e pares dos bibliotecários. Isso significa que pacientes, outros profissionais de saúde e o próprio sistema gestor podem beneficiar-se dos saberes e fazeres biblioteconômicos. Ao mesmo tempo, é possível que a integração entre esses profissionais e saberes opere como elemento de fomento ao desenvolvimento da aprendizagem mútua do grupo envolvido.

Para assumir esses papéis, pensar no seu processo de aprendizagem é condição fundamental. Aprendizagem essa que, em dada proporção, pode ocorrer pela via da instrução formal em instituições clássicas e certificadas, mas que em grande proporção acontece situada no contexto de trabalho, no exercício das práticas, nas atividades desempenhadas, bem como nas relações estabelecidas com bibliotecários mais experientes, utentes, parceiros, colegas de fora da unidade de informação, bem como pelo enfrentamento ao cotidiano do trabalho e suas situações.

A partir desse ângulo, entendemos que as práticas de informação operam entre elementos objetivos e subjetivos. Ao mesmo tempo, configuram elementos de interseção entre dois campos, onde cada qual representa um regime e/ou uma política de informação.

Para elucidar essas práticas, é necessário entender as negociações discursivas (interações discursivas) que acontecem, o contexto destas práticas, as posições individuais e coletivas no que se referem à busca e ao uso da informação, a posição da linguagem para estes sujeitos informacionais (ROCHA; GANDRA, 2018), as ações informacionais que constituem um social e o social que é constituído por ações desta natureza. Enfim, trata-se de um

grande apanhado que busca elucidar os elementos constituintes destas práticas.

A linha que orienta a preferência por indicar o desenvolvimento de práticas informacionais é justificada pela já apresentada teoria da aprendizagem situada, que concebe a aprendizagem como uma prática social e, portanto, inserida em contextos socioculturais. Da mesma maneira, as abordagens de Lave e Wenger (1991) e Cox (2012) fornecem-nos perspectivas suficientemente relevantes para compreendermos as práticas como instâncias de aprendizagem.

3 APRENDIZAGEM SITUADA E PRÁTICA INFORMACIONAL

O pano de fundo dessa subseção apoia-se na perspectiva da teoria da prática social, que vê as práticas como e com abordagens sociais e, neste sentido, inferimos que a aprendizagem que bibliotecários desenvolvem é uma prática social. Portanto, influenciada pelos atores que compõem a comunidade, pelo contexto, tipo da unidade de informação, regras institucionais, políticas regulatórias, entre outros fatores (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998; SAVOLAINEN, 2007).

No desenvolvimento de seus afazeres, o bibliotecário é, por um lado, um prestador de serviço que auxilia seus utentes a obter o conhecimento e desenvolver habilidades informacionais que o auxiliem na execução de suas práticas e, por outro, um membro da comunidade dos utentes. O contrário também é verdadeiro. Atores operam dentro das expectativas ou responsabilidades de uma forma compartilhada de fazer criando uma prática (CORRADI; GHERARDI; VERZELLONI, 2010, p. 277). Ou seja, existe uma importante coparticipação de produção de conhecimento entre bibliotecários de Ciências da Saúde e profissionais de saúde que muitas vezes é negligenciada.

A ideia de que os bibliotecários são membros destas comunidades de conhecimento não se pauta apenas em sua

participação mediadora, mas também na concepção de autoria, ou seja, como produtor de conhecimento da comunidade.

De acordo com Wenger (1998, p. 47, tradução nossa), "a prática desenvolvida num contexto histórico e social dá estrutura e significado ao que fazemos". A esse respeito, faz sentido complementar o autor e sugerir que esse conjunto também influencia o que não fazemos. A ausência de um elemento que poderia desenvolver uma aprendizagem pode, por exemplo, influenciar a capacidade de obter respostas numa pesquisa bibliográfica, ou a ausência de conhecimentos normativos pode levar à entrega de produtos e serviços que não auferem os benefícios esperados ou que violem regras sociais da comunidade. A aprendizagem é uma parte integrante da prática social geradora do mundo em que vivemos (LAVE; WENGER, 1991, p. 23). Em outras palavras, a aprendizagem é um dos fatores que influencia o trabalho do bibliotecário.

Compreendemos a aprendizagem como um processo que muda o estado do conhecimento de um indivíduo ou de uma organização (OLIVEIRA JÚNIOR, 2001). Neste sentido, a constituição desse aprendizado é influenciada pelo conhecimento disponível, pelo contexto de desenvolvimento e pelas disposições negociadas na comunidade (RECKWITZ, 2002). Assim, a sua execução não depende exclusivamente do indivíduo aprendiz.

A ideia de aprendizagem situada aqui desenvolvida se afasta de uma aprendizagem mecânica e se aproxima de uma aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1968), pois reconhece que a transformação da informação em conhecimento depende de estruturas e significações anteriores. Trata-se de desenvolver as práticas intra e extramuros da comunidade. No entanto, também não se pode compreender que as práticas são reproduções sociais. Assume-se, portanto, a concepção bourdieusiana que rejeita a ideia de prática como simples execução.

A percepção de conhecimento como construção social é também compartilhada por Gandra e Araújo (2016, p. 210), ao

indicarem este como resultante de "um processo dialético de assimilação e acomodação. É um processo permanente de construção mútua de significados".

Wenger (1998) resume a perspectiva social da aprendizagem nos seguintes princípios:

- A aprendizagem é inerente à natureza humana;
- Consiste na primeira e principal habilidade para negociar novos significados;
- É, fundamentalmente, experimental e social;
- Transforma identidades e constrói trajetórias de participação;
- Significa lidar com fronteiras;
- Envolve poder, alinhamento e engajamento;
- Direciona uma ação recíproca entre o local e o global.

Numa comunidade, nem todos os membros detêm o mesmo tipo de participação. Esse tipo de reconhecimento é especialmente importante para aqueles que não são nativos do campo e, portanto, não tem o que Bourdieu (2004) denomina de ciência infusa. Neste sentido, os usuários de uma unidade de informação – no nosso contexto, os profissionais de saúde – são os "detentores" das regras do jogo. Entretanto, se a princípio pode parecer que são os atos de conhecimento que tornam essa participação facilitada, precisamos esclarecer que não. Este é apenas mais um dos tantos elementos, tais como o reconhecimento atribuído pelos pares-concorrentes no interior do campo, a produção colaborativa entre estes, a produção e reprodução da ordem social, entre outros (LAVE; WENGER, 1991).

Todavia, é importante lembrar que nem mesmo entre o mesmo grupo profissional há uniformidade de participação. Os recém-chegados têm a participação periférica legitimada. Isso não significa que um novato não traga consigo conhecimentos, habilidades e práticas que não possam ser compartilhados e quiçá incorporados à nova comunidade. Os veteranos precisam se ajustar a desdobramentos da prática e

o significado da prática é constantemente renegociado (WENGER, 1998).

Na mesma linha, Cox (2013) argumenta que o sujeito não é indiferente à ação do contexto e opera dentro de um quadro normativo de expectativas, ou seja, de uma prestação de contas relacionada a um modo de fazer compartilhado, criando e alterando práticas já existentes.

É salutar compreender que as práticas não são imutáveis, ou seja, podem e frequentemente passam por transformações. É bem verdade que em alguns domínios há uma maior estabilidade do que em outros, mas isso não muda a necessidade de compreender essas transformações sob uma perspectiva flexível e temporal.

Por exemplo, no domínio da saúde, onde transitam conhecimentos e práticas de diferentes comunidades, nem sempre a construção e ressignificação de práticas é livre de tensão, haja vista que ali se encontram diferentes interesses, onde cada agente luta pelo seu protagonismo. Mais que isso, esse novo modo de práticas e/ou produção de conhecimento não apresenta garantias, porque ao mesmo tempo em que parece indicar uma autonomia e endereçamento ao aprender a aprender, necessários aos interesses do mercado de trabalho, não pode garantir o aprender para a emancipação dos indivíduos.

Fazendo uma correlação com nosso plano de pesquisa, uma biblioteca da área de saúde é um espaço de interseção e interação entre dois campos, Saúde e Biblioteconomia, cada qual com seus regimes de necessidades e de provisões.

No desenvolvimento destas práticas transdisciplinares, cada domínio oferece seus saberes e modos de ver o mundo, e ocorre uma inter-relação visando solucionar problemas das mais diferentes ordens e relativos a distintos sujeitos. Ressalta-se que essa cooperação pode ocorrer tanto no nível individual quanto no institucional.

Signorini e Cavalcanti (1998, p. 13) chamam a atenção para o fato de que os “percursos transdisciplinares de investigação produzem e não simplesmente consomem teoria no campo aplicado”. Isso significa que essa abordagem gera

configurações e contribuições teórico-metodológicas próprias.

Nesta direção, inferimos que os desafios existentes no campo da informação em saúde sugerem abordagens transdisciplinares. Vamos dar um exemplo e nos explicar: quando o setor de saúde realiza reformas para melhorar o acesso equitativo à informação em saúde, ou para melhorar a qualidade das informações recebidas por todas as comunidades de usuários, cria uma necessidade de que essas informações sejam localizadas, recuperadas, filtradas, armazenadas, algumas vezes traduzidas, para que possam ser avaliadas e aplicadas na tomada de decisão pelos gestores. Sendo assim, cria-se a oportunidade para que os bibliotecários possam atuar com suas competências informacionais no processo das fases de busca até a tradução e os profissionais de saúde atuem na avaliação e aplicação.

Não se trata de transformar o profissional de saúde em profissional de informação, nem tampouco o contrário. O que é esperado sob o prisma da transdisciplinaridade é que as práticas existentes no contexto de informação em saúde articulem múltiplos saberes, habilidades, competências procedimentais, atitudinais, gerais e específicas, bem como reúna equipes de trabalhos e redes com vistas a contribuir com a melhor tomada de decisão em relação ao sistema, área ou necessidade contextualizada no campo.

Em campos complexos e especializados como o da saúde, os bibliotecários são desafiados a reconhecer a complexidade dos fenômenos informacionais existentes, antecipar-se a necessidades informacionais, aplicar seu saber especializado de maneira a contribuir na melhoria da relação profissional de saúde-paciente, no compromisso com a segurança, com a ética profissional, com os procedimentos e, sobretudo, com o desenvolvimento de práticas que possam garantir uma melhoria da qualidade no atendimento à população.

De maneira mais aplicada, essas ações são manifestadas no apoio ao serviço de pesquisa, na instrução informacional realizada nas escolas de saúde, no processamento de

informações, no desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação, no gerenciamento de bases de dados, no fornecimento de informações que possam auxiliar profissionais de saúde nos processos de tomada de decisão, em subsídios a políticas públicas na área da saúde e na promoção de programas de prevenção de doenças etc. (MOTA; OLIVEIRA, 2005, p. 108).

Portando, significar as trilhas de aprendizagem dos bibliotecários de Ciências da Saúde insinua a necessidade de compreender que o contexto e os praticantes da comunidade desenvolvem diálogos e negociações, criando a condição essencial para o estabelecimento de contratos tácitos e explícitos entre os membros dessa comunidade e isso implica na produção de artefatos de conhecimento, práticas sociais e informacionais e suas trilhas de aprendizagem.

Entretanto, é importante demarcar que esses acordos e contratos resultantes de práticas transdisciplinares não eliminam os fatos de que cada agente ou instituição dessa teia tem seus objetivos, interesses e de que há uma autonomia para decidir as práticas comuns que serão estabelecidas e as que serão excluídas. Bourdieu (2004) nos recorda que cada campo tem seus nativos e é um espaço de lutas simbólicas.

Em nossa pesquisa, compreendemos o bibliotecário de Ciências da Saúde como um dos agentes do campo, mas não como um agente nato. Desta forma, é preciso ter elementos que subsidiem sua força de resistência. Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 23), “os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram”.

Essas relações se engendram com o reconhecimento, pelos profissionais de saúde, do lugar de fala, da posição e do capital dos bibliotecários. Junta-se a compreensão de diferentes construções sociais e representações que se constituem no campo e orquestram o desenvolvimento de um *habitus*, aqui compreendido como um conjunto de disposições adquiridas e duráveis que colaboram para que um agente resista ou se oponha às forças existentes no campo

(BOURDIEU, 2004). Essas disposições são incorporadas ao longo do tempo, porém afastam-se de uma mera reprodução, haja vista que são mais complexas e, além disso, organizadas em ações socialmente constituídas. "*Habitus* é, ao mesmo tempo, um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas" (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Nesta perspectiva, podemos inferir que quando um campo se abre a uma ação transdisciplinar é porque as disposições que o sustentam foram alteradas em alguma medida. Não bastante, aventamos que o conceito é produto e produtor de práticas coletivas e individuais. Nas palavras de Thiry-Cherques (2006, p. 31) ao debater a teoria da prática de Bourdieu, "o *habitus* manifesta-se em práticas, jogos de interesses, ações e 'têm uma capacidade geradora'" (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

Essa prática, se documentada e compartilhada entre os demais bibliotecários da equipe, pode contribuir com a geração de aprendizagem aos demais profissionais. Mas sempre sob a ressalva de que a plena aprendizagem é uma prática ativa, material e situada, isto é, sem apoiar as conexões entre os membros da comunidade e reconhecer a influência dos contextos, a aprendizagem pode não ocorrer. Dito de outra maneira, constitui um ponto de partida falso compreender a aprendizagem dos bibliotecários como um conjunto de habilidades, conhecimentos e competências genéricas que podem ser ensinadas independentemente de contexto, práticas e ensaios discursivos dos campos.

Portanto, concluímos que a aprendizagem dos bibliotecários e suas práticas informacionais são influenciadas pelas práticas sociais e, continuamente, estas são modificadas pela primeira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os colóquios estabelecidos entre as trilhas de aprendizagem e as práticas informacionais dos bibliotecários de Ciências da Saúde permitiram-nos compreender que os elementos que moldam essas práticas têm influência sobre o

discurso profissional, a identidade, a socialização do conhecimento e desenvolvimento teórico e empírico do campo.

Portanto, nosso encontro com o conceito de práticas informacionais foi fundamental para entendermos que o pertencimento e reconhecimento dos bibliotecários como praticantes ou não do campo da saúde é resultado de uma trama complexa, sendo as práticas realizadas por este grupo insuficientes para garantir isso.

Portanto, constatamos que não é o ato de conhecimento normatizado em currículos acadêmicos que exclusivamente possibilita ampliar e subsidiar a ação dos bibliotecários no campo da saúde, mas sim um conhecimento situado e produzido nas práticas, cuja aprendizagem revela-se nos desdobramentos do contexto social.

Outro desdobramento foi a compreensão de que, na articulação entre práticas e saberes, ocorre uma produção de conhecimento situada na área de Informação e Saúde. Idealmente esta produção deve contribuir com as práticas de instrução formais praticadas em escolas de formação biblioteconômica objetivando mitigar o descompasso entre os processos de ensinar e aprender existente na academia e as práticas reveladas no mundo do trabalho.

Pelo recorte proposto para esta pesquisa, ou seja, articular a teoria da aprendizagem situada com a noção de práticas informacionais, consideramos que alcançamos nosso objetivo.

Nosso próximo desafio é investigar como os sentidos da noção de práticas informacionais relaciona-se e quiçá contribui com a ideia de biblioteconomia baseada em evidência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012.

AUSUBEL, D. P. **Educational psychology:** a cognitive view. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.

COX, A. M.; CORRALL, S. Evolving academic library specialties. **Journal of the American Society for Information ScienceandTechnology**, North Carolina, v. 64, n. 8, p. 1526-1542, 2013.

DUARTE, A. B. S.; ARAUJO, C. A. A.; PAULA, C. P. A. Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE USOS E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO, 1., 2017, Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza: UFC, 2017.

ELDREDGE, J. D. Evidence-based librarianship: what might we expect in the years ahead? **Health Information and Libraries Journal**, Oxford, v. 19, n. 2, p. 71-77, 2002.

GANDRA, T. K.; ARAÚJO, C. A. A. práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 201-226, 2016.

GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the 'practice lens'. **Management Learning**, London, v. 40, n. 2, p. 115–128, abr. 2009.

LAVE, J. Aprendizagem como prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, 2015.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning:** legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LLOYD, A. Trapped between a rock and a hard place: what counts as information literacy in the workplace and how is it conceptualized? **Library Trends**, Champaign, v. 60, n. 2, p. 277-296, 2011.

MARTELETO, R. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

MOTA, F. R. L.; OLIVEIRA, M. Formação e atuação profissional. *In*: OLIVEIRA, M. (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 97-110.

OLIVEIRA JÚNIOR, M. M. Competências essenciais e conhecimento na empresa. *In*: FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. M. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001. p. 27-49.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva; RODRIGUES, Janaina Costa. Profissional de informação em saúde: perfis, atuações e outras discussões. **Informação@Profissões**, n. 2, v. 9, p. 116-149, 2020.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RIVERA, G.; COX, A. An evaluation of the practice based approach to understanding the adoption and use of information systems. **Journal of Documentation**, London, v. 70, n. 5, p. 878-901, 2014.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, Claudio P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, 2016.

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, p. 566-595, 2018.

ROOS, A.; HEDLUND, T. Using the domain analytical approach in the study of information practices in biomedicine. **Journal of Documentation**, London, v. 72, n. 5, p. 961-986, 2016.

SAVOLAINEN, R.; TUOMINEN, K.; TALJA, S. The social constructionist viewpoint to information practices. *In*: FISHER, K. E.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L. **Theories of information behaviour**. Medford, NJ: Information Today, 2005. p. 328-333.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. Introdução. *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 7-19.

TALJA, S.; HANSEN, P. Information sharing. *In*: SPINK, A.; COLE, C. (Ed.). **New Directions in Human Information Behavior**. New York: Springer, 2005. p. 113-134.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

WENGER, E. **Communities of practice:** learning, meaning, and identity. New York: Cambridge University Press, 1998.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Renata Lira Furtado
Maria Ivone Maia da Costa
Felipe Cesár Almeida dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação podem ser compreendidos como uma visão crítica para abordagens já consolidadas na Ciência da Informação: Comportamento informacional e Competência em informação. As relações existentes entre as abordagens estão pautadas nos conceitos, modelos e práticas em torno dos processos de busca e uso da informação.

Bruce (2008), nas suas discussões acerca da Aprendizagem informacional, entende que a Competência em informação necessita estar envolvida em práticas de informação para aprender e Lloyd (2010), por sua vez, destaca que o conceito, as teorias e as ações que delineiam as Práticas Informacionais são relevantes para compreensão do conceito de Competência em Informação como uma prática sociocultural.

Com base na integração teórica já consolidada entre Comportamento informacional e Competência em informação, a presente pesquisa propõe traçar um diálogo em torno das temáticas Práticas informacionais e Competência Crítica em Informação, considerando-as como ferramentas que podem minimizar os impactos de uma sociedade opressora e possibilitar a transformação das condições em que vivem os sujeitos (MELO, 2019).

Assim, este estudo apresenta discussões em torno dos fundamentos e características que embasam as pesquisas de Práticas informacionais e Competência Crítica em

Informação, com o objetivo de identificar possíveis diálogos entre as temáticas e as teorias que as estruturam.

Para alcançar o objetivo proposto, elegeu-se como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica não sistemática, a fim de identificar estudos com as temáticas Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação, e por meio de seus conceitos e teorias estabelecer possíveis diálogos. As relações identificadas foram representadas em uma estrutura gráfica desenvolvida com base na inter-relação existente entre as temáticas. A estrutura relacional foi construída tendo como eixos: Fundamentação teórica, Objetivos e Características.

Foram estabelecidas quatro relações – 1. Aspectos Teóricos, 2. Demanda Informacional, 3. Sujeito Informacional e 4. Ações do Sujeito – entre as temáticas Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação. Tais relações configuram-se como reflexões iniciais em torno de uma díade com elevado potencial de pesquisa e em cada uma das relações vislumbram-se inúmeras possibilidades de pesquisa. Cabe ressaltar que as reflexões aqui apresentadas não representam resultados de uma pesquisa exaustiva e sim anseios acerca de um amplo horizonte de pesquisa que se descortina.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Entende-se como Práticas informacionais as abordagens vinculadas à interação estabelecida entre os sujeitos e a informação, constituídos social e biologicamente, onde o usuário deixa de ser percebido como um ser isolado no mundo que o cerca (TALJA, TUOMINEN, SAVOLAINEN, 2005; ARAUJO, 2013).

Araújo (2017) define o estudo das Práticas informacionais como um movimento constante de capturar as disposições sociais e coletivas, bem como as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação, num permanente tensionamento entre as duas dimensões – individual e coletiva, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa.

A estrutura conceitual que sustenta as pesquisas acerca das Práticas informacionais desenvolveu-se embasada em distintas áreas das Ciências Humanas e Sociais, assim como outros estudos na Ciência da Informação, que estabeleceram vínculos entre elementos consolidados na Teoria Social e questões pertinentes ao campo informacional, evidenciando a relevância interdisciplinar das teorias sociais para compreensão de questões práticas e teóricas da informação.

No caso dos estudos das Práticas Sociais, estes desenvolveram-se influenciados pelo paradigma socioconstrucionista, embasados em distintas áreas como Etnometodologia, Antropologia e Sociologia, a partir de perspectivas em torno do sujeito social e cultural e suas ações no cotidiano (MARTELETO, 1994; TALJA, 2005; SAVOLAINEN, 2007; ARAÚJO, 2013; ARAÚJO, 2017; ROCHA, DUARTE, PAULA, 2017; MARTELETO, 2017; ROCHA, GANDRA, 2018).

Nunes (2014) ressalta a existência de um imbricamento entre práticas sociais e práticas informacionais ao indicar que o sujeito informacional é o principal protagonista de suas ações relativas à informação, cujo foco deve se concentrar tanto nas ações ordinárias – relacionadas à informação, como no modo por meio do qual essas práticas são geradas e significadas, considerando os variados espaços sociointerativos dos quais esses indivíduos participam direta ou indiretamente.

Nesse contexto, vale recorrer a Savolainen (1995) considerado um dos precursores nas discussões acerca da abordagem de práticas informacionais, que surgiu como uma crítica às discussões em torno do Comportamento informacional. Para Savolainen (2007) é possível abordar os fenômenos de uso da informação a partir da perspectiva da "práxis da informação", onde existe um pressuposto de que toda ação **prática** relacionada à informação ocupa um espaço dentro de um **contexto** social.

A abordagem das práticas informacionais altera o foco no comportamento individualizado, direcionando-o aos membros de grupos que compartilham o contexto de suas atividades cotidianas. Tais contextos foram identificados por

Savolainen (2007, 2012) como: **situação de ação,** relacionada a fatores temporais e espaciais, que contribuem na formação de um conjunto de circunstâncias; **desempenho de tarefas**, contexto mais perceptível, com objetivo na solução de problemas; e **diálogo**, o mais dinâmico dos contextos, que envolve um processo de troca entre a comunicação escrita e oral.

O conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu (1983), configura-se como um elemento constituinte das discussões acerca das práticas informacionais. O *habitus* direciona as escolhas da vida cotidiana, estabelecendo um parâmetro entre o que deve ser natural ou necessário para um grupo social, e funciona como um princípio gerador e ordenador de todas as práticas sociais e culturais existentes. É o conceito mediador entre ação e estrutura, indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade, fenomenologia e objetivismo (BOURDIEU, 1983; MONTEIRO, 2018). Savolainen (1999, p. 18) evidencia que "a aplicação dos conceitos de Bourdieu abre novas possibilidades para conceber os processos de busca de informação e usar como fenômenos profundamente sociais e culturais".

Nessa perspectiva, cabe mencionar o estudo desenvolvido por Rocha e Gandra (2018) que apresentou conceitos e elementos comuns à subárea Estudos de Usuários, ressignificados à luz dos estudos de práticas informacionais: o Usuário passa a **Sujeito Informacional**, considerando o **Contexto** – socialmente construído, que prioriza sujeitos sociais que interagem ativa e intersubjetivamente nos processos informacionais. A **Informação** configura-se como um processo com distintas dimensões e intrinsecamente relacionado com o **Conhecimento**, configurado nessa perspectiva como uma construção social, da coletividade, resultante da interação entre pessoas e dessas com a realidade. O conceito de **Cultura**, na concepção das práticas informacionais, delineia-se na interação entre usuários e informação: "busca-se a relação de cada ação do sujeito com a cultura e com os referenciais sociais que o cerca" (ROCHA, GANDRA, 2018

p.582). As autoras destacam ainda os conceitos de **Imaginação Simbólica** e **Sociabilidade** (ARAÚJO, 2015); **Autoridade** (MCKENZIE, 2003; OLIPHANT, 2010); **Resiliência Informacional** e **Posicionamento** (LLOYD, 2014, 2016).

Os estudos sobre as práticas informacionais apresentam um acentuado discurso sobre os fatores que diferenciam as práticas informacionais de outras abordagens; dentre eles, destaca-se a valorização da prática cotidiana como formador de conhecimento e das realizações diárias das pessoas, caracterizadas pelas ações, motivações e habilidades coletivas dentro de um contexto, o que reforça o paradigma socioconstrucionista em que se fundamenta essa prática.

Tendo como subsídios os resultados da revisão bibliográfica, desenvolveu-se a Figura 1 com o intuito de sistematizar os principais elementos evidenciados nas discussões sobre Práticas Informacionais:

Figura 1 – Estrutura conceitual de Práticas Informacionais



Fonte: Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa (2021).

A Figura 1, conforme mencionado, apresenta a sistematização dos elementos identificados na revisão bibliográfica. Destaca-se a fundamentação teórica que originou e vem ofertando sustentação no desenvolvimento e consolidação da temática; os objetivos centrais e as principais características identificadas na literatura.

Cabe ressaltar que as pesquisas de práticas informacionais estão dando lugar a sujeitos e temáticas pouco abordados nas pesquisas da Ciência da Informação: presidiários, profissionais do sexo, deficientes visuais, portadores de necessidades especiais, idosos, adolescentes grávidas, desempregados, feministas, indivíduos marginalizados da sociedade, ou seja, todo e qualquer sujeito inserido socialmente em um tempo e espaço (TANUS, 2014).

Fomentar pesquisas sobre práticas informacionais com uma abordagem comprometida em refletir o papel da informação e de sua ação sobre esses sujeitos sociais – principalmente, aqueles com trajetórias de vida marcadas por diversidades culturais, sociais e históricas, relacionadas a uma série de conflitos e desigualdades sociais – amplia discussões teóricas acerca das inúmeras práticas sociais e informacionais presentes na sociedade contemporânea, proporciona a oportunidade dos cidadãos expressarem seu ponto de vista em relação aos problemas sociais e direciona à elaboração de ações que encaminhem os cidadãos para o uso responsável do grande volume de informações. Esses estudos têm o enfoque de oferecer, acima de tudo, condições para que o indivíduo se reconheça como produtor de conhecimento e de saberes que impliquem em suas práticas informacionais e fortaleçam suas identidades culturais (AQUINO, 2008).

3 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

O eixo central que norteia a definição da Competência Crítica em Informação está no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a informação. Tem como finalidade preparar os sujeitos para olhar criticamente a informação, para que desenvolvam a capacidade de distinção entre o que é relevante e/ou irrelevante, para buscar fontes seguras de

informação, hierarquizar as informações, utilizá-las, produzir novas informações, ser criativo, contextualizar etc. (ELMBORG, 2006; BRISOLA; ROMEIRO, 2018).

A Competência Crítica em Informação configura-se como uma vertente crítica da Competência em Informação, resultante de uma agenda de pesquisas em torno da atualização e ampliação do conceito original, bem como do desenvolvimento de novas teorias e aplicações, sob uma perspectiva crítica.

Para compreender as discussões sobre a Competência Crítica em Informação, vale retomar a origem da Competência em Informação, expressão utilizada para a tradução de *Information Literacy* no Brasil. A temática surgiu em 1974, a partir do relatório *The information service environment relationships and priorities,* submetido à *National Commission on Libraries and Information Sciences* – NCLIS, assinado por Paul G. Zurkowski, cujo objetivo era instruir a população para lidar com o volume de informações disponíveis que excediam desde aquele momento, a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (ZURKOWSKI, 1974, tradução nossa).

Após mais de quatro décadas de desenvolvimento de pesquisas, políticas, diretrizes, modelos, eventos e documentos, com o engajamento de instituições em todo o mundo para consolidação e disseminação da Competência em Informação, os preceitos norteadores - reconhecimento de uma necessidade de informação e as habilidades para localizar, avaliar e utilizar efetivamente a informação, que pautaram o conceito durante décadas, vêm passando, nos últimos anos, por um processo de ressignificação.

A definição proposta pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2016) conceitua a Competência em Informação como um conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão sobre sua produção, valorização e uso, na criação ética e legal de novos conhecimentos, configurando-

se como umas das definições que melhor se adequa à sociedade contemporânea e corrobora com o pensamento de Elmborg (2012) que compreende a Competência em informação não como uma "coisa" que pode ser definida e localizada, mas como um conjunto aplicado de práticas móveis, flexíveis e maleáveis entrelaçadas e disponíveis em distintos lugares e em fluxo constante.

O conceito apresentado pela ACRL em 2016 está presente no documento *Framework for Information Literacy for Higher Education,* indicado por Bezerra e Doyle (2017) como um passo importante em direção a uma compreensão crítica da Competência em informação, ainda que apresente uma série de limitações.

Adentrando a perspectiva crítica da Competência em informação, Vitorino e Piantola (2009) indicaram que tal perspectiva deveria ir além do caráter instrumental e ser entendida como uma "arte" que inclui saber usar computadores, acessar a informação, refletir criticamente acerca da natureza da informação, sua infraestrutura técnica, contexto e impacto social, cultural e filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Doyle (2018) identifica que a Competência crítica em informação integra três dimensões: **reflexão, crítica e ação**. Configura-se como uma linha de estudos direcionada à críticas acerca da Competência em informação, cujo embasamento está sustentado na Teoria crítica da sociedade e na Pedagogia crítica e tem como objetivo combater os efeitos do capital sobre os processos informacionais.

A fundamentação teórica que sustenta os preceitos da Competência Crítica em Informação está na Teoria Crítica da Sociedade, na Teoria Crítica da Informação e na Pedagogia Crítica de Paulo Freire. A **Teoria Crítica da Sociedade** tem como fundamentos a compreensão da sociedade, a formulação de diagnósticos da realidade em âmbito histórico e filosófico, a construção de alternativas e tem por atitude epistemológica a desconfiança, a negação do evidente, a

busca do que pode estar escondido ou camuflado (ARAÚJO, 2019).

A **Teoria Crítica da Informação,** segundo Fuchs (2009) não deve estar focada apenas no papel da informação para a sociedade, e sim no relacionamento da informação com contextos e processos de opressão, exploração, dominação e controle, uma vez que evidenciar a informação como processo e suas relações, bem como reconhecer as demandas econômicas, políticas e culturais, possibilita a construção e oferta de alternativas eficazes no combate a esses fenômenos sociais e contribuir para o estabelecimento de uma sociedade participativa e cooperativa (FUCHS, 2009).

A terceira teoria que fundamenta as bases da Competência Crítica em Informação, a **Pedagogia Crítica**, é, em essência, uma teoria que posiciona a educação como um catalisador por justiça social. Paulo Freire é uma das principais referências com sua teoria educacional crítica e libertadora, pautada na conscientização e capacitação do sujeito, para o desenvolvimento de uma compreensão crítica acerca da sua relação com o mundo, e para produção de conhecimento que possibilite o empoderamento e a emancipação social (TEWELL, 2015).

Os fundamentos teóricos apresentados direcionam para discussões em torno do pensamento crítico e reflexivo e de questões éticas, que visam proporcionar uma perspectiva de emancipação social, no sentido de despertar um valor moral, igualitário e autônomo nos sujeitos. Aliar esses fundamentos com ações práticas é um dos grandes desafios em torno da Competência Crítica em Informação. A disponibilização da informação, e seu caráter efetivo na construção do conhecimento, requer do indivíduo um posicionamento que vai além das habilidades técnicas para utilizar ferramentas tecnológicas; acima de tudo, faz-se necessário o desenvolvimento de um senso crítico que vai orientar a atenção e seleção informacional. A motivação e a capacitação técnica e intelectual induzem a uma apropriação da informação, despertando um interesse maior por

informação qualificada (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017).

A sistematização dos resultados da revisão bibliográfica acerca da Competência Crítica em Informação está evidenciada na Figura 2, estruturado em três tópicos – Fundamentos teóricos, objetivos e características.

Figura 2 – Estrutura conceitual de Competência Crítica em Informação.



Fonte: Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa.

A estrutura conceitual representada na Figura 2 apresenta os principais preceitos que pautam as discussões em torno da Competência Crítica em Informação. A sociedade contemporânea – informacional, "desinformacional", líquida, tecnológica, digital, exige dos sujeitos um posicionamento crítico acerca das suas necessidades informacionais. Posicionamento este que se configura como urgente e

necessário para consolidação de uma sociedade independente e participativa, onde os sujeitos sejam livres para se posicionar e refletir sem influências de sistemas manipuladores de informações direcionadas a finalidades de interesses de poder. A Competência Crítica em Informação promove um reencontro do indivíduo com o seu ser no mundo, seu potencial de modificar sua realidade e história, torna-se uma escolha individual, uma filosofia pessoal (ELMBORG, 2012; BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017; BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA JUNIOR, 2017; BRISOLA, ROMEIRO, 2018).

4 RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

As discussões apresentadas na pesquisa indicam possíveis relações entre as duas temáticas abordadas. Foram evidenciadas relações em torno da fundamentação teórica, os alicerces que sustentam o desenvolvimento e consolidação de ambas as temáticas, os objetivos que as direcionam e suas principais características. A Figura 3 representa indicações acerca das relações que permeiam as discussões entre as Práticas informacionais e a Competência Crítica em Informação.

As relações estabelecidas entre as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação podem ser observadas num primeiro nível nos **aspectos teóricos** a partir: 1) da crítica à conceitos e teorias previamente consolidados como Comportamento Informacional e Competência em Informação e 2) de subsídios teóricos oriundos das Ciências Humanas e Sociais – Sociologia, Antropologia e Pedagogia. Dessa forma, é possível identificar nos discursos dessas temáticas um compartilhamento de ideias e questões sociais, políticas e culturais que colaboram para a formação do sujeito crítico e autônomo nos processos de informação.

Figura 3 – Práticas informacionais e a Competência Crítica em Informação: possíveis relações.



Fonte: Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa (2021).

A segunda relação que destaca a confluência dos elementos concentra-se na **demanda informacional** contemporânea. As reflexões sobre as Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação demonstram a complexidade de lidar com as informações em meio ao acelerado desenvolvimento tecnológico que desemboca nos processos de produção e disseminação de informação, ao volume e a rapidez do tráfego de informações nas redes e mídias sociais e digitais, processos estes relacionados também com o fenômeno da desinformação e suas vertentes, configurados com um dos grandes desafios sociais contemporâneos. Tal evidência encontra respaldo com a dimensão coletiva e com o contexto, especificamente na categoria apresentada por Savolainen (2012) – **Situação de**

ação, considerando que esse conceito é relacionado a fatores temporais e espaciais, que contribuem na formação de um conjunto de circunstâncias.

A terceira relação que se apresenta está direcionada ao **sujeito informacional**, ator social, principal protagonista nas discussões em torno das Práticas informacionais e da Competência Crítica em Informação. Indivíduos que produzem, usam, buscam, tem necessidade e disseminam informação. Produtores e consumidores ativos de informação que não devem ser rotulados simplesmente como agentes isolados ou alienados em relação ao seu entorno. Contudo, é evidente que a produção de informação volumosa e desordenada, influenciada pelo acesso às tecnologias afetam a democratização dos processos informacionais, e torna complexo o exercício de uma prática que permita com que o sujeito tenha autonomia para romper os artifícios usados para dominar e oprimir a emancipação social (ARAUJO, 2013; HAN, 2018; BEZERRA, 2019). Cabe aqui relacionar que é requerido do sujeito um posicionamento que vai além das habilidades em utilizar ferramentas tecnológicas: o desenvolvimento de senso ético e crítico acerca das necessidades informacionais, a capacidade cognitiva em meio à hiperinformação, a perspectiva individual e coletiva - elementos que contribuirão para uma melhor apropriação da informação despertando um interesse maior por informação qualificada (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017).

As abordagens acerca das **ações** desempenhadas pelos sujeitos, tanto no contexto das Práticas informacionais como na Competência Crítica em Informação, configuram-se como a quarta relação e evidenciam que as discussões ultrapassam os processos de necessidade e de uso da informação: convergem num propósito de impulsionar o sujeito para um aprendizado contínuo, ao longo da vida, com a pretensão de estimular a reflexão crítica, ética e autônoma sobre as informações, considerando elementos socioeconômicos e culturais, com enfoque numa práxis transformadora, impactando a sua realidade e interferindo nas mudanças sociais. É possível relacionar este quarto nível com o contexto

de "**desempenho de tarefa**" mencionado por Savolainen (2012), considerando que o objetivo desse contexto é a solução de problemas. Wilson (2000) destaca que a interação entre as ações do sujeito e o contexto é um elemento comum nas Práticas Informacionais. Nessa relação o foco deve se concentrar tanto nas ações relacionadas à informação, como no modo por meio do qual essas práticas são geradas e significadas, considerando os variados espaços sociointerativos dos quais esses indivíduos participam direta ou indiretamente. Cabe ainda apontar, no âmbito das relações com foco nas ações do sujeito, o conceito de *habitus*, que permeia reflexões tanto em torno das Práticas informacionais, como da Competência Crítica em Informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada propôs traçar um diálogo em torno das temáticas Práticas informacionais e Competência Crítica em Informação, tendo como eixo as teorias que as estruturam.

As quatro relações estabelecidas – Aspectos Teóricos, Demanda Informacional, Sujeito Informacional e Ações do Sujeito - entre as temáticas Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação configuram-se como reflexões iniciais em torno de uma díade com elevado potencial de pesquisa.

Outras reflexões ainda permeiam as relações aqui apresentadas, e configuram-se como perspectivas para pesquisas futuras, como as discussões acerca da tríade bourdiesiana "campo, capital e *habitus"*, as categorias Práxis, Classe e Poder na perspectiva freiriana, os debates sobre Regimes de Informação e as relações entre política, informação e poder, dentre outros temas pertinentes à Ciência da Informação e às áreas de estudo Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016. Association of College and Research Libraries. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework. Acesso em: 22 set. 2020.

AQUINO, M. A. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 9, 2008, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. O que são "práticas informacionais?" **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, 2017.

ARAÚJO, C. A. A. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 19, p. 213-238, 2013.

ARAÚJO, C. A. A. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -ENANCIB, 16, 2015, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: ANCIB, 2015.

ARAÚJO, C. A. A. Dos estudos de usuários da informação aos estudos em práticas informacionais: uma trajetória de pesquisa. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 4, n. esp., p. 121-135, 2019.

BEZERRA, A. C.; DOYLE, A. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,18, 2017, Marília, SP. **Anais** [...] Marília: ANCIB, 2017.

BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M.; SALDANHA, G. S. **Ikritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. C. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação e Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16. 2017.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. 3, v. 14, p. 68-87, 2018.

BRISOLA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017.

BRUCE, C. S. **Informed learning**. Chicago: ALA/ACRL, 2008.

DOYLE, A. Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 25-33, 2018.

ELMBORG, J. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The journal of academic librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

ELMBORG, J. Critical Information Literacy: Definitions and Challenges. *In*: WINKINSOS, C. W.; BRUCH, C. (Ed.). **Transforming Information Literacy Programs**: Intersecting Frontiers of Self, Library Culture, and Campus Community. Chicago: The Association of College & Research, 2012.

FUCHS, C. Towards a critical theory of information. **Triple C**: Communication, Capitalism & Critique, v. 7, n. 2, 2009.

HAN, B. C. **No enxame**: perspectivas do digital. Editora Vozes, 2018.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory**. Journal of Documentation**, Bingley, v. 66, n. 2, p.245-258, 2010.

LLOYD, A. Building information resilience: how do resettling refugees connect with health information in regional landscapes–implications for health literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, v.45, n. 1, p. 48-66, 2014.

LLOYD, A. Researching fractured (information) landscapes: Implications for library and information science researchers

undertaking research with refugees and forced migration studies. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 73, n. 1, p. 35-47, 2016.

MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 115-137,1994.

MARTELETO, R. M. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. *In*: R. MARTELETO, R.; PIMENTA, R. (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2017.

MELO, D. A. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação**: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

NUNES, J. V. **Vivência em rede**: uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2014.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, 2017.

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, 2018.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking approaching information seeking in the context of “way of life”. **Library & Amp; Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SAVOLAINEN, R. Conceptualizing information need in context. **Information Research**, Lund, v. 17, n. 4, 2012.

SAVOLAINEN, R. The role of the Internet in information seeking. Putting the networked services in context. **Information processing & management**, v. 35, n. 6, p. 765-782, 1999.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. "Isms" in information science: Constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of documentation**, Bingley, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

TANUS, G. F. S. C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, 2014.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Information science reseatch**, v. 3, n. 2, 2000.

ZURKOWSKI, P. **Information Services Environment Relationships and Priorities.** Related Paper, no 5. Washington D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.

POSFÁCIO

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E CULTURA: UMA PROPOSTA ORIGINAL DE PESQUISA

Carlos Alberto Ávila Araújo[53]

Este livro, "Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas", representa um momento muito especial de consolidação de uma perspectiva de estudos no campo da informação. Ao longo dos 17 capítulos que compõem a obra, é possível identificar a contribuição de pesquisadores de várias instituições brasileiras, trabalhando, de maneira explícita ou implicitamente conectada, com diferentes conceitos, teorias ou categorias (cotidiano, experiência, cognição distribuída, competência crítica em informação, entre outras) e também relacionada com diferentes aspectos da realidade ou objetos de estudo (pessoas transexuais, fotografia, redes sociais, comunidades digitais, entre outras). Essa composição mostra uma presença hoje clara, fundamentada e amadurecida no estudo das práticas informacionais. Mas nem sempre foi assim. Quinze anos atrás, essa expressão praticamente inexistia na produção científica em ciência da informação no Brasil – exceto por alguns poucos trabalhos nos quais, na verdade, representava apenas um jeito de nomear e não uma abordagem específica de estudos (e, sobretudo, não relacionada aos estudos de usuários da informação).

É relativamente recente o surgimento de "práticas informacionais" como uma perspectiva de estudos na área de usuários da informação. Nesse sentido, parece pertinente terminar uma obra dedicada a essa perspectiva com um texto que trate de como essa abordagem chegou e se instalou no

[53] Universidade Federal de Minas Gerais.

país, a partir da experiência de um dos atores desse processo: o grupo de pesquisa EPIC, Estudos em Práticas Informacionais e Cultura, registrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e sediado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O EPIC foi o primeiro grupo de pesquisa brasileiro a ter, explicitamente, a referência de tratar-se de um grupo dedicado ao estudo em práticas informacionais; o primeiro a fazer a ligação entre essa referência e o campo de estudos em usuários da informação; e também o primeiro a propor uma abordagem específica e original nesta perspectiva, evitando ser mera apropriação e repetição de modelos estrangeiros, ao demarcar a composição de sua proposta com a ideia de cultura.

O grupo nasceu, institucionalmente, no ano de 2013. Sua origem, contudo, remonta ao ano de 2005, com a chegada, à Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, dos professores Carlos Alberto Ávila Araújo e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte para ministrarem disciplinas na área de Usuários da Informação no curso de biblioteconomia (para as turmas do matutino, do vespertino e do noturno) e no recém-criado sistemas de informação no Instituto de Ciências Exatas, com o projeto, no horizonte de um futuro próximo, também para as turmas de arquivologia e de museologia, cursos a serem criados na ECI.

O primeiro desafio colocado foi o de decidir como deveria ser o programa dessa disciplina – quais conteúdos, quais textos, quais unidades programáticas, quais atividades e métodos didáticos. Surgiu ali o desafio de se propor uma mesma disciplina para os quatro cursos, atualizando os conteúdos ministrados até então (considerando as mudanças teóricas, tecnológicas e outras), e incorporando especificidades de cada uma das áreas e seus campos de atuação técnica e profissional. Foram consultados os programas da disciplina que haviam sido ministrados até então na UFMG e em outras universidades. Uma primeira avaliação evidenciou que a disciplina possuía um perfil

bastante instrumental, como uma espécie de apoio para a gestão de bibliotecas e unidades/sistemas de informação. A maior parte dos conteúdos de praticamente todos os programas era relacionado a métodos quantitativos de coleta e tratamento de dados sobre perfil de usuários e diagnóstico/avaliação de bibliotecas e sistemas de informação, mapeando usos, frequências, indicadores de satisfação, itens de necessidade. Como resultado dessa primeira avaliação, percebeu-se que a área tinha potencial para ser muito mais do que isso, sem prejuízo destes conteúdos já estabelecidos. Percebeu-se principalmente a ausência de uma fundamentação teórica e conceitual para esses estudos, e principalmente uma ausência de teorias e conceitos das ciências humanas e sociais que pudessem fundamentar o campo de estudos. De uma forma geral, havia apenas uma definição instrumental de conceitos como requisito, demanda, necessidade e uso; uma apresentação também instrumental dos métodos de coleta de dados e algumas noções de estatística para o tratamento descritivo dos dados; e a articulação com algumas noções de planejamento de bibliotecas, para o aproveitamento dos dados levantados.

Colocado o desafio de construção de um outro tipo de programa para a disciplina, iniciou-se uma ampla busca na literatura da área. De maneira imediata, o que mais chamou a atenção foi a existência de uma relevante e extensa produção científica naquilo que era chamado “abordagem cognitiva” ou “abordagem alternativa” de estudos de usuários, principalmente os trabalhos em teoria sense-making de Brenda Dervin, o modelo information seeking process de Carol Kuhlthau, os modelos de comportamento informacional de Tom Wilson e o modelo integrativo de Chun Wei Choo. Algumas dessas teorias e autores até apareciam em alguns programas de disciplina, mas suas contribuições eram, efetivamente, pouco ou nada incorporadas aos programas de disciplinas de Usuários da Informação no Brasil. A primeira decisão tomada foi a de incorporar essa abordagem com praticamente o mesmo grau de importância da abordagem

quantitativa instrumental até então em vigor. A disciplina teria, então, dois momentos distintos: introdução, apresentação e exemplificação da primeira abordagem, a "tradicional"; e o mesmo conteúdo para a abordagem "alternativa". Mas esse movimento não parecia ser suficiente para colocar em prática todo o potencial de um campo de estudos voltado para os sujeitos, para os usuários da informação. Fazia falta uma fundamentação conceitual para cada uma das abordagens, que demonstrasse de onde vinham os conceitos, os métodos de estudo, os objetivos de cada uma. Foi a partir dessa preocupação que houve um questionamento e um aprofundamento teórico em cada uma das abordagens.

No caso da abordagem dita tradicional, o movimento foi o de buscar compreender o positivismo e o funcionalismo, as duas matrizes teóricas dessa abordagem. O positivismo, como transposição, para as ciências humanas e sociais, do mesmo modo de raciocínio das ciências naturais (exatas e biológicas), representa uma concepção de que a realidade possui um fundamento nela mesma, isto é, que pode ser objetivamente compreendida pelo método científico. Representa também a pressuposição de que a realidade é composta por regularidades, que podem ser expressas em leis; e de que os aspectos da realidade relevantes são aqueles que podem ser observados e quantificados. Já o funcionalismo, que é uma vertente ou aplicação dos princípios positivistas, baseia-se numa concepção organísmica da realidade humana, isto é, compreende as ações, instituições e atores humanos como parte de uma estrutura maior exercendo determinadas funções ou tarefas para a manutenção do equilíbrio dessa estrutura (ou, eventualmente, desempenhando determinadas disfunções).

No caso da abordagem dita alternativa, foram buscados nos trabalhos dos autores mais destacados os seus fundamentos, e foram encontrados elementos relacionados ao construtivismo, ao interacionismo simbólico, à fenomenologia e à etnometodologia. São todas abordagens das ciências humanas e sociais que se construíram em

oposição ao positivismo, calcadas nas ideias de que a causalidade dos fenômenos humanos e sociais é distinta dos fenômenos naturais (o ser humano é um sujeito consciente das suas ações, possui intencionalidade, atribui significado ao que faz) e que o caráter situacional e contextual dos fenômenos é decisivo (os fenômenos são profundamente imbricados nas realidades econômicas, culturais, políticas nos quais se inserem). A disciplina passou a incluir e contemplar aspectos relacionados tanto ao positivismo e ao funcionalismo quanto às perspectivas compreensivas e fenomenológicas, buscando ver as contribuições delas para o desenho do campo de estudos de usuários da informação.

Outra questão que nos parecia fundamental é que a disciplina não deveria ser apenas teórica, mas envolver também um trabalho de efetiva pesquisa por parte dos alunos. Nos programas que haviam sido analisados, havia sempre a previsão de um trabalho de campo a ser realizado pelos alunos. Como o programa proposto estava dividido em duas partes, concluí/iu-se que deveria haver dois trabalhos de campo, ou um trabalho de campo em dois momentos: um com uma pesquisa seguindo os moldes da abordagem tradicional, outro a partir dos parâmetros da abordagem cognitiva. Isso implicava a compreensão de duas maneiras de aproximação da realidade: uma basicamente quantitativa, buscando dados sociodemográficos dos usuários, indicadores de uso, de frequência, de satisfação; e outro buscando significados, interpretações, impressões, por parte dos sujeitos.

Uma vez concluída essa primeira tarefa, a disciplina foi ministrada em conjunto pelos dois professores para mais de uma turma. Foram realizadas sessões de críticas e comentários, incorporação de sugestões, exemplos, métodos, e com isso foi se consolidando a maneira como a disciplina seria ministrada daí em diante e também sua importância dentro dos cursos de biblioteconomia e sistemas de informação, e dentro da área de ciência da informação. Houve ainda a preocupação em evidenciar para a comunidade científica o trabalho realizado, em congressos científicos (ARAÚJO, 2007; ARAÚJO, 2008; ARAÚJO; JILOCHKIN;

SIRIHAL DUARTE, 2008; SIRIHAL DUARTE, 2011) e, depois, na apresentação da maneira como se deu esse processo de construção da disciplina (ARAÚJO, 2009; ARAÚJO, 2010b; SIRIHAL DUARTE, 2012; ARAÚJO; SIRIHAL DUARTE, 2014; ARAÚJO, 2014b; ARAÚJO, 2019).

Nos anos seguintes, novos desafios foram se apresentando. O primeiro deles se deu com a inserção dos dois professores no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Até o momento, pesquisas de mestrado e doutorado sobre usuários vinham sempre sendo defendidas na linha de pesquisa "Gestão da informação e do conhecimento". Os dois professores ingressaram em outra linha, chamada "Informação, cultura e sociedade", na qual praticamente inexistia uma tradição de pesquisa sobre usuários da informação, embora houvesse outras temáticas (inclusão, leitura, mediação, informação e cidadania) com vários pontos em comum. Foi efetivamente no trabalho de orientação das primeiras pesquisas de mestrado no tema que o EPIC nasceu, por meio de reuniões coletivas de orientandos de mestrado dos dois professores envolvidos com a temática no PPGCI.

De modo paralelo, as primeiras apresentações em congressos e publicações em periódicos provocaram interlocuções interessantes com outros pesquisadores brasileiros. Havia uma grande produção científica relevante sobre o assunto, embora não sob a designação de "usuários da informação" – estudos em mediação da informação, competência informacional, informação e cultura, informação e sociedade, entre outros, numa realidade parecida com a do PPGCI/UFMG. Particularmente no âmbito do grupo de trabalho 3 (GT 3 – Mediação, circulação e apropriação da informação) da ANCIB, a Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, pesquisadores vinham apresentando resultados de pesquisas com temas e contribuições fundamentais para se entender os usuários da informação, ainda que não usassem essa expressão. Era preciso conhecer essa produção, estabelecer diálogos com ela e incorporar

suas contribuições, como foi feito, por exemplo, em SIRIHAL DUARTE (2009) e ARAÚJO (2012).

Um outro desafio se deu quando efetivamente começaram, na ECI/UFMG, os cursos de graduação em arquivologia (2008) e de museologia (2009). Usuários da informação era uma disciplina presente nos dois cursos, e ainda que alguns elementos já estivessem previstos no novo formato de disciplina vigente desde 2006, era preciso realizar uma série de adaptações no programa para incorporar questões, aspectos e demandas destas áreas de conhecimento. Começou também aí um processo coletivo de leitura, discussão e estudo de questões relativas a estudos de usuários de arquivos e estudos de público de museus, de forma a ampliar o escopo conceitual e teórico da disciplina de Usuários da Informação (ARAÚJO, 2013; 2014a).

Além disso, começaram algumas interlocuções internacionais. A primeira delas se deu com Martha Sabelli, pesquisadora da Universidad de la Republica, Uruguai, que esteve como professora visitante na UFMG no ano de 2012. Em 2013, a professora Aurora González Teruel, pesquisadora da Universidad de Valencia, na Espanha, também esteve como professora visitante na UFMG. Em 2014, foi enviado um trabalho para o ISIC: *The information behaviour conference*, o evento mais importante do mundo na área de usuários da informação, que iria acontecer em Leeds, Inglaterra. O trabalho foi aprovado (ARAÚJO; SIRIHAL DUARTE, 2014) e os professores participaram do evento, criando laços com pesquisadores da Europa, da América, da Ásia e da África e possibilitando que se situassem em relação à produção científica mundial. Grande parte dessa produção já era conhecida por leituras, mas a interação face a face com os pesquisadores e o acompanhamento tanto das apresentações e dos debates foi fundamental. Na volta da Inglaterra, os dois pesquisadores ainda passaram pela Espanha, para alguns dias de reunião com Aurora González Teruel.

Como resultado dessas atividades, houve também um amadurecimento e uma ampliação do quadro conceitual, com a incorporação de uma terceira maneira de se estudar os

usuários, situada num quadro teórico distinto das abordagens "tradicional" e "alternativa". O modelo cognitivo, com sua lógica mecânica baseada na ideia de estímulo/resposta, sua apreensão dos sujeitos unicamente a partir de suas cognições e isolados de sua vivência social, não parecia responder adequadamente às demandas das pesquisas, nem mesmo combinar com os referenciais calcados no construcionismo e na fenomenologia. Essa ampliação se deu com o tensionamento da noção de "usuário da informação" por meio de duas categorias, "sujeito" e "informação". Na perspectiva dos sujeitos, aprofundaram-se as leituras e estudos nas ciências sociais e humanas em torno do entendimento das três grandes correntes de estudo que as compõem: a positivista/funcionalista, a crítica/marxista e a compreensiva/fenomenológica. Do ponto de vista da informação, avançou-se nos estudos dos fundamentos da ciência da informação, a partir do estudo das três grandes perspectivas de estudo que compõem a área: a fisicista, a cognitivista e a pragmaticista ou sociocultural. Esse foi, aliás, o trabalho apresentado em Leeds e sobre o qual se buscou o escrutínio da comunidade internacional. Tratava-se de perceber que o estudo do sujeito informacional perpassava dois quadros de referência distintos (três modelos de estudo dos sujeitos; três modelos de estudo da informação) resultando num quadro complexo de possibilidades de estudo e pesquisa.

Durante esse processo, foi ficando cada vez mais clara a insatisfação com o modelo cognitivo ou "alternativo" de estudos de usuários, em termos de seu poder explicativo. De maneira intuitiva, vinham sendo adotados alguns caminhos alternativos de pesquisa, que foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos – uma perspectiva fenomenológica (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012), interacionista (ARAÚJO, 2010a), vinculada ao paradigma social da ciência da informação (ARAÚJO, 2010b; ROCHA; SIRIHAL DUARTE, 2013; MOREIRA; SIRIHAL DUARTE, 2016), ao pensamento crítico (PINTO; ARAÚJO, 2012), à discussão sobre pós-modernidade (TANUS, 2014), à cognição distribuída (ROCHA; PAULA;

SIRIHAL DUARTE, 2016), à abordagem clínica da informação (ANTUNES; PAULA; SIRIHAL DUARTE, 2016) e ao conceito de sujeito informacional (CRUZ, 2018).

E foi nesse momento, nos debates internacionais, nas leituras sobre o assunto, nos congressos, nas pesquisas, que os pesquisadores descobriram a abordagem das "práticas informacionais". Depois de conhecerem alguns autores e alguns textos, percebeu-se que estava aí a possibilidade de avanço nas preocupações e de constituição de um campo de pesquisa original. Como resultado de todos esses processos, resolvemos, Carlos Araújo e Adriana Sirihal Duarte formalizaram a criação do grupo de pesquisa EPIC em 2013. Na verdade, desde 2007 já havia um grupo de estudos com os orientandos de ambos no mestrado e doutorado do PPGCI/UFMG. Esses grupos funcionavam de maneira informal, às vezes com uma agenda de encontros mais intensa, algumas vezes menos, dependendo da quantidade de mestrandos ou doutorandos envolvidos com a temática. Nesse período, orientamos dissertações e teses com realidades empíricas muito variadas, tais como profissionais do sexo (SILVA, 2008), ouvintes assíduos de rádio (PESSOA, 2010), professores da rede municipal (PINTO, 2012), bibliotecários no trabalho de indexação (ALONSO, 2012), bibliotecários realizando estudos de usuários (SEPÚLVEDA, 2012), pessoas da terceira idade (GANDRA, 2012), deficientes visuais (ROCHA, J., 2013), bibliotecários na atividade de indexação (ARAÚJO, E., 2013), diferentes profissionais da informação (ROCHA, E., 2013) e usuários de um sistema de informação de extensão universitária (TERTO, 2013). Tais pesquisas buscavam avançar numa perspectiva além das abordagens tradicional e cognitiva, mas não havia ainda uma proposta única, um referencial comum, senão fragmentos de aproximações.

A ideia de trabalhar com práticas informacionais nos situava no âmbito de um movimento internacional que se construiu no campo de estudos de usuários da informação - representado por, entre outros, pesquisadores da Finlândia como Reijo Savolainen, Sanna Talja e Kimmo Tuominem; da Suécia, como Annemarie Lloyd; e do Canadá, como Pam

McKenzie. Ao mesmo tempo, as pesquisas empíricas e reflexões epistemológicas desenvolvidas no grupo apontavam para uma certa originalidade no campo, mobilizando determinadas categorias e formas de compreensão específicas – que os aproximavam, principalmente, do conceito de cultura e de uma abordagem mais antropológica. Em função disso, e como forma de amarrar todas essas questões (os diálogos no GT 3 da Ancib, com os parceiros internacionais, com nossas próprias percepções conceituais e as pesquisas desenvolvidas no âmbito da linha Informação, cultura e sociedade do PPGCI) surgiu a ideia de criar o grupo, associando as duas ideias, práticas informacionais e cultura. Logo no início, juntaram-se ao grupo os professores Cláudio Paixão Anastácio de Paula e Eliane Cristina de Freitas Rocha. A ideia de "grupo" marcou de maneira decisiva os trabalhos: a possibilidade de produzir conhecimento em conjunto, compartilhar ideias e leituras, construir conjuntamente nossa perspectiva, aproveitando as singularidades e competências de cada um.

A partir de 2014 o grupo passou efetivamente a existir, unido em torno da consolidação e clarificação de uma perspectiva original e que poderia ser uma referência para as novas pesquisas a serem realizadas dali em diante. Isso de fato aconteceu, e desde então um conjunto de novas pesquisas foi realizado, também com realidades empíricas muito diversas tais como nativos digitais (ANTUNES, 2015), docentes e discentes em relação de orientação (SÁ, 2015), formação dos arquivistas (VAZ, 2015), mães de crianças alérgicas (BARROS, 2016), clientes de serviços de estética (VASCONCELOS, 2016), visitantes de museu (GANDRA, 2017), detentas grávidas (BARBOSA, 2017), usuários de redes sociais interagindo a partir de acontecimentos políticos (BERTI, 2018), nativos digitais na biblioteca escolar (PAIVA, 2018), pesquisadores de um instituto de pesquisa (ROCHA, 2018), blogueiros literários (SÁ, 2018), pessoas interagindo em aplicativo de mensagens instantâneas (SILVA, 2019), bibliotecários de serviços de referência (LIMA, 2018),

pesquisadores (SILVA, 2020), alunos de ensino médio (SILVA, 2020), pessoas trans (PINTO, 2020).

A existência do grupo de pesquisa também foi importante no sentido da internacionalização. Passaram a fazer parte formalmente do grupo as professoras Martha Sabelli (Uruguai) e Aurora González Teruel (Espanha), e um primeiro trabalho em conjunto foi apresentado no XI Encontro de Diretores e X Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (SIRIHAL DUARTE; SABELLI; GONZÁLEZ TERUEL; ROCHA; ARAÚJO, 2016). Pouco depois ingressaram no grupo Silvia Albornoz, da Universidad Nacional de La Plata, Argentina, Edilma Naranjo, da Universidad de Antioquia, Colômbia.

Enquanto grupo, e engajados num processo efetivo de colaboração e construção coletiva, buscou-se sintonizar a proposta de pesquisa com as perspectivas contemporâneas da ciência da informação e com as discussões teóricas em práticas informacionais, a partir do conceito de intersubjetividade, buscando um equilíbrio entre as dimensões coletivas e individuais dos fenômenos informacionais, contemplando também as questões emocionais e afetivas envolvidas nos processos, as dinâmicas de significação e produção de sentidos, a importância do enraizamento das práticas nos contextos nos quais tomam existência e o caráter ativo dos sujeitos. O grupo se apropriou de diferentes conceitos, como conhecimento, imaginação, sociabilidade, identidade e práxis, que foram reconstruídos como rede conceitual em torno das ideias de práticas informacionais e cultura.

O EPIC atingiu seu ponto de consolidação em 2018, quando realizou em março a I Jornada em Práticas Informacionais. Foram convidados palestrantes de distintas áreas para tratar de temas como praxiologia, construcionismo social, interacionismo simbólico, representações sociais e etnografia. Também foram ministradas palestras das pesquisadoras estrangeiras do grupo sobre seus temas de pesquisa. Os debates foram ricos e sinalizaram a maturidade

das nossas questões. Em 2018 também o grupo acolheu dois pesquisadores em realização de estágio de pós-doutorado.

Em 03 de dezembro de 2018, porém, faleceu a professora Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, líder do grupo. Em sua homenagem, foi realizada em janeiro de 2019 a II Jornada em Práticas Informacionais, com apresentações dos membros do EPIC ressaltando aspectos de parcerias e orientações com a professora. No começo de 2019, foi publicada uma edição especial do periódico Informação em Pauta, da Universidade Federal do Ceará, em homenagem à professora Adriana e com trabalhos dos pesquisadores do EPIC. Desde então, o grupo passou a ser liderado pelo professor Carlos Alberto Ávila Araújo. Em 2020 as atividades presenciais do grupo foram suspensas em função da pandemia, sendo retomadas de maneira remota em 2021.

Nos últimos anos, algumas publicações de membros do grupo demonstraram essa maturidade de sua proposta de pesquisa (ARAÚJO, 2016; ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017; ARAÚJO, 2017; BERTI; ARAÚJO, 2017; SIRIHAL DUARTE; ARAÚJO; PAULA, 2017; ROCHA, SIRIHAL DUARTE; PAULA, 2017; ROCHA; GANDRA, 2018; ARAÚJO; SIRIHAL DUARTE; DUMONT, 2019; FERREIRA; ABREU; LIMA; SÁ, 2019). Hoje, o EPIC é um grupo consolidado, com a participação de 19 pesquisadores doutores, vinculados a distintas universidades, tais como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outras instituições e setores como a Prefeitura de Belo Horizonte, Sistema de Bibliotecas da UFMG, Instituto Federal de São Paulo, Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Comunicação da UFMG, entre outras. Além disso há membros de outros quatro países, parcerias com professores de várias outras universidades brasileiras, e ao qual se vinculam diversos alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de profissionais bibliotecários, arquivistas e museólogos atuantes em diferentes instituições.

O grupo faz questão de manter, como traço identitário, o fomento à sua rede de relações, de aprendizados conjuntos e de parcerias, que marca as relações entre seus membros e destes com os demais pesquisadores da área (GANDRA; ROCHA, 2019; ARAÚJO; PAULA, 2019). Ao mesmo tempo, o compromisso com o contínuo avanço teórico, conceitual e metodológico sobre os sujeitos e suas relações com a informação, sempre a partir da noção de práticas informacionais e seus vínculos com a dimensão da cultura.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. F. C. A. **Manifestações externas na indexação**: uma construção social da realidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

ANTUNES, M. L. A. **Comportamento informacional em tempos de Google**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

ANTUNES, M. L. A.; PAULA, C. P. A.; SIRIHAL DUARTE, A. B. Abordagem clínica da informação: um projeto em construção. *In*: EBCIM - ENCONTRO DE DIRETORES, 11; ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 10. 2016, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS. *In*: CABRAL, A. M. R.; REIS, A. S. (Org.). I**nformação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 81-100.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008.

ARAÚJO, C. A. Á. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. **Em Questão**, v. 15, p. 11-26, 2009.

ARAÚJO, C. A. Á. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, v. 4, n. 2, p. 2-32, 2010a.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & informação**, v. 15, n.2, p. 23-39, 2010b.

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012.

ARAÚJO, C. A. Á. A Perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Em Questão**, v. 19, p. 213-238, 2013.

ARAÚJO, C. A. Á. Perspectivas contemporâneas de estudos de usuários da informação: diálogos com estudos de usuários de arquivos, bibliotecas e museus. *In*: CASARIN, H. C. S. (Org.). **Estudos de usuário da informação.** Brasília: Thesaurus, 2014a. p. 19-46.

ARAÚJO, C. A. Á. Usuários da informação: construção de conceitos e perspectivas de estudo. *In*: RENDÓN ROJAS, M. Á. (Org.). **El ser, conocer e hacer en bibliotecología/ciencia de la información/documentación**. México: UNAM/IIBI, 2014b. p. 29-58.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, p. 61-78, 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são 'práticas informacionais'? **Informação em Pauta**, v. 2, p. 217-236, 2017a.

ARAÚJO, C. Á. A. Dos estudos de usuários da informação aos estudos em práticas informacionais e cultura: uma trajetória de pesquisa. **Informação em Pauta**, v. 4, n. esp., p. 121-136, 2019.

ARAÚJO, C. A. A.; JILOCHKIN, A. M. N.; SIRIHAL DUARTE, A. B. Mapeamento temático dos estudos de usuários da informação: uma análise dos artigos publicados no periódico Ciência da Informação. *In*: CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO, 8. 2008, Salvador. **Anais** [...] Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

ARAÚJO, C. A. Á.; SIRIHAL DUARTE, A. B. DUMONT, L. M. M. As perspectivas de estudos sobre os sujeitos no PPGCI/UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, p. 85-101, 2019.

ARAÚJO, C. A. A.; SIRIHAL DUARTE, A. B. The informational subject at the intersection of information science and the human and social sciences. *In*: ISIC - INFORMATION BEHAVIOUR CONFERENCE, 10., 2014, Leeds. **Proceedings**... Leeds: University of Leeds, 2014.

ARAUJO, E. P. O. **Tomada de decisão organizacional e subjetividade**: análise das dimensões simbólico-afetivas no uso da informação em processos decisórios. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ARAUJO, E. P. O.; PAULA, C. P. A. Por uma pedagogia criadora e Imaginativa: retratos de uma prática docente transformadora. **Informação em Pauta**, v. 4, n. esp., p. 62-81, 2019.

BARBOSA, A. G. **Práticas informacionais das apenadas do Centro de Referência a Gestante Privada de Liberdade de Vespasiano-MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

BARROS, F. M. M. **Protagonismo nas práticas informacionais de mães de crianças alérgicas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

BERTI, I. C. L. W. **Práticas e regime de informação** - os acontecimentos "carta de Temer a Dilma" e "Marcela Temer: bela, recatada e do lar". 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, v. 22, p. 389-401, 2017.

CRUZ, R. C. Proposta teórico-metodológica para o estudo de sujeitos informacionais usuários de sites de redes sociais virtuais. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 5, p. 47-62, 2018.

FERREIRA, E. G.A.; ABREU, F.F.; LIMA, G.M.C.; SÁ, J.P.S. A construção do conceito de práticas informacionais pelos pesquisadores do EPIC. **Informação em Pauta**, v. 4, n. esp., p. 26-43, 2019.

GANDRA, T. K. **Inclusão digital na terceira idade**: um estudo de usuários sob a perspectiva fenomenológica. 2012. Dissertação.

(Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

GANDRA, T. K. **Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

GANDRA, T. K.; ROCHA, J.A. Orientação acadêmica como espaço de Integração intelectual, social e afetiva. **Informação em Pauta**, v. 4, n. esp., p. 83-100, 2019.

GANDRA, T. K.; SIRIHAL DUARTE, A. B. Usuários da informação sob a perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de postura metodológica de pesquisa. **Informação & Sociedade**, v. 22, p. 13-23, 2012.

LIMA, G. M. C. **Serviços de referência: práticas informacionais do bibliotecário**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal deMinas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MOREIRA, F. M.; SIRIHAL DUARTE, A. B. O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, p. 169-178, 2016.

PAIVA, R. M. V. **A biblioteca escolar e os nativos digitais**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

PESSOA, M. T. **A relação entre ouvintes assíduos e o rádio**: um estudo de usuários da informação a partir de uma perspectiva compreensiva. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

PINTO, F. V. M. **Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. Á. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, v. 4, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2012.

PINTO, F.V.M. **Transformando normas e padrões**: as práticas informacionais de pessoas trans na reinvenção do corpo. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

ROCHA, E. C. F. **Usuário da informação, um velho (?) (des)conhecido**: Usuários da informação em diferentes profissões da informação. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ROCHA, E. C. F.; GANDRA, T. K.; ROCHA, J. A. P. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, v. 68, p. 96-109, 2017.

ROCHA, E. C. F.; SIRIHAL DUARTE, A. B. Reflexões sobre os paradigmas de estudo da usabilidade na Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 14, 2013, p. 03.

ROCHA, J. A. P. **(In) Acessibilidade na web para pessoas com deficiência visual**: um estudo de usuários à luz da cognição situada. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ROCHA, J. A. P. **A produção do conhecimento como cognição distribuída**: práticas informacionais no fazer científico. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ROCHA, J. A. P.; PAULA, C. P. A.; SIRIHAL DUARTE, A. B. A cognição distribuída como referencial teórico para os estudos de usuários da informação. **Informação & Sociedade**, v. 26, p. 91-105, 2016.

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, v. 23, p. 566-595, 2018.

ROCHA, J. A. P.; SIRIHAL DUARTE, A. B.; PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan.-abr./2017.

SÁ, J. P. S. **Ler e compartilhar na web**: práticas informacionais de blogueiros literários. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SÁ, R. M. C. **Compartilhamento do conhecimento e o processo de orientação de discentes de pós-graduação stricto sensu**. 2015.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SEPÚLVEDA, M. I. M. **A relação dos bibliotecários com a profissão, com a rotina profissional e com os usuários a partir de uma perspectiva compreensiva**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SILVA, A. G. F. **Entrando em ação, movendo a cena**: práticas informacionais nos ambientes do aplicativo Telegram. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

SILVA, K. R. **Comportamento informacional de alunos do Ensino Médio Integrado**: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

SILVA, M. P. **As práticas informacionais na produção científica**: uma análise a partir dos pesquisadores dos programas de pós-graduação. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

SILVA, R. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

SIRIHAL DUARTE, A. B. Inclusão digital e competência informacional: estudo de usuários da informação digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2009.

SIRIHAL DUARTE, A. B. Mediação da informação e estudos de usuários: interrelações. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 3, p. 70-86, 2012.

SIRIHAL DUARTE, A. B. Mediação, usos e usuários: reflexões e análise de caso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011.

SIRIHAL DUARTE, A. B.; ARAÚJO, C. A. Á.; PAULA, C. P. A. Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 111-135, 2017.

SIRIHAL DUARTE, A. B.; SABELLI, M.; GONZÁLEZ TERUEL, A.; ROCHA, E. C. F.; ARAÚJO, C. A. Á. Práticas pedagógicas na área de usuários da informação em três universidades iberoamericanas. *In*: EBCIM - ENCONTRO DE DIRETORES, 11; ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 10. 2016, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2016. v. XI. p. 596-609.

TANUS, G. F. S. C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuários a sujeitos pós-modernos. **RBBD**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 10, p. 144-173, 2014.

TERTO, A. L. V. **A extensão universitária e o Sistema de Informação da Extensão (SIEX/UFMG)**: um estudo de usuários a partir de uma perspectiva compreensiva. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

VASCONCELOS, P. M. **As práticas informacionais das clientes dos serviços de estética**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

VAZ, G. A. **A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC-UFRN). Pesquisadora vinculada ao grupo "Informação na Sociedade Contemporânea", cadastrado no CNPq. Doutora em Ciência da Informação, Mestra em Ciência da Informação e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou como bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais, nas seguintes instituições: Faculdade de Direito e Escola de Ciência da Informação. Durante o Mestrado foi bolsista CAPES/REUNI vinculada ao curso de Museologia (ECI/UFMG). Ao longo da graduação foi monitora de disciplina, bolsista CNPq de Iniciação Científica e realizou estágios em bibliotecas universitárias, escolares, centros de documentação e na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. E-mail: gfrancinne@gmail.com

ILEMAR CHRISTINA LANSONI WEY BERTI

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação - UEL – Edital 14/2021. Pós-doutoranda em Ciência da Informação PNPD/CAPES no PPGCI/UEL (2019 - 2022) e mestra pela mesma instituição. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa em Informação, Cultura e Sociedade (2014-2018). Foi bolsista (CAPES) e participou do programa PDSE pela Universidade Lusófona do Porto, Portugal em 2017, no programa de doutoramento em Estudos em Comunicação para o desenvolvimento. Tem interesse em: Estudos de Usuários em Informação, Comportamento informacional, Práticas Informacionais, Regime de informação, Políticas de informação, Cultura e Educação. E-mail: christinaberti@uel.br

JANICY APARECIDA PEREIRA ROCHA
Professora adjunta do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharela em Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Tem como interesse de pesquisa os aspectos sociais do uso da tecnologia, atuando nas seguintes temáticas: planejamento, projeto e avaliação de serviços de informação inclusivos e adaptáveis, estudos de usuários da informação, práticas informacionais e produção, gestão e difusão de dados, informação e conhecimento científicos em conformidade com o movimento ciência aberta. E-mail: janicy.rocha@unirio.br

SOBRE A PREFACIADORA

REGINA MARIA MARTELETO

Doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), Mestrado em Sciences de l´Information et de la Communication (EHESS/França), Graduação em Letras (PUC/MG) e Biblioteconomia (UFMG). Faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict/Eco/UFRJ. Pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UERJ entre 2016 e 2017. Presidente da ANCIB-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, de 2003 a 2006, e coordenadora do Grupo de Trabalho Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, de 2007 a 2009. É líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais. Representante e responsável científica, pelo Brasil, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI, desde 2008. Membro de Comitês Editoriais e/ou parecerista de revistas científicas das áreas de Ciências da Informação, Comunicação, Saúde, do Brasil e do exterior, bem como de agências avaliadoras de fomento do Brasil e da França. Áreas principais de pesquisa: cultura e informação; conhecimento, informação e sociedade; informação e comunicação em saúde; mediações infocomunicacionais em redes sociais; sujeito, leituras e linguagens de informação na contemporaneidade; teoria social, epistemologia e interdisciplinaridade nos estudos da informação.

SOBRE O POSFACIADOR

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Professor associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi diretor de 2014 a 2017. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, com pós-doutorado pela Universidade do Porto, Portugal (2011) e pela Universidad de Salamanca, Espanha (2019). Presidente da EDICIC, *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe* (2016-2021). Foi vice-presidente da ANCIB, Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2016-2018). Líder do grupo de pesquisa EPIC - Estudos em Práticas Informacionais e Cultura, cadastrado no CNPq. Foi Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação de 2007 a 2011 e de 2013 e 2015. Fez parte, em 2008, da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Autor dos livros "O que é ciência da informação" (KMA, 2018) e "Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível" (Briquet de Lemos, 2014). E-mail: carlosaraujoufmg@gmail.com

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

ANA AMÉLIA LAGE MARTINS

Professora adjunta do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela UFMG e graduada em Biblioteconomia pela mesma instituição. Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. E-mail: ana.martins@unirio.br

ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE

Possui graduação em Biblioteconomia (2003), Mestrado em Ciência da Informação (2006) e Doutorado em Ciência da Informação (2012) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com aulas nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI UEL) desde 2013. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI UEL) gestões 2016, 2017/2019 e 2019/2021. Vice-presidenta da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2020/2022. Tem experiência em Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia com ênfase em Organização da Informação e do Conhecimento e atua com os seguintes temas: Teoria da Classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, Organização e Representação do Conhecimento de Recursos Imagéticos, Documento Fotográfico, Fundamentos da Ciência da Informação. E-mail: albuanati@yahoo.com.br

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Professor associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi diretor de 2014 a 2017. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, com pós-doutorado pela Universidade do Porto, Portugal (2011) e pela Universidad de Salamanca, Espanha (2019). Presidente da EDICIC, *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe* (2016-2021). Foi vice-presidente da ANCIB, Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2016-2018). Líder do grupo de pesquisa EPIC - Estudos em Práticas Informacionais e Cultura, cadastrado no CNPq. Foi Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação de 2007 a 2011 e de 2013 e 2015. Fez parte, em 2008, da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Autor dos livros "O que é ciência da informação" (KMA, 2018) e "Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível" (Briquet de Lemos, 2014). E-mail: carlosaraujoufmg@gmail.com

CLAUDIANE WEBER

Professora universitária e bibliotecária. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio doutoral na ÅBO *Akademi University*, Finlândia. Pós-graduada em Psicologia, na Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia. Bibliotecária, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente trabalha na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde coordena a Subdivisão de Serviços de Apoio à Pesquisa (Manancial), é vice-diretora do sistema de bibliotecas; integrante da comissão de implantação da Agenda 2030 na Universidade e membro do Conselho Universitário da UFSM. É professora da Antonio Meneghetti Faculdade (AMF) no Curso de Pedagogia, do curso de Especialização em Ontopsicologia e do MBA Identidade Empresarial. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo-UDESC), SC. É membro do *Standing Committee* da IFLA na *Section Continuing Professional Development and Workplace Learning* (2019-2023). Foi fotógrafa profissional em estúdio fotográfico, e hoje, além de fotografar,

organiza, planeja e orienta a organização de acervos fotográficos e audiovisuais. E-mail: clauweber@gmail.com

DAYANNE DA SILVA PRUDENCIO

Doutora em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT/UFRJ (2019). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (2015). Especialista em Gestão Empresarial e Sistema de Informação pela UFF (2013). Especialista em Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à Educação na Universidade Federal de Santa Maria (2019) e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011). Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO, onde pesquisa e desenvolve ações de extensão nas áreas de Informação e Saúde; Formação do Bibliotecário; Gestão da Informação e do Conhecimento e Inovação no ensino com foco em: Recursos Educacionais Abertos. Líder do grupo de pesquisa: Estudos sobre práticas inovadoras de ensino-aprendizagem em Biblioteconomia da (UNIRIO) E-mail: dayanne.prudencio@unirio.br

FLÁVIA VIRGÍNIA MELO PINTO

Analista de Políticas Públicas - Bibliotecária na Prefeitura de Belo Horizonte/ Minas Gerais, estando na coordenação da ECOTECA do Centro de Educação Ambiental do Programa de Desenvolvimento e Recuperação da Bacia da Pampulha (CEA-PROPAM). Mestra e doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG). E-mail: biblioflavia@gmail.com

FELIPE CESÁR ALMEIDA DOS SANTOS

Mestrando em Ciência da informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa "Arquivologia e Competência em Informação" (GpArqCoInfo). Arquivista na Prefeitura Municipal de Portel/Pará. E-mail: felipecalmeidasa@gmail.com

FERNANDO LUIZ VECHIATO

Doutor e mestre em Ciência da Informação e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Marília). Atualmente é professor adjunto III da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, com atuação na graduação em Biblioteconomia e também no Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento-PPGIC/UFRN. E-mail: vechiato2008@gmail.com

GABRIELLE FRANCINNE DE S. CARVALHO TANUS

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC-UFRN). Pesquisadora vinculada ao grupo "Informação na Sociedade Contemporânea", cadastrado no CNPq. Doutora em Ciência da Informação, Mestra em Ciência da Informação e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou como bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais, nas seguintes instituições: Faculdade de Direito e Escola de Ciência da Informação. Durante o Mestrado foi bolsista CAPES/REUNI vinculada ao curso de Museologia (ECI/UFMG). Ao longo da graduação foi monitora de disciplina, bolsista CNPq de Iniciação Científica e realizou estágios em bibliotecas universitárias, escolares, centros de documentação e na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. E-mail: gfrancinne@gmail.com

ILEMAR CHRISTINA LANSONI WEY BERTI

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação - UEL – Edital 14/2021. Pós-doutoranda em Ciência da Informação PNPD/CAPES no PPGCI/UEL (2019 - 2022) e mestra pela mesma instituição. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa em Informação, Cultura e Sociedade (2014-2018). Foi bolsista (CAPES) e participou do programa PDSE pela Universidade Lusófona do Porto, Portugal em 2017, no programa de doutoramento em Estudos em Comunicação para o desenvolvimento. Tem interesse em: Estudos de Usuários em Informação, Comportamento informacional, Práticas Informacionais, Regime de informação, Políticas de informação, Cultura e Educação. E-mail: christinaberti@uel.br

JANICY APARECIDA PEREIRA ROCHA

Professora adjunta do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharela em Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Tem como interesse de pesquisa os aspectos sociais do uso da tecnologia, atuando nas seguintes temáticas: planejamento, projeto e avaliação de serviços de informação inclusivos e adaptáveis, estudos de usuários da informação, práticas informacionais e produção, gestão e difusão de dados, informação e conhecimento científicos em conformidade com o movimento ciência aberta. E-mail: janicy.rocha@unirio.br

JULIANA MOREIRA PINTO

Doutora em Ciência da Informação (na linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade 2014/2018), Mestra em Ciência da Informação, Especialista em Gestão Estratégica da Informação e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou como Bibliotecária na Faculdade de Farmácia e Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (1989 a 1993) e na Faculdade de Direito da UFMG (1994 a 2019), onde atuava no Setor de Catalogação e ministrava treinamentos e cursos sobre Bases de Dados Jurídicas e Portal de Periódicos CAPES. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade da informação, informação e saúde, mediação e uso da informação. E-mail: julianamoreirapinto2@gmail.com

JULIANA MARIA DE SIQUEIRA

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa, Portugal, 2019), com tese defendida sobre "A Educação Museal na Perspectiva da Sociomuseologia". Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2009), estudando "A Educomunicação e a formação de docentes em serviço". Especialista em Multimeios pela Unicamp, MBA em Marketing de Serviços pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (2003) com graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Frequentou cursos livres em artes visuais em Belo Horizonte e

Campinas. Desde 2002 trabalha como especialista cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, com atuação na Coordenadoria de Ação Cultural. Trabalhou durante 15 anos no Museu da Imagem e do Som, no desenvolvimento do Programa Educativo Pedagogia da Imagem e do curso DOC360º. Possui mais de dez anos de experiência em formação de docentes do sistema municipal de educação em Campinas, com foco em linguagens audiovisuais e cartografia sociocultural. Trabalha na estruturação e na implementação do Laboratório do Bem-Viver, programa intersetorial destinado a promover a resiliência comunitária a partir de ações de educomunicação, memória, criação e preservação cultural e práticas integrativas transdisciplinares. Assessora atuante na estruturação do Museu Vivo Cândido Ferreira. Participa do Grupo de Pesquisa "Educação Museal: conceitos, história e políticas", do Museu Histórico Nacional. Integrante da Rede São Paulo de Memória e Museologia Social (REMMUS-SP) desde 2014 e do grupo de cultura popular Caixeiras das Nascentes, desde 2017. Instrutora de Movimento Vital Expressivo formada pelo Sistema Río Abierto Campinas. E-mail: ju.de.siqueira@gmail.com

JEFFERSON VERAS NUNES

Possui doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professor adjunto do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (DCINF-UFC) e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFC), desenvolvendo pesquisas junto à linha Mediação e Gestão da informação e do conhecimento. Tem experiência em temas relacionados a processos ensino-aprendizagem, práticas informacionais, mediação e uso da informação, aspectos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. E-mail: Jefferson.veras@ufc.br

LUCIANE DE FÁTIMA BECKMAN CAVALCANTE

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marilia) com Bolsa Capes até o ano de 2012. Atualmente é Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da

Informação da UEL. Líder do Grupo de Pesquisa: Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes - INFOCCULT - UEL. Coordenadora da Comissão de Pesquisa do Departamento de Ciência da Informação. Mestre em Ciência da informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marilia) com bolsa FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília) em 2007. Pesquisadora na área de Competência em Informação, Comportamento Informacional, Cultura Organizacional, Cultura Informacional, Mediação da Informação. Mediação Cultural. Espaços Culturais. Possui conhecimento nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia; Inteligência Competitiva; Gestão do Conhecimento e da Informação; Comportamento Organizacional, Comportamento Informacional, Competência em Informação, Mediação da Informação. E-mail: luciane@uel.br

MARIA IVONE MAIA DA COSTA

Mestra em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa "Arquivologia e Competência em Informação". (GpArqCoInfo). Atualmente é bibliotecária/documentalista da Universidade Federal do Pará. E-mail: ivomcost@gmail.com

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Sociologia pela mesma instituição. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Cultura e Política. Livre-Docente em Ciência da Informação e Documentação pela USP. Atualmente, é professor da Universidade de São Paulo, no curso de Ciências da Informação e Documentação da FFCLRP-USP. Também é professor e orientador no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP. Foi coordenador do GT "Mediação, Circulação e Apropriação da Informação" do ENANCIB (2011-2012). Realizou período de pós-doutorado junto à Universidade Carlos III de Madrid (2013-2014). Foi editor-responsável do periódico *InCID* (2015-2017). Líder do PRACTIC - Grupo de Estudos de Práticas Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação. Pesquisador Bolsista de produtividade do CNPq e pesquisador associado do Projeto Temático de Pesquisa

da FAPESP “Para além da distinção: gostos, práticas culturais e classe em São Paulo”. Atualmente é presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FFCLRP-USP. Pesquisa e trabalha principalmente nas seguintes áreas: teoria social da comunicação e da informação; mediação e ação cultural; sociologia da cultura, sociabilidade e novas tecnologias; políticas culturais e informação. E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br

MAIRA CRISTINA GRIGOLETO

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Licenciada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Atua como docente na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) nos cursos de Mestrado em Ciência da Informação (PPGCI-Ufes) e de Graduação em Arquivologia. Participa do grupo de pesquisa “Competência em Informação e Processos Inter-relacionados”. Possui interesse em pesquisas que abordam as potências e potencialidades do documento, pela materialidade e institucionalidade, em correlação com práticas e políticas de memória, de preservação do patrimônio, de arquivos e de informação. E-mail: magrigo@hotmail.com

MARTA LEANDRO DA MATA

Doutora e Mestre em Ciência da Informação (2009) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Marília), com período de doutorado sanduíche na Universidade Carlos III de Madrid (2013). Possui Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2016). É professora adjunta no Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É responsável pela coluna "Entre conexões e processos informacionais", no site Infohome. Tem experiência na área de Ciência da informação e Biblioteconomia, atuando, principalmente com os seguintes temas: competência em informação, fontes de informação, avaliação de fontes de informação e de desinformação, formação e atuação do bibliotecário, estudo de usuários (com abordagem tradicional, alternativa e social). E-mail: martaleandrodamata@gmail.com

RAFAELA PEREIRA DE CARVALHO

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é tutora no curso de Biblioteconomia EAD da Unifaj. Atuou como bibliotecária em UNICE - Ensino Superior. Tem interesse nas áreas de Mediação da Informação, Estudos de Usuário, Práticas Informacionais e Cultura de Fãs. E-mail: rafaela.sy@gmail.com

RENATA LIRA FURTADO

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - Campus Marília. Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa "Arquivologia e Competência em Informação" (GpArqCoInfo). E-mail: renatalira@ufpa.br

RODRIGO RABELLO

Professor Adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutor em Ciência da Informação pela UNESP. Realizou estágios de pós-doutorado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na UnB. Faz parte da equipe de editores do E-LIS (*International Open Archive of Library and Information Science*) no Brasil. Temas de interesse: fundamentos da Ciência da Informação, estudos epistemológicos, políticos, sociais, histórico-conceituais sobre informação, documento, usuário de informação, sujeito informacional, agências informacionais, coleções. E-mail: rdgrabello@unb.br

RULEANDSON DO CARMO CRUZ

Jornalista (TV UFMG – Cedecom) e pesquisador científico do campo da comunicação e informação (Epic) – na UFMG. Ativista em prol dos direitos humanos, em especial, em prol da questão LGBTQIA+ – na vida. Bacharel em jornalismo (UniBH), especialista em criação e

produção para rádio e TV (UniBH), mestre e doutor em Ciência da Informação (UFMG), com residência pós-doutoral concluída (UFMG). E-mail: ruleandson@gmail.com

SUELI MARA SOARES PINTO FERREIRA

Professora Titular da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, onde também concluiu mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação, tendo feito parte de seus estudos na *Syracuse University* e na *Vanderbilt University*, ambas nos EUA. Docente e orientadora de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da mesma Universidade. Também é professora no programa de bacharelado em biblioteconomia desde 1994. Colaboradora ativa na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Comunicação Científica e Desenvolvimento da Ciência, sendo membro ativo em muitas organizações, como: Membro do Conselho Diretor da Biblioteca Virtual da FAPESP (2009-2010). Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (2010-2013). Parecerista e avaliadora da FAPESP e do CNPq no Brasil (desde 2005). Membro Grupo de Especialistas Internacional do IAP Group (*International Advocacy Programme*) da *International Federation of Library Association* (IFLA, 2015-2016). Membro do Comitê Profissional da IFLA (2017-2021). Coordenadora da Comissão Brasileira de Direitos Autorais e Acesso Aberto da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Associados (FEBAB, desde 2016). E-mail: sueli.ferreira@gmail.com

Na conjuntura brasileira deste ano de 2021, publicar um livro coletânea que reúne o trabalho de uma importante rede de autores e autoras vinculados a diversas universidades do país, em diferentes estágios de experiência acadêmica, é um projeto renovador e fortalecedor do compromisso científico e educativo com a pesquisa, que articula conceitos e métodos das Ciências Sociais e Humanas no estudo das práticas de informação e suas mediações, numa perspectiva interdisciplinar, além da reunião de contribuições de leituras do campo informacional em revisões da literatura em amplitude internacional.

A obra, composta por dezessete capítulos, convoca autores que têm se distinguido no estudo dos conceitos de usos, usuários e práticas de informação, referências na perspectiva epistemológica da revisão conceitual de teorias e modelos das Ciências Sociais e Humanas aplicados à leitura dos fenômenos informacionais. Porém a sua riqueza mais evidente consiste em reunir diferentes abordagens das práticas informacionais e sua rede conceitual, desde aquelas mais diretamente teóricas, as quais convocam autores e conceitos de outras disciplinas, até aquelas com foco mais diretamente direcionado para objetos concretos, além de abordagens das práticas da informação no universo digital.

Regina Maria Marteleto
Instituto Brasileiro de Informaçãoem Ciência e Tecnologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ISBN: 978-65-87264-54-7
9 786587 264547

rocha
soluções gráficas